

# Relatório Anual 2015



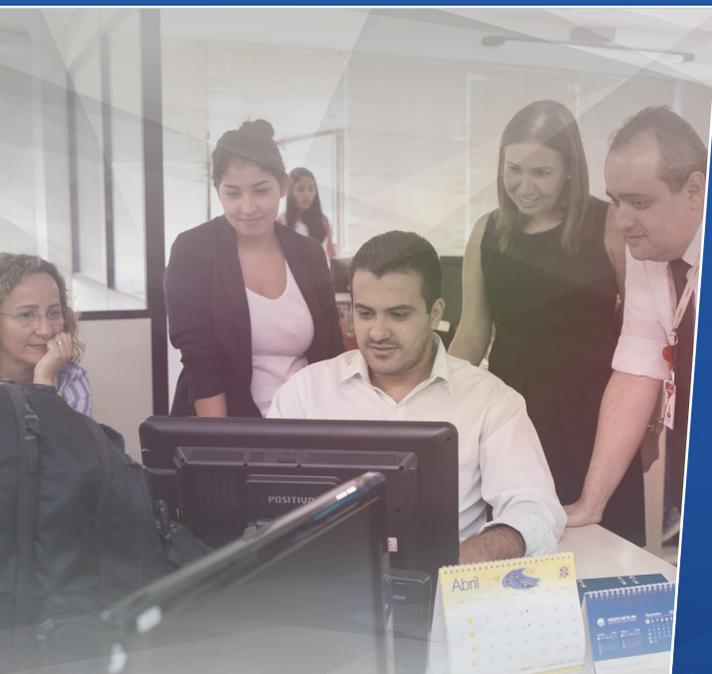
# APRESENTAÇÃO

Transparência e maior proximidade com participantes, beneficiários, prestadores e patrocinador foi o que buscamos nas ações desenvolvidas no ano de 2015. O Relatório Anual apresenta o desempenho do Economus e de seus planos de previdência e saúde, assim como as principais conquistas e os desafios enfrentados durante o ano.

O Instituto reforça seu compromisso com as boas práticas de governança ao apresentar de forma clara e completa os resultados dos planos e projetos realizados no ano e compartilhá-los com todos os públicos envolvidos no dia a dia do Economus.

Para proporcionar o acesso às informações de forma dinâmica, o Relatório é apresentado de modo digital com recursos visuais para deixar a leitura mais interessante e objetiva. É possível também acessar a versão em PDF e imprimir seu conteúdo completo.

**Aproveite a leitura!**



# SUMÁRIO

<b>Capítulo 1 - O Economus</b>		<b>Capítulo 5 - Gestão de Investimentos</b>
Missão, Visão e Valores ..... 07		Cenário Econômico..... 58
Governança ..... 08		Destques..... 58
Representação e certificações ..... 09		Comparativo de Alocações..... 60
Gestão de Pessoas ..... 11		Enquadramento..... 65
<b>Capítulo 2 - Gestão Estratégica</b>		Resultado..... 69
Planejamento Estratégico ..... 15		Gestão Própria e Terceirizada..... 72
Pesquisa de Satisfação..... 16		Custos com a Administração..... 82
Comunicação e Relacionamento..... 17		Política de Investimentos..... 91
Gestão de Riscos ..... 20		<b>Capítulo 6 - Gestão Contábil</b>
Gestão Administrativa ..... 22		Demonstração Contábil..... 95
<b>Capítulo 3 - Gestão Previdenciária</b>		Notas Explicativas..... 110
Planos e Participantes..... 26		<b>Capítulo 7 - Pareceres</b>
Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B) .....27		Avaliação Atuarial..... 196
Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) ..... 32		Relatório dos Auditores Independentes..... 220
Regulamento Geral (Grupo C)..... 37		Parecer do Conselho Fiscal..... 222
PrevMais..... 42		Manifestação do Conselho Deliberativo..... 222
Hipóteses Atuariais..... 47		
<b>Capítulo 4 - Gestão de Assistência à Saúde</b>		
Destques ..... 50		
Planos e Beneficiários ..... 53		

# MENSAGEM DA DIRETORIA

A gestão do Economus em 2015 esteve pautada pela transparência e maior proximidade com seus públicos, que envolve 24.774 participantes dos planos de previdência, 46.181 beneficiários dos planos de saúde, 3.576 prestadores e 197 empregados. Essas pessoas são nossa razão de existir. Por isso, ouvimos suas opiniões, em uma ampla pesquisa de satisfação, buscando atuar em melhorias que possam proporcionar tranquilidade quanto à solidez e ao futuro do Instituto.

O Economus está inserido no sistema de previdência complementar que envolve 307 entidades espalhadas por todo o Brasil, beneficiando 7,18 milhões de participantes e possui um total de R\$ 732,5 bilhões em ativos. O Instituto ocupa o 21º lugar no *ranking* da Abrapp por volume de investimentos, com um patrimônio de R\$ 5,4 bilhões.

O cenário econômico de 2015 foi desafiador para todo o sistema e comprometeu o desempenho da maioria dos fundos de pensão no Brasil. Os principais fatores foram: a retração de 3,8% da economia brasileira em comparação com 2014; segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o pior resultado em 25 anos; a inflação (IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo), que fechou em 10,71%, maior nível para o indicador nos últimos 13 anos e distante do teto da meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil, de 6,5% ao ano, além do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), referência atuarial, que foi de 11,28%; a elevação da taxa básica de juros (Selic) para 14,25% ao ano; e a deterioração dos preços das ações negociadas em bolsa de valores, BM&FBovespa, com o IBrX, indicador que representa as 100 ações mais negociadas na bolsa, reportando resultado de -12,41% na variação anual.

O cenário econômico conturbado e volátil interferiu na rentabilidade dos investimentos, principalmente em renda variável. Ainda assim, o Economus apresentou o melhor resultado dos fundos de pensão, tanto no segmento de renda fixa, com rentabilidade de 18,33% – dois pontos acima da média dos demais fundos, que atingiu 16,36% –, quanto no consolidado, que envolve todos os segmentos de aplicação – com desempenho de 14,92%, cinco pontos percentuais acima da média dos demais fundos –, que representou 9,86%. Apesar desse bom desempenho comparativo ao sistema de previdência complementar, não foi possível atingir a meta atuarial.

A previdência complementar tem como objetivo o longo prazo e há diversos fatores econômicos e conjunturais que podem impactar no resultado dos planos de benefícios. Por isso, o Economus busca com a sua gestão preservar o patrimônio e obter os melhores resultados para seus participantes. O desempenho dos investimentos apresentado demonstra sua solidez, ao adotar a premissa do equilíbrio e da sustentabilidade, com a melhor relação possível entre risco e retorno, de forma segura e transparente.

Transparência e proximidade também foram levadas em consideração no relacionamento com os participantes, prestadores e patrocinador, ao aprimorar e disponibilizar novos canais de atendimento e comunicação, a fim de promover um ambiente de confiança e honrar com a missão do Instituto que é “Oferecer soluções em previdência e assistência à saúde que atendam, com eficiência e segurança, às expectativas dos participantes e patrocinadores”.

Nesse sentido, foram realizados mais de 183 mil atendimentos receptivos e proativos pela Central de Atendimento – que passou por uma ampla reestruturação –, cerca de 360 novos prestadores de Saúde, entre hospitais, clínicas e consultórios médicos, foram credenciados e mais de 650 mil guias de procedimentos médicos foram autorizadas.

Para garantir que a direção do Instituto continue no caminho certo, foi elaborado o Planejamento Estratégico para o triênio 2016-2018, que envolveu um estudo abrangente realizado em 2015, com a participação de diretores e gerentes, com o objetivo de formatar um diagnóstico sobre os pontos fortes e fracos do Instituto, assim como as oportunidades e ameaças do cenário econômico e previdenciário. A partir desse estudo, foi possível definir objetivos estratégicos claros, metas passíveis de acompanhamento e mensuração, bem como indicadores de acompanhamento dos resultados alcançados.

Mesmo com um cenário pouco favorável e alguns obstáculos ocorridos durante o ano de 2015, o Economus se manteve à frente de outros fundos de pensão no quesito rentabilidade, utilizando fundamentos econômicos e financeiros sólidos para garantir um futuro tranquilo e seguro a seus participantes e beneficiários.



Lucia Helena Cruz Moya Cuevas

Benilton Couto da Cunha

Mauricio Messias

Paulo Leite Julião



ed. economus

**CAPÍTULO 1**

O ECONOMUS

# O ECONOMUS

O Economus - Instituto de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, fundada em 1977, para beneficiar os funcionários do Banco Nossa Caixa S/A, adquirido em 2009 pelo Banco do Brasil S/A.

Foi criado para oferecer planos de previdência complementar e proporcionar maior segurança na aposentadoria dos participantes. O Instituto também administra a assistência médico-hospitalar dos participantes e seus dependentes diretos e indiretos.

## Missão

Oferecer soluções em previdência e assistência à saúde que atendam, com eficiência e segurança, às expectativas dos participantes e patrocinadores.

## Visão

Somos reconhecidos no mercado de previdência e de assistência à saúde como referência de gestão e controle dos planos e dos investimentos, bem como pela excelência no atendimento.

## Valores

- A gestão do Economus é pautada e reconhecida por:
- Ética, transparência e sustentabilidade;
  - Desenvolvimento de pessoas e sinergia entre equipes;
  - Excelência operacional e credibilidade;
  - Respeito às normas.

# PRINCIPAIS NÚMEROS



**R\$ 5,4 bilhões**  
de Patrimônio Social



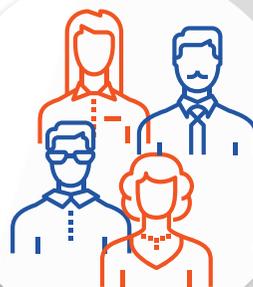
**24.774**

participantes dos **planos de previdência**, entre ativos e assistidos



**46.181**

beneficiários dos **planos de saúde**, entre empregados ativos, aposentados e familiares



**197**

**empregados**

**19<sup>a</sup>**

posição **no ranking da**

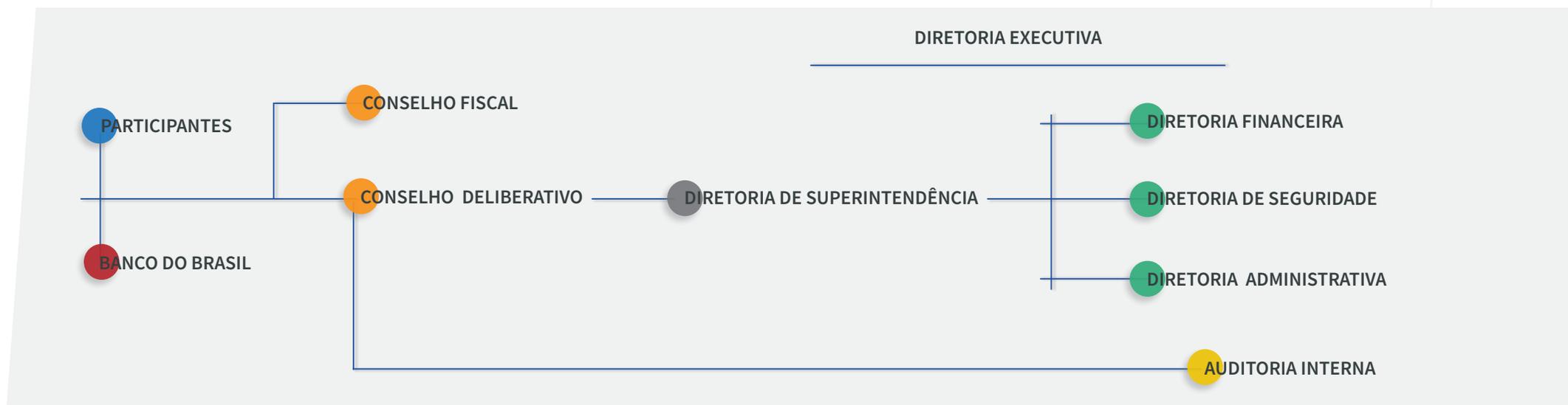
Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) **por volume de investimentos, entre as 262 EFPCs**

(Entidades Fechadas de Previdência Complementar) listadas



## GOVERNANÇA

A estrutura de governança do Economus é composta por Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.



O **Conselho Deliberativo** é o órgão de decisão e orientação superior do Economus, responsável pelas principais decisões que impactam o presente e o futuro dos participantes e assistidos. Estabelece as diretrizes e normas gerais para organização e administração, bem como para os planos de benefícios e saúde.

É composto por seis membros titulares e seis membros suplentes. São nomeados paritariamente entre representantes dos participantes ativos e assistidos do Economus, escolhidos por meio de eleição direta a cada dois anos, e representantes do Patrocinador Banco do Brasil.

Membros titulares	Mandato	Membros suplentes	Mandato	Representação
Gilmar Ferreira (Presidente)	Até 02/06/2018	João Vagnes de Moura Silva	Até 02/06/2018	Indicados pelo BB
Itamar de Souza Menezes	Até 30/05/2016	Tânia Teixeira Balbino	Até 30/05/2016	Eleitos pelos Participantes
Francisco Vianna de Oliveira Júnior	Até 30/05/2016	Itamar Mortágua	Até 30/05/2016	Eleitos pelos Participantes
Vitor Paulo Camargo Gonçalves	Até 02/06/2018	Fernando Sabbi Melgarejo	Até 02/06/2018	Indicados pelo BB
Sonia Aparecida Aoki Zaia	Até 02/06/2018	Max Freddy Frauendorf	Até 02/06/2018	Eleitos pelos Participantes
Fábio Cristiano Danin Euzébio	Até 30/05/2016	Carlos Henrique dos Santos	Até 30/05/2016	Indicados pelo BB

O **Conselho Fiscal** é o órgão de controle interno do Economus, responsável por zelar pela gestão econômico-financeira e pelo cumprimento das regras de governança. Analisa e aprova os balancetes, emite pareceres sobre o balanço, aponta deficiências, avalia a adequação de hipóteses atuariais e a execução orçamentária,

entre outras atribuições. É integrado por, no máximo, quatro membros titulares e quatro membros suplentes. São escolhidos paritariamente entre representantes dos participantes ativos e assistidos do Economus, por meio de eleição direta a cada dois anos, e representantes do Patrocinador Banco do Brasil.

Membros titulares	Mandato	Membros suplentes	Mandato	Representação
José Zamai (Presidente)	Até 30/05/2016	Irinaldo Barros	Até 30/05/2016	Eleitos pelos Participantes
Eslei José de Moraes	Até 30/05/2016	Dhaniel Henrique Martins Roberto Alves	Até 30/05/2016	Indicados pelo BB
César Augusto Jacinto Teixeira	Até 02/06/2018	Augusto César Machado	Até 02/06/2018	Indicados pelo BB
Pedro Amauri Rinaldi	Até 02/06/2018	João Carlos Faria	Até 02/06/2018	Eleitos pelos Participantes

A **Diretoria Executiva** é o órgão de administração geral, responsável por executar todos os atos necessários, de acordo com as disposições da Lei, do Estatuto e das definições, diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo. É composta por quatro diretores:

- Lucia Helena Cruz Moya Cuevas - Diretora Superintendente
- Benilton Couto da Cunha - Diretor Administrativo
- Mauricio Messias - Diretor de Segurança
- Paulo Leite Julião - Diretor Financeiro

## Comitês

Para auxiliar os Conselhos e a Diretoria Executiva do Economus no desempenho de suas funções e responsabilidades, a entidade conta ainda com os seguintes comitês:

- **Comitê de Investimentos** – Avalia e delibera sobre as propostas de investimentos e alocações dos recursos realizadas pela Gerência de Investimentos, bem como define as estratégias de macroalocação dos investimentos, observando as premissas atuariais dos planos de benefícios administrados pelo Instituto.

- **Comitê Executivo** - Apresenta soluções e ações integradas e estratégicas entre as diversas áreas, assim como preza pelo alcance dos objetivos institucionais.

- **Comitê de Ética** - Orienta e aconselha sobre a ética profissional de seus empregados e dirigentes, no relacionamento com participantes, bem como com os agentes públicos ou privados ou com pessoas que demandarem qualquer tipo de relacionamento jurídico, formal ou informal com a Entidade.

## Representações e certificações

O Economus participa ativamente em entidades representativas de Previdência Complementar e Saúde para buscar as melhores práticas de mercado.

Na Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), representantes do Economus participam das Comissões Técnicas Regionais e Nacionais de Governança, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação, Investimentos, Contabilidade, Comunicação e Marketing, Indicadores de Desempenho e Atuária.

Na área da saúde, participam representantes do Economus na Unidas (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde) e na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Além disso, neste ano, 11 profissionais obtiveram as seguintes certificações:

- 9 ICSS - Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social, que representa o reconhecimento dos esforços de qualificação dos profissionais da Seguridade;
- 1 CPA-20 - Certificação destinada a profissionais que desempenham atividades ligadas a investimentos da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais);
- 1 Certificação Profissional em Ouvidoria pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

## Investimentos Responsáveis

O Economus participa, desde março de 2007, dos Princípios para Investimentos Responsáveis - PRI (*Principles for Responsible Investments*). Essa iniciativa foi criada pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 2006, com objetivo de que os agentes financeiros globais incorporem em suas análises as melhores práticas relacionadas à sustentabilidade dos investimentos, baseados em três pilares: Ambiental, Social e Governança Corporativa.

A participação no PRI é um importante direcionador para o Economus com relação à busca constante de melhores práticas na gestão dos investimentos alinhados com as práticas de sustentabilidade, que potencialmente agregam retornos mais consistentes no longo prazo.



Ana Paula Parra Gonsales - SECEX/PLANE, trabalha há aproximadamente dois anos no Economus.

# GESTÃO DE PESSOAS

## Diversidade e igualdade

O Economus possui 191 empregados, sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e 6 funcionários cedidos do Banco do Brasil, sendo 84 homens e 113 mulheres. Conta também com 18 funcionários terceirizados e 12 aprendizes.

O Instituto preza pela igualdade entre os gêneros em todos os níveis hierárquicos. Para consolidar essa prática, aderiu à 6ª edição do “Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça”, que visa disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a igualdade racial e entre mulheres e homens no mundo corporativo. O Programa é conduzido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

O Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça é um reconhecimento público pela adoção de práticas de igualdade, considerando que a igualdade entre mulheres e homens constitui um pilar fundamental da gestão organizacional. Em 2015, o Economus realizou um levantamento sobre gênero e raça com seus empregados, que pode ser conferido a seguir:

Número de empregados por nível funcional	Homens	Mulheres
Diretoria	3	1
Gerência	12	14
Analistas/Técnicos	69	98
<b>Total por gênero</b>	<b>84</b>	<b>113</b>

Faixa Etária	Masculino	Raças				
		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
Abaixo de 30 anos	18	14	0	4	0	0
Entre 30 e 50 anos	49	35	2	11	1	0
Acima de 50 anos	17	16	1	0	0	0

Faixa Etária	Feminino	Raças				
		Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena
Abaixo de 30 anos	35	22	2	10	1	0
Entre 30 e 50 anos	68	47	9	12	0	0
Acima de 50 anos	10	8	1	1	0	0

Obs.: dados referentes ao quadro de empregados próprios e cedidos.



### Distribuição entre homens e mulheres

Homens

**84**



Mulheres

**113**

o desenvolvimento pessoal é fator de **SUCESSO** e também diferencial competitivo com a priorização e o aprimoramento profissional.

Resultado: bom para o empregado, para o Economus e para os participantes.

É importante para o Economus a valorização, a motivação e o crescimento profissional de seus empregados.



### Média de idade por cargo

**53** anos  
Diretoria

**43** anos  
Gerência

**36** anos  
Analistas/ técnicos



### Tempo de Economus

**56**

Até 1 ano

**10**

De 4 a 5 anos

**75**

De 2 a 3 anos

**56**

Acima de 6 anos



### Formação acadêmica

**1**

Ensino Médio incompleto

**27**

Ensino Médio completo

**72**

Superior completo

**33**

Superior incompleto

**53**

Pós-graduação completa

**10**

Pós-graduação incompleta

**1**

Mestrado incompleto

## Investimento na qualificação

O Economus incentiva o crescimento de seus profissionais, por meio de cursos e treinamentos, a fim de obter uma equipe qualificada para oferecer serviços cada vez melhores aos participantes e beneficiários.

Em 2015, o Economus investiu R\$ 414.265,63 em capacitação do seu corpo funcional, 38% a mais do que o ano anterior (R\$ 302.670,45). Esse investimento contempla a participação em treinamentos, congressos e seminários, conforme apresentado na tabela a seguir:

Investimento em Treinamento	Horas		Quantidade de Pessoas	
	2014	2015	2014	2015
Congressos e Seminários	1.116	1.449	65	99
Treinamento e Desenvolvimento	6.247	6.988	444	852
<b>Total</b>	<b>7.363</b>	<b>8.437</b>	<b>509</b>	<b>951</b>

Foram realizados treinamentos *in company*, personalizados de acordo com a cultura e estratégia do Instituto, visando ao aprimoramento do Programa de Treinamento Institucional e fortalecimento da cultura de aprendizagem.

O curso “Entendendo nosso Negócio”, ministrado pela Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), contou com a participação de 48 empregados e teve como objetivo promover a expansão do conhecimento em previdência complementar, autogestão em saúde e investimentos, gerando conhecimento sistêmico do negócio do Economus.

Para otimizar o tempo das atividades e tarefas rotineiras, foi realizado o treinamento de “Administração do tempo, produtividade pessoal e eficácia no trabalho”, que contou com a participação de 20 empregados. Também foi promovido o treinamento

“Construindo *Dashboards* - Gráficos Avançados”, que permitiu uma alavancagem da qualidade e padronização dos trabalhos analíticos.

Em continuidade ao programa de desenvolvimento de líderes, foi realizado o treinamento “Fortalecendo Líderes”, estruturado e personalizado em três módulos presenciais, que contemplou 16 horas de capacitação, para todo o corpo gerencial e analistas seniores.

A mobilização e a integração das equipes também foram trabalhadas, a fim de obter melhores resultados e sinergia entre as áreas, por meio do treinamento chamado “Sinergia”, com a participação de 50 empregados. Além disso, também foi realizado evento de integração para sensibilizar a importância do trabalho em equipe e colaboração mútua por meio de dinâmica lúdica, envolvendo todos os empregados.

## Pesquisa de Clima Organizacional

Em 2015, foi realizada a primeira Pesquisa de Clima Organizacional, aplicada a 196 profissionais. Para engajar os empregados a preencherem o questionário, foi elaborada uma campanha de comunicação com o tema “Hora da Mudança”. Para auxiliar no engajamento, o Instituto criou e utilizou um mascote, “Horácio”, para apresentação e condução da campanha.

Com isso, a pesquisa teve o envolvimento de 80,1% dos empregados e, desses, 70,2% estão satisfeitos com o Instituto e seu ambiente de trabalho.



# CAPÍTULO 2

## GESTÃO ESTRATÉGICA

# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2015, foi realizado o Planejamento Estratégico para o triênio 2016-2018, por meio de um estudo abrangente envolvendo diretores e gerentes, a fim de executar um diagnóstico sobre os pontos fortes e fracos do Instituto, assim como as oportunidades e ameaças do cenário econômico e previdenciário.

A metodologia utilizada foi a BSC (*Balanced Scorecard*), uma ferramenta que auxilia no controle e alinhamento estratégico da organização e possibilita o desdobramento das estratégias por meio de quatro perspectivas ligadas à visão de futuro: Processos Internos; Clientes; Finanças; e Aprendizado e Inovação.

A partir dessa análise, foi possível alinhar a orientação do Economus, definir objetivos estratégicos claros e indicadores para acompanhar a evolução das metas propostas. Todo o trabalho contou com a aprovação do Conselho Deliberativo.

## PLANO ESTRATÉGICO 2016-2018

### ORIENTAÇÃO

#### MISSÃO



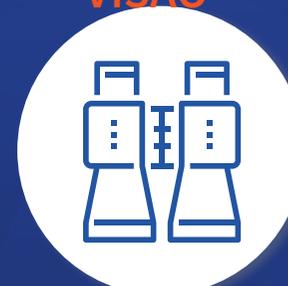
Oferecer soluções em previdência e assistência à saúde que atendam, com eficiência e segurança, às expectativas dos participantes e patrocinadores

#### VALORES



Ética  
Legalidade  
Transparência  
Equidade  
Sustentabilidade  
Excelência

#### VISÃO



Proporcionar tranquilidade e segurança, agora e no futuro, despertando orgulho de pertencer ao Economus

<b>DIREÇÃO</b>		
<b>Perspectivas</b>	<b>Objetivos Estratégicos</b>	<b>Direcionador Estratégico</b>
<b>Processos Internos</b>	1. Potencializar a gestão e a eficiência operacional	Otimizar os processos internos com apoio de novas tecnologias
		Criar vantagem competitiva, produzindo qualidade e confiabilidade com menor tempo de entrega de produto final
<b>Clientes</b>	2. Consolidar o relacionamento com os públicos de interesse do Economus	Intensificar o relacionamento com os participantes, assistidos e beneficiários e entidades representativas
		Proporcionar satisfação ao cliente
		Intensificar o relacionamento com os prestadores de serviço e fornecedores
<b>Finanças</b>	3. Otimizar os resultados econômicos dos planos e da Entidade	Buscar a solvência e a liquidez dos planos
	4. Ampliar a participação do Economus nos segmentos de atuação	Desenvolver e reposicionar produtos
<b>Aprendizado e Inovação</b>	5. Reter e desenvolver capital humano comprometido com a inovação e obtenção de resultados	Promover um ambiente de trabalho que propicie o engajamento e a satisfação dos empregados
		Manter e preparar equipes para novos desafios institucionais
		Estimular a inovação

## Pesquisa de Satisfação

O Economus realizou uma ampla pesquisa de satisfação para saber a opinião dos participantes e beneficiários sobre os serviços prestados pelo Instituto. O objetivo foi realizar um diagnóstico sobre as melhorias que devem ser feitas.

A pesquisa foi conduzida por empresa especializada e dividida em duas fases:

1.Quantitativa: via questionário telefônico, envolvendo 1.002 participantes dos planos de previdência e beneficiários dos planos de saúde;

2.Qualitativa: com grupos de discussão em São Paulo e Campinas, para aprofundar a percepção do público do Economus.

A avaliação geral dos participantes e beneficiários foi positiva, com 83% de menções “Ótimo” e “Bom”. Críticas e sugestões serão avaliadas por cada área responsável para elaborar um plano de ação de acordo com a viabilidade legal e orçamentária.

A pesquisa de satisfação será realizada anualmente para acompanhar os resultados das melhorias implementadas.

## Relacionamento mais próximo

Em 2015, o Economus buscou ter um relacionamento mais próximo e transparente com seus participantes, prestadores e patrocinador ao aprimorar e disponibilizar novos canais de atendimento e comunicação.

# RELACIONAMENTO



**1.373.019**  
acessos ao *site*



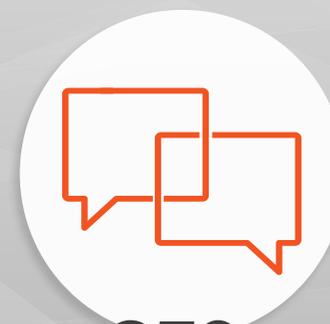
**35.343**  
usuários do  
Facebook alcançados



**347**  
participantes em  
eventos no  
Banco do Brasil



**174.286**  
atendimentos



**359**  
consultorias  
em previdência

## Canais de Comunicação

Comunicação mais clara e transparente. Esse foi o objetivo do Economus em 2015 para promover um ambiente de confiança a seus participantes e beneficiários.

Para isso, em junho, foi lançado o **novo site** do Economus, com informações reorganizadas, linguagem mais simples e uma nova área para o participante consultar a rentabilidade dos investimentos do seu plano de benefícios com gráficos dinâmicos. O *site* foi criado com tecnologia responsiva, que permite a visualização adequada de todos os conteúdos disponíveis para quem acessa a página por meio de *tablets* ou *smartphones*, que representaram 12% dos acessos realizados em 2015. Durante o ano, o *site* recebeu 1.373.019 acessos, uma média de 3.762 visitantes por dia, dos quais 38,3% foram novos visitantes.

Para abordar alguns assuntos de forma mais direta, foram criados dois *hotsites*. O primeiro é específico para o plano de saúde Economus Família ([www.economus.com.br/economusfamilia](http://www.economus.com.br/economusfamilia)), aberto a novas adesões de parentes até 4º grau consanguíneo dos participantes do Economus, contendo informações sobre as características do plano e como fazer a adesão. Esse **hotsite** obteve 55.533 acessos durante o ano.

Já o segundo é um *hotsite* exclusivo para o Relatório Anual de Informações 2014, onde constam o resumo das informações contidas no Relatório, para facilitar o acesso dos dados que demonstram o andamento da gestão do Economus.

As **redes sociais** foram um canal bem explorado pelo Instituto, devido à facilidade em levar informações de forma rápida e direta aos participantes e beneficiários. Dessa forma, a comunicação foi intensificada no Facebook do Economus com 74 publicações de posts com informações institucionais, notícias de educação financeira, previdenciária e saúde. Como resultado, as publicações alcançaram 35.343 usuários que visualizaram seu conteúdo.

O **Informativo Eletrônico**, enviado quinzenalmente aos participantes e beneficiários com as principais notícias do Economus, foi visualizado por 89.403 pessoas.

## Atendimento

A Central de Atendimento e Relacionamento conta com profissionais preparados para responder dúvidas e solicitações dos participantes, beneficiários e prestadores de serviços dos planos previdenciários e de saúde.

O Economus disponibiliza os seguintes canais de atendimento: telefônico, e-mail e presencial. Em 2015, foram realizados 174.286 atendimentos.

### Telefônico 139.770



O canal mais utilizado foi o telefônico, correspondendo a 80% do total de atendimentos. Esse canal é gratuito e está disponível de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, com plantão 24 horas para casos de urgência e emergência médica. Durante o ano, foram atendidas 139.770 ligações, distribuídas entre os serviços de saúde (91%) e previdência (9%). Dessas ligações, 76% foram atendidas em até 30 segundos e o restante em 60 segundos, conforme recomenda o mercado.

### Eletrônico 25.933



O segundo canal mais utilizado foi o correio eletrônico (e-mail), com 15% de todas as consultas realizadas na Central. Dos 25.933 e-mails recebidos, 72% foram respondidos em até 48 horas.

## Presencial 7.475



O atendimento presencial ocorre na sede do Economus em São Paulo. Ao todo foram 7.475 visitantes, principalmente para dar entrada em processos de aposentadoria, em decorrência do Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI), lançado pelo Banco do Brasil em 2015. Destacamos ainda, entre os assuntos mais atendidos, a inclusão de novos beneficiários nos planos de saúde e a solicitação de empréstimos.

## Outros 1.108



Outros atendimentos correspondem a 1.108 ocorrências relacionadas às mídias sociais, órgãos reguladores, governança, representações sindicais e associações.

Para aprimorar o diálogo com seus participantes e beneficiários e proporcionar mais eficiência no processo de atendimento, a Central de Atendimento realizou contatos ativos, para tratar demandas como adesões ao plano de saúde Economus Família, autorizações e perícias médicas, atualização de dados cadastrais e outros. No ano, foram 9.013 contatos ativos.

Além disso, para otimizar o atendimento em alguns períodos do ano com maior volume de demanda, foi incluído no *site* do Economus ferramenta que permitiu agendamento para atendimentos presenciais personalizados. Também foram realizados diversos plantões aos sábados, com o intuito de facilitar o processo de recadastramento e entrega de carteirinhas aos beneficiários transferidos para o plano de saúde Economus Família.

## Ouvidoria

A Ouvidoria do Economus atende as manifestações de segunda instância dos beneficiários e participantes da Assistência Médica, Previdência e Empréstimo. No ano de 2015, recebeu 457 manifestações.

Sua principal atribuição é defender os direitos e os interesses dos beneficiários e participantes do Instituto, trabalhando de forma transparente, imparcial, clara e segura, na busca de soluções. Observa rigorosamente as determinações legais, regulamentares e normativas que regem os serviços e benefícios ofertados pelo Economus, garantindo ainda o direito de resposta às manifestações dentro do prazo legal, preconizado na Resolução Normativa nº 323/2013 da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Além disso, por meio das manifestações, a Ouvidoria identifica os problemas, analisa as críticas e sugestões, e elabora recomendações de melhoria para as Unidades Organizacionais, com o objetivo de aprimorar a qualidade dos serviços prestados.

## Educação Previdenciária

O Programa de Educação Previdenciária do Economus – Educonomus tem como objetivo ampliar o nível de conhecimento dos participantes ativos e assistidos em relação a aspectos financeiros e previdenciários, incentivando-os a planejarem seus gastos e pensar no futuro de maneira mais estruturada, seja antes ou depois da aposentadoria. Nesse sentido, em 2015, foram realizadas ações educativas contemplando os três pilares de boas práticas:

- Informar: fatos, dados;
- Instruir: desenvolvimento de habilidades, mediante treinamentos;
- Orientar: para melhor uso das informações e instruções recebidas.

Entre as ações do Programa, cabe destacar a Consultoria Previdenciária e as Apresentações sobre os Planos de Benefícios do Economus.

A **Consultoria Previdenciária**, que atendeu a 359 pessoas em 2015, é um serviço prestado por profissionais especialistas em benefícios previdenciários, a fim de sanar questionamentos desde a adesão ao PrevMais, até opções de recebimento do benefício, entre outros.

A **Apresentação sobre os Planos de Benefícios do Economus**, realizada nas dependências do Banco do Brasil, contou com a participação de 197 funcionários, em 4 eventos distribuídos pelo Estado de São Paulo, e teve como objetivo aproximar, esclarecer, orientar e informar os funcionários do Banco do Brasil, oriundos do Banco Nossa Caixa, sobre os planos de previdência e assistência médica administrados pelo Economus. Na ocasião, foi realizado atendimento personalizado, com a disponibilização de Simulações de Benefícios e Saldos Individuais, orientações de como requerê-los, bem como esclarecimento de dúvidas do PrevMais, visando incentivar novas adesões ao Plano.

Além disso, o Instituto marcou presença no Encontro Ecoas, com um *stand* de plantão de dúvidas. O evento ocorreu nos dias 2 e 3 de setembro de 2015, em São Paulo, e contou com a presença de 150 funcionários do Banco do Brasil.

A seguir, as demais ações realizadas em 2015:

- Publicação de notícias, reportagens, artigos e matérias específicos referentes aos planos de benefícios e finanças nos meios de comunicação do Economus;
- Reformulação da cartilha explicativa do PrevMais;
- Campanha de adesão ao PrevMais;
- Capacitação dos profissionais da Central de Atendimento;
- Ensino a distância sobre finanças e previdência;
- Publicação de enquetes relacionadas à Educação Financeira e Previdenciária;
- Aperfeiçoamento de competências;
- Campanha de atualização cadastral;
- Campanha de contribuição adicional;
- Campanha de alteração do percentual de contribuição do Plano PrevMais.

## Clube de Benefícios



O E-Clube de Benefícios é uma vitrine de ofertas e benefícios exclusivos aos participantes, assistidos e empregados do Economus, lançada em novembro. A plataforma permite realizar compras de produtos e serviços com descontos especiais em estabelecimentos conveniados de diversos segmentos, o que vem a contribuir para uma economia financeira na aquisição de produtos e serviços.

## Gestão de Riscos

Para alcançar a eficiência operacional, principalmente na gestão de investimentos e de passivos atuariais, o Economus tem atuado para consolidar as melhores práticas de gerenciamento de riscos em seus processos, pois entende que é imprescindível o conhecimento dos riscos da atividade e o fortalecimento do sistema de controles internos.

Para isso, são desenvolvidas ações de gestão que vão desde a instituição e revitalização de Políticas, Normas e Procedimentos à criação de modelos e metodologias de mensuração, avaliação e tratamento dos diversos tipos de riscos inerentes à Entidade. Os principais riscos monitorados pelo Economus e sua mensuração podem ser acompanhados a seguir.

## Risco de Crédito

Para investimento em Títulos e Valores Mobiliários de Instituições Financeiras, não Financeiras e FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), são observadas as notas de classificação de risco de crédito atribuídas pelas principais agências de classificação de risco de mercado e as avaliações técnicas acerca da emissão, dos fatores de risco e de outras características inerentes ao investimento.

Para ativos adquiridos pela Gestão Direta e Fundos de Investimento Exclusivos, o Economus observa também um Limite Técnico adicional para Instituições Financeiras, cuja metodologia tem por objetivo definir a forma de cálculo do limite de investimento, de monitoramento da exposição e de controle de concentração dos recursos investidos. Essa modelagem observa o *rating* atribuído pela agência classificadora de risco contratada e é aprovada pelo Comitê de Investimentos da Entidade.

## Risco de Mercado

Em aderência à legislação e melhores práticas de mercado, é realizada a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado por meio do *Value at Risk* (VaR), ou Valor em Risco, e do *Benchmark – Value at Risk* (B-VaR), ou seja, Valor em Risco em relação ao parâmetro de referência, estabelecidos na Política de Investimentos.

O VaR estima a maior perda possível em determinado horizonte de tempo, enquanto o B-VaR estima a maior perda possível em determinado horizonte de tempo em relação a um parâmetro de referência. Ambos se utilizam de cenários econômicos-base e de estresse para avaliar o comportamento dos ativos em diversas conjunturas econômicas.

## Risco de Liquidez

São monitorados os horizontes de alocação de curto, médio e longo prazos, de forma a se buscar a alocação adequada às necessidades de recursos e de performance do Instituto.

O Monitoramento de Liquidez de Curto Prazo visa observar e ajustar o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, como ativos ou fundos de investimento em renda fixa, para fazer frente aos compromissos de curto prazo (2016). Os Monitoramentos de Liquidez de Médio e Longo Prazo observam o comportamento dos ativos líquidos (caixa), considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos de médio prazo (2017 a 2020) e de longo prazo (posterior a 2020).

## Risco Operacional

Os riscos intrínsecos à operacionalização dos processos são avaliados anualmente pela Gerência de Controle, a partir da Autoavaliação e da Matriz de Riscos e Controles Internos, que observam aspectos qualitativos e quantitativos dos riscos inerentes aos processos institucionais.

A cada ciclo de Autoavaliação de Riscos e Controles Internos, os processos são atualizados e os níveis de risco e oportunidades de melhorias identificados são convertidos em ações, que visam à implantação de controles nas rotinas operacionais das unidades e, posteriormente, são certificadas pela área de riscos. As perdas de valores monetários ocorridas são identificadas, registradas e avaliadas, de modo a se promover melhorias nos processos e demonstrar a fidedignidade na gestão dos recursos da Entidade.

Ainda na gestão do risco operacional, o Economus identifica anualmente, a partir da construção da BIA (*Business Analysis Impact*), os processos e atividades críticos para os negócios que são objetos de elaboração de Planos de Continuidade de Negócios (PCN), desenvolvidos com as respectivas unidades gestoras.

## Risco Legal

É realizado monitoramento do cumprimento das obrigações legais emitidas pelos órgãos reguladores, em especial, de Previdência e de Assistência à Saúde, para assegurar a conformidade em seus processos.

Na Gestão de Investimentos, é utilizado *software* específico para verificação, mensuração e quantificação da aderência de todas as carteiras de investimentos de acordo com a legislação aplicável às EFPCs (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e as Políticas Institucionais da Entidade.

## Risco Sistêmico

A diversificação é um fator determinante para a mitigação do risco sistêmico. Dessa forma, os recursos são alocados em diversos setores, emissores e gestores externos, bem como são observados diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos dos Planos.

Além disso, há a diversificação entre os vários setores de atividade econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, bem como entre os diversos segmentos do setor não financeiro.

## Risco do Passivo Atuarial

Anualmente, é realizada a avaliação atuarial dos planos de benefícios, onde são avaliados os encargos e as receitas, assim como a adequação do Plano de Custeio em vigor e o acompanhamento das Hipóteses Biométricas (mortalidade e entrada em invalidez) e Econômico-Financeiras (crescimento salarial e taxa de juros).

# GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo Administrativo do PGA (Plano de Gestão Administrativa) do Economus é formado pelas receitas provenientes do custeio dos planos de benefícios e dos investimentos e pelo resultado financeiro auferido na rentabilização dos ativos, deduzido do volume de despesas administrativas previdenciais e de investimentos.

Em 2015, o PGA encerrou o exercício com patrimônio total de R\$ 53,2 milhões, representando um crescimento de 17,68% em relação ao patrimônio do exercício anterior.

COMPOSIÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo Exercício Anterior	45.217	34.349	31,64
1. Custeio da Gestão Administrativa	57.512	55.371	3,87
1.1. Receitas	57.512	55.371	3,87
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	27.731	24.181	14,68
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.923	5.050	17,29
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	5.843	3.423	70,70
Reembolso da Gestão Assistencial	17.608	20.818	-15,42
Outras Receitas	407	1.899	-78,57
2. Despesas Administrativas	47.263	43.406	8,89
2.1. Gestão Previdencial	23.477	16.963	38,40
2.2. Gestão dos Investimentos	6.178	5.625	9,83
2.3. Gestão Assistencial	17.608	20.818	-15,42
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	2.254	1.097	105,47
4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	7.995	10.868	-26,44
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)	7.995	10.868	-26,44
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	53.212	45.217	17,68

Entre os fatores que justificam o crescimento do Fundo Administrativo, destacam-se o desempenho observado nos investimentos e o foco da gestão na melhoria contínua dos processos da Entidade, que tem contribuído para a redução das despesas administrativas.

O Economus adota a gestão compartilhada dos recursos administrativos registrados no PGA, assim, a destinação dos recursos administrativos aos fundos de participação dos planos de benefícios é feita após a apuração das sobras das fontes de custeio e dos resultados financeiros e utilizações do fundo administrativo realizada no período.

## Despesas Administrativas

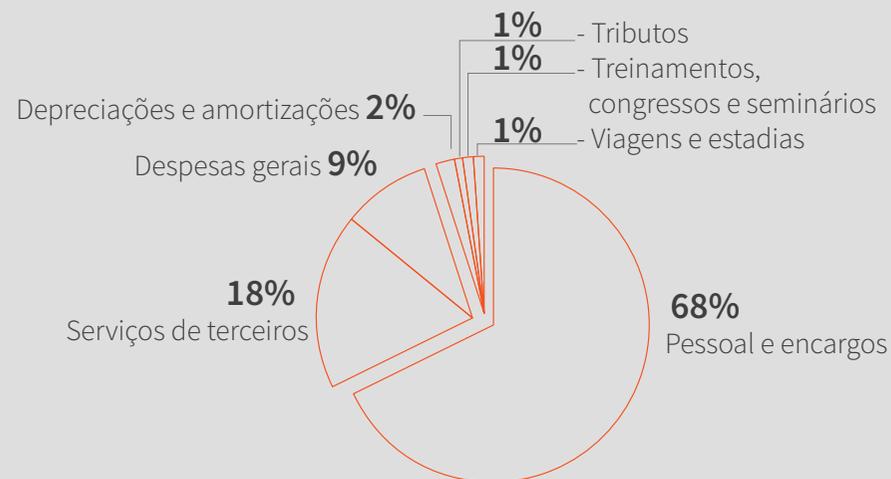
As despesas administrativas são identificadas e controladas por centros de custos e segregadas por tipo de gestão (previdencial, de investimentos e assistencial) a partir de critérios preestabelecidos. São monitoradas regularmente pelo Conselho Fiscal por meio de indicadores e limites estabelecidos pelo Conselho Deliberativo, por ocasião da elaboração do Orçamento Anual da Entidade.

Todas as despesas administrativas inerentes à gestão assistencial e realizadas pelo PGA são reembolsadas, sendo cobertas integralmente pelos recursos originados das taxas de custeio dos planos de assistência à saúde.

O percentual de crescimento das Despesas Administrativas, entre os exercícios de 2014 e 2015, foi de 8,89%, ficando, portanto, abaixo do índice de inflação, que foi de 10,67% (IPCA).

As Despesas Administrativas relacionadas às gestões Previdencial e de Investimentos corresponderam a 63% do valor total e se concentraram nas verbas de Pessoal e Encargos e Serviços de Terceiros.

## DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE DESPESAS PREVIDENCIAIS E DE INVESTIMENTOS POR GRUPO



## Indicadores de Gestão

Além do controle gerencial das despesas, o Economus realiza o acompanhamento dos indicadores da gestão administrativa, cujas metas são fixadas anualmente pelo Conselho Deliberativo, juntamente com a aprovação do Orçamento Geral da Entidade.

Atualmente, são quatro os indicadores de gestão administrativa, sendo um deles o limite fixado para avaliação das receitas administrativas (taxa de carregamento) e os demais limites fixados para a avaliação das despesas administrativas (despesas totais, previdenciais e de investimentos). Conforme demonstrado no quadro a seguir, os indicadores de gestão encerraram os exercícios de 2014 e 2015 enquadrados dentro dos limites previamente fixados.

INDICADORES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	2015		2014	
	Limite	Realizado	Limite	Realizado
<b>Limite Taxa Carregamento</b> (Recursos Previdenciais e de Investimentos sem Contribuições Normais + Benefícios Pagos <b>(CGPC 29)</b> )	6,00%	5,51%	6,00%	5,49%
<b>Limite das Despesas Totais</b> sem Contribuições Normais + Benefícios Pagos	6,10%	5,22%	5,55%	4,45%
<b>Limite das Despesas Previdenciais</b> sem Contribuições Normais + Benefícios Pagos	4,95%	4,17%	4,50%	3,35%
<b>Limite das Despesas de Investimentos</b> em relação aos Recursos Garantidores	0,20%	0,13%	0,20%	0,13%

Em 2015, devido a iniciativas estratégicas e projetos previstos para o ano, os limites fixados para a Taxa de Carregamento (6,00%) e Despesas Totais (6,10%) demonstravam um cenário de consumo do Fundo Administrativo. Entretanto, com a melhoria nos processos de controle e o adiamento de algumas dessas ações para o próximo exercício, o resultado realizado entre esses indicadores gerou margem de 0,29%, aumentando o patrimônio do Fundo Administrativo do Economus em R\$ 7,995 milhões.

A análise conjunta do resultado desses indicadores permite avaliar a suficiência de recursos frente aos gastos com a manutenção da estrutura administrativa do Economus.



*Fabio Kodi Takano- GECOT/DICON, trabalha há aproximadamente catorze anos no Economus.*

# **CAPÍTULO 3** GESTÃO PREVIDENCIÁRIA



*Marco Antonio Longo Guliach - GECON/CONTA, trabalha há aproximadamente doze anos no Economus.*

# PLANOS E PARTICIPANTES

O Economus administra quatro planos de benefícios previdenciários: três na modalidade de Benefício Definido (BD) e um na modalidade de Contribuição Variável (CV).

No fim de 2015, os planos de benefícios apresentaram as seguintes quantidades de participantes e assistidos:

Do total de 24.774, constam 5.654 participantes e assistidos que possuem dois planos de previdência: o Regulamento Geral e o PrevMais.



Participantes

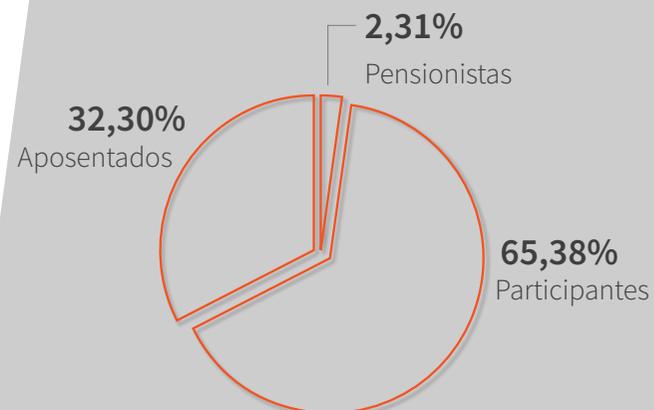


Aposentados



Pensionistas

## PLANO DE BENEFÍCIOS



	Participantes	Aposentados	Pensionistas	Total
Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)*	1.181	7	4	<b>1.192</b>
Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)*	1.038	0	4	<b>1.042</b>
Regulamento Geral (Grupo C)	4.583	6.600	481	<b>11.664</b>
PrevMais	9.396	1.396	84	<b>10.876</b>
<b>Total</b>	<b>16.198</b>	<b>8.003</b>	<b>573</b>	<b>24.774</b>

\* São considerados participantes, além dos empregados do Patrocinador, os ex-empregados aposentados cujo benefício de aposentadoria é custeado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou pelo próprio Patrocinador.

## Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

O plano Regulamento Complementar nº 1, ou Grupo B, é o plano dos empregados do Banco Nossa Caixa S.A. admitidos pelo regime CLT até 13 de maio de 1974, regulamentado pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58.

Está estruturado na modalidade Benefício Definido, ou seja, no momento da contratação do plano, o participante sabe qual é o nível de seu benefício futuro e as contribuições poderão ser ajustadas de forma a garantir o pagamento desse benefício.

O plano compreende os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte e Invalidez;
- Auxílio-Doença ou Acidente de Trabalho;
- Auxílio-Adicional;
- Auxílio-Reclusão.

### PARTICIPANTES

Dados	Dezembro de 2015
Quantidade	1.181
Idade Média	67,52
Tempo Médio de Plano	36,85
Média dos Salários de Participação (R\$)	11.869,73
Soma dos Salários de Participação (R\$)	14.018.152,34

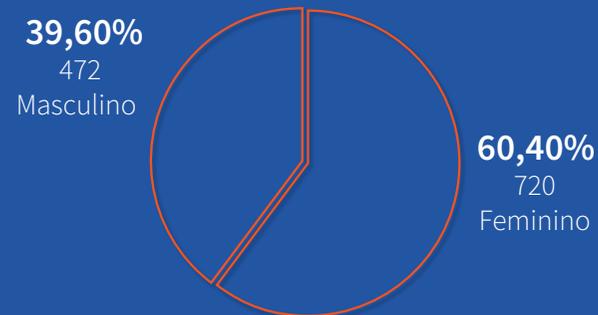
### ASSISTIDOS EM 31/12/2015

Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média	Benefício Médio (R\$)	Folha Mensal (R\$)
Aposentadoria por Invalidez	1	77,75	3.670,49	3.670,49
Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade	6	69,96	7.210,94	43.265,61
Pensão por Morte	4	65,38	3.372,95	13.491,78
<b>Total/Média</b>	<b>11</b>	<b>69,00</b>	<b>5.493,45</b>	<b>60.427,88</b>

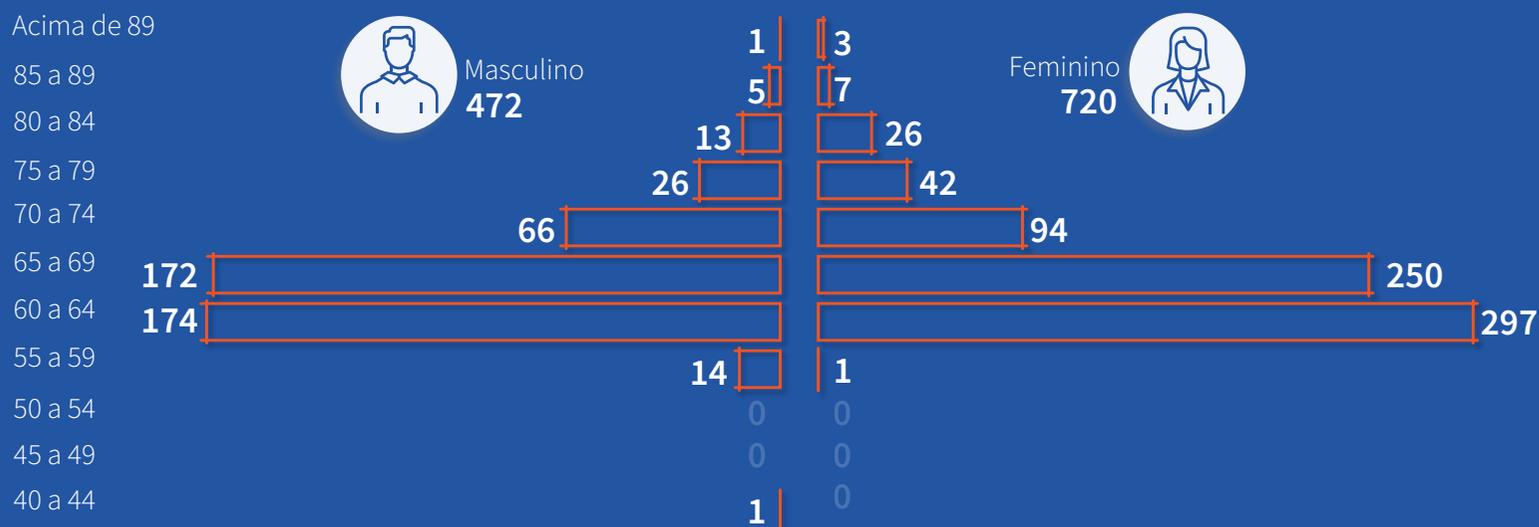
## DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE PARTICIPANTE



## DISTRIBUIÇÃO POR SEXO



## REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº1 - PIRÂMIDE ETÁRIA



## ALOCAÇÃO, ENQUADRAMENTO E RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

Segmento	Alocação dos Investimentos		Enquadramento à Política de Investimentos (%)			Rentabilidade		
						Plano	Meta	
	R\$ milhões	%	Objetivo	Mínimo	Máximo	%	%	
Consolidado	31,3	100,00	%	%	%	15,73	16,16	INPC + 5,38% a.a. <sup>(3)</sup>
Renda Fixa	31,3	100,00	98,90	90,00	100,00	15,73	16,16	INPC + 5,38% a.a. <sup>(3)</sup>
Renda Variável	-	-	1,10	0,00	10,00	-	-	IBrX

<sup>(3)</sup> INPC + 4,30% a.a. até novembro de 2015, alterado para 5,38% a.a. em dezembro de 2015

### Adequação da Taxa Real de Juros

A taxa real de juros foi alterada de 4,30% a.a. para 5,38% a.a. segundo estudo de aderência realizado, atendendo ao limite estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº18/2006 e suas alterações.

### Resultado Atuarial

Para verificar a adequação ou a suficiência do Patrimônio de Cobertura do Plano frente ao compromisso assumido com os participantes, de acordo com as Provisões Matemáticas, foi realizada a mensuração do Resultado Atuarial do Plano apurado na Avaliação Atuarial, comparando-se com o ano anterior:

Item	Avaliação Atuarial Anual de 2014 (A)	Avaliação Atuarial Anual de 2015 (B)	Varição Anual (B)/(A)-1
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>16.073.946,99</b>	<b>35.421.501,80</b>	<b>120,37%</b>
<b>Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>15.089.812,68</b>	<b>55.768.213,26</b>	<b>269,58%</b>
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>984.134,31</b>	<b>(20.346.711,46)</b>	<b>-2167,47%</b>
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	984.134,31	(20.346.711,46)	-2167,47%
Reserva de Contingência	984.134,31	0,00	-100,00%
Reserva Especial para Revisão do Plano	0,00	0,00	0,00%
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>984.134,31</b>	<b>(20.346.711,46)</b>	<b>-2167,47%</b>
<b>Ajuste de Precificação <sup>(1)</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>210.571,06</b>	<b>0,00%</b>
<b>Equilíbrio Técnico Ajustado <sup>(1)</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>(20.136.140,40)</b>	<b>0,00%</b>

<sup>(1)</sup>Instrução Previc nº 19/2015

A rentabilidade do Plano nos 12 meses que antecederam a data da avaliação foi de 15,73%, sendo que a meta atuarial no período, composta pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 16,07%, o que resultou em uma perda técnica atuarial no exercício de 0,29%.

O déficit técnico do exercício de 2015 foi ocasionado, principalmente, pela mudança no regime financeiro dos benefícios de risco, que resultou no aumento de 269,58% das Provisões Matemáticas totais, e pela perda atuarial, devido à rentabilidade do Plano não ter alcançado a meta atuarial.

Especificamente a mudança do regime financeiro afetou os benefícios de risco, como complementação de auxílio-reclusão, de auxílio-doença e os pecúlios, avaliados até então pelos Regimes de Capital de Cobertura e Repartição Simples, e passaram a ser avaliados pelo Regime de Capitalização. É importante destacar que essa mudança se fez necessária a fim de constituir reservas que garantirão o pagamento desses benefícios no futuro, dado que o plano está fechado para novas adesões.

A seguir, a evolução do resultado acumulado do Plano, nos três últimos exercícios, além do resultado calculado na Avaliação Atuarial.

Exercício	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit no Exercício	Reserva de Contingência	Reserva Especial	Ajuste de Precificação
2012	2.590.873,86	483.241,16	2.590.873,86	0,00	0,00
2013	1.381.938,90	(1.208.934,96)	1.381.938,90	0,00	0,00
2014	984.134,31	(397.804,59)	984.134,31	0,00	0,00
2015	(20.346.711,46)	(21.330.845,77)	0,00	0,00	210.571,06

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC n° 16/2014 e observando os critérios previstos na Instrução Previc n° 19/2015, o ajuste de precificação totalizou R\$ 210.571,06 resultando em um déficit técnico ajustado de R\$ 20.136.140,40.

A avaliação atuarial completa pode ser analisada na página **229**



João Carlos de Araújo Jacó - GETIN/INFRA, trabalha há aproximadamente sete anos no Economus.

## Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

O plano Regulamento Complementar nº 2, ou Grupo A, destina-se aos empregados do Banco Nossa Caixa S.A. contratados pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76.

Está estruturado na modalidade Benefício Definido, ou seja, no momento da contratação do plano, o participante sabe qual é o nível de seu benefício futuro e as contribuições poderão ser ajustadas de forma a garantir o pagamento do benefício.

O plano compreende os seguintes benefícios:

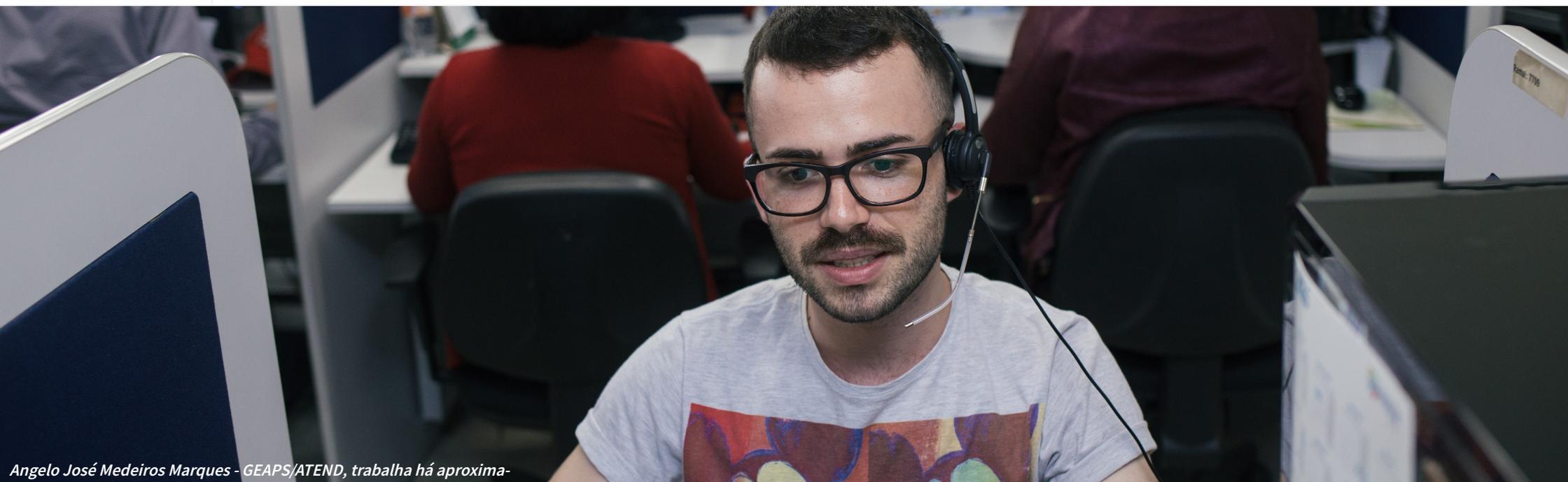
- Pensão por Morte
- Pecúlio por Morte

### PARTICIPANTES

Dados	Dezembro de 2015
Quantidade	1.038
Idade Média	79,14
Tempo Médio de Plano	37,26
Média dos Salários de Participação (R\$)	10.431,85
Soma dos Salários de Participação (R\$)	10.828.256,72

### ASSISTIDOS EM 31/12/2015

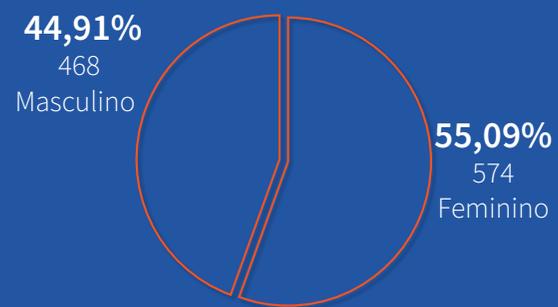
Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média	Benefício Médio (R\$)	Folha Mensal (R\$)
Pensão por Morte	4	74,20	3.995,68	15.982,70
<b>Total/Média</b>	<b>4</b>	<b>74,20</b>	<b>3.995,68</b>	<b>15.982,70</b>



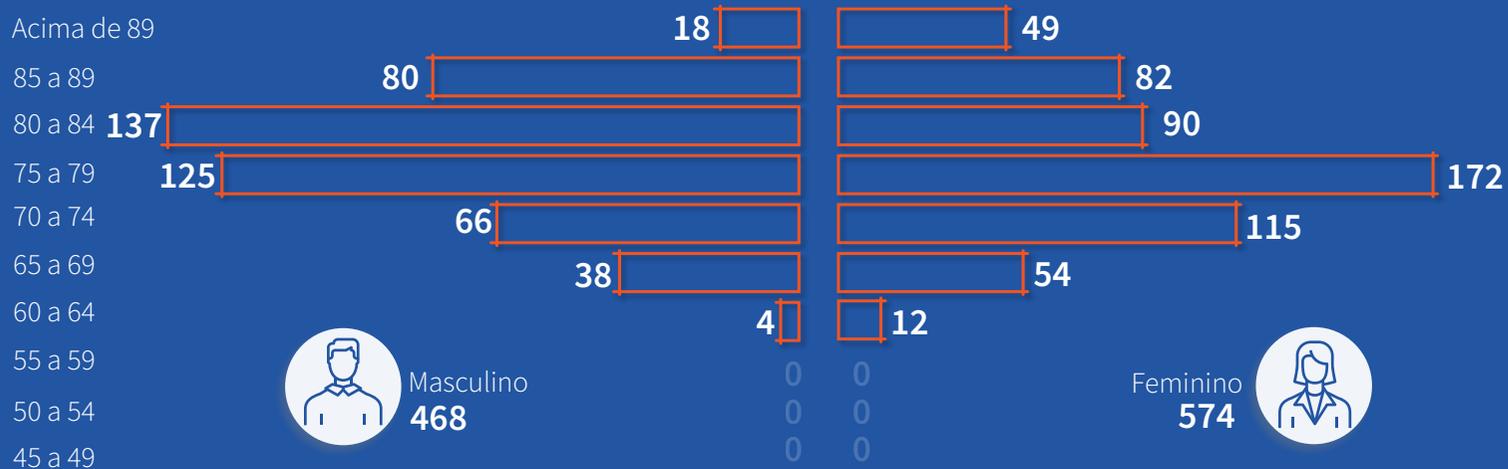
## DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE PARTICIPANTE



## DISTRIBUIÇÃO POR SEXO



## REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº2 - PIRÂMIDE ETÁRIA



## ALOCAÇÃO, ENQUADRAMENTO E RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

Segmento	Alocação dos Investimentos		Enquadramento à Política de Investimentos (%)			Rentabilidade		
						Plano	Meta	
	R\$ milhões	%	Objetivo	Mínimo	Máximo	%	%	
Consolidado	21,3	100,00	%	%	%	16,06	16,17	INPC + 5,52% a.a. <sup>(4)</sup>
Renda Fixa	21,3	100,00	94,60	80,00	100,00	16,06	16,17	INPC + 5,52% a.a. <sup>(4)</sup>
Renda Variável	-	-	0,50	0,00	10,00	-	-	IBrX
Estruturado	-	-	4,90	0,00	10,00	-	-	IPCA + 8,00% a.a.

<sup>(4)</sup> INPC + 4,30% a.a. até novembro de 2015, alterado para 5,52% a.a. em dezembro de 2015

### Adequação da Taxa Real de Juros

A taxa real de juros foi alterada de 4,30% a.a. para 5,52% a.a. segundo estudo de aderência realizado, atendendo ao limite estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

### Resultado Atuarial

Para verificar a adequação ou a suficiência do Patrimônio de Cobertura do Plano frente ao compromisso assumido com os participantes, de acordo com as Provisões Matemáticas, foi realizada a mensuração do Resultado Atuarial do Plano apurado na Avaliação Atuarial, comparando-se com o ano anterior:

Item	Avaliação Atuarial Anual de 2014 (A)	Avaliação Atuarial Anual de 2015 (B)	Varição Anual (B)/(A)-1
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>15.120.406,37</b>	<b>23.592.889,87</b>	<b>56,03%</b>
<b>Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>6.990.138,07</b>	<b>46.584.953,19</b>	<b>566,44%</b>
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>8.130.268,30</b>	<b>(22.992.063,32)</b>	<b>-382,80%</b>
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	8.130.268,30	(22.992.063,32)	-382,80%
Reserva de Contingência	1.747.534,52	0,00	-100,00%
Reserva Especial para Revisão do Plano	6.382.733,78	0,00	-100,00%
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>8.130.268,30</b>	<b>(22.992.063,32)</b>	<b>-382,80%</b>
<b>Ajuste de Precificação<sup>(1)</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>128.040,72</b>	<b>0,00%</b>
<b>Equilíbrio Técnico Ajustado<sup>(1)</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>(22.864.022,60)</b>	<b>0,00%</b>

<sup>(1)</sup>Instrução Previc nº 19/2015

A rentabilidade do Plano no ano foi de 16,06%, sendo que a meta atuarial no período, composta pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 16,07%, o que resultou em uma perda técnica atuarial no exercício de 0,01%.

O déficit técnico do exercício de 2015 foi ocasionado, principalmente, pela mudança no regime financeiro dos benefícios de risco, que resultou no aumento em 566,44% das Provisões Matemáticas totais.

Especificamente a mudança do regime financeiro afetou o benefício de risco de pecúlio por morte, avaliado até então pelo Regime de Repartição Simples, e que passou a ser avaliado pelo Regime de Capitalização. É importante destacar que essa mudança se fez necessária a fim de constituir reserva que garantirá o pagamento desse benefício no futuro, dado que o plano está fechado para novas adesões.

A seguir, a evolução do resultado acumulado do Plano nos três últimos exercícios, além do resultado calculado na Avaliação Atuarial.

Valores em R\$

Exercício	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit no Exercício	Reserva de Contingência	Reserva Especial	Ajuste de Precificação
2012	3.449.701,59	1.563.700,86	2.000.128,86	1.449.572,73	0,00
2013	4.732.974,27	1.283.272,68	1.908.885,48	2.824.088,79	0,00
2014	8.130.268,30	3.397.294,03	1.747.534,52	6.382.733,78	0,00
2015	(22.992.063,32)	(31.122.331,62)	0,00	0,00	128.040,72

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC n° 16/2014 e observando os critérios previstos na Instrução Previc n° 19/2015, o ajuste de precificação totalizou R\$ 128.040,72, resultando em um déficit técnico ajustado de R\$ 22.864.022,60.

**Vera Lucia Brolezzi Nascimento - GEAPS/DICRE, trabalha há aproximadamente quinze anos no Economus.**



A avaliação atuarial completa pode ser analisada na página **229**

## Regulamento Geral (Grupo C)

O plano Regulamento Geral, ou Grupo C, destina-se aos empregados admitidos a partir de 13 de maio de 1974 no Banco Nossa Caixa S.A. e contratados pelo regime CLT.

Está estruturado na modalidade Benefício Definido, ou seja, no momento da contratação do plano, o participante sabe qual é o nível de seu benefício futuro e as contribuições poderão ser ajustadas de forma a garantir o pagamento do benefício.

O plano compreende os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte e Invalidez;
- Auxílio-Doença ou Acidente de Trabalho;
- Auxílio-Adicional;
- Auxílio-Reclusão.

### PARTICIPANTES NÃO OPTANTES PELO SALDAMENTO

Dados	Dezembro de 2015
Quantidade	24
Idade Média	53,19
Tempo Médio de Plano	23,54
Tempo Médio de Empresa	25,46
Tempo Médio de Serviço Futuro	4,71
Média dos Salários de Participação (R\$)	5.277,66
Soma dos Salários de Participação (R\$)	126.663,91

### PARTICIPANTES SALDADOS

Dados	Dezembro de 2015
Quantidade	4.538
Idade Média	51,09
Média dos Benefícios Saldados (R\$)	1.449,70
Soma dos Benefícios Saldados (R\$)	6.578.728,58

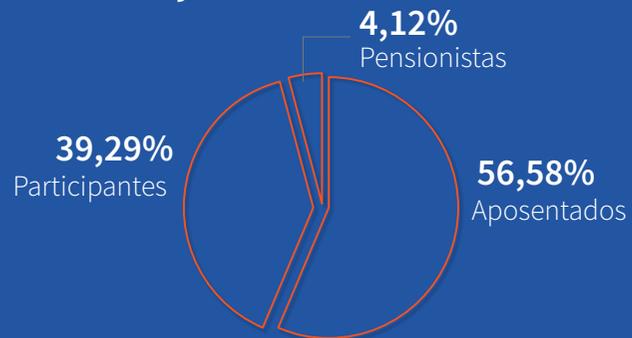
### PARTICIPANTES EM BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Dados	Dezembro de 2015
Quantidade	21
Idade Média	53,45
Média dos Benefícios BPD (R\$)	761,27
Soma dos Benefícios BPD (R\$)	15.986,64

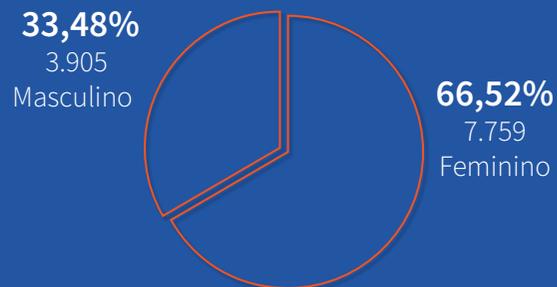
### ASSISTIDOS EM 31/12/2015

Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média	Benefício Médio (R\$)	Folha Mensal (R\$)
Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade	6.080	63,14	4.510,36	27.423.004,78
Aposentadoria por Invalidez	520	62,77	3.430,13	1.783.667,11
Pensão por Morte	481	63,89	3.397,47	1.634.183,47
<b>Total/Média</b>	<b>7.081</b>	<b>63,16</b>	<b>4.355,44</b>	<b>30.840.855,36</b>

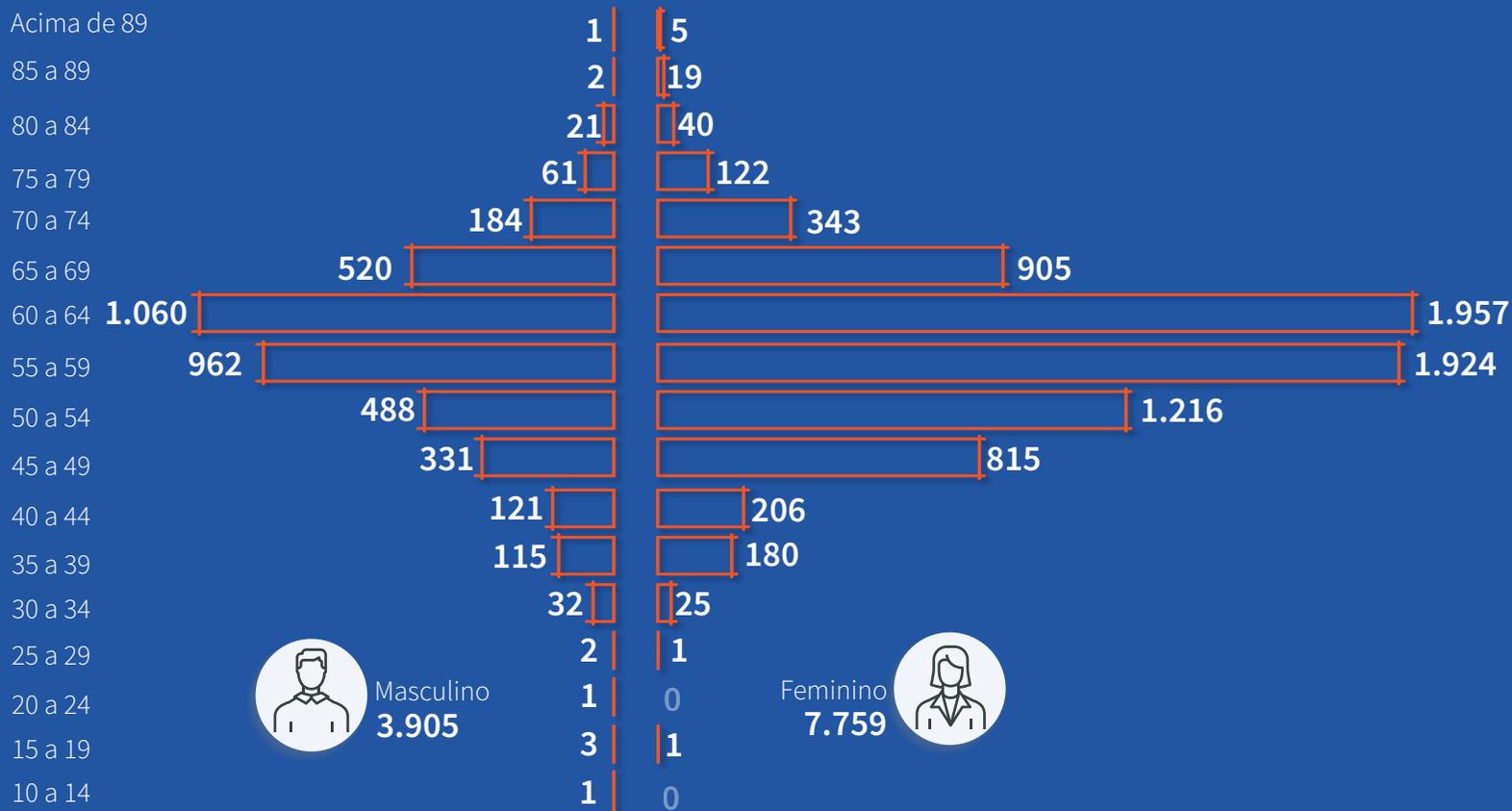
## DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE PARTICIPANTE



## DISTRIBUIÇÃO POR SEXO



## REGULAMENTO GERAL - PIRÂMIDE ETÁRIA



## ALOCAÇÃO, ENQUADRAMENTO E RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

Segmento	Alocação dos Investimentos		Enquadramento à Política de Investimentos (%)			Rentabilidade		
						Plano	Meta	
	R\$ milhões	%	Objetivo	Mínimo	Máximo	%	%	
Consolidado	3.817,7	100,00	-	-	-	15,35	17,70	INPC + 6,00% a.a. <sup>(2)</sup>
Renda Fixa	3.117,4	81,66	75,01	50,00	100,00	19,82	17,70	INPC + 6,00% a.a. <sup>(2)</sup>
Renda Variável	272,6	7,14	14,96	0,00	30,00	-11,79	-12,41	IBrX
Estruturado	239,4	6,27	6,00	0,00	15,00	12,77	20,18	INPC + 8,00% a.a.
Exterior	8,9	0,23	0,26	0,00	2,00	50,44	42,98	MSCI World
Imóveis <sup>(1)</sup>	122,3	3,20	2,36	0,00	3,00	15,91	17,70	INPC + 6,00% a.a. <sup>(2)</sup>
Empréstimos	57,1	1,50	1,43	1,00	5,00	20,82	17,70	INPC + 6,00% a.a. <sup>(2)</sup>

<sup>(1)</sup> Em decorrência de reavaliação dos imóveis, ocorrida em outubro de 2015, houve valorização de 27,58% no segmento, o que justifica a alocação atual acima do limite superior.

<sup>(2)</sup> INPC + 5,75% a.a. até novembro de 2015, alterado para 6,00% a.a. em dezembro de 2015.

### Adequação da Taxa Real de Juros

A taxa real de juros foi alterada de 5,75% a.a. para 6,00% a.a. segundo estudo de aderência realizado. Essa taxa foi aprovada pela Previc por meio do Ofício nº 256/2016/CGMI/ CGMA/DIACE/PREVIC, em observância à Instrução Previc nº 01, de 12 de abril de 2013.

### Resultado Atuarial

Para verificar a adequação ou a suficiência do Patrimônio de Cobertura do Plano frente ao compromisso assumido com os participantes, de acordo com as Provisões Matemáticas, foi realizada a mensuração do Resultado Atuarial do Plano apurado na Avaliação Atuarial, comparando-se com o ano anterior:

Item	Avaliação Atuarial Anual de 2014 (A)	Avaliação Atuarial Anual de 2015 (B)	Varição Anual (B)/(A)-1
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>4.017.738.293,55</b>	<b>4.167.799.477,89</b>	<b>3,73%</b>
<b>Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>4.155.950.335,86</b>	<b>4.679.580.727,80</b>	<b>12,60%</b>
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>(138.212.042,31)</b>	<b>(511.781.249,91)</b>	<b>270,29%</b>
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	(554.263.269,99)	(892.359.961,72)	61,00%
Resultados a Realizar	416.051.227,68	380.578.711,81	-8,53%
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>(138.212.042,31)</b>	<b>(511.781.249,91)</b>	<b>270,29%</b>
<b>Ajuste de Precificação <sup>(1)</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>35.772.189,93</b>	<b>z0,00%</b>
<b>Equilíbrio Técnico Ajustado <sup>(1)</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>(476.009.059,98)</b>	<b>0,00%</b>

<sup>(1)</sup>Instrução Previc nº 19/2015

Cumpramos ressaltar que, com amparo no Ofício nº 2206/SPC/GAB, de 9 de junho de 2006, o Economus vem registrando valores na conta contábil “Resultados a Realizar”, valor esse que, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$ 380.578.711,81. Esse valor é registrado no grupo de contas “Equilíbrio Técnico”, influenciando no déficit ou superávit do Plano.

A rentabilidade do Plano no ano foi de 15,35%, sendo que a meta atuarial no período, composta pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 17,68%, o que resultou em uma perda técnica atuarial no exercício de 1,98%.

O aumento no déficit técnico acumulado no ano de 2015 foi ocasionado, principalmente, pela elevação das Provisões Matemáticas devido à alteração das premissas atuariais, bem como do efeito decorrente da pressão inflacionária, acrescida da não superação da meta atuarial do plano.

As premissas atuariais foram alteradas com base em estudo de aderência que atestam a adequação ao plano. Destacaram-se as premissas de mortalidade geral, de forma a representar melhor os ganhos de longevidade da massa de participantes e taxa de juros, alinhada com as perspectivas de rentabilidade dos ativos do plano.



*Anderson Luiz dos Reis Mathias - GEAPS/DICRE, trabalha há aproximadamente três anos no Economus.*

A seguir, a evolução do resultado acumulado do Plano nos três últimos exercícios, além do resultado calculado na Avaliação Atuarial.

Valores em R\$

Exercício	Superávit/ Déficit Acumulado	Superávit/ Déficit no Exercício	Reserva de Contingência	Reserva Especial	Ajuste de Precificação
2012	19.817.003,40	100.170.211,20	0,00	0,00	0,00
2013	(182.895.461,39)	(202.712.464,79)	0,00	0,00	0,00
2014	(138.212.042,31)	44.683.419,08	0,00	0,00	0,00
2015	(511.781.249,91)	(373.569.207,60)	0,00	0,00	35.772.189,93

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014 e observando os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação totalizou R\$ 35.772.189,93, resultando em um déficit técnico ajustado de R\$ 476.009.059,98.

## PrevMais

O plano PrevMais está estruturado na modalidade Contribuição Variável (CV), que une características das modalidades Benefício Definido e Contribuição Definida. É utilizado o modelo de contribuição definida, com contas individuais, no período de acumulação. No momento da aposentadoria, é possível optar por diferentes modalidades de renda, considerando o montante acumulado e a rentabilidade obtida pelo plano.

No que se refere aos benefícios de risco, todos estão estruturados sob a modalidade de Benefício Definido, conforme regulamento do plano.

O plano compreende os seguintes benefícios:

- Benefício de Aposentadoria
- Auxílio-Doença ou Acidente de Trabalho
- Aposentadoria por Invalidez
- Pensão por Morte
- Auxílio-Funeral

### PARTICIPANTES

Dados	Dezembro de 2015
Quantidade	8.863
Idade Média	45,07
Tempo Médio de Empresa	18,09
Tempo Médio de Serviço Futuro	8,97
Média dos Salários de Participação (R\$)	7.319,70
Soma dos Salários de Participação (R\$)	64.874.539,84

### OPTANTES PELO AUTOPATROCÍNIO

Dados	Dezembro de 2015
Quantidade	57
Idade Média	40,80

### OPTANTES PELO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Dados	Dezembro de 2015
Quantidade	7
Idade Média	39,79

### OUTROS PARTICIPANTES\*

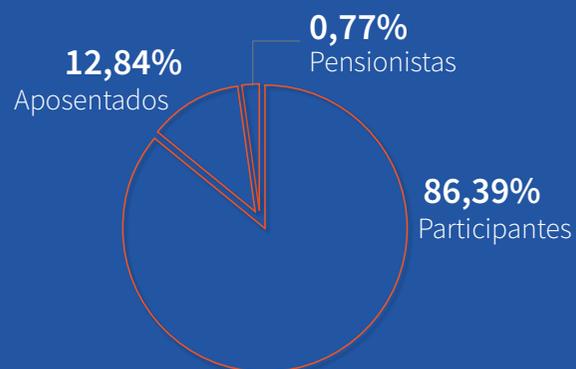
Dados	Dezembro de 2015
Quantidade	469
Idade Média	44,01

\*Participantes que estão em alguma das seguintes situações: desligados que não manifestaram opção pelos institutos legais assegurados pelo plano; com contribuição suspensa; desligado do plano; aguardando concessão de benefício; aguardando concessão de instituto; ou falecido e sem beneficiário.

### ASSISTIDOS EM 31/12/2015

Tipo de Benefício	Quantidade	Idade Média	Benefício Médio (R\$)	Folha Mensal (R\$)
Aposentadoria - Estruturado na Modalidade de Benefício Definido	94	59,13	790,41	74.298,12
Aposentadoria - Estruturado na Modalidade de Contribuição Definida	1.158	58,65	1.261,99	1.461.382,11
Aposentadoria por Invalidez	144	57,01	4.419,41	636.395,58
Pensão por Morte - Estruturado na Modalidade de Benefício Definido	72	52,90	3.727,34	268.368,19
Pensão por Morte - Estruturado na Modalidade de Contribuição Definida	12	49,81	709,31	8.511,72
<b>Total/Média</b>	<b>1.480</b>	<b>58,17</b>	<b>1.654,70</b>	<b>2.448.955,72</b>

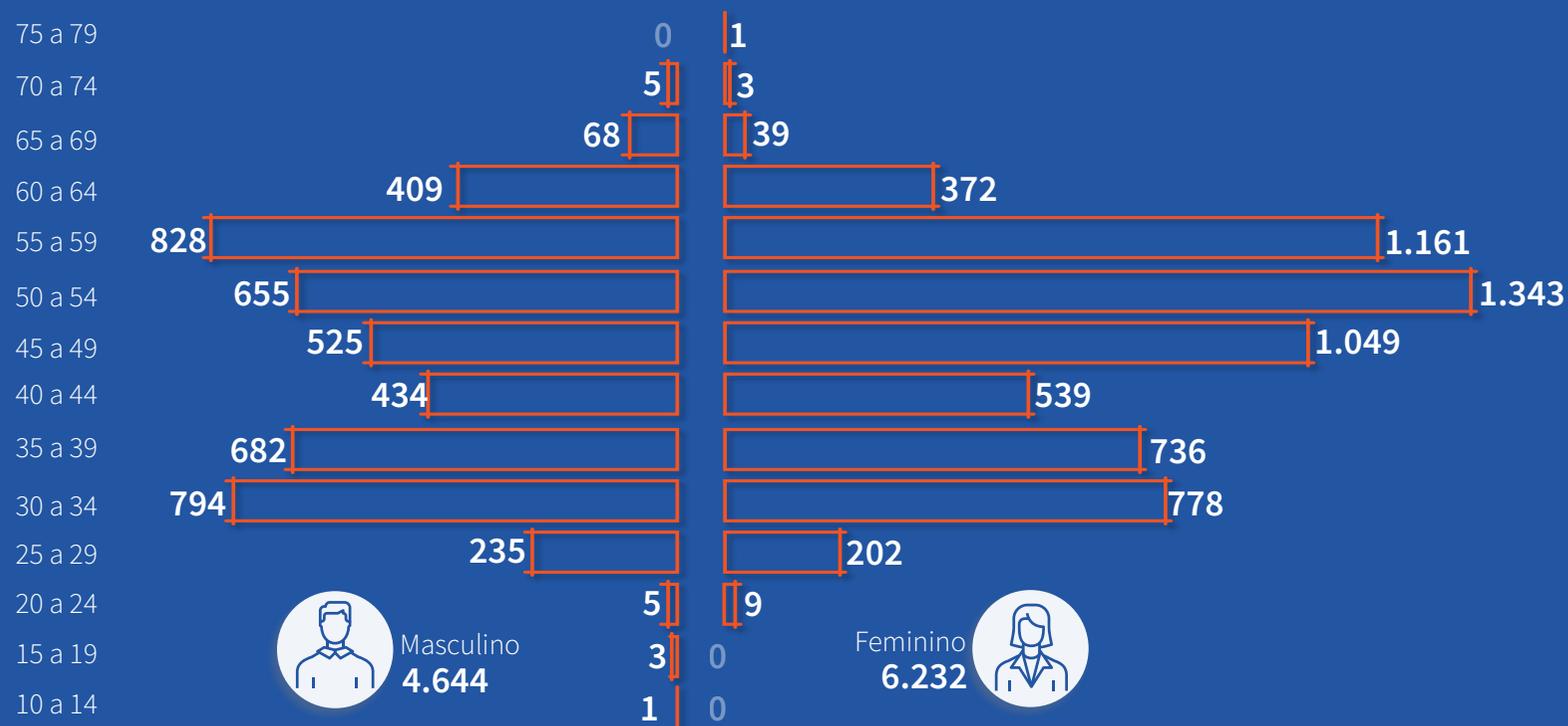
## DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE PARTICIPANTE



## DISTRIBUIÇÃO POR SEXO



## PLANO PREVMAIS - PIRÂMIDE ETÁRIA



## ALOCAÇÃO, ENQUADRAMENTO E RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

Segmento	Alocação dos Investimentos		Enquadramento à Política de Investimentos (%)			Rentabilidade		
						Plano	Meta	
	R\$ milhões	%	Objetivo	Mínimo	Máximo	%	%	
Consolidado	1.209,8	100,00	%	%	%	13,74	13,45	68% (CDI) + 3% (IBrX) + 29% (INPC + 5,00% a.a.)
Renda Fixa	1.120,4	92,61	91,66	48,00	100,00	14,77	14,30	70% (CDI) + 30% (INPC + 5,00% a.a.)
Renda Variável	40,2	3,32	4,19	0,00	38,00	-12,40	-12,41	IBrX
Estruturado	2,3	0,19	1,15	0,00	3,00	9,12	20,18	IPCA + 8,00% a.a.
Empréstimos	46,9	3,88	3,00	0,00	11,00	19,95	13,23	CDI

### Adequação da Taxa Real de Juros

Conforme estudos de aderência realizados, foi atestada a sustentabilidade da hipótese atualmente adotada da taxa de juros de 5,00% ao ano, ou a sua equivalência mensal.

### Resultado Atuarial

Para verificar a adequação ou a suficiência do Patrimônio de Cobertura do Plano frente ao compromisso assumido com os participantes, de acordo com as Provisões Matemáticas, foi realizada a mensuração do Resultado Atuarial do Plano apurado na Avaliação Atuarial, comparando-se com o ano anterior:

Item	Avaliação Atuarial Anual de 2014 (A)	Avaliação Atuarial Anual de 2015 (B)	Varição Anual (B)/(A)-1
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>892.259.581,23</b>	<b>1.091.384.868,03</b>	<b>22,32%</b>
<b>Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>895.733.869,64</b>	<b>1.083.335.822,64</b>	<b>20,94%</b>
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>(3.474.288,41)</b>	<b>8.049.045,39</b>	<b>331,67%</b>
Superávit/(Déficit) Técnico Acumulado	(3.474.288,41)	8.049.045,39	331,67%
Reserva de Contingência	0,00	8.049.045,39	0,00%
Reserva Especial para Revisão do Plano	0,00	0,00	0,00%
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>(3.474.288,41)</b>	<b>8.049.045,39</b>	<b>331,67%</b>
<b>Ajuste de Precificação<sup>(1)</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>25.361.385,75</b>	<b>0,00%</b>
<b>Equilíbrio Técnico Ajustado<sup>(1)(2)</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>8.049.045,39</b>	<b>0,00%</b>

<sup>(1)</sup> Instrução Previc nº 19/2015.

<sup>(2)</sup> Ajuste de precificação desconsiderado para fins de cálculo do equilíbrio técnico ajustado, uma vez que o plano apresentou equilíbrio técnico positivo.

A rentabilidade do Plano no ano foi de 13,74%, sendo que a meta atuarial no período, composta pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 16,84%, o que resultou em uma perda técnica atuarial no exercício de 2,65%.

A reversão do resultado do Plano, passando de um resultado deficitário em 2014 para um superávit, deve-se, primordialmente, à alteração da tábua de auxílio-doença e ao crescimento salarial. As alterações dessas premissas reduziram o crescimento do Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco, resultando em um ganho atuarial que superou o efeito da perda com a não superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano.



*Jacqueline Lira de Oliveira Cerqueira - GEAPS/ATEND  
trabalha há aproximadamente um ano no Economus.*

A seguir, a evolução do resultado acumulado do Plano nos três últimos exercícios, além do resultado calculado na Avaliação Atuarial.

Valores em R\$

<b>Exercício</b>	<b>Superávit/ Déficit Acumulado</b>	<b>Superávit/ Déficit no Exercício</b>	<b>Reserva de Contingência</b>	<b>Reserva Especial</b>	<b>Ajuste de Precificação</b>
2012	236.717,13	(205.971,13)	236.717,12	0,00	0,00
2013	2.719.648,26	2.482.931,13	2.719.648,26	0,00	0,00
2014	(3.474.288,41)	(6.193.936,67)	0,00	0,00	0,00
2015	8.049.045,39	11.523.333,80	8.049.045,39	0,00	25.361.385,75

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº16/2014 e observando os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação apurado totalizou R\$ 25.361.385,75. Uma vez que o plano apresentou equilíbrio técnico positivo, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de apuração do equilíbrio técnico ajustado.

## HIPÓTESES ATUARIAIS

Na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2015 dos Planos de Benefícios, foram utilizadas hipóteses de acordo com estudo de aderência RE 133/15, realizado pela Gama Consultores Associados, que foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 28 de janeiro de 2016, conforme ata nº 441, e acompanhado de parecer do Conselho Fiscal em 29 de janeiro de 2016, conforme ata nº 351.

Para realização dos estudos de aderência de hipóteses biométricas e demográficas, foram utilizados dados apurados a partir da experiência de morte, invalidez, afastamentos por licença-saúde, salários de participação, entre outros, observados na população de participantes e assistidos vinculada a cada plano.

A seguir, estão relacionadas as hipóteses utilizadas por Plano de Benefícios:

Hipótese	Regulamento Complementar nº 1	Regulamento Complementar nº 2	Regulamento Geral	PrevMais
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F (Agravada em 50%)	AT-2000 M&F (Agravada em 50%)	AT-2000 M&F (Agravada em 50%)	AT-2000 F
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Não aplicável	RP 2000 - Disable Female	MI - 85 Female
Entrada em Aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	Experiência Gama-Economus	Não aplicável
Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Light Média	Muller
Entrada em Auxílio-Doença	Ex - Economus II	Não aplicável	Ex - Economus II	Ex - Economus 2005-2014
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Ex - Economus ajuste gráfico	Gama/ROT Exp. Economus 2011 (D25%)
Crescimento Salarial	Não aplicável	Não aplicável	0,00% ao ano	1,36% ao ano
Fator de Capacidade	0,9780	0,9780	0,9776	0,9778
Taxa de Juros	5,38% ao ano	5,52% ao ano	6,00% ao ano	5,00% ao ano

Para melhor compreensão da importância e do propósito de cada hipótese na projeção dos compromissos dos Planos de Benefícios para com seus participantes e assistidos, representados pelos valores das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, está descrita a seguir a definição de cada uma delas:

**a)** Mortalidade Geral: experiência estatística de um determinado grupo populacional na forma de uma tabela que contém as probabilidades de morte e sobrevivência em função da idade, muito utilizada em planos de benefícios previdenciários e em seguros de vida. A hipótese de mortalidade/sobrevivência de válidos é utilizada para dimensionar o valor atual dos benefícios futuros, cujo evento gerador pode ser a morte, produzindo o benefício de pensão por morte, ou a sobrevivência, produzindo o benefício de aposentadoria programada.

**b)** Mortalidade de Inválidos: experiência estatística de um determinado grupo populacional de indivíduos inválidos na forma de uma tabela que contém as probabilidades de morte e sobrevivência em função da idade. A hipótese de mortalidade/sobrevivência de inválidos é utilizada para dimensionar o valor atual dos benefícios futuros, cujo evento gerador pode ser a morte, produzindo o benefício de pensão por morte de um indivíduo inválido, ou a sobrevivência, dimensionado o compromisso em razão de um benefício de aposentadoria por invalidez.

**c)** Entrada em Aposentadoria: experiência estatística de um grupo populacional na forma de uma tabela que contém as probabilidades de um indivíduo se aposentar por tempo de contribuição ou idade, antes de atingir uma determinada idade.

**d)** Entrada em Invalidez: experiência estatística de um grupo populacional na forma de uma tabela que contém as probabilidades de um indivíduo se invalidar, antes de atingir uma determinada idade.

**e)** Entrada em Auxílio-Doença: experiência estatística na forma de uma tabela que representa o número de pessoas expostas ao risco de requerer um benefício de auxílio-doença após 15 dias consecutivos ao afastamento do trabalho. Essa hipótese é utilizada para o cálculo do compromisso da entidade com o pagamento de auxílio-doença aos participantes do plano.

**f)** Rotatividade: hipótese que representa a expectativa do número de participantes que solicitarão o cancelamento do plano de benefícios ou que desistirão do plano sem que tenham implementado o direito a qualquer benefício do plano ao qual estiver vinculado.

**g)** Crescimento Salarial: expressa, na forma de taxa, a variável salarial. É utilizada para estimar o salário do participante para o período de cálculo dos benefícios, visando projetar o benefício devido na data em que for concedido, ou na data mais próxima possível do evento, bem como para estimar as contribuições futuras, pelo tempo em que o participante permanecerá no plano de benefícios.

**h)** Fator de Capacidade: representa o valor real do salário ou do benefício médio anual (poder aquisitivo), podendo ser entendido como o poder de compra do salário ou do benefício entre duas datas de reajustes, e está inversamente ligado ao índice de inflação projetado, sendo que, quanto maior o índice de inflação entre duas datas, menor o fator de capacidade e vice-versa.

**i)** Taxa de Juros: é a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios.



**CAPÍTULO 4**  
GESTÃO DE  
ASSISTÊNCIA  
À SAÚDE

No ano de 2015, a gestão da saúde esteve focada em buscar maior proximidade com seus beneficiários. Para isso, foi realizada pesquisa de satisfação, aprimoramento da Central de Atendimento, implantação da Rede Referenciada Oncológica e atuação de técnicos, médicos, enfermeiros e assistente social, que acolheram as demandas dos beneficiários.

## DESTAQUES

### Humanização do atendimento

Maior envolvimento e proximidade com os beneficiários, mediante atuação de técnicos, médicos, enfermeiros e assistente social, que acolhem as demandas para atender às necessidades dos beneficiários e propiciar melhor qualidade assistencial, considerando as normas regulamentares dos Planos de Saúde e as coberturas previstas no rol da ANS (Agência Nacional de Saúde). Nessa atividade estão previstas visitas domiciliares, hospitalares e institucionais, além de reuniões presenciais no Economus e nas localidades.

### Dieta enteral

Fornecimento de dieta enteral (ingestão de alimentos realizada por sonda) aos pacientes em atendimento domiciliar, por meio de empresa especializada, e orientação para se obter tal dieta diretamente do SUS (Sistema Único de Saúde). Essa conduta proporcionou qualidade assistencial, agilidade e controle de entrega, além de uma redução significativa de custos com aquisição das dietas.

### Revisão de processos internos

Alinhamento de processos internos, para uma maior aderência aos prazos estabelecidos para a autorização de procedimento, análise técnica criteriosa das patologias em face das solicitações médicas, bem como contatos com pacientes, com o intuito de melhor entender as demandas recebidas pelo Economus e garantir acesso assistencial aos beneficiários. Essas medidas visam a uma maior aproximação com os beneficiários e à mitigação de riscos de judicialização e reclamações junto ao órgão regulador.

### Regulação em saúde

Desempenho da atividade de regulação em saúde, com encaminhamento de pacientes para avaliações específicas de, no mínimo, uma segunda opinião ou, ainda, perícia documental, mediante análise técnica de laudos de exames e/ou fotos, essa última indicada, principalmente, para os casos de cirurgias bariátricas. O objetivo é avaliar o melhor tratamento para cada paciente, com orientação técnica quanto à real necessidade de realização de procedimentos.

### Análise de guias médicas

Para prevenir cobranças indevidas de despesas médicas faturadas pelos diversos prestadores, foram analisadas aproximadamente 650 mil guias assistenciais sob a ótica técnica-médica-administrativa, abrangendo atendimentos aos beneficiários em regime ambulatorial, hospitalar e domiciliar.

### Medicamentos oncológicos orais

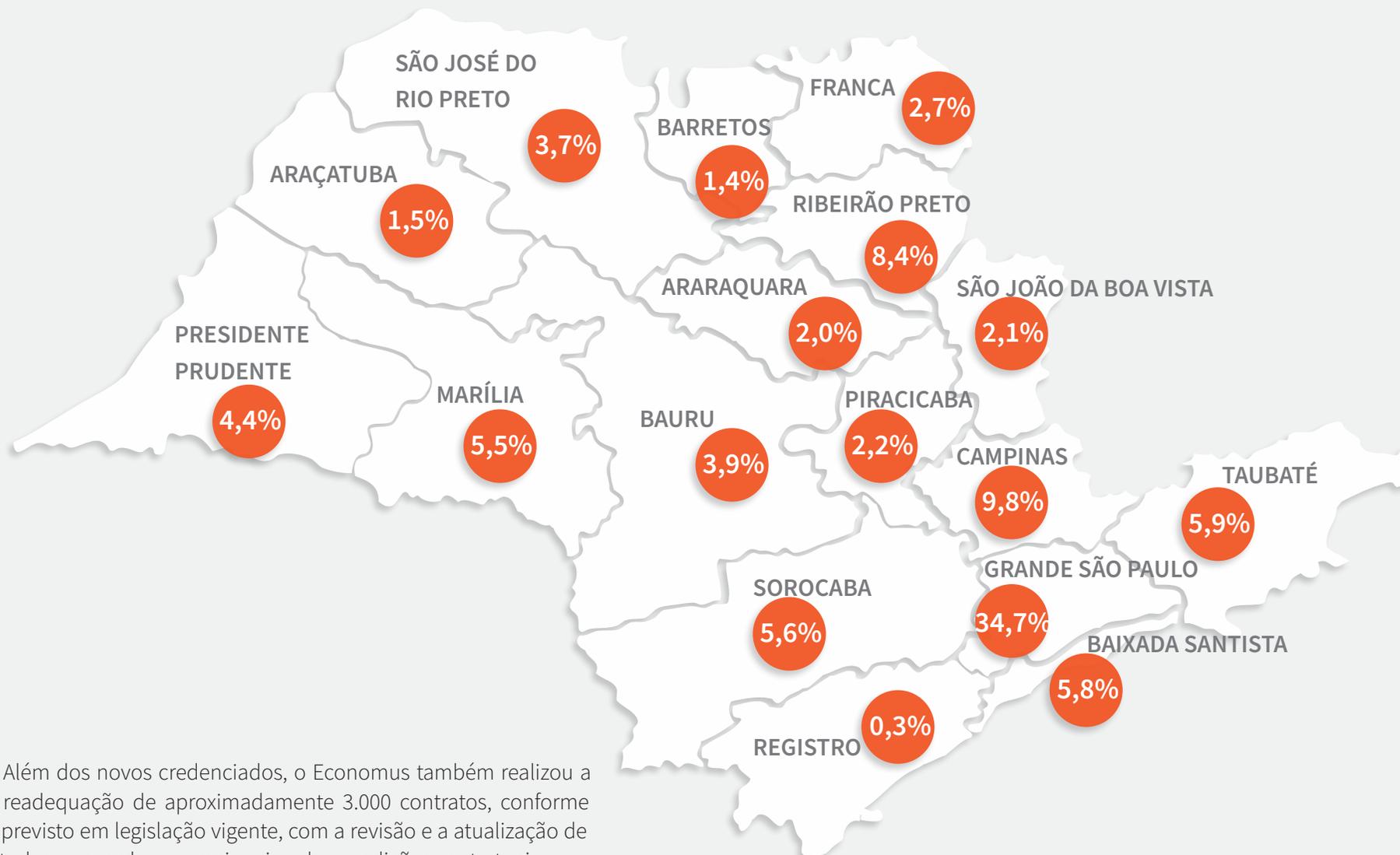
Realização de aproximadamente 1.600 entregas, na residência de 259 beneficiários em todo o Brasil. Cabe ressaltar que o Instituto conta com equipe interna especializada, responsável pelo controle, monitoramento e distribuição nacional, o que também proporcionou uma economia em aproximadamente 40%, se comparado aos valores praticados em serviços terceirizados.

## REDE CREDENCIADA

Com o objetivo de obter uma rede credenciada ampla e cada vez mais próxima de seus beneficiários, foi realizado estudo de suficiência de rede, que mostrou a necessidade de novos credenciamentos. Assim, foram concluídas 362 novas contratações, entre: hospitais, centros de diagnósticos e clínicas, em várias cidades do estado de São Paulo. Para esse trabalho, o Instituto contou com o apoio e a colaboração dos seus beneficiários na indicação de profissionais e serviços de referência em diversas regiões.

A seguir, a distribuição da rede por região e tipo de prestador:

Região de Saúde ANS	Especialidades Médicas e Terapêuticas	Tipo de Prestador							Total	%
		Exames e Tratamentos Clínicos	Hospitais e Maternidades	Cooperativas	Hospitais Especializados	Atendimento Domiciliar	Remoção	Outros		
Grande São Paulo	1.068	76	65	1	9	10	8	3	1.240	34,7%
Campinas	255	60	30	2	4	1	0	0	352	9,8%
Ribeirão Preto	224	45	28	1	1	0	0	0	299	8,4%
Taubaté	141	43	26	1	0	0	1	0	212	5,9%
Baixada Santista	171	24	8	1	1	2	0	0	207	5,8%
Sorocaba	133	43	22	0	2	1	0	0	201	5,6%
Marília	130	31	33	2	1	0	0	0	197	5,5%
Presidente Prudente	118	22	16	0	0	0	0	0	156	4,4%
Bauru	91	17	28	3	0	0	0	0	139	3,9%
São José do Rio Preto	82	15	27	5	2	2	0	0	133	3,7%
Franca	57	23	15	0	1	0	0	0	96	2,7%
Piracicaba	57	9	11	3	0	0	0	0	80	2,2%
São João da Boa Vista	46	15	11	2	2	0	0	0	76	2,1%
Araraquara	46	6	15	3	0	0	1	0	71	2,0%
Araçatuba	22	12	15	3	0	1	0	0	53	1,5%
Barretos	26	11	11	3	0	0	0	0	51	1,4%
Registro	8	3	1	0	0	0	0	0	12	0,3%
Outra UF (Reciprocidade Cassi)	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,0%
<b>Total</b>	<b>2.675</b>	<b>455</b>	<b>362</b>	<b>30</b>	<b>23</b>	<b>17</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>3.576</b>	<b>100%</b>



Além dos novos credenciados, o Economus também realizou a readequação de aproximadamente 3.000 contratos, conforme previsto em legislação vigente, com a revisão e a atualização de todos os acordos operacionais e das condições contratuais.

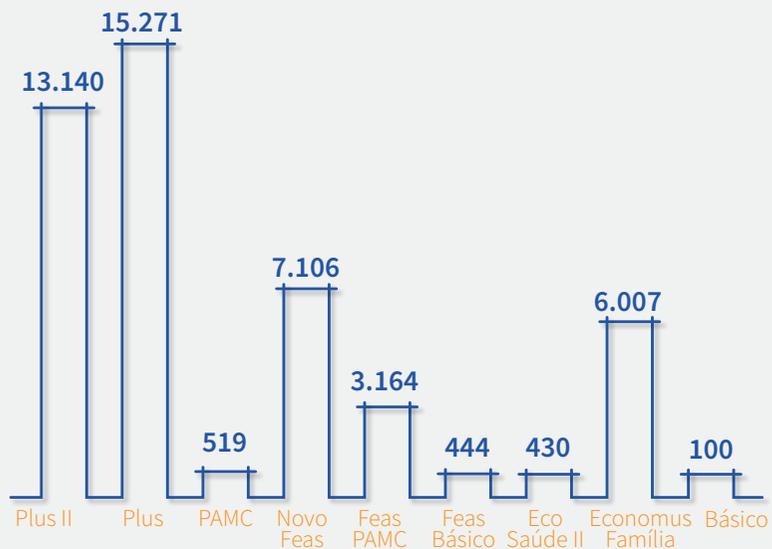
## Rede de referência em oncologia

Implantada em agosto de 2015, tem como objetivo garantir atendimento integrado, desde o diagnóstico até o pós-tratamento, por meio de equipe multiprofissional, propiciando mais comodidade ao paciente e apoio à família.

## PLANOS E BENEFICIÁRIOS

O Economus administra 9 planos de saúde com 46.181 beneficiários inscritos, entre empregados ativos e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa e do Economus, assim como seus dependentes diretos e familiares.

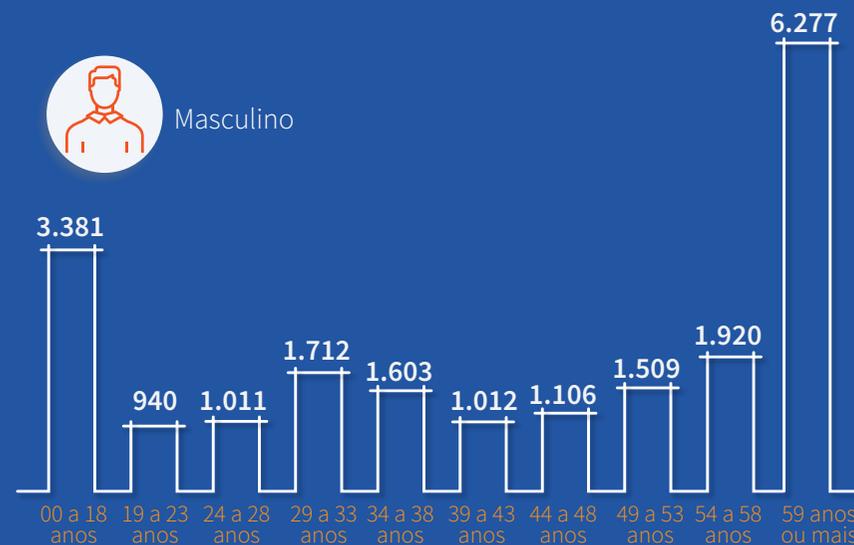
No fim de 2015, os planos de saúde apresentaram as seguintes quantidades de beneficiários por plano:



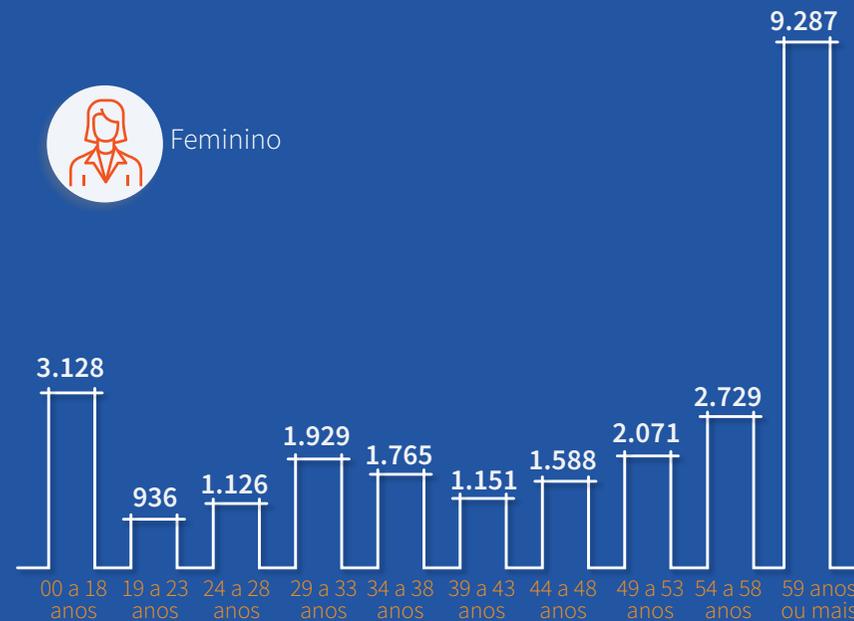
## DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA - CONSOLIDADO



Masculino



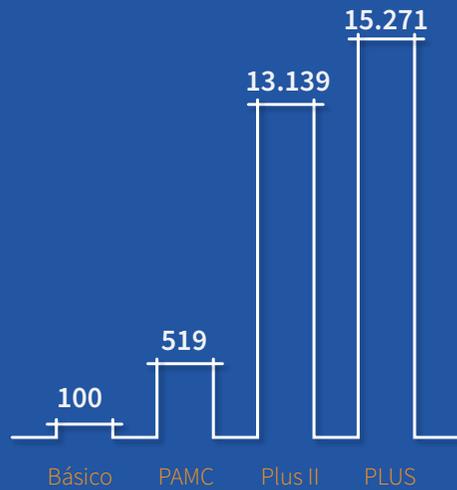
Feminino



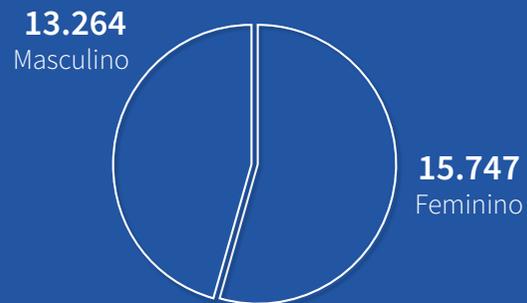
## Distribuição de Beneficiários dos planos Plus, Plus II, PAMC e Básico

Os planos de saúde Plus, Plus II, PAMC e Básico são direcionados aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa S.A., que estão ativos no Banco do Brasil, e seus dependentes.

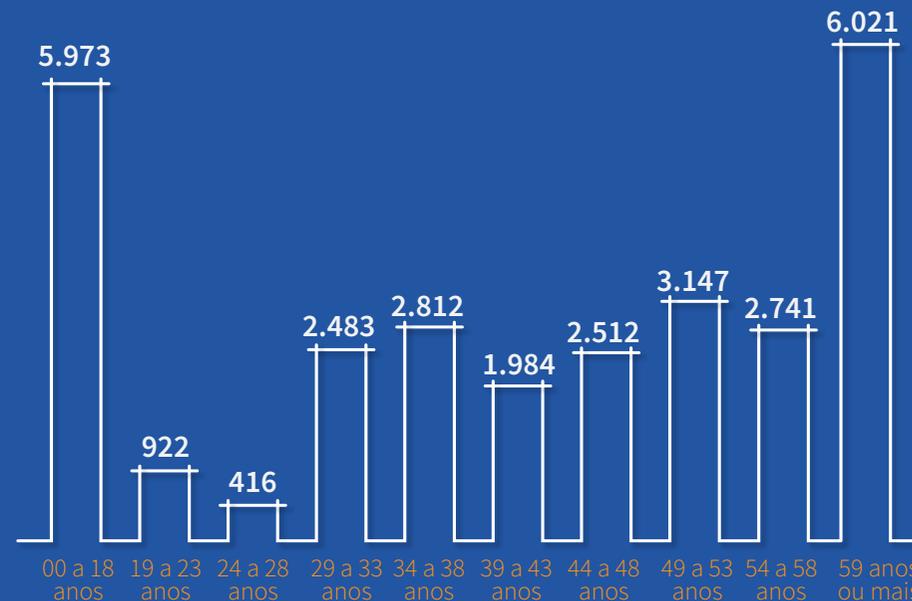
## BENEFICIÁRIOS POR PLANO



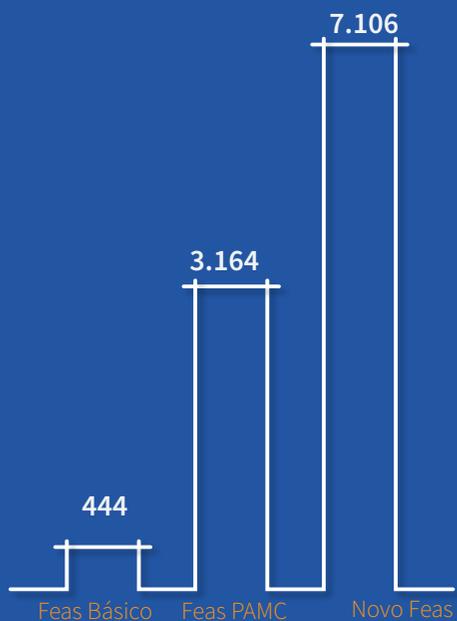
## DISTRIBUIÇÃO POR SEXO



## DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA - CONSOLIDADO



## BENEFICIÁRIOS POR PLANO



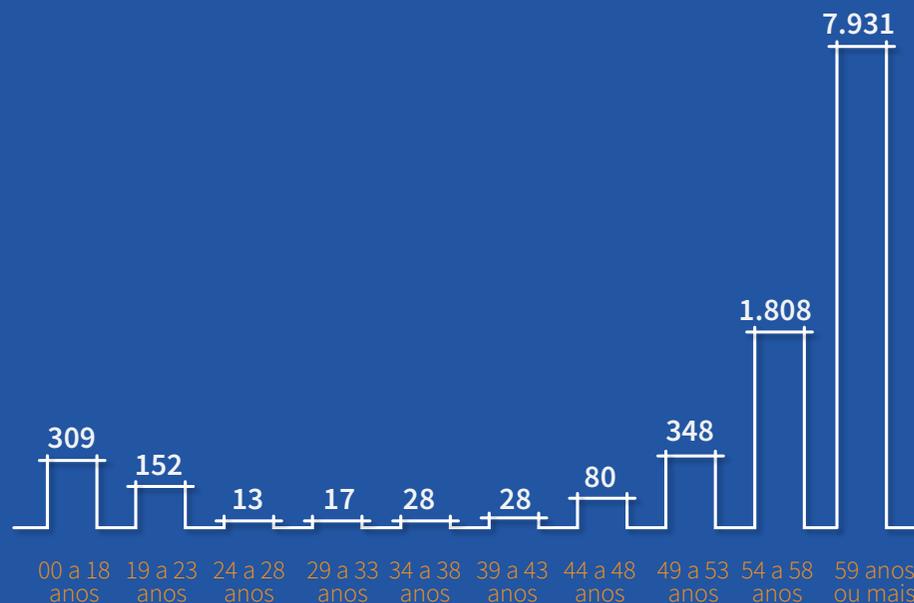
## Distribuição de Beneficiários do Feas

O Fundo Economus de Assistência Social (Feas) foi criado em 1989, para prover assistência médica aos aposentados e pensionistas dos planos de previdência do Instituto e seus dependentes diretos.

## DISTRIBUIÇÃO POR SEXO



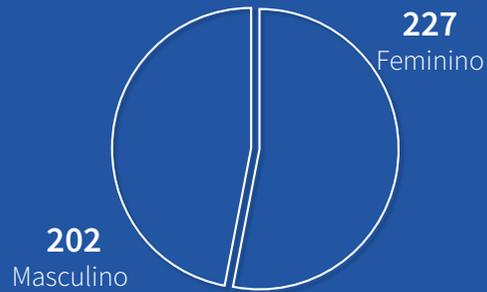
## DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA - CONSOLIDADO



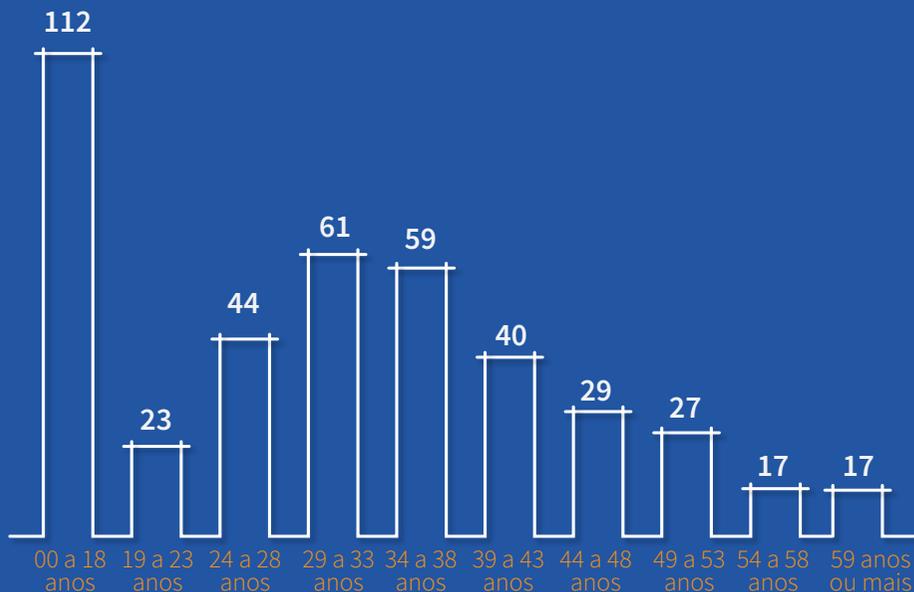
## Distribuição de Beneficiários EcoSaúde

O EcoSaúde é o plano dos empregados do Economus e seus dependentes.

### DISTRIBUIÇÃO POR SEXO



### DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA - CONSOLIDADO

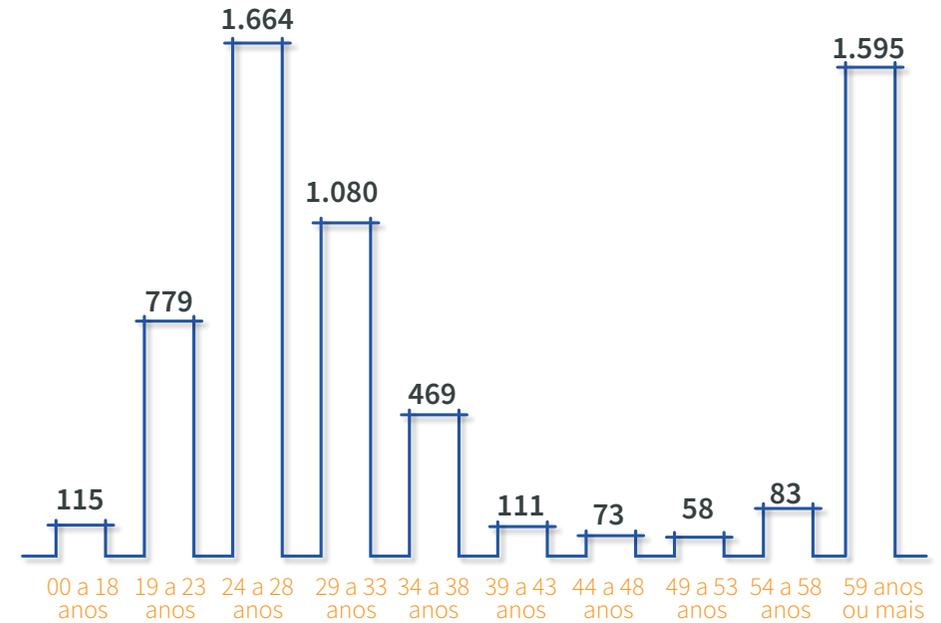


## Distribuição de Beneficiários Autossustentável

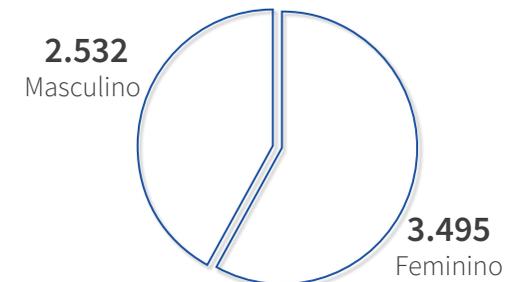
São beneficiários autossustentáveis os familiares dos titulares até 4º grau consanguíneo que pertencem ao Plano Economus Família.

No total, são 6.027 beneficiários.

### DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA - CONSOLIDADO



### DISTRIBUIÇÃO POR SEXO





**CAPÍTULO 5**  
GESTÃO DE  
INVESTIMENTOS

O Economus administra os recursos financeiros de cada plano e programa com segurança e transparência, para otimizar o desempenho dos investimentos, preservar o patrimônio e obter os melhores resultados para seus participantes. Os recursos são aplicados de acordo com as Políticas de Investimentos de cada um dos planos de benefícios e programas, que visam manter o equilíbrio e a sustentabilidade no longo prazo, com a melhor relação possível entre risco e retorno.

Com o intuito de buscar as condições de segurança, rentabilidade, equilíbrio, transparência e liquidez dos planos, o Economus possui as seguintes premissas: equilíbrio; prudência; segurança; gerenciamento de cenários; gerenciamento de recursos disponíveis; e gerenciamento de riscos.

Para isso, anualmente é realizado estudo de ALM (Gerenciamento de Ativos e Passivos) para os planos administrados pelo Economus, visando adequar as melhores combinações de ativos financeiros para cada perfil de passivo atuarial e objetivo de desempenho, de acordo com as premissas de cenário econômico e hipóteses atuariais esperadas no longo prazo. A elaboração do estudo de ALM é consonante com as melhores práticas para gestão de investimentos em EFPCs (Entidades Fechadas de Previdência Complementar), de acordo com o órgão regulador, Previc.

### **Cenário Econômico**

O cenário econômico brasileiro em 2015 foi de intensa instabilidade, devido a fatores como: maior resultado deficitário nas contas do Governo desde o início da série histórica, reportando déficit primário de R\$ 115 bilhões; inflação oficial (IPCA) de 10,71%, maior nível para o indicador nos últimos 13 anos e distante do teto da meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil de 6,5% ao ano; reflexos da Operação Lava Jato na economia, implicando em consequências relevantes, principalmente nos setores relacionados à construção civil e indústria de óleo & gás; desgaste político da administração do governo atual; elevação da taxa básica de juros, Selic, para

14,25% ao ano; e deterioração dos preços das ações negociadas em bolsa de valores, BM&FBovespa, com o IBrX, indicador que representa as cem ações mais negociadas na bolsa, reportando resultado de -12,41% na variação anual.

No mercado internacional, alguns fatores influenciaram o cenário econômico global, como a evolução da economia norte-americana, com a consequente valorização do dólar frente à cesta de moedas de outros países, e decisão do *Federal Reserve* (FED), o Banco Central dos Estados Unidos, de subir a taxa de juros básica do país; afrouxamento quantitativo (*quantitative easing*) na Zona do Euro; e desvalorização acentuada de *commodities*, em especial insumos metálicos e petróleo, devido, principalmente, aos sinais de desaceleração da economia chinesa e do excesso de oferta global.

### **Destaques**

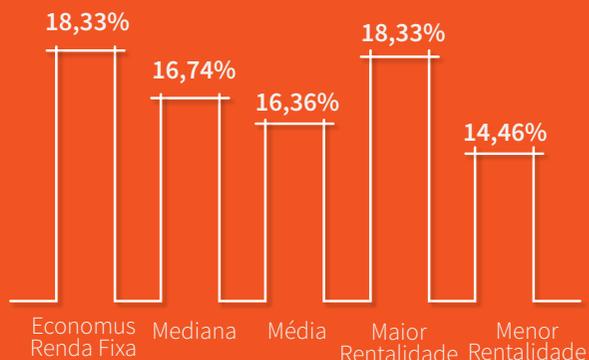
Apesar do desafiador cenário macroeconômico doméstico, o Economus aproveitou janela de oportunidade, propiciada pela alta da taxa de juros, para realizar aquisição de títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco de crédito com remunerações acima das metas atuariais e de rentabilidade dos planos de benefícios e programas assistenciais administrados pelo Instituto. As taxas reais (acima da inflação) médias das aquisições no ano foram acima de 7% a.a., e o volume adquirido foi de aproximadamente R\$ 320 milhões.

Como prova de que a execução das estratégias traçadas foi realizada de forma correta e eficiente, o Economus obteve o melhor resultado dos fundos de pensão no segmento de renda fixa no acumulado de 2015, com rentabilidade de 18,33%, de acordo com o último levantamento realizado pela Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar). O *ranking* da Abrapp compila informações das Entidades participantes do levantamento que possuem patrimônio compatível ao dos planos administrados pelo Economus. O resultado está a seguir:

## RESULTADOS RENDA FIXA

ACUMULADO 2015

1º Colocado no *ranking* Abrapp\*



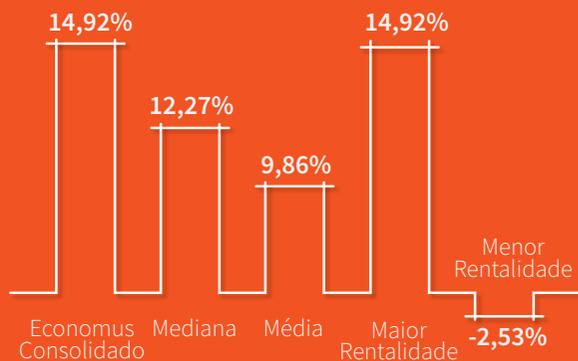
\*Levantamento do IDG II (Indicador de Desempenho de Gestão), criado pela Abrapp para medir o desempenho dos Fundos de Pensão brasileiros.

Com relação à rentabilidade consolidada dos investimentos no mesmo período, que envolve todos os segmentos de aplicação, a rentabilidade do Economus também ficou em primeiro lugar, com desempenho de 14,92% até dezembro de 2015, apesar do cenário econômico nacional conturbado e volátil, que interferiu na rentabilidade dos investimentos, principalmente em renda variável.

## RESULTADOS CONSOLIDADO

ACUMULADO 2015

1º Colocado no *ranking* Abrapp\*



\*Levantamento do IDG II (Indicador de Desempenho de Gestão), criado pela Abrapp para medir o desempenho dos Fundos de Pensão brasileiros.

## Distribuição do Patrimônio Consolidado

No ano de 2015, a posição patrimonial consolidada apresentou uma evolução nominal de 8,94% quando comparado com a posição dos investimentos do mês de dezembro do exercício anterior, que registrou o montante de R\$ 5,01 bilhões.

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	%	31/12/2014	%	31/12/2015
Renda Fixa	78,85%	3.953.732.549,42	84,79%	4.631.414.812,02
Renda Variável	12,60%	631.434.866,23	6,02%	328.867.726,08
Investimentos Estruturados	4,46%	223.836.892,71	4,88%	266.774.962,90
Investimentos no Exterior	0,23%	11.457.378,92	0,16%	8.912.013,34
Imóveis	1,85%	92.617.284,06	2,24%	122.348.859,90
Empréstimos	2,01%	100.896.929,24	1,91%	104.029.838,93
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.013.975.900,58</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.462.348.213,17</b>

## COMPARATIVO DE ALOCAÇÕES

### Resumo do Demonstrativo dos Investimentos - Previdencial

Nas tabelas comparativas de alocações, está a distribuição dos investimentos por segmento e classe de ativos das carteiras distribuídas no fim de 2014 e 2015.

#### I. Posição Consolidada - Previdencial

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Posição Consolidada			
	%	31/12/2014	%	31/12/2015
<b>Renda Fixa</b>	<b>78,95%</b>	<b>3.718.607.282,10</b>	<b>84,62%</b>	<b>4.344.309.344,06</b>
Títulos Públicos	56,46%	2.659.017.969,15	62,72%	3.220.099.312,45
Títulos Privados	5,78%	272.500.620,26	5,16%	264.968.829,00
Fundos de Investimento	16,71%	787.088.692,69	16,74%	859.241.202,61
<b>Renda Variável</b>	<b>12,40%</b>	<b>583.787.072,55</b>	<b>6,09%</b>	<b>312.729.522,64</b>
Ações em Mercado - Carteira Própria	1,34%	63.056.100,82	0,00%	0,00
Ações em Mercado - Fundos de Ações	11,06%	520.730.971,73	6,09%	312.729.522,64
<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>4,30%</b>	<b>202.487.997,76</b>	<b>4,71%</b>	<b>241.681.352,24</b>
Fundos Multimercados	0,10%	4.789.411,08	0,00%	0,00
FII (Imobiliário)	1,11%	52.004.712,24	1,07%	54.986.179,64
FIP (Participações)	3,09%	145.693.874,44	3,64%	186.695.172,60
<b>Investimentos no Exterior</b>	<b>0,24%</b>	<b>11.457.378,92</b>	<b>0,17%</b>	<b>8.912.013,34</b>
Fundos de Investimento no Exterior	0,24%	11.457.378,92	0,17%	8.912.013,34
<b>Imóveis<sup>1</sup></b>	<b>1,97%</b>	<b>92.617.284,06</b>	<b>2,38%</b>	<b>122.348.859,90</b>
Imóveis - Aluguéis e Renda	1,97%	92.617.284,06	2,38%	122.348.859,90
<b>Empréstimos</b>	<b>2,14%</b>	<b>100.896.929,24</b>	<b>2,03%</b>	<b>104.029.838,93</b>
Empréstimos a Participantes	2,14%	100.896.929,24	2,03%	104.029.838,93
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.709.853.944,63</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.134.010.931,11</b>

<sup>(1)</sup> Os valores referentes aos aluguéis a receber não foram considerados na posição

## II. Regulamento Geral (Grupo C)

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Posição Consolidada			
	%	31/12/2014	%	31/12/2015
<b>Renda Fixa</b>	<b>75,32%</b>	<b>2.728.144.056,86</b>	<b>81,66%</b>	<b>3.117.464.383,25</b>
Títulos Públicos	68,02%	2.463.803.180,33	77,76%	2.968.863.295,66
Títulos Privados	3,73%	135.087.318,18	1,93%	73.553.206,78
Fundos de Investimento	3,57%	129.253.558,35	1,97%	75.047.880,81
<b>Renda Variável</b>	<b>14,64%</b>	<b>530.448.487,98</b>	<b>7,14%</b>	<b>272.572.289,52</b>
Ações em Mercado - Carteira Própria	1,74%	63.056.100,82	0,00%	0,00
Ações em Mercado - Fundos de Ações	12,90%	467.392.387,16	7,14%	272.572.289,52
<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>5,54%</b>	<b>200.638.770,67</b>	<b>6,27%</b>	<b>239.374.781,52</b>
Fundos Multimercados	0,13%	4.789.411,08	0,00%	0,00
FII (Imobiliário)	1,44%	52.004.712,24	1,44%	54.986.179,64
FIP (Participações)	3,97%	143.844.647,35	4,83%	184.388.601,88
<b>Investimentos no Exterior</b>	<b>0,32%</b>	<b>11.457.378,92</b>	<b>0,23%</b>	<b>8.912.013,34</b>
Fundos de Investimento no Exterior	0,32%	11.457.378,92	0,23%	8.912.013,34
<b>Imóveis<sup>1</sup></b>	<b>2,56%</b>	<b>92.617.284,06</b>	<b>3,20%</b>	<b>122.348.859,90</b>
Imóveis - Aluguéis e Renda	2,56%	92.617.284,06	3,20%	122.348.859,90
<b>Empréstimos</b>	<b>1,62%</b>	<b>58.822.714,40</b>	<b>1,50%</b>	<b>57.074.095,84</b>
Empréstimos a Participantes	1,62%	58.822.714,40	1,50%	57.074.095,84
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.622.128.692,89</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.817.746.423,37</b>

<sup>(1)</sup> Os valores referentes aos aluguéis a receber não foram considerados na posição

### III. PrevMais

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Posição Consolidada			
	%	31/12/2014	%	31/12/2015
<b>Renda Fixa</b>	<b>90,34%</b>	<b>909.572.578,88</b>	<b>92,61%</b>	<b>1.120.382.838,33</b>
Títulos Públicos	16,74%	168.560.333,96	17,94%	217.079.749,13
Títulos Privados	13,06%	131.488.875,89	15,36%	185.762.595,33
Fundos de Investimento	60,54%	609.523.369,03	59,31%	717.540.493,87
<b>Renda Variável</b>	<b>5,30%</b>	<b>53.338.584,57</b>	<b>3,32%</b>	<b>40.157.233,12</b>
Ações em Mercado - Fundos de Ações	5,30%	53.338.584,57	3,32%	40.157.233,12
<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>0,18%</b>	<b>1.849.227,09</b>	<b>0,19%</b>	<b>2.306.570,72</b>
FIP (Participações)	0,18%	1.849.227,09	0,19%	2.306.570,72
<b>Empréstimos</b>	<b>4,18%</b>	<b>42.074.214,84</b>	<b>3,88%</b>	<b>46.955.743,09</b>
Empréstimos a Participantes	4,18%	42.074.214,84	3,88%	46.955.743,09
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.006.834.605,38</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.209.802.385,26</b>

IV. Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B) e nº 2 (Grupo A)

Valores em R\$

Posição Consolidada Regulamento - Complementar nº 1				
Demonstrativo de Investimentos	%	31/12/2014	%	31/12/2015
<b>Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>16.245.576,30</b>	<b>100,00%</b>	<b>31.296.334,81</b>
Títulos Públicos	60,45%	9.820.343,94	46,06%	14.414.588,45
Títulos Privados	11,56%	1.878.584,59	7,06%	2.209.467,55
Fundos de Investimento	27,99%	4.546.647,77	46,88%	14.672.278,81
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>16.245.576,30</b>	<b>100,00%</b>	<b>31.296.334,81</b>

Valores em R\$

Posição Consolidada Regulamento - Complementar nº 2				
Demonstrativo de Investimentos	%	31/12/2014	%	31/12/2015
<b>Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.123.656,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.261.510,65</b>
Títulos Públicos	60,85%	11.636.809,21	65,16%	13.855.183,79
Títulos Privados	9,07%	1.735.360,88	9,60%	2.040.824,51
Fundos de Investimento	30,08%	5.751.486,35	25,24%	5.365.502,35
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.123.656,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.261.510,65</b>

V. PGA (Plano de Gestão Administrativa)

Valores em R\$

Posição Consolidada				
Demonstrativo de Investimentos	%	31/12/2014	%	31/12/2015
<b>Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>45.521.413,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>53.904.277,02</b>
Títulos Públicos	11,42%	5.197.301,71	10,92%	5.886.495,42
Títulos Privados	5,07%	2.310.480,72	2,60%	1.402.734,83
Fundos de Investimento	83,51%	38.013.631,19	86,48%	46.615.046,77
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>45.521.413,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>53.904.277,02</b>

## Resumo do Demonstrativo dos Investimentos – Assistencial

### I. Posição Consolidada – Assistencial

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Posição Consolidada			
	%	31/12/2014	%	31/12/2015
<b>Renda Fixa</b>	<b>77,31%</b>	<b>235.125.267,32</b>	<b>87,44%</b>	<b>287.105.467,96</b>
Títulos Públicos	41,82%	127.165.744,37	51,50%	169.096.286,73
Títulos Privados	23,62%	71.840.056,21	19,40%	63.708.872,32
Fundos de Investimento	11,87%	36.119.466,74	16,54%	54.300.308,91
<b>Renda Variável</b>	<b>15,67%</b>	<b>47.647.793,68</b>	<b>4,92%</b>	<b>16.138.203,44</b>
Ações em Mercado - Fundos de Ações	15,67%	47.647.793,68	4,92%	16.138.203,44
<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>7,02%</b>	<b>21.348.894,95</b>	<b>7,64%</b>	<b>25.093.610,66</b>
FIP (Participações)	7,02%	21.348.894,95	7,64%	25.093.610,66
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>304.121.955,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>328.337.282,06</b>

### II. Fundo Assistencial - FEAS

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Posição Consolidada			
	%	31/12/2014	%	31/12/2015
<b>Renda Fixa</b>	<b>76,80%</b>	<b>228.433.797,91</b>	<b>86,00%</b>	<b>253.358.702,64</b>
Títulos Públicos	41,96%	124.812.249,25	55,59%	163.779.858,52
Títulos Privados	24,15%	71.840.056,21	21,63%	63.708.872,32
Fundos de Investimento	10,69%	31.781.492,45	8,78%	25.869.971,80
<b>Renda Variável</b>	<b>16,02%</b>	<b>47.647.793,68</b>	<b>5,48%</b>	<b>16.138.203,44</b>
Ações em Mercado - Fundos de Ações	16,02%	47.647.793,68	5,48%	16.138.203,44
<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>7,18%</b>	<b>21.348.894,95</b>	<b>8,52%</b>	<b>25.093.610,66</b>
FIP (Participações)	7,18%	21.348.894,95	8,52%	25.093.610,66
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>297.430.486,54</b>	<b>100,00%</b>	<b>294.590.516,74</b>

### III. Economus Família

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Posição Consolidada			
	%	31/12/2014	%	31/12/2015
<b>Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.570.523,06</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.979.526,24</b>
Títulos Públicos	42,25%	2.353.495,12	44,38%	5.316.428,21
Fundos de Investimento	57,75%	3.217.027,94	55,62%	6.663.098,03
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.570.523,06</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.979.526,24</b>

### IV. Administrativo Assistencial

Valores em R\$

Demonstrativo de Investimentos	Posição Consolidada			
	%	31/12/2014	%	31/12/2015
<b>Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.120.946,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.767.239,08</b>
Fundos de Investimento	100,00%	1.120.946,35	100,00%	21.767.239,08
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.120.946,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.767.239,08</b>

## Enquadramento dos Investimentos

Para avaliar a aderência das aplicações financeiras dos Planos realizadas ao longo de 2015 às regras estabelecidas nas Políticas de Investimentos e na Resolução do CMN 3.792/2009, o Economus utiliza Consultoria de Investimentos contratada, que apresenta, mensalmente, relatório sobre o enquadramento dos investimentos.

As tabelas a seguir apresentam a alocação atual, definida pela Consultoria; a alocação objetivo, estabelecida na Política de Investimentos; e os limites estabelecidos pela legislação. Os investimentos dos planos estão em consonância com os limites atribuídos, com exceção do segmento de imóveis do Regulamento Geral, que apresentou desenquadramento passivo com relação ao limite máximo de sua Política de Investimentos, em decorrência da reavaliação dos imóveis em carteira.

## I. Regulamento Geral (Grupo C)

Segmento	Patrimônio R\$ / (Milhão)	Alocação em 31/12/2015	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	3.117,4	81,66%	75,01%	50,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	272,6	7,14%	14,96%	0,00%	30,00%	70,00%
Estruturado	239,4	6,27%	6,00%	0,00%	15,00%	20,00%
Exterior	8,9	0,23%	0,26%	0,00%	2,00%	10,00%
Imóveis <sup>1</sup>	122,3	3,20%	2,36%	0,00%	3,00%	8,00%
Empréstimos	57,1	1,50%	1,43%	1,00%	5,00%	15,00%
<b>Total Geral</b>	<b>3.817,7</b>	<b>100,00%</b>				

<sup>1</sup> Em decorrência de reavaliação dos imóveis, ocorrida em outubro de 2015, houve valorização de 27,58% no segmento, o que justifica a alocação atual acima do limite superior.

## II. PrevMais

Segmento	Patrimônio R\$ / (Milhão)	Alocação em 31/12/2015	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	1.120,4	92,61%	91,66%	48,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	40,2	3,32%	4,19%	0,00%	38,00%	70,00%
Estruturado	2,3	0,19%	1,15%	0,00%	3,00%	20,00%
Empréstimos	46,9	3,88%	3,00%	0,00%	11,00%	15,00%
<b>Total Geral</b>	<b>1.209,8</b>	<b>100,00%</b>				

### III. Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

Segmento	Patrimônio R\$ / (Milhão)	Alocação em 31/12/2015	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	31,3	100,00%	98,90%	90,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,0	0,00%	1,10%	0,00%	10,00%	70,00%
<b>Total Geral</b>	<b>31,3</b>	<b>100,00%</b>				

### VI. Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

Segmento	Patrimônio R\$ / (Milhão)	Alocação em 31/12/2015	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	21,3	100,00%	94,60%	80,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,0	0,00%	0,50%	0,00%	10,00%	70,00%
Estruturado	0,0	0,00%	4,90%	0,00%	10,00%	20,00%
<b>Total Geral</b>	<b>21,3</b>	<b>100,00%</b>				

### V. PGA (Plano de Gestão Administrativa)

Segmento	Patrimônio R\$ / (Milhão)	Alocação em 31/12/2015	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	53,9	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>53,9</b>	<b>100,00%</b>				

## VI. Fundo Assistencial – FEAS

Segmento	Patrimônio R\$ / (Milhão)	Alocação em 31/12/2015	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	253,4	86,00%	84,00%	70,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	16,1	5,48%	7,80%	0,00%	20,00%	70,00%
Estruturado	25,1	8,52%	8,20%	0,00%	10,00%	20,00%
<b>Total Geral</b>	<b>294,6</b>	<b>100,00%</b>				

## VII. Ecomomus Família

Segmento	Patrimônio R\$ / (Milhão)	Alocação em 31/12/2015	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	12,0	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>12,0</b>	<b>100,00%</b>				

## VIII. Administrativo Assistencial

Segmento	Patrimônio R\$ / (Milhão)	Alocação em 31/12/2015	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	21,8	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>21,8</b>	<b>100,00%</b>				

## Resultado dos investimentos

Os resultados demonstrados a seguir foram apurados utilizando a metodologia da TIR (Taxa Interna de Retorno) e devem ser comparados com os indicadores de desempenho estabelecidos nas respectivas Políticas de Investimentos dos Planos e Programas.

### Resultados

Principais indicadores de mercado	Anual
Selic	13,26%
IPCA	10,67%
IBrX	-12,41%

## I. Resultado – Consolidado

### Resultados

Rentabilidade	Anual
Renda Fixa	18,33%
Renda Variável	-11,65%
Investimentos Estruturados	12,86%
Investimentos no Exterior	50,44%
Imóveis	15,91%
Empréstimos	20,49%
<b>Total</b>	<b>14,92%</b>

## II. Regulamento Geral (Grupo C)

Segmento	Resultado	Taxa Mínima Atuarial <sup>(1)</sup>
Renda Fixa	19,82%	<b>17,70%</b>
Renda Variável	-11,79%	
Investimentos Estruturados	12,77%	
Investimentos no Exterior	50,44%	
Imóveis	15,91%	
Empréstimos	20,82%	
<b>Total</b>	<b>15,35%</b>	

<sup>(1)</sup> INPC + 5,75% a.a. até novembro de 2015, alterado para 6,00% a.a. em dezembro de 2015

## III. PrevMais

Segmento	Resultado	Indicador de Referência <sup>(1)</sup>
Renda Fixa	14,77%	<b>13,45%</b>
Renda Variável	-12,40%	
Investimentos Estruturados	9,12%	
Empréstimos	19,95%	
<b>Total</b>	<b>13,74%</b>	

<sup>(1)</sup> 68% CDI + 3% IBrX + 29% (INPC + 5% a.a.)

## PrevMais Renda Programada

O PrevMais Renda Programada possui quatro diferentes perfis de investimento:

**Perfil Conservador:** composto por ativos de renda fixa e empréstimos (100%). Essa classe de investimento é destinada aos participantes com tolerância a risco relativamente baixa e é recomendada para aqueles com pouco tempo para requerer a aposentadoria no PrevMais.

**Perfil Moderado:** composto por ativos de renda fixa e empréstimos (85%) e renda variável (15%). É destinado aos participantes com alguma tolerância ao risco e visão de médio e longo prazo.

**Perfil Agressivo:** composto por ativos do segmento de renda fixa e empréstimos (70%) e renda variável (30%). Esse perfil é destinado aos participantes que ainda dispõem de algum tempo para requerer a aposentaria e aceitam maior volatilidade em seus investimentos e, portanto, estão dispostos a correr riscos maiores em busca de retornos mais elevados no longo prazo.

**Perfil Super Agressivo:** composto por ativos de renda fixa e empréstimos (55%) e renda variável (45%). É destinado aos participantes que possuem acentuada tolerância ao risco, com vistas a buscar retornos mais elevados no longo prazo. Esse perfil é mais adequado para aqueles que estejam iniciando a sua carreira profissional e tenham vários anos para requerer a aposentadoria no plano.

Em 2015, todos os perfis apresentaram resultado superior aos seus respectivos benchmarks, conforme apresentado no quadro a seguir.

Perfil	Resultado	Benchmark
Conservador <sup>1</sup>	14,27%	13,23%
Moderado <sup>2</sup>	10,64%	9,39%
Agressivo <sup>3</sup>	6,93%	5,54%
Super Agressivo <sup>4</sup>	3,35%	1,69%

<sup>1</sup> Parâmetro de comparação composto = 100% do CDI

<sup>2</sup> Parâmetro de comparação composto = 85% do CDI e 15% do IBrX

<sup>3</sup> Parâmetro de comparação composto = 70% do CDI e 30% do IBrX

<sup>4</sup> Parâmetro de comparação composto = 55% do CDI e 45% do IBrX

## PrevMais Benefício de Risco

Segmento	Resultado	Taxa Mínima Atuarial <sup>(1)</sup>
Renda Fixa	16,45%	<b>16,84%</b>
Renda Variável	-13,15%	
Investimentos Estruturados	9,12%	
<b>Total</b>	<b>14,24%</b>	

<sup>(1)</sup> INPC + 5% a.a.

## IV. Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

Segmento	Resultado	Taxa Mínima Atuarial <sup>(2)</sup>
Renda Fixa	15,73%	<b>16,16%</b>
<b>Total</b>	<b>15,73%</b>	

<sup>(2)</sup> INPC + 4,30% a.a. até novembro de 2015, alterado para 5,38% a.a. em dezembro de 2015

## V. Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

Segmento	Resultado	Taxa Mínima Atuarial <sup>(3)</sup>
Renda Fixa	16,06%	<b>16,17%</b>
<b>Total</b>	<b>16,06%</b>	

<sup>(3)</sup> INPC + 4,30% a.a. até novembro de 2015, alterado para 5,52% a.a. em dezembro de 2015

## VI. PGA (Plano de Gestão Administrativa)

Segmento	Resultado	CDI
Renda Fixa	13,54%	<b>13,23%</b>
<b>Total</b>	<b>13,54%</b>	

## VII. Fundo Assistencial – FEAS

Segmento	Resultado	CDI
Renda Fixa	17,36%	<b>13,23%</b>
Renda Variável	-8,38%	
Investimentos Estruturados	14,19%	
<b>Total</b>	<b>14,06%</b>	

## VIII. Economus Família e Administrativo Assistencial

Segmento	Resultado	CDI
Renda Fixa - Economus Família	13,40%	<b>13,23%</b>
<b>Total</b>	<b>13,40%</b>	
Renda Fixa - Administrativo Assistencial	13,01%	<b>13,23%</b>
<b>Total</b>	<b>13,01%</b>	



Anderson do Carmo Henrique - GERIN/DINVE, trabalha há aproximadamente cinco anos no Economus.

## Montante dos Investimentos com Gestão Própria e Terceirizada

A apresentação dos investimentos, neste item, está segregada entre Gestão Própria (carteira proprietária) e Gestão Terceirizada (gestores contratados). Desse modo, está apresentado nos gráficos abaixo o montante de recursos utilizando-se do critério de segregação mencionado.

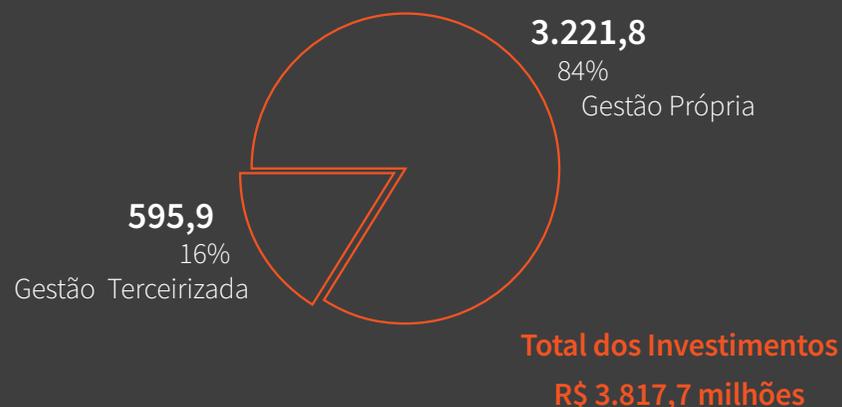
O Economus busca minimizar os riscos de concentração e operacional por meio de uma política de diversificação, usando o modelo desenvolvido internamente para a abertura de limite técnico para instituições financeiras e para gestoras de recursos independentes, previsto em Instruções Normativas internas.

### I. Regulamento Geral (Grupo C)

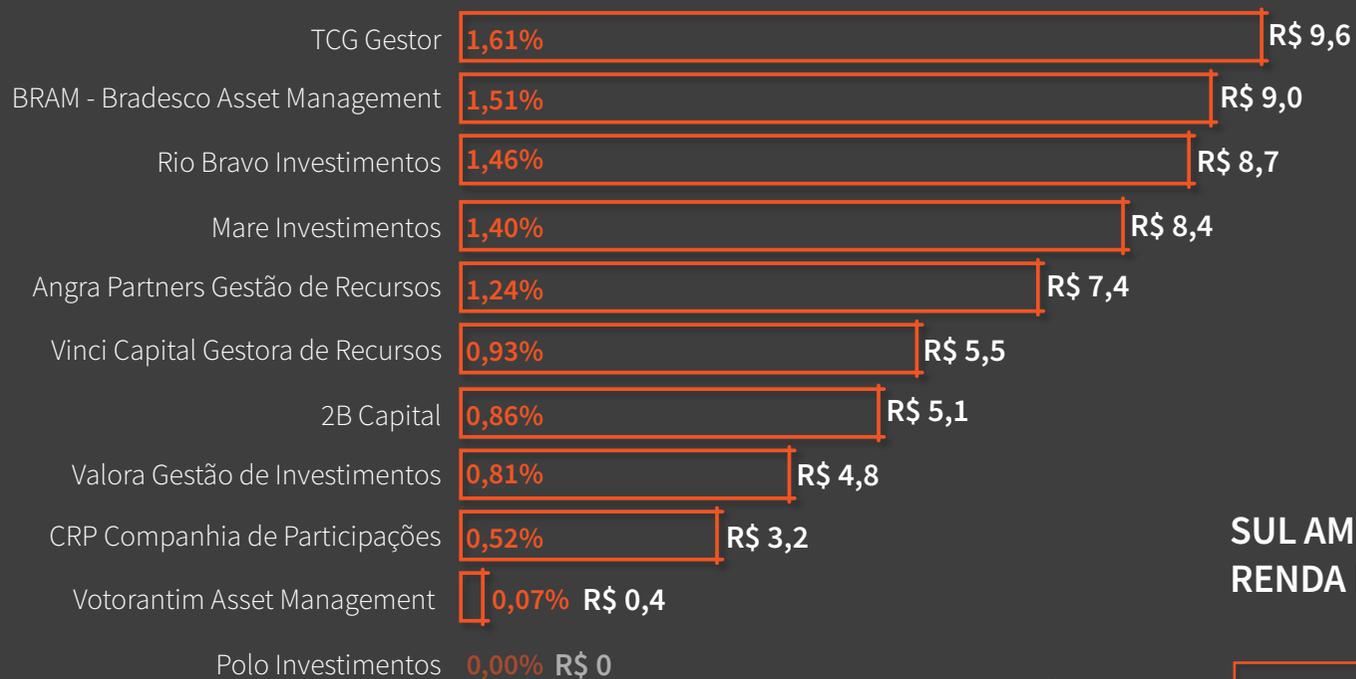
#### INVESTIMENTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA (EM R\$ MILHÕES)

BB Gestão de Recursos	24,62%	R\$ 146,7
Sul América Investimentos**	12,74%	R\$ 75,9
Outros Gestores *	10,41%	R\$ 62,1
Caixa Econômica Federal	8,15%	R\$ 48,6
BTG Pactual Asset Management	7,85%	R\$ 46,8
Neo Gestão de Recursos	6,18%	R\$ 36,8
Pátria Investimentos	5,21%	R\$ 31,1
Coin DTVM	4,41%	R\$ 26,2
Fundamental Investimentos	3,78%	R\$ 22,5
Claritas Administração de Recursos	3,36%	R\$ 20,0
M Square Investimentos	2,96%	R\$ 17,6
Guepardo Investimentos	2,17%	R\$ 12,9
BRZ Investimentos	2,16%	R\$ 12,9
P2 Gestão de Recursos	2,11%	R\$ 12,6
FAR - Fator Administração de Recursos	1,98%	R\$ 11,8
Riviera Gestora de Recursos	1,91%	R\$ 11,4

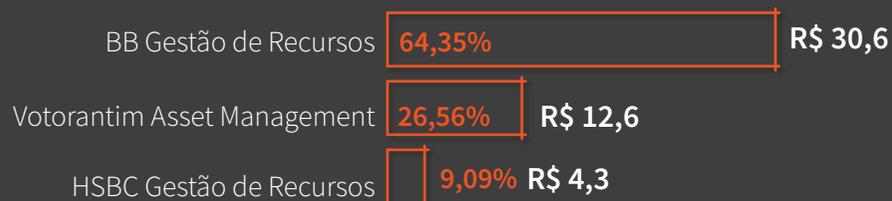
#### TOTAL DOS INVESTIMENTOS (EM MILHÕES)



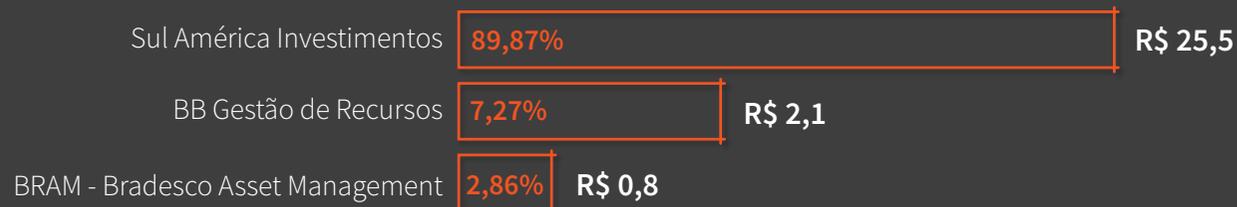
## OUTROS GESTORES\*



## SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS\*\* RENDA FIXA - R\$ 47,5 MILHÕES



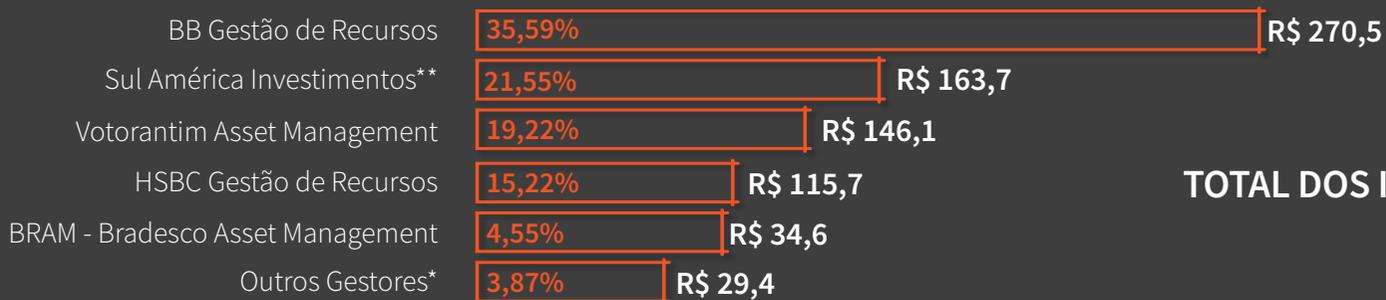
## SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS\*\* RENDA VARIÁVEL - R\$ 28,4 MILHÕES



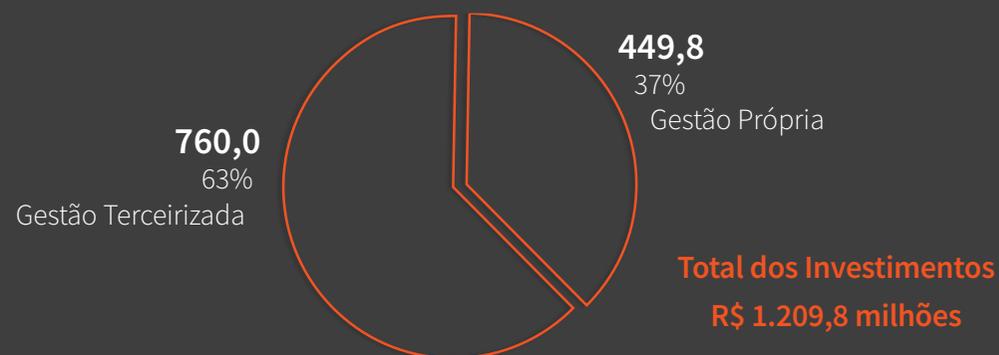
\*\*O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash e Eco Stocks, da gestora Sul América Investimentos, foi alocado de forma segregada, junto com os gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

## II. PrevMais

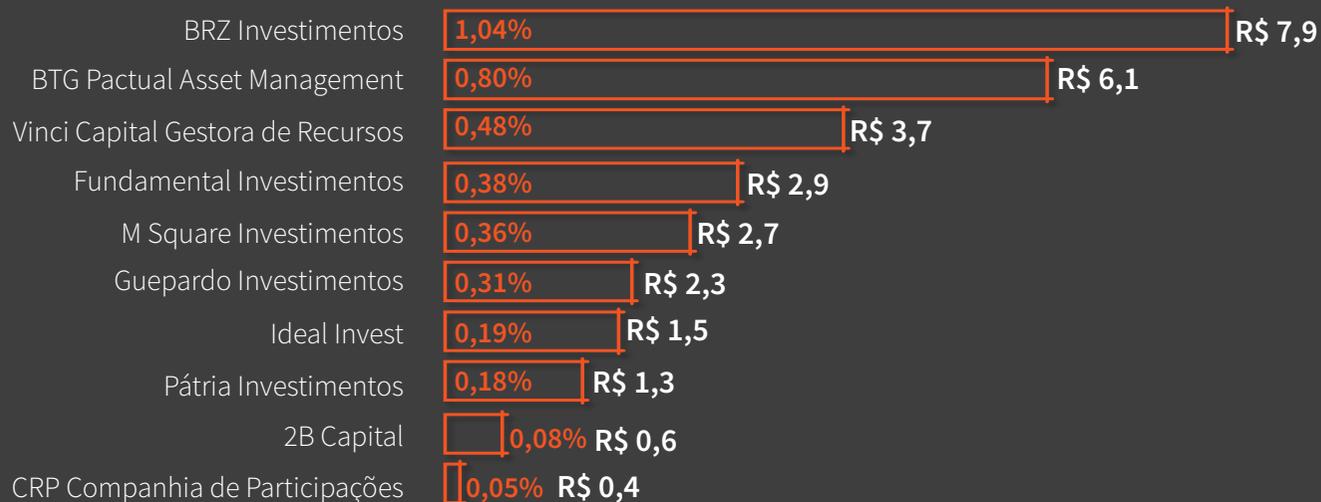
### INVESTIMENTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA (EM R\$ MILHÕES )



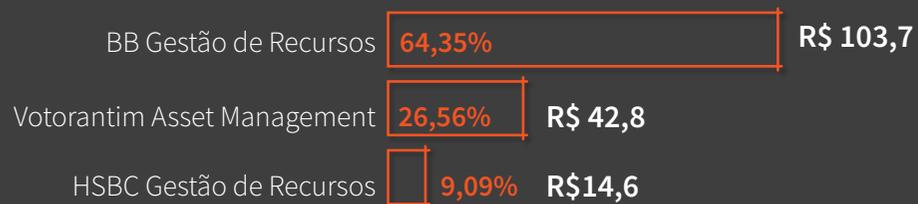
### TOTAL DOS INVESTIMENTOS (EM R\$ MILHÕES)



### OUTROS GESTORES\*



## SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS\*\* RENDA FIXA - R\$ 161,1 MILHÕES



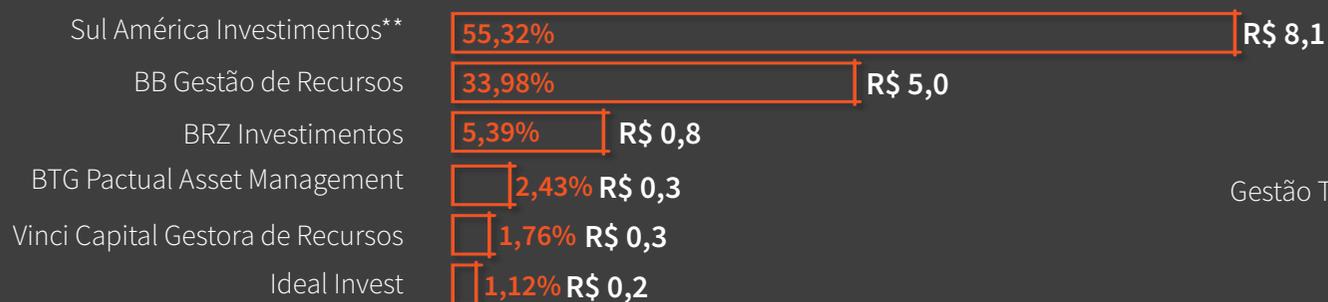
## SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS\*\* RENDA VARIÁVEL - R\$ 2,6 MILHÕES



\*\*O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash e Eco Stocks, da gestora Sul América Investimentos, foi alocado de forma segregada, junto com os gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

### III. Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

#### INVESTIMENTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA (EM R\$ MILHÕES)



#### TOTAL DOS INVESTIMENTOS (EM R\$ MILHÕES)



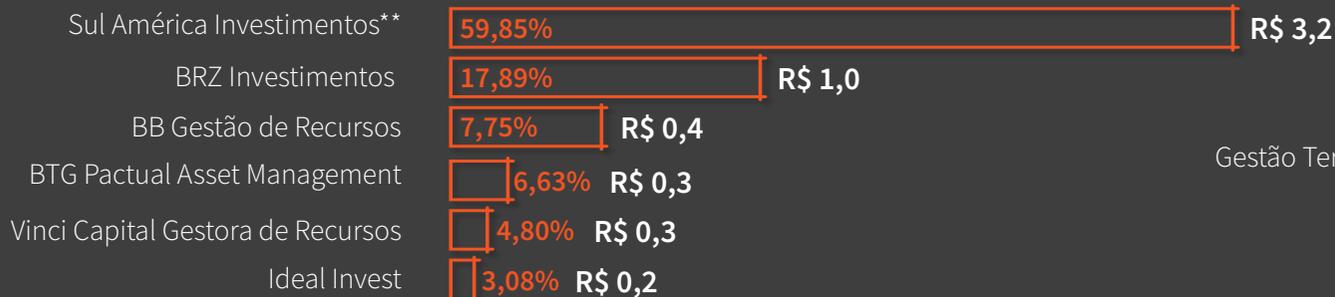
#### SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS\*\* RENDA FIXA - R\$ 8,1 MILHÕES



\*\*O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash e Eco Stocks, da gestora Sul América Investimentos, foi alocado de forma segregada, junto com os gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

#### IV. Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

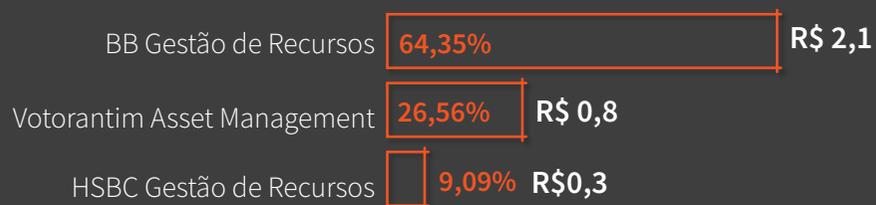
### INVESTIMENTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA (EM R\$ MILHÕES)



### TOTAL DOS INVESTIMENTOS (EM R\$ MILHÕES)



### SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS\*\* RENDA FIXA - R\$ 3,2 MILHÕES



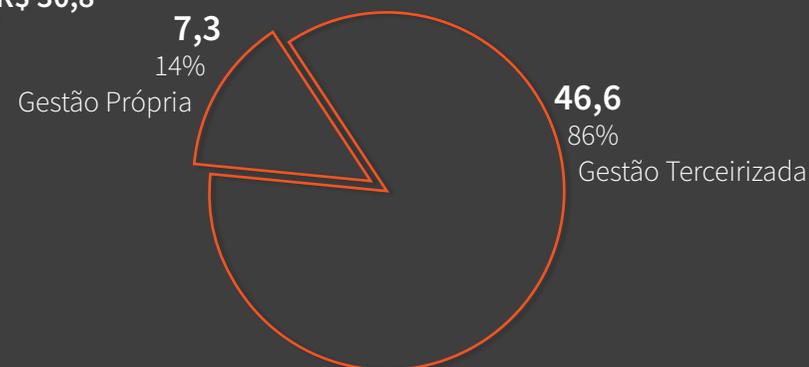
\*\*O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash e Eco Stocks, da gestora Sul América Investimentos, foi alocado de forma segregada, junto com os gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

## V. PGA (Plano de Gestão Administrativa)

### INVESTIMENTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA (EM R\$ MILHÕES)

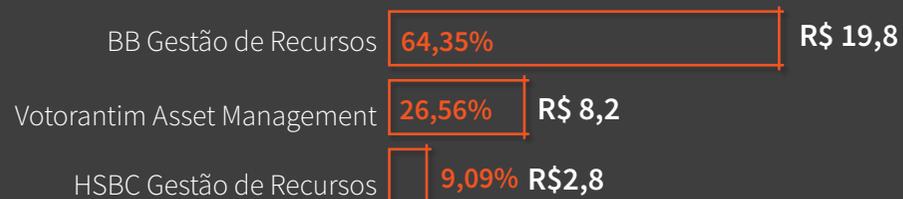


### TOTAL DOS INVESTIMENTOS (EM R\$ MILHÕES)



Total dos Investimentos  
R\$ 53,9 milhões

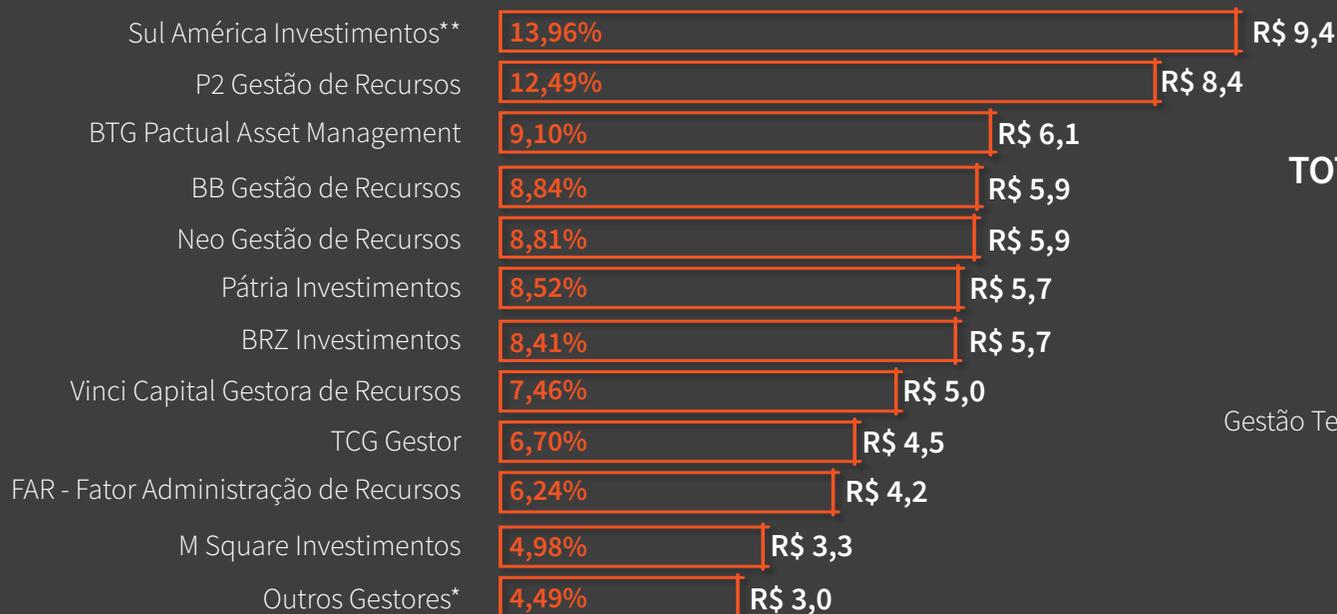
### SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS\*\* RENDA FIXA - R\$ 30,8 MILHÕES



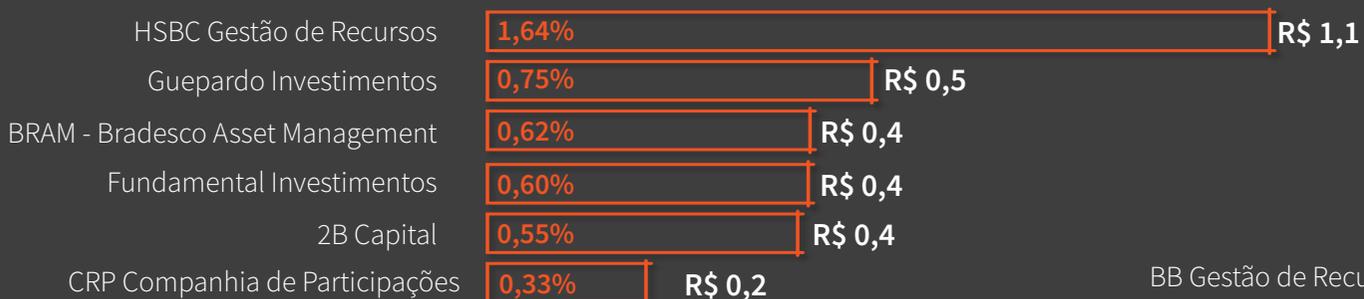
\*\*O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash e Eco Stocks, da gestora Sul América Investimentos, foi alocado de forma segregada, junto com os gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

## VI. Fundo Assistencial – FEAS

### INVESTIMENTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA (EM R\$ MILHÕES)

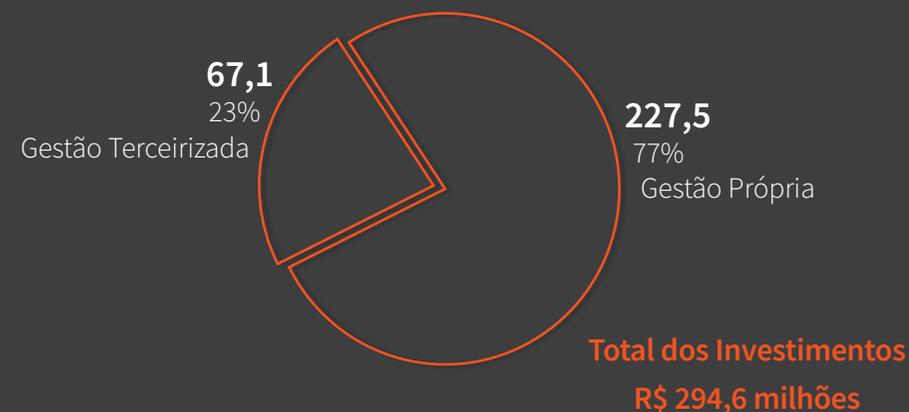


### OUTROS GESTORES\*

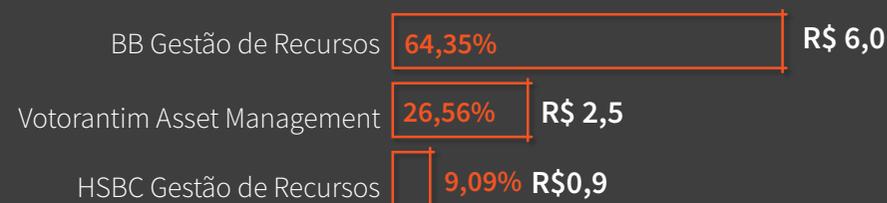


\*\*O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash e Eco Stocks, da gestora Sul América Investimentos, foi alocado de forma segregada, junto com os gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

### TOTAL DOS INVESTIMENTOS (EM R\$ MILHÕES)

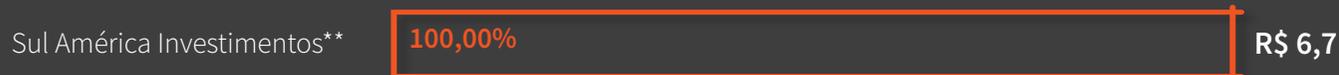


### SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS\*\* RENDA FIXA - R\$ 9,4 MILHÕES



## VII. Ecomus Família

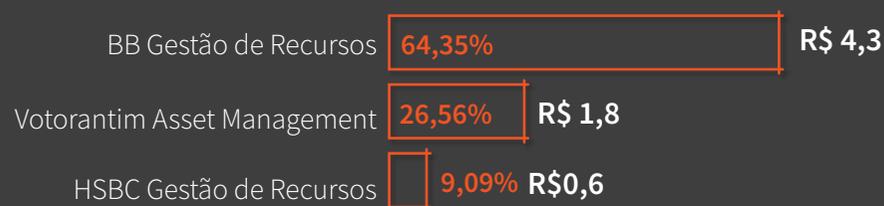
### INVESTIMENTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA (EM R\$ MILHÕES)



### TOTAL DOS INVESTIMENTOS (EM R\$ MILHÕES)



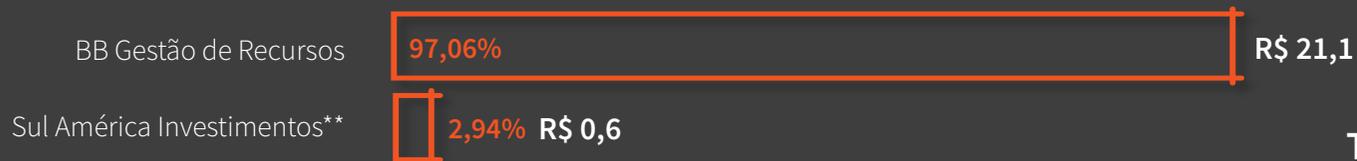
### SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS\*\* RENDA FIXA - R\$ 6,7 MILHÕES



\*\*O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash e Eco Stocks, da gestora Sul América Investimentos, foi alocado de forma segregada, junto com os gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

## VIII. Administrativo Assistencial

### INVESTIMENTOS DA GESTÃO TERCEIRIZADA (EM R\$ MILHÕES)



### TOTAL DOS INVESTIMENTOS (EM R\$ MILHÕES)



### SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS\*\* RENDA FIXA - R\$ 0,6 MILHÃO



\*\*O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash e Eco Stocks, da gestora Sul América Investimentos, foi alocado de forma segregada, junto com os gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

## Custos com a Administração dos Recursos

### – Gestão Própria e Terceirizada

O conceito adotado para o cálculo e a distribuição das despesas da Gestão Própria e Gestão Terceirizada foi o de “Rateio dos Custos por Regime de Caixa”, que leva em consideração a participação de cada plano na despesa total diante de seu patrimônio, preservando a consistência dessa equação ao longo do tempo.

O mapeamento mencionado está demonstrado de forma gerencial e sintética por meio da apresentação dos gráficos a seguir relacionados, que identificam o total dos valores efetivamente pagos ao longo de 2015 aos prestadores de serviços contratados, por plano e programa administrados pelo Economus.

Os custos identificados, em grande parte, visam oferecer maior segurança aos

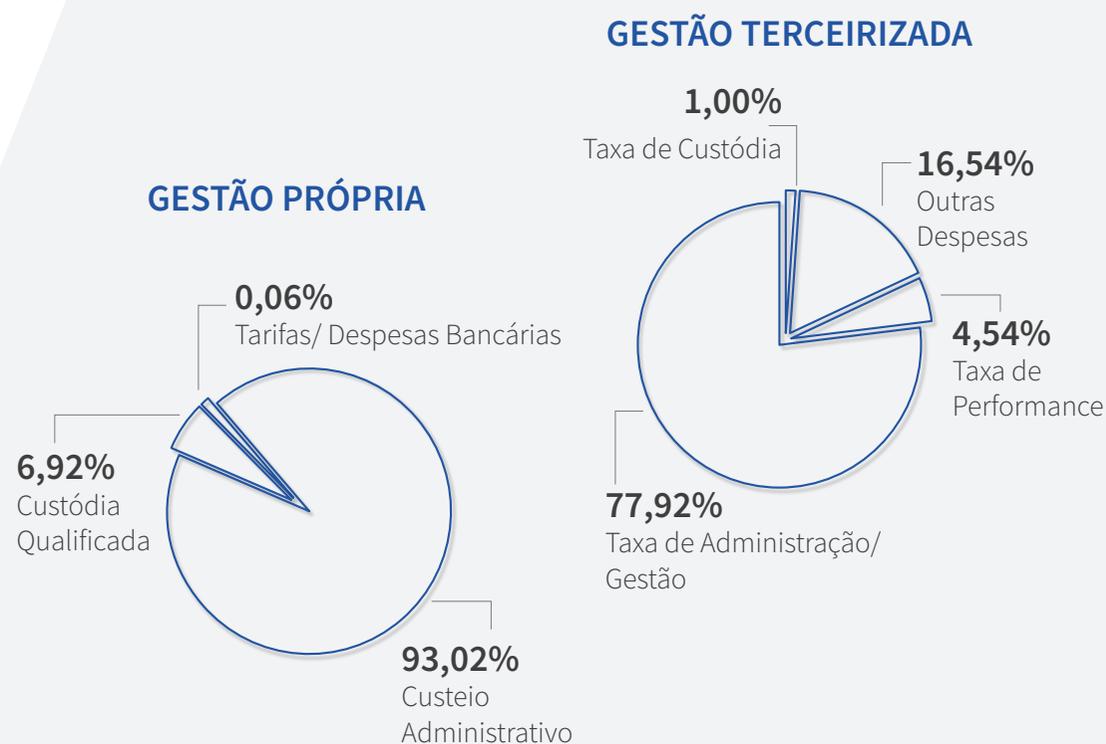
ativos financeiros e são instrumentos fundamentais para uma boa administração. Essas técnicas proporcionam a mensuração dos riscos aos quais as aplicações estão expostas, possibilitando a construção de estratégias mais seguras e consistentes, por intermédio de investimentos com características de longo prazo e baixa volatilidade.

Vale ressaltar que, no que concerne à gestão terceirizada, as cotas dos fundos de investimento são divulgadas líquidas de quaisquer custos e/ou encargos financeiros. Portanto, não há desembolso físico de recursos, já que são quitadas por meio da diminuição de rentabilidade desses veículos.

Desse modo, o mapeamento a seguir exposto reflete as despesas incorridas somente com a gestão de recursos no período citado. Porém, esses custos podem oscilar no decorrer do ano, em virtude, por exemplo, das despesas administrativas como taxa de custódia, consultorias, cartórios e outros. Essas movimentações são objeto de permanente

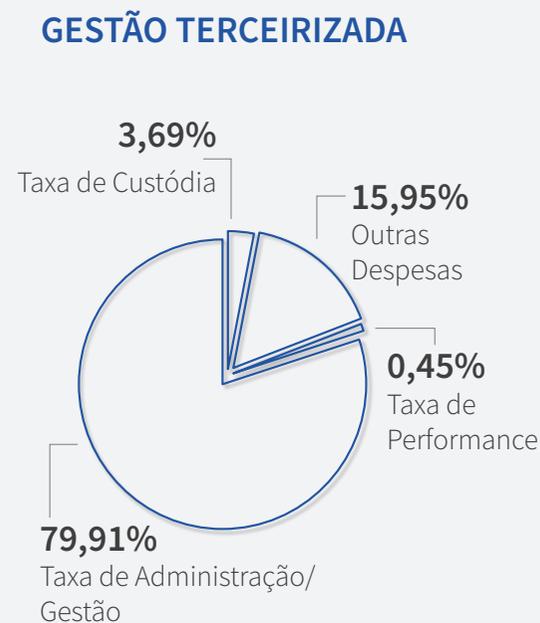
### I. Regulamento Geral (Grupo C)

Regulamento Geral	R\$
<b>Gestão Direta</b>	
Custeio Administrativo	4.512.171,26
Custódia Qualificada	335.619,85
Tarifas/ Despesas Bancárias	2.984,86
Total dos Custos com Investimentos	4.850.775,97
<b>Gestão Indireta</b>	
Taxa de Administração/Gestão	7.859.016,58
Taxa de Custódia	100.573,94
Taxa de Performance	457.665,93
Outras Despesas	1.668.196,21
Total dos Custos com Investimentos	10.085.452,65



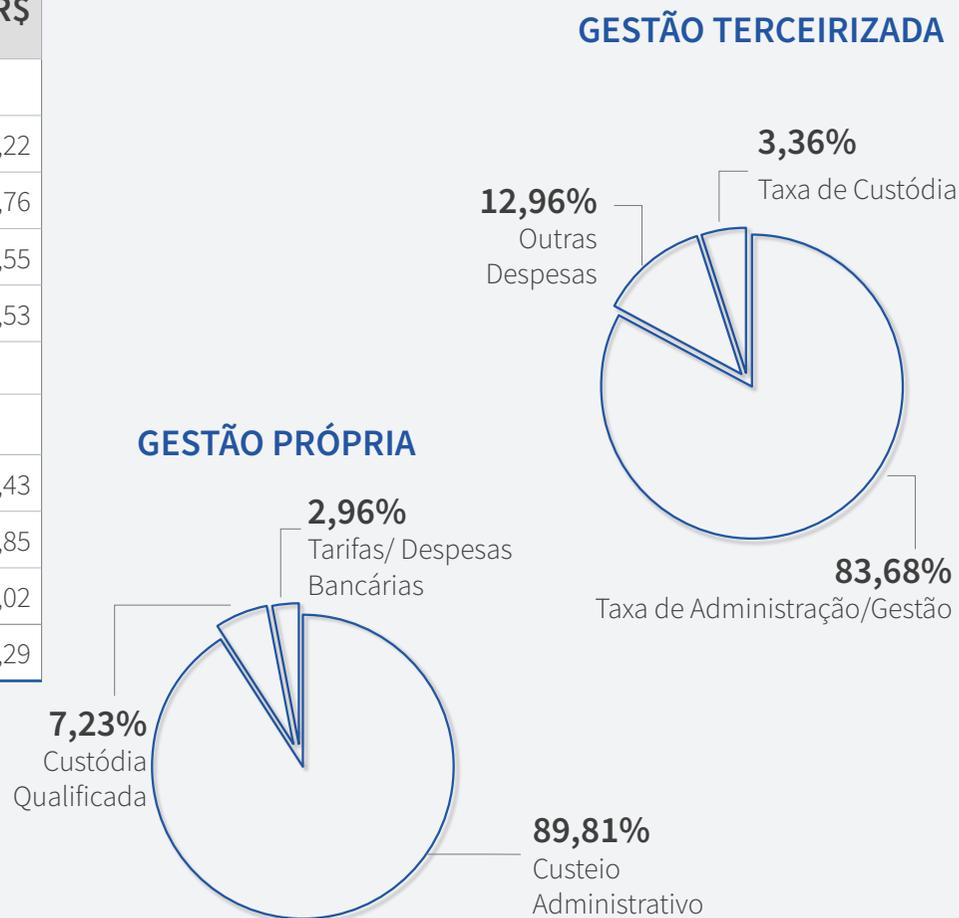
## II. PrevMais

PrevMais	R\$
<b>Gestão Direta</b>	
Custeio Administrativo	1.360.885,34
Custódia Qualificada	98.451,60
Tarifas/ Despesas Bancárias	454,85
Total dos Custos com Investimentos	1.459.791,79
<b>Gestão Indireta</b>	
Taxa de Administração/Gestão	1.527.381,50
Taxa de Custódia	70.479,28
Taxa de Performance	8.556,66
Outras Despesas	304.787,45
Total dos Custos com Investimentos	1.911.204,89



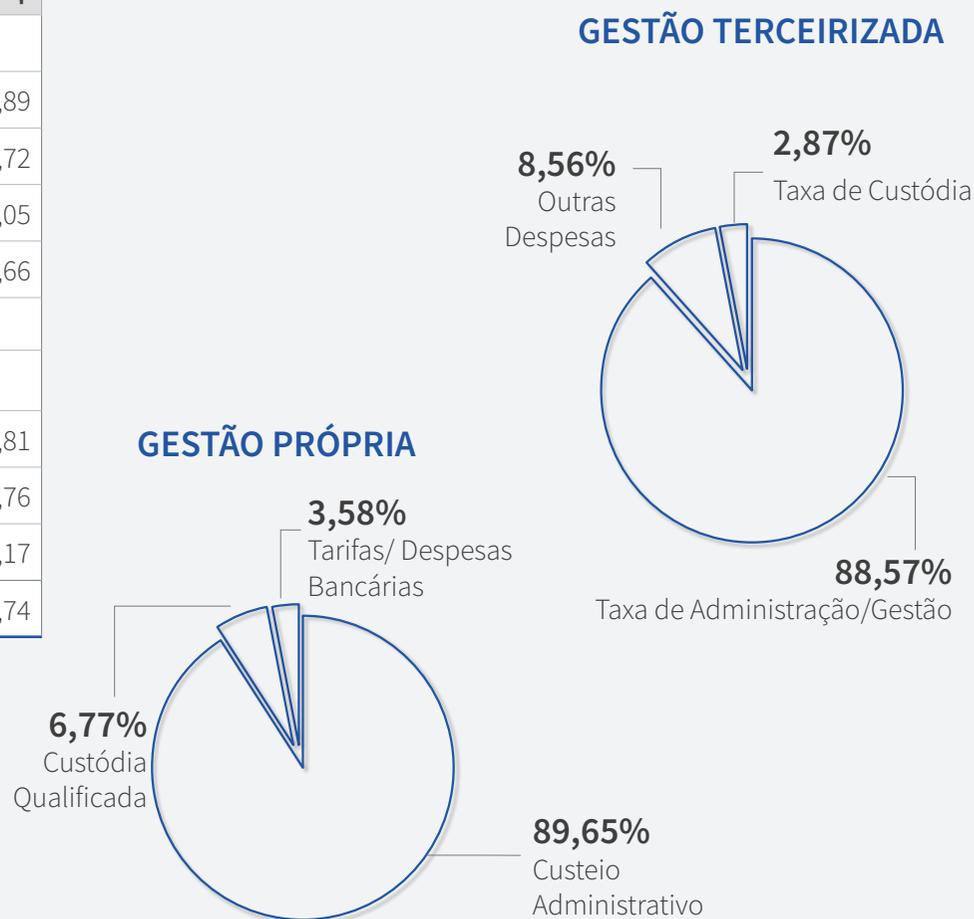
### III. Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

Regulamento Complementar nº 1	R\$
<b>Gestão Direta</b>	
Custeio Administrativo	26.498,22
Custódia Qualificada	2.133,76
Tarifas/ Despesas Bancárias	872,55
Total dos Custos com Investimentos	29.504,53
<b>Gestão Indireta</b>	
Taxa de Administração/Gestão	19.223,43
Taxa de Custódia	770,85
Outras Despesas	2.978,02
Total dos Custos com Investimentos	22.972,29



#### IV. Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

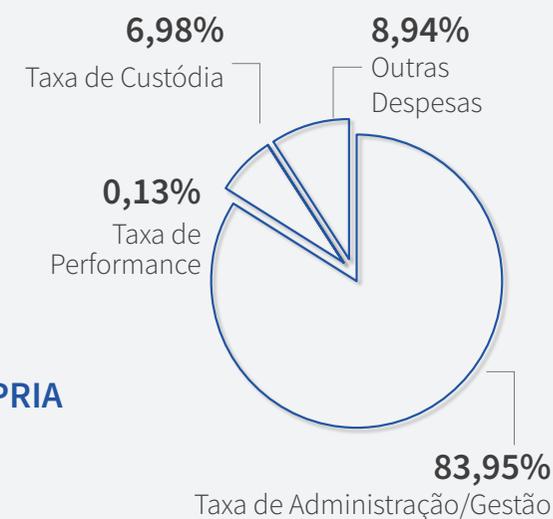
Regulamento Complementar nº 2	R\$
<b>Gestão Direta</b>	
Custeio Administrativo	23.125,89
Custódia Qualificada	1.745,72
Tarifas/ Despesas Bancárias	925,05
Total dos Custos com Investimentos	25.796,66
<b>Gestão Indireta</b>	
Taxa de Administração/Gestão	17.158,81
Taxa de Custódia	555,76
Outras Despesas	1.658,17
Total dos Custos com Investimentos	19.372,74



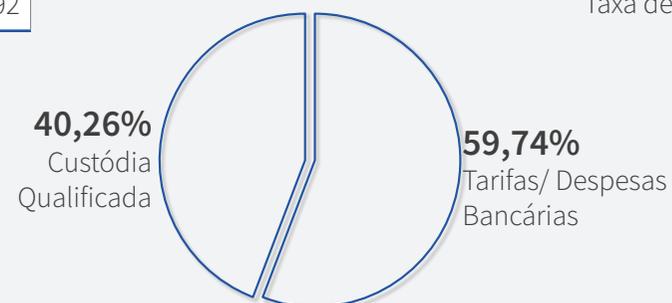
## V. PGA (Plano de Gestão Administrativa)

PGA	R\$
<b>Gestão Direta</b>	
Custódia Qualificada	4.489,66
Tarifas/ Despesas Bancárias	6.661,17
Total dos Custos com Investimentos	11.150,83
<b>Gestão Indireta</b>	
Taxa de Administração/Gestão	82.425,08
Taxa de Custódia	6.851,59
Taxa de Performance	127,42
Outras Despesas	8.783,83
Total dos Custos com Investimentos	98.187,92

### GESTÃO TERCEIRIZADA

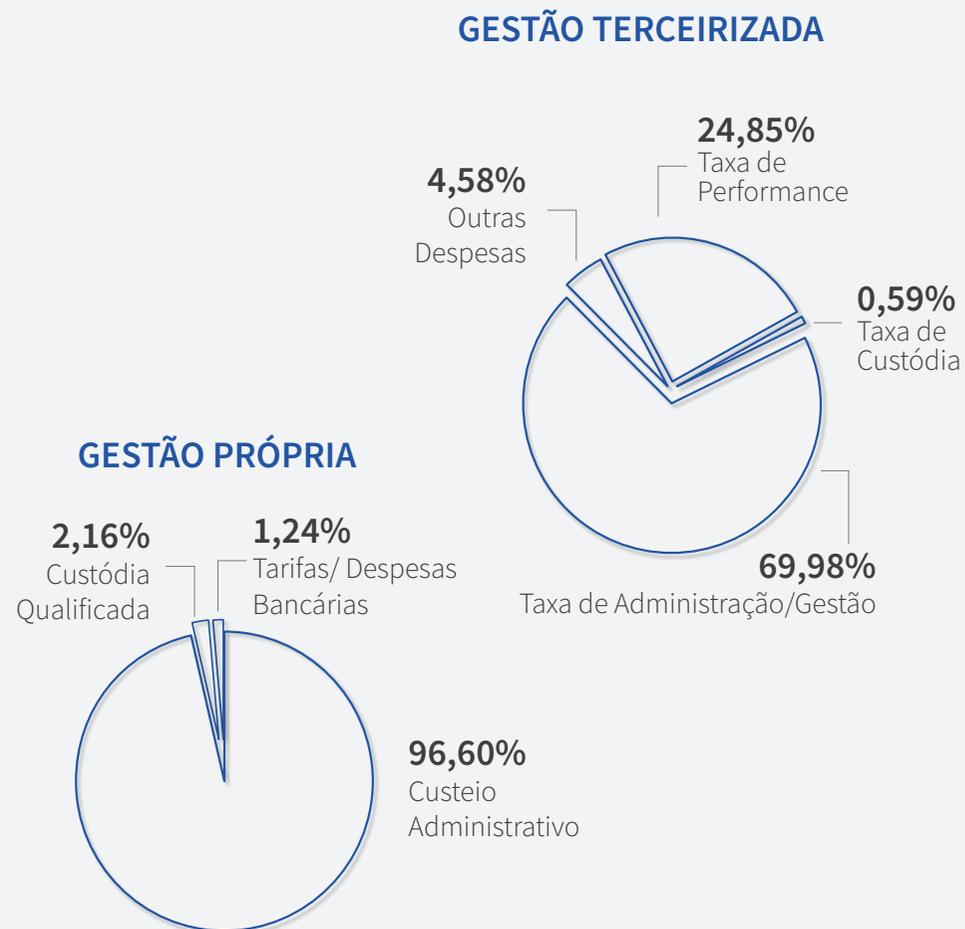


### GESTÃO PRÓPRIA



## VI. Fundo Assistencial – FEAS

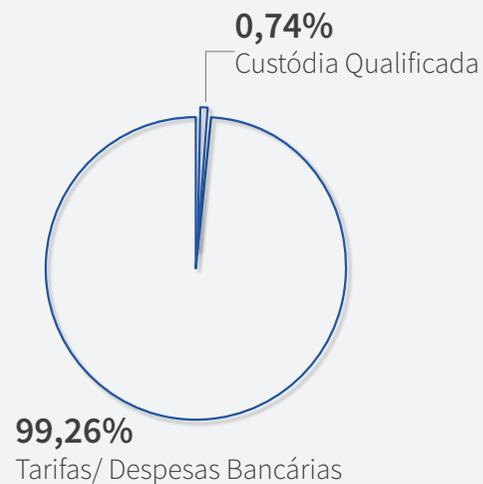
FEAS	R\$
<b>Gestão Direta</b>	
Custeio Administrativo	1.258.624,79
Custódia Qualificada	28.128,75
Tarifas/ Despesas Bancárias	16.176,88
Total dos Custos com Investimentos	1.302.930,42
<b>Gestão Indireta</b>	
Taxa de Administração/Gestão	841.363,96
Taxa de Custódia	7.117,76
Taxa de Performance	298.807,08
Outras Despesas	54.993,30
Total dos Custos com Investimentos	1.202.282,10



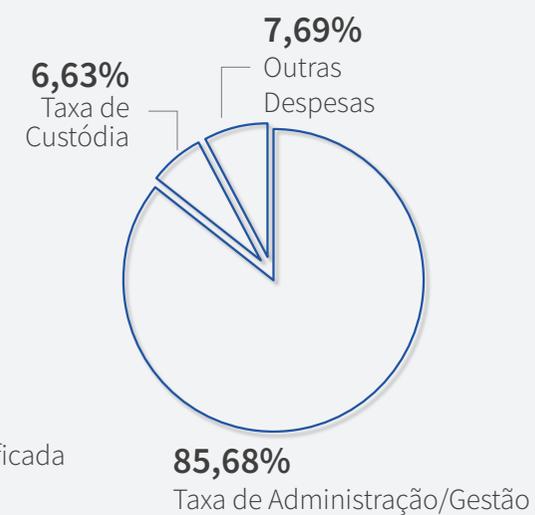
## VII. Eonomus Família

Economus Família	R\$
<b>Gestão Direta</b>	
Custódia Qualificada	674,04
Tarifas/ Despesas Bancárias	90.453,51
Total dos Custos com Investimentos	91.127,55
<b>Gestão Indireta</b>	
Taxa de Administração/Gestão	6.609,37
Taxa de Custódia	511,65
Outras Despesas	539,01
Total dos Custos com Investimentos	7.714,03

### GESTÃO PRÓPRIA



### GESTÃO TERCEIRIZADA



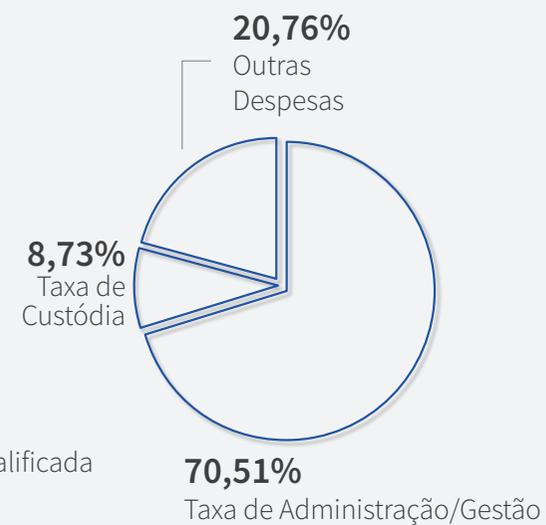
## VIII. Administrativo Assistencial

Administrativo Assistencial	R\$
<b>Gestão Direta</b>	
Custódia Qualificada	111,14
Tarifas/ Despesas Bancárias	1.334,30
Total dos Custos com Investimentos	1.445,44
<b>Gestão Indireta</b>	
Taxa de Administração/Gestão	3.661,17
Taxa de Custódia	453,26
Outras Despesas	1.078,27
Total dos Custos com Investimentos	5.192,70

### GESTÃO PRÓPRIA

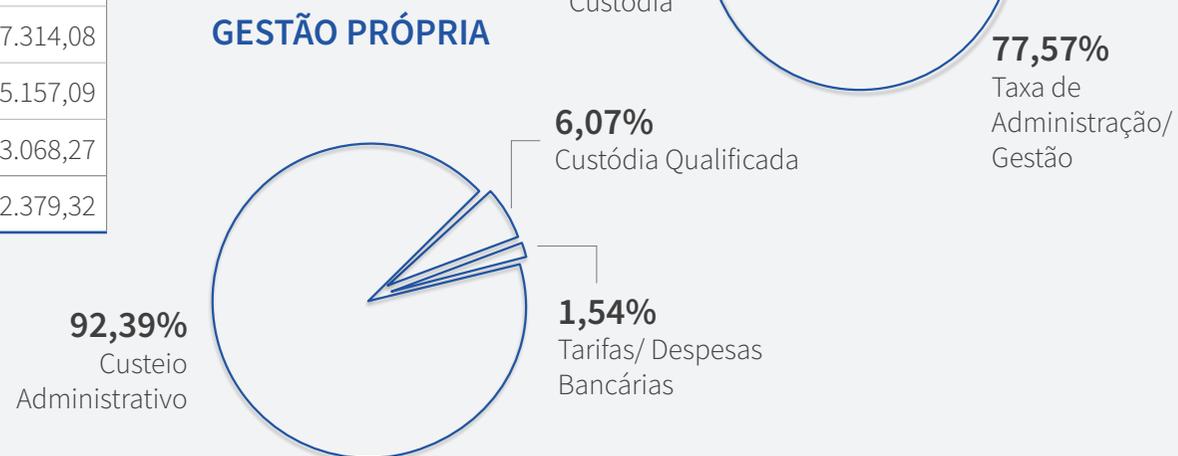


### GESTÃO TERCEIRIZADA



## IX. Consolidado

Consolidado	R\$
<b>Gestão Direta</b>	
Custeio Administrativo	7.181.305,50
Custódia Qualificada	471.354,52
Tarifas/Despesas Bancárias	119.863,17
Total dos Custos com Investimentos	7.772.523,19
<b>Gestão Indireta</b>	
Taxa de Administração/Gestão	10.356.839,89
Taxa de Custódia	187.314,08
Taxa de Performance	765.157,09
Outras Despesas	2.043.068,27
Total dos Custos com Investimentos	13.352.379,32



## Políticas de Investimentos – 2016 a 2020

O Resumo das Políticas de Investimentos para o período de 2016 a 2020 tem como premissa central estabelecer diretrizes e procedimentos na aplicação dos recursos dos Planos de Benefícios, Assistenciais e Administrativo, promovendo o equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos e os respectivos passivos, além das demais obrigações.

Os planos a seguir elencados estão identificados pelo CNPB (Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios) e PGA (Plano de Gestão Administrativa). Para 2016, esses planos foram registrados na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) com os respectivos *benchmarks*, que são os indicadores de referência de desempenho adotados pelo Economus nas políticas de investimentos. O Fundo FEAS e o Economus Família, devido às suas características, não são registrados na Previc; contudo, o Economus elabora Política de Investimentos para os recursos desses fundos e realiza o controle dos investimentos, seguindo as melhores práticas de mercado.

Código / Nome	Planos de Benefícios / Programas	Meta de Rentabilidade
CNPB 1978000138	Regulamento Geral - Plano C	INPC + 6% a.a.
CNPB 2006003429	PrevMais	Composto: 73% (CDI) + 25% (INPC + 5,39% a.a.) + 2% (IBrX)
	PrevMais - Perfil Conservador	100% do CDI
	PrevMais - Perfil Moderado	85% do CDI + 15% do IBrX
	PrevMais - Perfil Agressivo	70% do CDI + 30% do IBrX
	PrevMais - Perfil Super Agressivo	55% do CDI + 45% do IBrX
	PrevMais - Benefício de Risco	INPC + 5,39% a.a.
CNPB 1978000219	Regulamento Complementar nº 1 - Plano B	INPC + 5,38% a.a.
CNPB 1978000138	Regulamento Complementar nº 2 - Plano A	INPC + 5,52% a.a.
PGA 4003120019	PGA	100% do CDI
Programas Assistenciais	Fundo Assistencial FEAS	100% do CDI
	Economus Família	
	Administrativo Assistencial	

Obs.: TMA - Taxa Mínima Atuarial

CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios

PGA - Plano de Gestão Administrativa

## I. Regulamento Geral (Grupo C)

Segmento	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	87,6%	58,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	1,2%	0,0%	20,0%	70,0%
Estruturado	7,2%	0,0%	15,0%	20,0%
Exterior	0,6%	0,0%	2,0%	10,0%
Imóveis	1,4%	0,0%	5,0%	8,0%
Empréstimos	2,0%	0,0%	5,0%	15,0%

## II. PrevMais

Segmento	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	94,7%	63,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	2,2%	0,0%	32,0%	70,0%
Estruturado	0,4%	0,0%	5,0%	20,0%
Empréstimos	2,7%	0,0%	15,0%	15,0%

### a. Renda Programada

Segmento	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	93,6%	55,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	2,8%	0,0%	45,0%	70,0%
Empréstimos	3,6%	0,0%	15,0%	15,0%

## b. Benefício de Risco

Segmento	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	98,0%	85,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	0,2%	0,0%	10,0%	70,0%
Estruturado	1,8%	0,0%	5,0%	20,0%

## III. Regulamento Complementar: nº 1 (Grupo B) e nº 2 (Grupo A)

Segmento	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

## IV. Fundo Assistencial - FEAS

Segmento	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	88,1%	75,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	1,6%	0,0%	10,0%	70,0%
Estruturado	10,3%	0,0%	15,0%	20,0%

## V. Ecomus Família

Segmento	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



## V. Programas Administrativos

Segmento	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

### 2. Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Conforme a Resolução nº 4.275/2013, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem designar um AETQ (Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado), responsável pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos. Abaixo, estão as informações cadastrais do AETQ designado pelo Economus:

Nome: Paulo Leite Julião  
Cargo: Diretor Financeiro  
CPF: 956.029.098-34  
Telefone: (11) 3464-7607  
E-mail: [juliao@economus.com.br](mailto:juliao@economus.com.br)

*Fernanda Cristina de Oliveira - GEPAD/DIPES, trabalha há aproximadamente três anos no Economus.*



**CAPÍTULO 6**  
GESTÃO  
CONTÁBIL

# ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

## Balço Patrimonial Consolidado

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

ATIVO	Nota	2015	2014
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>3</b>	<b>5</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>5</b>	<b>5.656.891</b>	<b>5.246.946</b>
Gestão Previdencial	<b>5.1</b>	494.886	509.867
Gestão Administrativa	<b>5.2</b>	18.781	17.948
<b>Investimentos</b>	<b>5.3</b>	<b>5.143.224</b>	<b>4.719.131</b>
Títulos Públicos		3.220.099	2.659.018
Créditos Privados e Depósitos		264.969	272.501
Ações		-	63.315
Fundos de Investimento		1.422.564	1.521.765
Investimentos Imobiliários		122.717	92.954
Empréstimos		104.030	100.897
Depósitos Judiciais/Recursais		5.676	5.501
Outros Realizáveis		3.169	3.180
<b>PERMANENTE</b>	<b>6</b>	<b>2.094</b>	<b>1.618</b>
Imobilizado		1.564	1.141
Intangível		530	477
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	<b>7</b>	<b>484.042</b>	<b>454.107</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>6.143.030</b>	<b>5.702.676</b>

R\$ mil

PASSIVO	Nota	2015	2014
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>8</b>	<b>15.704</b>	<b>13.929</b>
Gestão Previdencial		6.734	5.627
Gestão Administrativa		7.962	7.496
Investimentos		1.008	806
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>9</b>	<b>150.842</b>	<b>110.716</b>
Gestão Previdencial		130.708	91.840
Gestão Administrativa		14.101	13.078
Investimentos		6.033	5.798
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>5.492.442</b>	<b>5.123.924</b>
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>		<b>5.318.199</b>	<b>4.941.192</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>10</b>	<b>5.865.270</b>	<b>5.073.764</b>
Benefícios Concedidos		4.752.485	4.079.511
Benefícios a Conceder		1.509.220	1.361.920
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(396.435)	(367.667)
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>11</b>	<b>(547.071)</b>	<b>(132.572)</b>
Resultados Realizados		(927.650)	(548.623)
(-) Déficit Técnico Acumulado		(927.650)	(548.623)
Resultados a Realizar	<b>11.3</b>	380.579	416.051
<b>FUNDOS</b>	<b>12</b>	<b>174.243</b>	<b>182.732</b>
Fundos Previdenciais	<b>12.1</b>	116.814	134.220
Fundos Administrativos	<b>12.2</b>	53.212	45.217
Fundos dos Investimentos	<b>12.3</b>	4.217	3.295
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	<b>7</b>	<b>484.042</b>	<b>454.107</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>6.143.030</b>	<b>5.702.676</b>

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**Demonstração da Mutação do Patrim nio Social - Consolidada**  
**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

R\$ mil

DESCRIÇÃO		2015	2014	Variac�o (%)
<b>A) Patrim�nio Social - início do exercício</b>		<b>5.123.924</b>	<b>4.892.012</b>	<b>4,74</b>
<b>1. Adi�es</b>		<b>921.528</b>	<b>699.382</b>	<b>31,76</b>
(+)	Contribui�es Previdenciais	187.742	190.989	(1,70)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	675.352	452.217	49,34
(+)	Receitas Administrativas	51.669	51.948	(0,54)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	5.843	3.423	70,70
(+)	Constitui�o de Fundos de Investimentos	922	805	14,53
<b>2. Destina�es</b>		<b>(553.010)</b>	<b>(467.470)</b>	<b>18,30</b>
(-)	Benefícios	(433.163)	(374.603)	15,63
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(34.858)	(22.440)	55,34
(-)	Despesas Administrativas	(47.263)	(43.406)	8,89
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(2.254)	(1.097)	105,47
(-)	Resultados a Realizar	(35.472)	(25.924)	36,83
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>		<b>368.518</b>	<b>231.912</b>	<b>58,90</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	791.506	168.051	370,99
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(379.027)	67.413	(662,25)
(+/-)	Resultados a Realizar	(35.472)	(25.924)	36,83
(+/-)	Fundos Previdenciais	(17.406)	10.699	(262,69)
(+/-)	Fundos Administrativos	7.995	10.868	(26,44)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	922	805	14,53
<b>4. Opera�es Transitórias</b>		-	-	-
<b>B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4)</b>		<b>5.492.442</b>	<b>5.123.924</b>	<b>7,19</b>
<b>5. Gestão Assistencial</b>		<b>17.974</b>	<b>(12.015)</b>	<b>(249,60)</b>
(+)	Receitas Assistenciais	284.647	266.827	6,68
(-)	Despesas Assistenciais	(266.673)	(278.842)	(4,36)

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL****Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Por Plano de Benefício - Regulamento Complementar n  1****Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014****R\$ mil**

DESCRIÇÃO		2015	2014	Variacão (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>30.352</b>	<b>27.222</b>	<b>11,50</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>9.070</b>	<b>6.501</b>	<b>39,52</b>
(+)	Contribuições	4.697	4.765	(1,43)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.248	1.673	94,14
(+)	Reversão L�quida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	1.125	63	1.685,71
	<b>2. Destinaç�es</b>	<b>(4.001)</b>	<b>(3.371)</b>	<b>18,69</b>
(-)	Benefícios	(1.618)	(1.276)	26,80
(-)	Custeio Administrativo	(2.383)	(2.095)	13,75
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>5.069</b>	<b>3.130</b>	<b>61,95</b>
(+/-)	Provis�es Matemáticas	40.678	447	9.000,22
(+/-)	Fundos Previdenciais	(14.278)	3.081	(563,42)
(+/-)	Superávit (D�ficit) T�cnico do Exercício	(21.331)	(398)	5.259,55
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>35.421</b>	<b>30.352</b>	<b>16,70</b>
	<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>1.669</b>	<b>1.518</b>	<b>9,95</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	1.669	1.518	9,95

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL****Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Por Plano de Benefício - Regulamento Complementar n  2****Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014****R\$ mil**

DESCRIÇÃO		2015	2014	Variacão (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>21.817</b>	<b>19.346</b>	<b>12,77</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>9.678</b>	<b>7.960</b>	<b>21,58</b>
(+)	Contribuiç�es	6.684	5.934	12,64
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.978	1.989	49,72
(+)	Reversão L�quida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	16	37	100,00
	<b>2. Destinaç�es</b>	<b>(7.902)</b>	<b>(5.489)</b>	<b>43,96</b>
(-)	Benefícios	(3.361)	(2.146)	56,62
(-)	Custeio Administrativo	(4.541)	(3.343)	35,84
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>1.776</b>	<b>2.471</b>	<b>(28,13)</b>
(+/-)	Provis�es Matemáticas	39.595	(645)	(6.238,76)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(6.697)	(281)	2.283,27
(+/-)	Superávit (D�ficit) T�cnico do Exercício	(31.122)	3.397	(1.016,16)
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>23.593</b>	<b>21.817</b>	<b>8,14</b>
	<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>2.510</b>	<b>2.381</b>	<b>5,42</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	2.510	2.381	5,42

## ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

### Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Por Plano de Benefício - Regulamento Geral

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

R\$ mil

DESCRIÇÃO		2015	2014	Variacão (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>4.017.738</b>	<b>3.968.290</b>	<b>1,25</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>599.259</b>	<b>437.424</b>	<b>37,00</b>
(+)	Contribuiç�es	71.399	84.009	(15,01)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	527.860	353.415	49,36
	<b>2. Destinaç�es</b>	<b>(449.197)</b>	<b>(387.976)</b>	<b>15,78</b>
(-)	Benefícios	(371.000)	(333.433)	11,27
(-)	Constituição L�quida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	(35.906)	(22.540)	59,30
(-)	Custeio Administrativo	(6.819)	(6.079)	12,17
(-)	Resultados a Realizar	(35.472)	(25.924)	36,83
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>150.062</b>	<b>49.448</b>	<b>203,47</b>
(+/-)	Provis�es Matemáticas	523.631	4.764	10.891,41
(+/-)	Superávit (D�ficit) T�cnico do Exercício	(338.097)	70.608	(578,84)
(+/-)	Resultados a Realizar	(35.472)	(25.924)	36,83
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>4.167.800</b>	<b>4.017.738</b>	<b>3,73</b>
	<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>36.505</b>	<b>30.452</b>	<b>19,88</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	32.947	27.588	19,43
(+/-)	Fundos dos Investimentos	3.558	2.864	24,23

# ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

## Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Por Plano de Benefício - PrevMais

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

R\$ mil

DESCRIÇÃO		2015	2014	Variacão (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>1.005.505</b>	<b>840.315</b>	<b>19,66</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>273.958</b>	<b>215.602</b>	<b>27,07</b>
(+)	Contribuições	132.692	120.462	10,15
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	141.266	95.140	48,48
	<b>2. Destinações</b>	<b>(71.264)</b>	<b>(50.412)</b>	<b>41,36</b>
(-)	Benefícios	(57.184)	(37.748)	51,49
(-)	Constituição L�quida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	(93)	-	100,00
(-)	Custeio Administrativo	(13.987)	(12.664)	10,45
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>202.694</b>	<b>165.190</b>	<b>22,70</b>
(+/-)	Provis�es Matemáticas	187.602	163.485	14,75
(+/-)	Fundos Previdenciais	3.569	7.899	(54,82)
(+/-)	Superávit (D�ficit) T�cnico do Exercício	11.523	(6.194)	(286,03)
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>1.208.199</b>	<b>1.005.505</b>	<b>20,16</b>
	<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>16.745</b>	<b>14.161</b>	<b>18,25</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	16.086	13.730	17,16
(+/-)	Fundos dos Investimentos	659	431	52,90

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL****Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - Regulamento Complementar nº 1**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>48.013</b>	<b>43.360</b>	<b>10,73</b>
Disponível	-	-	-
Recebível	16.717	27.114	(38,35)
<b>Investimento</b>	<b>31.296</b>	<b>16.246</b>	<b>92,64</b>
Títulos Públicos	14.415	9.820	100,00
Créditos Privados e Depósitos	2.209	1.879	17,56
Fundos de Investimento	14.672	4.547	222,67
<b>2. Obrigações</b>	<b>10.923</b>	<b>11.490</b>	<b>(4,93)</b>
Operacional	194	5	3.780,00
Contingencial	10.729	11.485	(6,58)
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.669</b>	<b>1.518</b>	<b>9,95</b>
Fundos Administrativos	1.669	1.518	9,95
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>35.421</b>	<b>30.352</b>	<b>16,70</b>
Provisões Matemáticas	55.768	15.090	269,57
Superávit/(Déficit) Técnico	(20.347)	984	(2.167,78)
Fundos Previdenciais	-	14.278	(100,00)
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	(20.347)	-	100,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	211	-	100,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(20.136)	-	100,00

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL****Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - Regulamento Complementar nº 2**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>31.181</b>	<b>28.573</b>	<b>9,13</b>
Disponível	-	-	-
Recebível	9.919	9.449	4,97
<b>Investimento</b>	<b>21.262</b>	<b>19.124</b>	<b>11,18</b>
Títulos Públicos	13.855	11.637	100,00
Créditos Privados e Depósitos	2.041	1.735	17,64
Fundos de Investimento	5.366	5.752	(6,71)
<b>2. Obrigações</b>	<b>5.078</b>	<b>4.375</b>	<b>16,07</b>
Operacional	294	3	9.700,00
Contingencial	4.784	4.372	9,42
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>2.510</b>	<b>2.381</b>	<b>5,42</b>
Fundos Administrativos	2.510	2.381	5,42
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>23.593</b>	<b>21.817</b>	<b>8,14</b>
Provisões Matemáticas	46.585	6.990	566,45
Superávit/(Déficit) Técnico	(22.992)	8.130	(382,80)
Fundos Previdenciais	-	6.697	(100,00)
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	(22.992)	-	100,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	128	-	100,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(22.864)	-	100,00

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - Regulamento Geral**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>4.331.833</b>	<b>4.135.485</b>	<b>4,75</b>
Disponível	-	1	(100,00)
Recebível	505.369	504.781	0,12
<b>Investimento</b>	<b>3.826.464</b>	<b>3.630.703</b>	<b>5,39</b>
Títulos Públicos	2.968.863	2.463.803	20,50
Créditos Privados e Depósitos	73.554	135.087	(45,55)
Ações	-	63.315	(100,00)
Fundos de Investimento	595.907	808.743	(26,32)
Investimentos Imobiliários	122.717	92.954	32,02
Empréstimos e Financiamentos	57.074	58.823	(2,97)
Depósitos Judiciais/Recurais	5.676	5.501	3,18
Outros Realizáveis	2.673	2.477	7,91
<b>2. Obrigações</b>	<b>127.528</b>	<b>87.295</b>	<b>46,09</b>
Operacional	6.393	5.514	15,94
Contingencial	121.135	81.781	48,12
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>36.505</b>	<b>30.452</b>	<b>19,88</b>
Fundos Administrativos	32.947	27.588	19,43
Fundos dos Investimentos	3.558	2.864	24,23
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>380.579</b>	<b>416.051</b>	<b>(8,53)</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>3.787.221</b>	<b>3.601.687</b>	<b>5,15</b>
Provisões Matemáticas	4.679.581	4.155.950	12,60
Superávit/(Déficit) Técnico	(892.360)	(554.263)	61,00
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	(511.781)	-	100,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	35.772	-	100,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(476.009)	-	100,00

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - PrevMais**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>1.225.897</b>	<b>1.020.577</b>	<b>20,12</b>
Disponível	1	2	(50,00)
Recebível	16.094	13.741	17,12
<b>Investimento</b>	<b>1.209.802</b>	<b>1.006.834</b>	<b>20,16</b>
Títulos Públicos	217.080	168.561	100,00
Créditos Privados e Depósitos	185.762	131.490	41,27
Fundos de Investimento	760.004	664.709	14,34
Empréstimos e Financiamentos	46.956	42.074	11,60
<b>2. Obrigações</b>	<b>953</b>	<b>911</b>	<b>4,61</b>
Operacional	860	911	(5,60)
Contingencial	93	-	100,00
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>16.745</b>	<b>14.161</b>	<b>18,25</b>
Fundos Administrativos	16.086	13.730	17,16
Fundos dos Investimentos	659	431	52,90
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>1.208.199</b>	<b>1.005.505</b>	<b>20,16</b>
Provisões Matemáticas	1.083.336	895.734	20,94
Superávit/(Déficit) Técnico	8.049	(3.474)	(331,69)
Fundos Previdenciais	116.814	113.245	3,15
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	8.049	-	100,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	8.049	-	100,00

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado**  
**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>45.217</b>	<b>34.349</b>	<b>31,64</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>57.512</b>	<b>55.371</b>	<b>3,87</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>57.512</b>	<b>55.371</b>	<b>3,87</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	27.731	24.181	14,68
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.923	5.050	17,29
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	5.843	3.423	70,70
Reembolso da Gestão Assistencial	17.608	20.818	(15,42)
Outras Receitas	407	1.899	(78,57)
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>47.263</b>	<b>43.406</b>	<b>8,89</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>23.477</b>	<b>16.963</b>	<b>38,40</b>
Pessoal e encargos	15.718	11.429	37,53
Treinamentos/congressos e seminários	188	125	50,40
Viagens e estadias	203	179	13,41
Serviços de terceiros	4.487	3.059	46,68
Despesas gerais	1.965	1.438	36,65
Depreciações e amortizações	702	583	20,41
Tributos	214	150	42,67
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>6.178</b>	<b>5.625</b>	<b>9,83</b>
Pessoal e encargos	4.380	3.916	11,85
Treinamentos/congressos e seminários	46	30	53,33
Viagens e estadias	38	37	2,70
Serviços de terceiros	931	889	4,72
Despesas gerais	653	599	9,02
Tributos	130	154	(15,58)
<b>2.3. Administração Assistencial</b>	<b>17.608</b>	<b>20.818</b>	<b>(15,42)</b>
	17.608	20.818	(15,42)
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>2.254</b>	<b>1.097</b>	<b>105,47</b>
<b>4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	-	-	-
<b>5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos</b>	-	-	-
<b>6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>7.995</b>	<b>10.868</b>	<b>(26,44)</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>7.995</b>	<b>10.868</b>	<b>(26,44)</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>53.212</b>	<b>45.217</b>	<b>17,68</b>

# ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

## Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - Regulamento Complementar nº 1

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>46.344</b>	<b>41.842</b>	<b>10,76</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>55.768</b>	<b>15.090</b>	<b>269,57</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>9.221</b>	<b>9.035</b>	<b>2,06</b>
Benefício Definido	9.221	9.035	2,06
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>46.547</b>	<b>6.055</b>	<b>668,74</b>
Benefício Definido	46.547	6.055	668,74
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(20.347)</b>	<b>984</b>	<b>(2.167,78)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(20.347)</b>	<b>984</b>	<b>(2.167,78)</b>
<b>Superávit técnico acumulado</b>	<b>-</b>	<b>984</b>	<b>(100,00)</b>
Reserva de contingência	-	984	(100,00)
<b>(-) Déficit técnico acumulado</b>	<b>(20.347)</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
Déficit técnico	(20.347)	-	100,00
<b>3. Fundos</b>	<b>-</b>	<b>14.278</b>	<b>(100,00)</b>
3.1. Fundos Previdenciais	-	14.278	(100,00)
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>194</b>	<b>5</b>	<b>3.780,00</b>
4.1. Gestão Previdencial	191	3	6.266,67
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3	2	50,00
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>10.729</b>	<b>11.485</b>	<b>(6,58)</b>
5.1. Gestão Previdencial	10.729	11.485	(6,58)

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL****Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - Regulamento Complementar nº 2**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>28.671</b>	<b>26.192</b>	<b>9,46</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>46.585</b>	<b>6.990</b>	<b>566,45</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>1.458</b>	<b>1.490</b>	<b>(2,15)</b>
Benefício Definido	1.458	1.490	(2,15)
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>45.127</b>	<b>5.500</b>	<b>720,49</b>
Benefício Definido	45.127	5.500	720,49
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(22.992)</b>	<b>8.130</b>	<b>(382,80)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(22.992)</b>	<b>8.130</b>	<b>(382,80)</b>
<b>Superávit técnico acumulado</b>	<b>-</b>	<b>8.130</b>	<b>(100,00)</b>
Reserva de contingência	-	1.747	(100,00)
Reserva para revisão de plano	-	6.383	(100,00)
<b>(-) Déficit técnico acumulado</b>	<b>(22.992)</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
Déficit técnico	(22.992)	-	100,00
<b>3. Fundos</b>	<b>-</b>	<b>6.697</b>	<b>(100,00)</b>
3.1. Fundos Previdenciais	-	6.697	(100,00)
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>294</b>	<b>3</b>	<b>9.700,00</b>
4.1. Gestão Previdencial	292	1	29.100,00
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2	2	-
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>4.784</b>	<b>4.372</b>	<b>9,42</b>
5.1. Gestão Previdencial	4.784	4.372	9,42

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL****Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - Regulamento Geral**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>4.298.886</b>	<b>4.107.897</b>	<b>4,65</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>4.679.581</b>	<b>4.155.950</b>	<b>12,60</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>4.457.922</b>	<b>3.855.262</b>	<b>15,63</b>
Benefício Definido	4.457.922	3.855.262	15,63
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>618.094</b>	<b>668.355</b>	<b>(7,52)</b>
Benefício Definido	618.094	668.355	(7,52)
<b>1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>(396.435)</b>	<b>(367.667)</b>	<b>7,82</b>
(-) Patrocinador(es)	(198.218)	(183.834)	7,82
(-) Participantes	(24.136)	(27.161)	(11,14)
(-) Assistidos	(174.081)	(156.672)	11,11
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>(511.781)</b>	<b>(138.212)</b>	<b>270,29</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>(892.360)</b>	<b>(554.263)</b>	<b>61,00</b>
<b>(-) Déficit Técnico Acumulado</b>	<b>(892.360)</b>	<b>(554.263)</b>	<b>61,00</b>
(-) Déficit Técnico Acumulado	(892.360)	(554.263)	61,00
<b>2.2. Resultados a realizar</b>	<b>380.579</b>	<b>416.051</b>	<b>(8,53)</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>3.558</b>	<b>2.864</b>	<b>24,23</b>
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.558	2.864	24,23
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>6.393</b>	<b>5.514</b>	<b>15,94</b>
4.1. Gestão Previdencial	5.667	4.923	15,11
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	726	591	22,84
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>121.135</b>	<b>81.781</b>	<b>48,12</b>
5.1. Gestão Previdencial	115.102	75.983	51,48
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6.033	5.798	4,05

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - PrevMais**  
**Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4)</b>	<b>1.209.718</b>	<b>1.006.847</b>	<b>20,15</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>1.083.336</b>	<b>895.734</b>	<b>20,94</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>283.884</b>	<b>213.724</b>	<b>32,83</b>
Contribuição Definida	89.729	51.488	74,27
Benefício Definido	194.155	162.236	19,67
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>799.452</b>	<b>682.010</b>	<b>17,22</b>
<b>Contribuição Definida</b>	<b>799.452</b>	<b>682.010</b>	<b>17,22</b>
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	396.321	338.099	17,22
Saldo de Contas - parcela participantes	403.131	343.911	17,22
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>8.049</b>	<b>(3.474)</b>	<b>(331,69)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>8.049</b>	<b>(3.474)</b>	<b>(331,69)</b>
<b>Superávit técnico acumulado</b>	<b>8.049</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
Reserva de contingência	8.049	-	100,00
<b>(-) Déficit técnico acumulado</b>	<b>-</b>	<b>(3.474)</b>	<b>(100,00)</b>
Déficit técnico	-	(3.474)	(100,00)
<b>3. Fundos</b>	<b>117.473</b>	<b>113.676</b>	<b>3,34</b>
3.1. Fundos Previdenciais	116.814	113.245	3,15
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	659	431	52,90
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>860</b>	<b>911</b>	<b>(5,60)</b>
4.1. Gestão Previdencial	584	700	(16,57)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	276	211	30,81
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>93</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>
5.1. Gestão Previdencial	93	-	100,00



## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

## 1. Contexto Operacional

O Economus - Instituto de Seguridade Social, CNPJ nº. 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, n.º 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, cuja autorização para funcionamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 2.204, DOU, de 1º de agosto de 1980.

Em novembro de 2009, o Banco Nossa Caixa S.A. (BNC) foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A., que, desde então, passou a ser o novo Patrocinador dos planos de previdência complementar e assistência à saúde.

O Economus é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus, tendo como objetivo administrar planos de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Variável (CV), exclusivamente para os empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A. e do Economus.

Também opera planos de assistência à saúde, na modalidade de autogestão, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) registrados sob o nº 34.2611 e destinados a prover assistência médica aos empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., do Economus e aos beneficiários dos planos de assistência à saúde custeados pelo Fundo Economus de Assistência Social (Feas).

As normas de controle e fiscalização que o Economus obedece são emanadas pelo Ministério da Previdência Social (MPS), por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Os recursos de que o Economus dispõe são oriundos de contribuições dos seus patrocinadores (Banco do Brasil S.A. e Economus), participantes e assistidos, e dos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

## 2. Planos Administrados

O Economus administra quatro planos de benefícios inscritos no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Desses, três planos se encontram na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável. A atividade operacional do Instituto é registrada no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

**a. Plano Regulamento Complementar nº 1** - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.780.002-19, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Assegura o pagamento de complementação de auxílio-doença e de pecúlio por invalidez para os participantes em atividade, além de pecúlio por morte para todos os dependentes dos participantes que forem elegíveis ao recebimento de pensão.

**b. Plano Regulamento Complementar nº 2** - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.780.003-83, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte.

**c. Plano Regulamento Geral** - Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.780.001-38, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). O Plano encontra-se em extinção, fechado para novas adesões. Além dos assistidos, ele conta com os participantes ativos que optaram pelo seu saldamento e com os participantes ativos remanescentes do processo de migração, que optaram por permanecer nele. Assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada de aposentadorias, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-adicional e auxílio-doença. Está também assegurado o pagamento, em forma de prestação única, de pecúlio por morte e por invalidez.

Em 10 de novembro de 2004, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios, instituído por meio do Regulamento Geral para

os empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S.A. O processo de saldamento também foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em 30 de dezembro de 2005, pelo Ofício nº 2.713.

De forma concomitante ao saldamento, foi criado o PrevMais na modalidade de Contribuição Variável (CV).

**d. Plano PrevMais** - Plano instituído na modalidade de Contribuição Variável (CV), inscrito sob o nº 20.060.034-29, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), no qual o valor dos benefícios programados é definido com

base no montante financeiro individual formado pelas contribuições acumuladas e respectivos resultados dos investimentos até a data da concessão. A partir de então, o participante pode optar por um benefício de renda programada ou vitalícia. Os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-funeral) são determinados com base no Salário de Benefício (SB) e no Padrão Previdenciário Economus (PPE, unidade de referência utilizada pelo Economus). Esse Plano está aberto a novas adesões e assegura o pagamento de benefícios de renda mensal vitalícia ou programada e suplementações de auxílio-doença ou de acidente do trabalho, de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e auxílio-funeral.

Em 31 de dezembro de 2015, o Economus possuía 24.774 participantes (25.069 em 2014), compostos da seguinte forma:

Descrição	Regulamento Complementar nº1		Regulamento Complementar nº2		Regulamento Geral		PrevMais	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos	1.181	1.197	1.038	1.104	24	32	8.863	9.250
Aposentados	7	7	-	-	6.600	6.153	1.396	1.155
Pensionistas	4	4	4	4	481	461	84	77
Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)	-	-	-	-	21	22	7	5
Autopatrocinado - Não Saldado	-	-	-	-	-	-	48	54
Autopatrocinado - Saldado	-	-	-	-	49	47	9	9
Optantes pelo Saldamento	-	-	-	-	4.489	5.010	-	-
Participantes desligados que não manifestaram as respectivas opções pelos institutos	-	-	-	-	-	-	469	478
<b>Total de Participantes</b>	<b>1.192</b>	<b>1.208</b>	<b>1.042</b>	<b>1.108</b>	<b>11.664</b>	<b>11.725</b>	<b>10.876</b>	<b>11.028</b>

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Economus, na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Ata nº 384, de 06 de dezembro de 2011.

### 3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Economus estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), por meio da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pelas Resoluções CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e CNPC nº 20, de 18 de junho de 2015, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pelas Instruções Previc nº 01, de 22 de março de 2011, nº 05, de 08 de setembro de 2011, nº 10, de 22 de março de 2011, nº 06, de 13 de novembro de 2013, nº 15, de 12 de novembro de 2014, nº 21, de 23 de março de 2015 e nº 25, de 17 de dezembro de 2015 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e demais práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado dos ativos e passivos em circulante e não circulante.

A contabilidade do Economus é estruturada em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, Gestão Assistencial e Investimentos, conforme abaixo:

**Gestão Previdencial:** congrega todas as atividades previdenciais, como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios, constituição de provisões matemáticas e de fundos, resgate e portabilidade.

**Gestão Administrativa:** tem como objetivo controlar as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas do Economus. A segregação das despesas administrativas entre as gestões previdencial, assistencial e de investimentos leva em consideração critérios preestabelecidos, aprovados pela Diretoria Executiva.

**Gestão Assistencial:** tem como objetivo administrar planos de assistência à saúde, de acordo com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e alterações posteriores, e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores. Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de

Saúde Suplementar (ANS), devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável estabelecida pela ANS.

Em atendimento à legislação vigente, o Economus está apresentando as informações financeiras dos planos assistenciais à saúde em separado, mas como parte das demonstrações contábeis, conforme demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial (Nota Explicativa 7).

**Investimentos:** tem como objetivo registrar o patrimônio dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio é aplicado visando obter rentabilidades compatíveis com as metas atuariais e gerenciais dos planos. Registra os resultados dos investimentos por emissor, os quais são apropriados segregadamente por planos.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas seguindo as práticas, os métodos e os critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados integralmente no encerramento do último exercício social e são apresentadas como segue:

#### a) Balanço Patrimonial

Tem por finalidade, de forma consolidada, evidenciar os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciais.

#### b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

A DMPS substitui a Demonstração de Resultados dos Exercícios (DRE) e tem a finalidade de evidenciar, de forma consolidada, as modificações ocorridas pelo Patrimônio Social dos planos de benefícios ao final do exercício. As adições e destinações são registradas pelo regime de competência, exceto para as contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (Plano PrevMais), que são registrados pelo regime de caixa, conforme faculta a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e alterações posteriores.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Instrução Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015, altera a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS). Veja quadro comparativo das alterações abaixo:

Anterior (Resolução CNPC nº 08 de 31.10.2011)		Atual (Instrução Previc nº 25 de 17.12.2015)	
	<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>		<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>
	<b>1. Adições</b>		<b>1. Adições</b>
(+)	Receitas Assistenciais	(+)	Resultados a Realizar
	<b>2. Destinações</b>		<b>2. Destinações</b>
(-)	Despesas Assistenciais	(-)	Resultados a Realizar
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>		<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>
(+/-)	Gestão Assistencial	(+/-)	Resultados a Realizar
	<b>4. Operações Transitória</b>		<b>4. Operações Transitória</b>
	<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)</b>		<b>B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4)</b>
		(+/-)	5. Gestão Assistencial
		(+)	Receitas Assistenciais
		(-)	Despesas Assistenciais

### c) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Tem a finalidade de demonstrar, por plano de benefícios, as muta es ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Instru o Previc n  25, de 17 de dezembro de 2015, altera a Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL). Veja quadro comparativo das altera es abaixo:

Anterior (Resolução CNPC nº 08 de 31.10.2011)		Atual (Instrução Previc nº 25 de 17.12.2015)	
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>		<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>
	<b>1. Adições</b>		<b>1. Adições</b>
		(+)	Resultados a Realizar
	<b>2. Destinações</b>		<b>2. Destinações</b>
		(-)	Resultados a Realizar
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>		<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>
		(+/-)	Resultados a Realizar
	<b>4. Operações Transitória</b>		<b>4. Operações Transitória</b>
	<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)</b>		<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>
	<b>C) Fundos não previdenciais</b>		<b>C) Fundos não previdenciais</b>

#### d) Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Tem a finalidade de evidenciar, por plano de benefícios previdenciais, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais, ao final de cada exercício.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Instrução Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015, altera a Demonstração do Ativo Líquido (DAL). Veja quadro comparativo das alterações a seguir:

Anterior (Resolução CNPC nº 08 de 31.10.2011)	Atual (Instrução Previc nº 25 de 17.12.2015)
<b>1. Ativos</b>	<b>1. Ativos</b>
Empréstimos	Empréstimos e Financiamentos
Financiamentos Imobiliários	
Permanente	
<b>2. Obrigações</b>	<b>2. Obrigações</b>
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>3. Fundos não Previdenciais</b>
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>4. Resultados a Realizar</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>
	<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>
	a) Equilíbrio Técnico
	b) (+/-) Ajuste de Precificação
	c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)

#### e) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada a atividade administrativa da Entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Instrução Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015, altera a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA). Veja quadro comparativo das alterações abaixo:

Anterior (Resolução CNPC nº 08 de 31.10.2011)	Atual (Instrução Previc nº 25 de 17.12.2015)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>1.1. Receitas</b>
Resultado Positivo dos Investimentos	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos
Reversão de Contingências	
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>2. Despesas Administrativas</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>2.1. Administração Previdencial</b>
Contingências	Tributos
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>
Contingências	Tributos
<b>2.3. Administração Assistencial</b>	<b>2.3. Administração Assistencial</b>
	Despesas administrativas
	Constituição/reversão de contingências
<b>2.5. Outras Despesas</b>	<b>2.4. Outras Despesas</b>
	<b>3. Constituições/Reversão de Contingências Administrativas</b>
<b>2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	<b>4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos</b>
<b>4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>
<b>6. Operações Transitórias</b>	<b>8. Operações Transitórias</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)</b>	<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)</b>

## f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Instrução Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015, não alterou a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios. Essa demonstração tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterações do patrimônio de cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício. Demonstra os valores das obrigações presentes e futuras dos planos para com seus participantes.

Os quadros, as informações e os demonstrativos das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus atua. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva, em 23 de fevereiro de 2016, e submetidas para aprovação do Conselho Deliberativo, em 29 de março de 2016, após avaliação do Conselho Fiscal.

### 4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Economus na elaboração das demonstrações contábeis, bem como a legislação pertinente estão resumidas a seguir:

#### 4.1. Resultado das Operações

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto o recebimento das contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (Plano PrevMais), que são registrados pelo regime de caixa.

#### 4.2. Disponível

As disponibilidades representam os recursos financeiros em bancos, conta movimento na data de 31 de dezembro de 2015.

#### 4.3. Realizável da Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais e contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados. Considera-se o plano de custeio, bem como o valor de resultados a realizar de títulos e valores mobiliários, pelo diferencial da taxa de juros dos títulos mantidos até o vencimento e a taxa de juros de desconto das obrigações atuariais. Também é constituído pelos valores dos depósitos judiciais e recursais, em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2.

#### 4.4. Realizável da Gestão Administrativa

Registra as contribuições para o custeio administrativo a receber dos patrocinadores, participantes, autopatrocinados e assistidos e os valores a receber dos planos referentes ao custeio dos investimentos; os adiantamentos efetuados na folha de salários dos funcionários do Economus; os adiantamentos de serviços de terceiros; os gastos antecipados referentes às despesas de períodos subsequentes e os depósitos judiciais e recursais desembolsados por força de decisão judicial. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

#### 4.5. Realizável de Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas são determinados pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN), alterado pelas Resoluções do Bacen nº 3.846, de 25 de março de 2010, nº 4.275, de 31 de outubro de 2013, e nº 4.449, de 20 de novembro de 2015.

#### Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são compostos por títulos públicos, títulos privados, ações e cotas de fundos de investimentos.

#### 4.5.1. Renda Fixa

Conforme determinam as Resoluções CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, e o item 14, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, os títulos de renda fixa estão classificados nas seguintes categorias:

**i. Títulos para negociação (Marcados a Mercado):** adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, sendo contabilizados pelo valor de mercado.

**ii. Títulos mantidos até o vencimento (Marcados pela taxa de aquisição – Curva):** os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento são classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” e o critério de avaliação contábil é do rendimento pela curva, de forma proporcional (*pro rata* dia), até o vencimento.

#### 4.5.2. Renda Variável - Ações

As aplicações em ações são registradas pelo custo de aquisição no mercado à vista, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, sendo precificadas a valor de mercado, isto é, pela cotação de fechamento do último dia divulgada pela Bolsa de Valores.

#### 4.5.3. Fundos de investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

#### 4.5.4. Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados por meio de reavaliações a valor de mercado. Até o exercício de 2014, essas reavaliações eram efetuadas a cada três anos, depreciadas mensalmente (exceto terrenos e imóveis em construção), de acordo com a vida útil remanescente constante do laudo de avaliação, conforme item 22 da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações

posteriores. A partir do exercício de 2015, as reavaliações passam a ser realizadas anualmente de acordo com as Instruções Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014, e nº 21, de 23 de março de 2015, dispensado o registro da depreciação.

Os resultados dos ajustes positivos ou negativos são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com a conta “investimento imobiliário” do resultado. A prática de reavaliação tem por finalidade atualizar periodicamente o valor contábil dos imóveis a valor justo (Nota Explicativa 5.3.1.a.).

#### 4.5.5. Operações com Participantes (Empréstimos)

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos pelo valor principal, acrescidos dos encargos contratuais incorridos até 31 de dezembro de 2015. Os empréstimos são concedidos aos participantes dos planos de benefícios Regulamento Geral e PrevMais.

**Regulamento Geral:** são corrigidos mensalmente pela variação positiva do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescido dos juros de taxa pré-fixada bruta final de 0,798% ao mês, que contempla a taxa de administração, a taxa de contingência e o seguro prestamista.

**PrevMais:** são corrigidos mensalmente pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), acrescido dos juros de taxa pré-fixada bruta de 0,5725% ao mês, que contempla a taxa de administração, a taxa de contingência e o seguro prestamista.

Adicionalmente, é cobrado e descontado do valor do principal o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), conforme legislação em vigor.

O registro contábil é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Na hipótese de haver o provisionamento de 100% do saldo devedor para créditos de liquidação duvidosa, o plano de benefícios detentor do crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito) que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

#### 4.5.6. Outros Realizáveis

Composto pelos seguintes investimentos:

- Depósito judicial feito para garantir ao Economus o direito a bônus de subscrição da Ambev; e
- Investimento em controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

#### 4.6. Provisão para Perdas e Créditos de Liquidação Duvidosa

As provisões para perdas e para créditos de liquidação duvidosa são registradas para os investimentos mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do respectivo segmento do ativo. Dessa forma, os investimentos foram apresentados pelo seu valor líquido.

Para o registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios, de acordo com o item 11, do Anexo A, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores:

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos; e
- 100% para atrasos superiores a 360 dias sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

#### 4.7. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores quando a Entidade é ré no processo. Já os depósitos recursais são efetuados somente na Justiça do Trabalho e permitem que a Entidade apresente recurso, caso tenha sido sucumbente na demanda.

Todos os depósitos judiciais e recursais são atualizados mensalmente, seguindo critérios de acordo com o indexador adotado por cada Tribunal onde tramita o processo judicial (TR ou taxa de poupança) e, em caso de demandas tributárias na esfera da Justiça Federal, adotam como indexador a taxa Selic.

#### 4.8. Permanente

Demonstrado pelo valor de custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e espécie de bens.

- **Imobilizado:** a depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e utensílios; 20% para máquinas e equipamentos, veículos e *hardware*, exceto celulares e *lpad*, que são depreciados em 18 meses.
- **Intangível:** é composto por licença de uso de *softwares*, amortizado pelo método linear com taxa anual de 20%.

#### 4.9. Gestão Assistencial

As diretrizes contábeis referentes à Gestão Assistencial estão descritas nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial, conforme descrito na Nota Explicativa 7.

#### 4.10. Exigível Operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão (previdencial, administrativa e investimentos) pelo custo, mais as atualizações monetárias, quando aplicáveis. São decorrentes dos benefícios aos participantes, salários dos funcionários do Economus, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais, investimentos, operações com participantes e recebimentos de receitas antecipadas.

#### 4.11. Exigível Contingencial

O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25, de 16 de setembro de 2009, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**Ativos contingentes:**

- **Praticamente certo:** não é reconhecido contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Nesse caso, a Entidade reconhece o ativo e não o classifica como ativo contingente. No presente exercício, não ocorreram ativos nessa categoria.
- **Provável:** nesse caso, quando não é reconhecida como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos futuros, a Entidade apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente. No Economus, existe a ocorrência dessa situação, conforme descrito na Nota Explicativa 16.

**Passivos contingentes:** são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com outros processos, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma conseqüente saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. Para as causas substancialmente compostas por reclamatórias trabalhistas, cuja responsabilidade é do patrocinador Banco do Brasil S.A., a provisão do Economus limita-se aos respectivos depósitos judiciais.

**4.12. Garantias das Provisões Matemáticas e Fundos**

Os recursos garantidores das provisões matemáticas dos planos de benefícios da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), constituídos de acordo com os critérios fixados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), bem como aqueles de qualquer origem ou natureza, correspondentes às demais reservas, fundos e provisões, foram aplicados às diretrizes do regulamento anexo à Resolução CMN nº 3.792, de 25 de setembro de 2009, e alterações posteriores. Consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelo Economus os Ativos de Investimentos, adicionados das Disponibilidades e deduzidos os valores a pagar classificados no Exigível Operacional e Exigível Contingencial.

**4.13. Patrimônio Social**

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano, o patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

As contas que compõem o patrimônio social são classificadas em:

**4.13.1. Patrimônio de Cobertura do Plano****(a) Provisões matemáticas**

Representam, ao final de cada exercício, o valor dos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e beneficiários, com base em cálculos atuariais, elaborados por atuários externos.

**i. Benefícios concedidos e a conceder**

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor atual dos compromissos futuros em relação aos assistidos, ao passo que as provisões de benefícios a conceder constituem o valor atual dos compromissos futuros, em relação aos participantes que ainda não iniciaram o recebimento do benefício de aposentadoria.

**• Benefícios do plano com a geração atual**

Representam o valor atual dos compromissos futuros, em relação aos participantes que ainda não adquiriram o direito ao benefício de complementação da aposentadoria por tempo de contribuição ou idade.

**• Outras contribuições da geração atual**

Representam o valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores e pelos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo do benefício de prestação continuada. Exclui-se toda contribuição cujo

recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesse plano, bem como as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual durante o período de percepção do benefício, quanto pelos patrocinadores sobre o valor dos benefícios a serem pagos a esses integrantes.

## ii. (-) Provisões matemáticas a constituir

Representam o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente ao equacionamento de déficit observado no exercício de 2005, de acordo com o Plano Anual de Custeio, que estão sendo pagas por participantes, aposentados e patrocinadores.

### (b) Equilíbrio técnico

É determinado em função dos resultados realizados e a realizar.

#### • Resultados realizados

São os resultados acumulados oriundos dos planos de benefícios, compostos por Superávit Técnico e, pela conta redutora, Déficit Técnico.

#### Superávit/Déficit técnico acumulado

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes). Para efeito do cálculo das provisões matemáticas (reservas atuariais), o atuário externo baseou-se na legislação que regula as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e nos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios (Nota Explicativa 11).

#### • Resultados a realizar

Representam os resultados antecipados dos ajustes dos títulos, somente do Regulamento Geral, em decorrência da diferença positiva auferida entre o valor presente apurado pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos dos títulos, componentes da categoria “títulos mantidos até

o vencimento” e o valor presente desses títulos, considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial, em 31 de dezembro de 2015, com a devida anuência do órgão fiscalizador (Nota Explicativa 11.3).

### 4.13.2. Fundos

São valores constituídos com finalidades específicas de acordo com sua origem, podendo ser:

**Fundo Previdencial** - Constituído para cobertura de oscilação de riscos da gestão previdencial, calculado pelo atuário externo, conforme expresso em nota técnica atuarial de cada plano e que tem como objetivo suportar possíveis desvios probabilísticos nas ocorrências de morte, invalidez e doença, em relação ao estimado no estudo (cálculo atuarial), assim como para cobertura de eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização (correção), de benefícios concedidos (aposentadorias), em virtude da capitalização dos benefícios de risco dos Planos Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, foi revertido para o patrimônio de cobertura do plano. Especificamente para o Plano PrevMais (CV), o fundo previdencial é composto pelos fundos de reversão, constituído por parcelas patronais não resgatáveis de participantes que optaram pelo instituto do resgate, e de capitalização dos benefícios de risco a conceder. Este último, avaliado atuarialmente, conforme formulações constantes da Nota Técnica Atuarial do plano.

**Fundo Administrativo** - É constituído pelas receitas administrativas líquidas das despesas, adicionado ao rendimento auferido dos investimentos e das contingências contabilizadas no grupo de contas da Gestão Administrativa.

**Fundo de Investimentos** - É constituído por meio da aplicação de percentual, denominado taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse montante será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como para o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis.

### 4.14. Operações Administrativas

Em conformidade com a CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, os registros das operações

administrativas do Economus são efetuados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas sobras de custeio administrativo adicionado do rendimento auferido na carteira de investimentos e tem por objetivo a cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pelo Economus na administração dos planos de benefícios, na forma dos seus regulamentos.

#### 4.14.1. Custeio Administrativo

Os recursos da gestão administrativa são provenientes do custeio administrativo, definido no plano anual de custeio dos planos de previdência, e do custeio administrativo dos investimentos. Esses recursos são registrados de forma segregada por plano e destinados, exclusivamente, ao pagamento das despesas administrativas das gestões previdencial e de investimentos, sendo as despesas administrativas relacionadas à gestão assistencial reembolsadas integralmente pelas receitas administrativas dos planos assistenciais.

As sobras, bem como eventuais resultados negativos originados no fluxo de recursos administrativos, são incorporados ao Fundo Administrativo.

Em 2015, o custeio administrativo teve as seguintes fontes:

- Custeio Administrativo / Plano Regulamento Complementar nº 1 (BD) - correspondente à contribuição de 0,68% dos salários reais de participação dos participantes ativos, que recebem o benefício custeado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz/SP) ou Banco do Brasil S.A. e das complementações (assistidos). O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de salário real de participação;
- Custeio Administrativo / Plano Regulamento Complementar nº 2 (BD) - correspondente à contribuição de 1,334% dos salários reais de participação de participantes, que recebem o benefício custeado pela Sefaz/SP e das complementações (assistidos). O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de salário real de participação;

- Custeio Administrativo / Plano Regulamento Geral (BD) - correspondente à contribuição de 0,90% dos salários reais de participação (ativos), Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefício saldado de participantes não vinculados ao Plano PrevMais e das complementações (assistidos), sendo o mesmo percentual cobrado dos patrocinadores. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição corresponde a 1,80% do salário real de participação ou benefício saldado;

- Custeio Administrativo / Plano PrevMais (CV) - correspondente à cobrança de contribuição, que varia de 0,15% a 0,94% sobre o salário de benefício dos participantes, e 0,90% sobre a complementação paga aos assistidos e Benefício Proporcional Diferido (BPD). A contribuição dos patrocinadores é paritária à dos participantes e assistidos. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição varia de 0,30% a 1,88% sobre o salário de benefício;

- Custeio Administrativo de Investimentos - correspondente ao reembolso mensal dos gastos realizados com a gestão dos investimentos de cada plano.

#### 4.14.2. Despesas Administrativas

As despesas administrativas das áreas vinculadas diretamente às gestões previdencial, de investimentos e assistencial são registradas nos respectivos grupamentos contábeis definidos pela Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, no ato da ocorrência do fato contábil. As despesas originadas nas demais áreas são registradas nas contas contábeis da gestão previdencial e segregadas para as gestões de investimentos e assistencial, ao final de cada mês, por meio de critérios preestabelecidos.

Os critérios para a segregação contábil dessas despesas são aprovados pela Diretoria Executiva e constam dos normativos internos.

As despesas administrativas decorrentes da gestão assistencial, realizadas pelo PGA, são integralmente reembolsadas.

Em 2015, as despesas administrativas do Economus tiveram a seguinte distribuição entre as gestões previdencial, de investimento e assistencial:

**Distribuição das Despesas Administrativas**

Distribuição das Despesas Administrativas												
Gestão	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Previdência	66,16%	60,83%	65,01%	47,37%	47,12%	55,84%	47,61%	46,71%	51,15%	42,20%	38,14%	28,15%
Investimento	11,44%	13,18%	12,12%	13,72%	14,30%	12,15%	14,14%	13,84%	12,67%	12,77%	12,88%	13,83%
Assistência	22,40%	25,99%	22,87%	38,91%	38,58%	32,01%	38,25%	39,44%	36,18%	45,03%	48,99%	58,02%
<b>Total</b>	<b>100%</b>											

Todas as despesas administrativas com a gestão assistencial, realizadas pelo PGA, são integralmente reembolsadas.

**4.14.3. Resultado Administrativo**

É apurado mensalmente e registrado contabilmente de forma segregada pelos diversos planos previdenciais administrados pelo Economus, conforme determinação da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.

**4.15. Consolidação das Demonstrações Contábeis**

Em atendimento ao disposto no item 9.1, Anexo “C” da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas por planos de benefícios e consolidadas. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores da participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, superávit e déficit técnico. O Economus, ao efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2015, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos em duplicidade.

Descrição	2015	2014
<b>ATIVO</b>	<b>53.212</b>	<b>45.217</b>
Realizável	53.212	45.217
Gestão Administrativa	53.212	45.217
Participação no Plano de Gestão Administrativa	53.212	45.217
<b>PASSIVO</b>	<b>(53.212)</b>	<b>(45.217)</b>
Patrimônio Social	-	-
Superávit Técnico Acumulado	8.049	2.057
Reserva de Contingência	8.049	1.649
Reserva Especial para Ajuste do Plano	-	408
(-) Déficit Técnico Acumulado	(8.049)	(2.057)
(-) Déficit Técnico	(8.049)	(2.057)
Fundos	(53.212)	(45.217)
Fundos Administrativos	(53.212)	(45.217)
Participação no Fundo Administrativo	(53.212)	(45.217)

#### 4.16. Uso de Estimativas

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa periodicamente essas estimativas e suas premissas.

### 5. Realizável

#### 5.1 Realizável da Gestão Previdencial

A composição do ativo realizável da gestão previdencial está demonstrada como segue:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Contribuições Normais <sup>(a)</sup></b>	<b>11</b>	<b>117</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>4.817</b>	<b>4.836</b>	-	-	<b>4.835</b>	<b>4.957</b>
Patrocinadora	1	111	-	-	4.672	4.411	-	-	4.673	4.522
Participantes	10	6	7	4	124	402	-	-	141	412
Autopatrocinados	-	-	-	-	21	23	-	-	21	23
<b>Adiantamentos</b>	-	-	-	-	<b>11.710</b>	<b>6.291</b>	-	<b>10</b>	<b>11.710</b>	<b>6.301</b>
<b>Resultado a Realizar <sup>(b)</sup></b>	-	-	-	-	<b>380.579</b>	<b>416.051</b>	-	-	<b>380.579</b>	<b>416.051</b>
<b>Depósitos Judiciais <sup>(c)</sup></b>	<b>10.729</b>	<b>11.485</b>	<b>4.784</b>	<b>4.372</b>	<b>75.314</b>	<b>49.983</b>	-	-	<b>90.827</b>	<b>65.840</b>
<b>Demais Realizáveis <sup>(d)</sup></b>	<b>4.308</b>	<b>13.994</b>	<b>2.618</b>	<b>2.692</b>	<b>2</b>	<b>32</b>	<b>7</b>	-	<b>6.935</b>	<b>16.718</b>
<b>Total</b>	<b>15.048</b>	<b>25.596</b>	<b>7.409</b>	<b>7.068</b>	<b>472.422</b>	<b>477.193</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>494.886</b>	<b>509.867</b>

(a) Trata-se de contribuições normais dos participantes ativos, cujos valores são descontados em folha de pagamento e repassados pelos patrocinadores até o quinto dia útil do mês seguinte. Nesse grupo contábil, também são registradas as contribuições dos participantes autopatrocinados do Plano de Benefício Definido.

(b) O Resultado a Realizar está descrito na Nota Explicativa 11.3.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

(d) Compostos, principalmente, pelos valores em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, no montante de R\$ 6.926 (em 2014, R\$16.686).

**5.2. Realizável de Gestão Administrativa**

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

Descrição	2015	2014
<b>Contas a Receber</b>	<b>6.730</b>	<b>6.405</b>
<b>Contribuições para o Custeio Administrativo</b>	<b>1.538</b>	<b>1.420</b>
<b>Realizável da Folha dos Empregados</b>	<b>171</b>	<b>166</b>
<b>Responsabilidade de Terceiros</b>	<b>19</b>	<b>17</b>
<b>Outros Recursos a Receber</b>	<b>5.002</b>	<b>4.802</b>
Transferência entre Administrativos <sup>(a)</sup>	2.366	1.969
Taxa Administrativa Folha Aposentados	1.229	1.229
Outros Recursos a Receber <sup>(b)</sup>	1.407	1.604
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>26</b>	<b>33</b>
<b>Gestão Administrativa Depósitos Judiciais/Recursais <sup>(c)</sup></b>	<b>11.615</b>	<b>11.004</b>
<b>Outros Realizáveis <sup>(d)</sup></b>	<b>410</b>	<b>506</b>
<b>Total da Gestão Administrativa</b>	<b>18.781</b>	<b>17.948</b>

(a) Repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de dezembro de 2015.

(b) Compostos, principalmente, por valores a receber do custeio dos investimentos dos Planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e PrevMais de dezembro de 2015.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

(d) Direitos a receber para registro no Ativo Permanente, a serem quitados em janeiro de 2016.

### 5.3. Realizável de Investimentos

O Economus realiza investimentos por meio de gestão direta (carteira própria) e gestão indireta (fundos de investimento).

#### 5.3.1. Composição da carteira de investimentos consolidada

Os ativos da Entidade encontram-se custodiados no Banco do Brasil S.A. e a carteira de investimentos, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, está composta conforme discriminado a seguir:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>14.415</b>	<b>9.820</b>	<b>13.855</b>	<b>11.637</b>	<b>2.968.863</b>	<b>2.463.803</b>	<b>217.080</b>	<b>168.561</b>	<b>5.886</b>	<b>5.197</b>	<b>3.220.099</b>	<b>2.659.018</b>
Notas do Tesouro Nacional	14.415	9.820	13.855	11.637	2.968.863	2.463.803	217.080	168.561	-	-	3.214.213	2.653.821
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	5.886	5.197	5.886	5.197
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>2.209</b>	<b>1.879</b>	<b>2.041</b>	<b>1.735</b>	<b>73.554</b>	<b>135.087</b>	<b>185.762</b>	<b>131.490</b>	<b>1.403</b>	<b>2.310</b>	<b>264.969</b>	<b>272.501</b>
<b>Instituições Financeiras</b>	<b>2.209</b>	<b>1.879</b>	<b>2.041</b>	<b>1.735</b>	<b>73.554</b>	<b>111.625</b>	<b>99.472</b>	<b>56.501</b>	<b>-</b>	<b>1.091</b>	<b>177.276</b>	<b>172.831</b>
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	82.647	-	-	-	1.091	-	83.738
Letras Financeiras Privadas	2.209	1.879	2.041	1.735	73.554	28.978	99.472	56.501	-	-	177.276	89.093
<b>Companhias Abertas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.462</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.462</b>
Debêntures	-	-	-	-	-	23.462	-	-	-	-	-	23.462
<b>Patrocinador (Banco do Brasil)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>86.290</b>	<b>74.989</b>	<b>1.403</b>	<b>1.219</b>	<b>87.693</b>	<b>76.208</b>
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	86.290	74.989	1.403	1.219	87.693	76.208
<b>Ações</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>63.315</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>63.315</b>
Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	20.726	-	-	-	-	-	20.726
Companhias Abertas	-	-	-	-	-	37.621	-	-	-	-	-	37.621
Patrocinador (Banco do Brasil)	-	-	-	-	-	4.968	-	-	-	-	-	4.968
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>14.672</b>	<b>4.547</b>	<b>5.366</b>	<b>5.752</b>	<b>595.907</b>	<b>808.743</b>	<b>760.004</b>	<b>664.709</b>	<b>46.615</b>	<b>38.014</b>	<b>1.422.564</b>	<b>1.521.765</b>
Renda Fixa	14.249	4.117	4.943	5.322	69.524	120.716	678.929	562.756	46.615	38.014	814.260	730.925
Ações	-	-	-	-	272.572	467.392	40.157	52.522	-	-	312.729	519.914
Multimercado	-	-	-	-	8.912	16.247	-	-	-	-	8.912	16.247
Índice de Mercado	-	-	-	-	-	-	-	816	-	-	-	816
Direitos Creditórios	423	430	423	430	5.524	8.538	38.611	46.766	-	-	44.981	56.164
Participações	-	-	-	-	184.389	143.845	2.307	1.849	-	-	186.696	145.694
Imobiliário	-	-	-	-	54.986	52.005	-	-	-	-	54.986	52.005
<b>Investimentos Imobiliários (i)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>122.717</b>	<b>92.954</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>122.717</b>	<b>92.954</b>
Imóveis	-	-	-	-	122.349	92.617	-	-	-	-	122.349	92.617
Aluguéis e Renda	-	-	-	-	368	337	-	-	-	-	368	337
<b>Empréstimos e Financiamentos (ii)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57.074</b>	<b>58.823</b>	<b>46.956</b>	<b>42.074</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>104.030</b>	<b>100.897</b>
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.676</b>	<b>5.501</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.676</b>	<b>5.501</b>
<b>Outros Realizáveis (iii)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.673</b>	<b>2.477</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>496</b>	<b>703</b>	<b>3.169</b>	<b>3.180</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>31.296</b>	<b>16.246</b>	<b>21.262</b>	<b>19.124</b>	<b>3.826.464</b>	<b>3.630.703</b>	<b>1.209.802</b>	<b>1.006.834</b>	<b>54.400</b>	<b>46.224</b>	<b>5.143.224</b>	<b>4.719.131</b>

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, utilizando o Banco do Brasil S.A. como prestador de serviços de custódia qualificada e controladoria, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda, devidamente habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, os investimentos classificados na categoria Títulos para Negociação têm o propósito de ser negociados, independentemente do prazo de vencimento do título, e avaliados diariamente a valor de mercado, conforme divulgação de preços pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), e seus efeitos são reconhecidos no resultado do exercício (Demonstração da Mutação do Patrimônio Social).

As ações de companhias abertas são avaliadas pela cotação de fechamento do último pregão da Bolsa de Valores de São Paulo ou, na falta dessa, a cotação mais recente em pregões anteriores, publicada no Boletim Diário da BM&FBovespa, nos termos da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011.

Os Fundos de Investimentos são avaliados com base no valor da cota, conforme balanço do patrimônio dos respectivos fundos, divulgados diariamente pelos respectivos administradores.

### Custódia dos Investimentos

Os títulos públicos são custodiados na Selic, as ações estavam custodiadas na CBLIC, os títulos privados na Cetip S.A, enquanto os títulos e valores mobiliários contidos nos fundos de investimento estão custodiados nas seguintes instituições:

- Banco Bradesco S.A.;
- Banco BTG Pactual S.A.;
- Banco do Brasil S.A.;
- BRB DTVM S.A.;
- Santander Secutiries Services Brasil S.A.;
- Citibank DTVM S.A.;
- Deutsche Bank S.A.;
- HSBC Bank Brasil S.A. e
- Itaú Unibanco S.A.

### a) Investimentos Imobiliários

Todos os investimentos imobiliários da Entidade são destinados exclusivamente para renda (aluguel) e pertencem ao Plano Regulamento Geral, conforme Política de Investimentos. Ao final do exercício de 2015, são demonstrados como segue:

Descrição	2014	Acréscimos/Deduções	Depreciações	2015
<b>Imóveis em Construção <sup>(a)</sup></b>	<b>46.151</b>	<b>17.008</b>	-	<b>63.159</b>
Bela Cintra Corporate	46.151	17.008	-	63.159
<b>Locadas a Patrocinadoras</b>	<b>19.257</b>	<b>6.264</b>	<b>(188)</b>	<b>25.333</b>
Edificações	19.122	6.246	(188)	25.180
Aluguéis	135	18	-	153
<b>Locadas a Terceiros</b>	<b>27.546</b>	<b>7.085</b>	<b>(406)</b>	<b>34.225</b>
Edificações	27.344	7.072	(406)	34.010
Aluguéis	202	13	-	215
<b>Total da Carteira de Imóveis</b>	<b>92.954</b>	<b>30.357</b>	<b>(594)</b>	<b>122.717</b>

(a) Em fevereiro de 2013, o Economus iniciou processo de investimento para construção de imóvel comercial destinado para aluguel e renda, denominado Bela Cintra Corporate, situado na Rua Bela Cintra, São Paulo (SP). De acordo com a empresa de fiscalização de obra, o imóvel, em dezembro de 2015, está 89,5% concluído, sendo o término da obra estimado para 2016.

O Economus possui imóveis locados aos patrocinadores e a terceiros. Durante o exercício de 2015, os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 4.717 (R\$ 3.749, em 2014).

Em atendimento ao item 19, letras h, j e k do Anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, o Economus reavaliou todos os imóveis com laudo em 21 de agosto de 2015, sendo ajustado contabilmente em outubro de

2015. As referidas reavaliações foram efetuadas com base na norma NBR nº 14.653 - partes 1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os laudos de avaliação foram emitidos pela empresa CBRE Richard Ellis, e o parecer pelo engenheiro Odemir J.R. Vianna, CREA 172.783/D, gerando variação patrimonial positiva de R\$ 12.260 (R\$ 15.297, em 2014), conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor contábil Set./2015	Ajuste da Reavaliação	Valor contábil Out./2015	Vida útil remanescente
<b>Locados a Patrocinadora</b>	<b>19.268</b>	<b>5.912</b>	<b>25.180</b>	
Rua Domingos de Morais N 896 - Vila Mariana	8.297	2.643	10.940	35 anos
Praça Raul Aguiar Leme N 212 - Bragança Paulista	2.409	(49)	2.360	20 anos
Rua Teodoro Sampaio N 1600 - Pinheiros	5.205	3.325	8.530	40 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 15	1.119	21	1.140	30 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17 A	1.119	(14)	1.105	30 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17 D	1.119	(14)	1.105	30 anos
<b>Locados a Terceiros</b>	<b>27.662</b>	<b>6.348</b>	<b>34.010</b>	
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 31	2.726	464	3.190	35 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 41	2.726	624	3.350	35 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 42	2.726	624	3.350	35 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 141	2.726	689	3.415	35 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 142	2.726	689	3.415	35 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 151	2.726	570	3.296	35 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conj. 152 e Cobertura	4.152	1.542	5.694	35 anos
Rua Quirino de Andrade N 185 - São Paulo	7.154	1.146	8.300	25 anos
<b>Total da Reavaliação dos Imóveis</b>	<b>46.930</b>	<b>12.260</b>	<b>59.190</b>	

A partir da última reavaliação da carteira imobiliária, com registro contábil em outubro de 2015, procedeu-se conforme Instruções Previc de números 15, de 12 de novembro de 2014, e 21, de 23 de março de 2015. As referidas instruções definem que, em caso de reavaliação anual dos investimentos imobiliários, a Entidade fica dispensada do registro da depreciação.

#### b) Operações com Participantes (Empréstimos)

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes, de acordo com o regulamento, e avaliados ao valor da concessão, deduzidos os valores amortizados pelo pagamento de parcelas, antecipações e quitações, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis.

A movimentação da carteira de empréstimo em 2015 é a seguinte:

Descrição	2014	Concessões/ Entrada	Amortizações/Saída	Juros	2015
<b>Regulamento Geral</b>	<b>58.823</b>	<b>27.317</b>	<b>(40.727)</b>	<b>11.661</b>	<b>57.074</b>
Empréstimos a Participantes	58.894	27.480	(40.917)	11.661	57.118
Provisão para Liquidação Duvidosa	(71)	(163)	190	-	(44)
<b>PrevMais</b>	<b>42.074</b>	<b>29.519</b>	<b>(33.281)</b>	<b>8.644</b>	<b>46.956</b>
Empréstimos a Participantes	42.148	29.647	(33.475)	8.644	46.964
Provisão para Liquidação Duvidosa	(74)	(128)	194	-	(8)
<b>Total da carteira de Empréstimo</b>	<b>100.897</b>	<b>56.836</b>	<b>(74.008)</b>	<b>20.305</b>	<b>104.030</b>

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme número de dias de atraso.

#### c) Outros Realizáveis

Descrição	2015	2014
<b>Regulamento Geral</b>	<b>2.673</b>	<b>2.477</b>
Depósito Judicial - Ambev <sup>(a)</sup>	2.673	2.477
<b>Plano de Gestão Administrativa (PGA)</b>	<b>496</b>	<b>703</b>
Participação na Corretora de Seguros (Corseg) <sup>(b)</sup>	496	703
<b>Total dos Outros Realizáveis</b>	<b>3.169</b>	<b>3.180</b>

(a) Ação ordinária movida contra Companhia de Bebidas das Américas - Ambev, relativa a bônus de subscrição.

(b) Refere-se a participação na Economus - Administração e Corretora de Seguros Ltda. Conforme disposto na Resolução CMN 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005. O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e está atualizado com base no patrimônio líquido de dezembro de 2015.

### 5.3.2. Fundos Exclusivos

Em 31 de dezembro de 2015, os fundos exclusivos apresentam um montante de R\$ 934.263 (R\$ 626.091, em 2014).

Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos estão assim demonstrados:

Descrição	Ativo/ Passivo	Ativo/ Passivo	Fundos Exclusivos	Ativo/ Passivo	Ativo/ Passivo
	2015	2014		2015	2014
<b>A SINGULAR ECO FIC DE FIM</b>	-	<b>4.789</b>	<b>D BB ECO PREMIUM IMA-B FI Renda Fixa</b>	<b>16.461</b>	<b>16.211</b>
Mellom Fir Di Lp	-	6	Letras Financeiras Subord. BB POS	2.941	2.631
Valores a Receber	-	3.795	Operações Compromissadas	9.719	9.368
Valores a Pagar	-	(14)	Debentures Simples - IPCA	3.791	4.194
Depósitos à Vista	-	1002	Depósitos à Vista	15	19
<b>B BB ECO PLUS FI RF CRÉDITO PRIVADO</b>	<b>446.486</b>	<b>350.301</b>	Valores a Pagar	(5)	(1)
Operações Compromissadas	98.249	11.562	<b>E RIO BRAVO INVENIO FIA</b>	<b>25.838</b>	<b>60.134</b>
Letras Financeiras do Tesouro	52.601	48.880	Ações	19.328	40.766
Letras do Tesouro Nacional	39.779	53.024	Letras Tesouro Nacional	-	18.536
CDB / RDB Pós-Fix Bcos Oficiais	-	12.584	Notas do Tesouro Nacional O	4.881	-
CDB / RDB Pós-Fix Bcos Privados	-	39.041	Valores a Receber	1.629	1.134
CDB Subordinado	-	999	Valores a Pagar	-	(303)
Debêntures	29.716	33.815	Depósitos à Vista	-	1
Contratos Mercado Futuro	-	(8)	<b>F GUEPARDO TUPI FIC FIA</b>	<b>15.774</b>	<b>56.050</b>
DPGE pós Fix. Bancos Privados	51.128	51.254	Guepardo Inst Mast <sup>(a)</sup>	15.751	56.043
Letras Financeiras Subord. BB Pos	9.484	8.189	Valores a Receber	-	6
Letras Financeiras Sub. Privados Pos	17.797	7.215	Valores a Pagar	(2)	-
Letras Financeiras Sub. Ligada Pos	5.366	4.581	Saldo em Tesouraria	25	1
Letras Financeiras Não Ligadas	130.055	79.162	<sup>a</sup> Carteira, basicamente, representada por ações cotadas em Bolsa de Valores.		
Letras Financeiras Ligadas	10.679	-	<b>G ECO STOCKS FIC FIA</b>	<b>3.309</b>	-
Depósitos à Vista	1.646	13	Fundo de Renda Variável	3.311	-
Valores a Receber	-	1	Valores a Pagar	(2)	-
Valores a Pagar	(14)	(11)	<b>H ECO CASH FIC FI RENDA FIXA</b>	<b>267.453</b>	-
<b>C BB ECO GOLD FUNDO DE INVEST. AÇÕES</b>	<b>158.942</b>	<b>138.606</b>	BB Eco Plus FI RF CP <sup>(b)</sup>	172.116	-
Ações	155.980	136.220	HSBC RF CP PERF INST <sup>(b)</sup>	24.317	-
Depósitos à Vista	2.193	3.797	FI Votorantin INS RF <sup>(b)</sup>	71.023	-
Contratos Mercado Futuro	-	(27)	Valores a Pagar	(3)	-
Valores a Receber	1.836	537	<sup>b</sup> Carteiras, basicamente, representadas por Letras Financeiras.		
Valores a Pagar	(1.067)	(1.921)	<b>Total dos Fundos Exclusivos</b>	<b>934.263</b>	<b>626.091</b>

## 5.3.3. Composição das Carteiras de Investimentos por Plano

Em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, segue a segregação real dos ativos por plano:

## a. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar nº 1

Composição dos Investimentos												
Regulamento Complementar nº 1	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2015	2015	2015	2014
<b>Títulos Públicos</b>			-	<b>14.415</b>	-	-	<b>3.617</b>	<b>10.798</b>	<b>12.441</b>	<b>14.415</b>	<b>14.415</b>	<b>9.820</b>
<b>Notas do Tesouro Nacional</b>			-	<b>14.415</b>	-	-	<b>3.617</b>	<b>10.798</b>	<b>12.441</b>	<b>14.415</b>	<b>14.415</b>	<b>9.820</b>
Notas do Tesouro Nacional B	3.074	2.525,568623	-	9.689	-	-	-	9.689	7.764	9.689	9.689	8.821
Notas do Tesouro Nacional B	436	2.414,365148	-	1.109	-	-	-	1.109	1.053	1.109	1.109	999
Notas do Tesouro Nacional B	1.000	2.612,763035	-	2.608	-	-	2.608	-	2.613	2.608	2.608	-
Notas do Tesouro Nacional B	390	2.592,772779	-	1.009	-	-	1.009	-	1.011	1.009	1.009	-
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>			-	<b>2.209</b>	-	<b>2.209</b>	-	-	<b>2.209</b>	<b>2.209</b>	<b>2.209</b>	<b>1.879</b>
<b>Letras Financeiras Privadas</b>			-	<b>2.209</b>	-	<b>2.209</b>	-	-	<b>2.209</b>	<b>2.209</b>	<b>2.209</b>	<b>1.879</b>
Letras Financeiras Privadas	1	1.517.787,36	-	1.518	-	1.518	-	-	1.518	1.518	1.518	1.289
Letras Financeiras Privadas	1	691.680,19	-	691	-	691	-	-	691	691	691	590
<b>Fundos de Investimento</b>			<b>13.103</b>	<b>1.569</b>	<b>13.103</b>	<b>1.311</b>	<b>258</b>	-	<b>14.672</b>	<b>14.672</b>	<b>14.672</b>	<b>4.547</b>
<b>Renda Fixa</b>			<b>13.103</b>	<b>1.146</b>	<b>13.103</b>	<b>1.146</b>	-	-	<b>14.249</b>	<b>14.249</b>	<b>14.249</b>	<b>4.117</b>
Fundo de Renda Fixa			13.103	1.146	13.103	1.146	-	-	14.249	14.249	14.249	4.117
<b>Direitos Creditórios</b>			-	<b>423</b>	-	<b>165</b>	<b>258</b>	-	<b>423</b>	<b>423</b>	<b>423</b>	<b>430</b>
Fundos de Direitos Creditórios			-	423	-	165	258	-	423	423	423	430
<b>Total</b>			<b>13.103</b>	<b>18.193</b>	<b>13.103</b>	<b>3.520</b>	<b>3.875</b>	<b>10.798</b>	<b>29.322</b>	<b>31.296</b>	<b>31.296</b>	<b>16.246</b>

## b. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar nº2

Composição dos Investimentos												
Regulamento Complementar nº 2	Posição Compra		Categoria		Vencimento				Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2015	2015	2015	2014
<b>Títulos Públicos</b>			-	<b>13.855</b>	-	-	<b>1.043</b>	<b>12.812</b>	<b>11.739</b>	<b>13.855</b>	<b>13.855</b>	<b>11.637</b>
<b>Notas do Tesouro Nacional</b>			-	<b>13.855</b>	-	-	<b>1.043</b>	<b>12.812</b>	<b>11.739</b>	<b>13.855</b>	<b>13.855</b>	<b>11.637</b>
Notas do Tesouro Nacional B	3.107	2.525,586233	-	9.788	-	-	-	9.788	7.847	9.788	9.788	8.911
Notas do Tesouro Nacional B	1.179	2.414,365148	-	3.024	-	-	-	3.024	2.847	3.024	3.024	2.726
Notas do Tesouro Nacional B	400	2.612,763035	-	1.043	-	-	1.043	-	1.045	1.043	1.043	-
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>			-	<b>2.041</b>	-	<b>2.041</b>	-	-	<b>2.041</b>	<b>2.041</b>	<b>2.041</b>	<b>1.735</b>
<b>Letras Financeiras Privadas</b>			-	<b>2.041</b>	-	<b>2.041</b>	-	-	<b>2.041</b>	<b>2.041</b>	<b>2.041</b>	<b>1.735</b>
Letras Financeiras Privadas	1	1.349.144,32	-	1.349	-	1.349	-	-	1.349	1.349	1.349	1.146
Letras Financeiras Privadas	1	691.680,19	-	692	-	692	-	-	692	692	692	589
<b>Fundos de Investimento</b>			<b>3.627</b>	<b>1.739</b>	<b>3.627</b>	<b>1.481</b>	<b>258</b>	-	<b>5.366</b>	<b>5.366</b>	<b>5.366</b>	<b>5.752</b>
<b>Renda Fixa</b>			<b>3.627</b>	<b>1.316</b>	<b>3.627</b>	<b>1.316</b>	-	-	<b>4.943</b>	<b>4.943</b>	<b>4.943</b>	<b>5.322</b>
Fundo de Renda Fixa			3.627	1.316	3.627	1.316	-	-	4.943	4.943	4.943	5.322
<b>Direitos Creditórios</b>			-	<b>423</b>	-	<b>165</b>	<b>258</b>	-	<b>423</b>	<b>423</b>	<b>423</b>	<b>430</b>
Fundos de Direitos Creditórios			-	423	-	165	258	-	423	423	423	430
<b>Total</b>			<b>3.627</b>	<b>17.635</b>	<b>3.627</b>	<b>3.522</b>	<b>1.301</b>	<b>12.812</b>	<b>19.146</b>	<b>21.262</b>	<b>21.262</b>	<b>19.124</b>

**c. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Geral**

Composição dos Investimentos												
Regulamento Geral	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2015	2015	2015	2014
<b>Títulos Públicos</b>			<b>72.928</b>	<b>2.822.595</b>	<b>146.268</b>	<b>333.831</b>	<b>1.374.670</b>	<b>1.114.094</b>	<b>3.219.531</b>	<b>2.968.863</b>	<b>2.968.863</b>	<b>2.463.803</b>
<b>Notas do Tesouro Nacional</b>			<b>72.928</b>	<b>2.822.595</b>	<b>146.268</b>	<b>333.831</b>	<b>1.374.670</b>	<b>1.114.094</b>	<b>3.219.531</b>	<b>2.968.863</b>	<b>2.968.863</b>	<b>2.463.803</b>
Notas do Tesouro Nacional B	5.000	2.525,586233	-	13.626	-	-	-	13.626	12.628	13.626	13.626	12.282
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	2.525,586233	-	25.100	-	-	-	25.100	25.256	25.100	25.100	-
Notas do Tesouro Nacional B	49.548	2.361,793047	-	117.583	-	-	-	117.583	117.022	117.583	117.583	105.710
Notas do Tesouro Nacional B	152.817	2.414,365148	-	414.134	-	-	-	414.134	368.956	414.134	414.134	373.841
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	2.707,701510	-	27.271	-	27.271	-	-	27.077	27.271	27.271	-
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	2.612,763035	-	26.635	-	-	26.635	-	26.128	26.635	26.635	-
Notas do Tesouro Nacional B	24.000	2.421,190210	-	58.168	-	-	-	58.168	58.108	58.168	58.168	-
Notas do Tesouro Nacional B	22.000	2.702,564009	59.456	-	59.456	-	-	-	59.456	59.456	59.456	-
Notas do Tesouro Nacional B	5.000	2.776,788988	13.884	-	13.884	-	-	-	13.884	13.884	13.884	-
Notas do Tesouro Nacional C	92.040	3.448,622646	-	306.560	-	306.560	-	-	317.411	306.560	306.560	270.592
Notas do Tesouro Nacional C	444.594	3.308,796515	-	1.348.035	-	-	1.348.035	-	1.471.071	1.348.035	1.348.035	1.193.046
Notas do Tesouro Nacional C	126.000	5.155,604688	-	485.483	-	-	-	485.483	649.606	485.483	485.483	441.568
Notas do Tesouro Nacional C	21.147	3.448,622646	72.928	-	72.928	-	-	-	72.928	72.928	72.928	66.764
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>			-	<b>73.554</b>	-	<b>62.894</b>	<b>10.660</b>	-	<b>73.554</b>	<b>73.554</b>	<b>73.554</b>	<b>135.087</b>
<b>Instituições Financeiras</b>			-	<b>73.554</b>	-	<b>62.894</b>	<b>10.660</b>	-	<b>73.554</b>	<b>73.554</b>	<b>73.554</b>	<b>111.625</b>
Certificados de Depósitos Bancários			-	-	-	-	-	-	-	-	-	82.647
Letras Financeiras Privadas	12	1.686.430,400	-	20.237	-	20.237	-	-	20.237	20.237	20.237	17.187
Letras Financeiras Privadas	10	1.383.360,400	-	13.834	-	13.834	-	-	13.834	13.834	13.834	11.791
Letras Financeiras Privadas	22	1.057.148,270	-	23.258	-	23.258	-	-	23.258	23.258	23.258	-
Letras Financeiras Privadas	5	1.113.030,800	-	5.565	-	5.565	-	-	5.565	5.565	5.565	-
Letras Financeiras Privadas	10	1.066.002,200	-	10.660	-	-	10.660	-	10.660	10.660	10.660	-
<b>Companhias Abertas</b>			-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>23.462</b>
Debêntures			-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.462
<b>Ações</b>			-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>63.315</b>
<b>Instituições Financeiras</b>			-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>20.726</b>
Bradesco PN			-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.227
Itausa PN			-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.743
Itaú Unibanco PN			-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.756

Regulamento Geral	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2015	2015	2015	2014
<b>Companhias Abertas</b>			-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>37.621</b>
Ambev ON			-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.841
Embraer ON			-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.606
Gerdau PN			-	-	-	-	-	-	-	-	-	941
Metalúrgica Gerdau PN			-	-	-	-	-	-	-	-	-	893
Petrobras ON			-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.942
Petrobras PN			-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.517
Vale do Rio Doce PNA			-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.622
Valores a Receber			-	-	-	-	-	-	-	-	-	259
<b>Patrocinador (Banco do Brasil)</b>			-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>4.968</b>
Banco do Brasil ON			-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.968
<b>Fundos de Investimento</b>			<b>370.553</b>	<b>213.784</b>	<b>370.553</b>	<b>129.305</b>	<b>46.738</b>	<b>48.561</b>	<b>595.907</b>	<b>595.907</b>	<b>595.907</b>	<b>808.743</b>
<b>Renda Fixa</b>			<b>57.496</b>	<b>1.208</b>	<b>57.496</b>	<b>12.028</b>	-	-	<b>69.524</b>	<b>69.524</b>	<b>69.524</b>	<b>120.716</b>
Fundo de Renda Fixa			57.496	1.208	57.496	12.028	-	-	69.524	69.524	69.524	120.716
<b>Ações</b>			<b>246.315</b>	<b>25.507</b>	<b>246.315</b>	<b>25.507</b>	-	-	<b>272.572</b>	<b>272.572</b>	<b>272.572</b>	<b>467.392</b>
Fundo de Ações			246.315	25.507	246.315	25.507	-	-	271.822	271.822	271.822	467.392
A Receber			-	-	-	-	-	-	750	750	750	-
<b>Multimercado</b>			<b>8.912</b>	-	<b>8.912</b>	-	-	-	<b>8.912</b>	<b>8.912</b>	<b>8.912</b>	<b>16.247</b>
Fundo Multimercado			8.912	-	8.912	-	-	-	8.912	8.912	8.912	16.247
<b>Direitos Creditórios</b>			-	<b>5.524</b>	-	-	<b>5.524</b>	-	<b>5.524</b>	<b>5.524</b>	<b>5.524</b>	<b>8.538</b>
Fundo de Direitos Creditórios			-	5.524	-	-	5.524	-	5.524	5.524	5.524	8.538
<b>Participações</b>			<b>2.844</b>	<b>181.545</b>	<b>2.844</b>	<b>91.770</b>	<b>41.214</b>	<b>48.561</b>	<b>184.389</b>	<b>184.389</b>	<b>184.389</b>	<b>143.845</b>
Fundo de Participações			2.844	181.545	2.844	91.770	41.214	48.561	184.389	184.389	184.389	143.845
<b>Imobiliário</b>			<b>54.986</b>	-	<b>54.986</b>	-	-	-	<b>54.986</b>	<b>54.986</b>	<b>54.986</b>	<b>52.005</b>
Fundo Imobiliário			54.986	-	54.986	-	-	-	54.986	54.986	54.986	52.005
<b>Investimentos Imobiliários</b>			-	-	-	-	-	-	<b>122.717</b>	<b>122.717</b>	<b>122.717</b>	<b>92.954</b>
Imóveis			-	-	-	-	-	-	122.349	122.349	122.349	92.617
Aluguéis e Renda			-	-	-	-	-	-	368	368	368	337
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>			-	-	-	-	-	-	<b>57.074</b>	<b>57.074</b>	<b>57.074</b>	<b>58.823</b>
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>			-	-	-	-	-	-	<b>5.676</b>	<b>5.676</b>	<b>5.676</b>	<b>5.501</b>
<b>Outros Realizáveis</b>			-	-	-	-	-	-	<b>2.673</b>	<b>2.673</b>	<b>2.673</b>	<b>2.477</b>
<b>Total</b>			<b>443.481</b>	<b>3.109.933</b>	<b>516.821</b>	<b>526.030</b>	<b>1.432.068</b>	<b>1.162.655</b>	<b>4.077.132</b>	<b>3.826.464</b>	<b>3.826.464</b>	<b>3.630.703</b>

Em 2015 e 2014, não houve reclassificação de títulos entre as categorias definidas pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002. Em 2015, foi realizado o desinvestimento da carteira própria de ações do Regulamento Geral, sendo que parte dos recursos foi transferida para o Fundo de Investimento em Ações BB Eco Gold, sob gestão da BB DTVM Gestão de Recursos.

## d. Composição da carteira de investimentos do Plano PrevMais

Composição dos Investimentos												
PrevMais	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2015	2015	2015	2014
<b>Títulos Públicos</b>			-	<b>217.080</b>	-	-	<b>26.082</b>	<b>190.998</b>	<b>180.543</b>	<b>217.080</b>	<b>217.080</b>	<b>168.561</b>
<b>Notas do Tesouro Nacional</b>			-	<b>217.080</b>	-	-	<b>26.082</b>	<b>190.998</b>	<b>180.543</b>	<b>217.080</b>	<b>217.080</b>	<b>168.561</b>
Notas do Tesouro Nacional B	59.419	2.414,365148	-	179.346	-	-	-	179.346	143.459	179.346	179.346	162.420
Notas do Tesouro Nacional B	2.500	2.525,586233	-	6.813	-	-	-	6.813	6.314	6.813	6.813	6.141
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	2.592,772779	-	26.082	-	-	26.082	-	25.928	26.082	26.082	-
Notas do Tesouro Nacional B	2.000	2.421,190210	-	4.839	-	-	-	4.839	4.842	4.839	4.839	-
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>			-	<b>185.762</b>	-	<b>21.918</b>	<b>163.844</b>	-	<b>185.762</b>	<b>185.762</b>	<b>185.762</b>	<b>131.490</b>
<b>Instituição Financeira</b>			-	<b>99.472</b>	-	<b>21.918</b>	<b>77.554</b>	-	<b>99.472</b>	<b>99.472</b>	<b>99.472</b>	<b>56.501</b>
Letras Financeiras Privadas	8	1.383.360,40	-	11.067	-	11.067	-	-	11.067	11.067	11.067	9.433
Letras Financeiras Privadas	40	1.406.953,17	-	56.278	-	-	56.278	-	56.278	56.278	56.278	47.068
Letras Financeiras Privadas	5	1.113.030,80	-	5.565	-	5.565	-	-	5.565	5.565	5.565	-
Letras Financeiras Privadas	5	1.057.148,27	-	5.286	-	5.286	-	-	5.286	5.286	5.286	-
Letras Financeiras Privadas	10	1.061.593,13	-	10.616	-	-	10.616	-	10.616	10.616	10.616	-
Letras Financeiras Privadas	10	1.066.002,20	-	10.660	-	-	10.660	-	10.660	10.660	10.660	-
<b>Patrocinador (Banco do Brasil)</b>			-	<b>86.290</b>	-	-	<b>86.290</b>	-	<b>86.290</b>	<b>86.290</b>	<b>86.290</b>	<b>74.989</b>
Letras Financeiras	36	1.402.734,83	-	50.498	-	-	50.498	-	50.498	50.498	50.498	43.884
Letras Financeiras	10	1.193.808,31	-	11.938	-	-	11.938	-	11.938	11.938	11.938	10.375
Letras Financeiras	10	1.193.258,96	-	11.932	-	-	11.932	-	11.932	11.932	11.932	10.370
Letras Financeiras	10	1.192.161,02	-	11.922	-	-	11.922	-	11.922	11.922	11.922	10.360
<b>Fundos de Investimento</b>			<b>709.012</b>	<b>50.992</b>	<b>709.012</b>	<b>45.002</b>	<b>5.990</b>	-	<b>760.004</b>	<b>760.004</b>	<b>760.004</b>	<b>664.709</b>
<b>Renda Fixa</b>			<b>671.025</b>	<b>7.904</b>	<b>671.025</b>	<b>7.904</b>	-	-	<b>678.929</b>	<b>678.929</b>	<b>678.929</b>	<b>562.756</b>
Fundo de Renda Fixa			671.025	7.904	671.025	7.904	-	-	678.929	678.929	678.929	562.756
<b>Ações</b>			<b>37.987</b>	<b>2.170</b>	<b>37.987</b>	<b>2.170</b>	-	-	<b>40.157</b>	<b>40.157</b>	<b>40.157</b>	<b>52.522</b>
Fundos de Ações			37.987	2.170	37.987	2.170	-	-	40.157	40.157	40.157	52.522
<b>Índice de Mercado</b>			-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>816</b>
Fundo de Mercado			-	-	-	-	-	-	-	-	-	816
<b>Direitos Creditórios</b>			-	<b>38.611</b>	-	<b>34.928</b>	<b>3.683</b>	-	<b>38.611</b>	<b>38.611</b>	<b>38.611</b>	<b>46.766</b>
Fundos de Direitos Creditórios			-	38.611	-	34.928	3.683	-	38.611	38.611	38.611	46.766
<b>Participações</b>			-	<b>2.307</b>	-	-	<b>2.307</b>	-	<b>2.307</b>	<b>2.307</b>	<b>2.307</b>	<b>1.849</b>
Fundo de Participações			-	2.307	-	-	2.307	-	2.307	2.307	2.307	1.849
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>			-	-	-	-	-	-	<b>46.956</b>	<b>46.956</b>	<b>46.956</b>	<b>42.074</b>
<b>Total</b>			<b>709.012</b>	<b>453.834</b>	<b>709.012</b>	<b>66.920</b>	<b>195.916</b>	<b>190.998</b>	<b>1.173.265</b>	<b>1.209.802</b>	<b>1.209.802</b>	<b>1.006.834</b>

## Perfil de Investimentos

Desde 1º de julho de 2009, o Economus oferece opção de perfis de investimentos para os participantes do Plano PrevMais. São quatro opções de perfis de investimento oferecidas: Conservador, Moderado, Agressivo e Super Agressivo. A cada quatro meses (janeiro, maio e setembro), o Economus oferece aos participantes a possibilidade de opção de troca de perfis de investimentos. Apresenta-se a seguir a composição dos perfis de investimentos em 31 de dezembro de 2015:

Perfil	Qtd. Participantes (*)	Volume dos recursos	Rentabilidade (%)
Conservador	8.950	782.827	1,26%
Moderado	878	61.981	0,95%
Agressivo	479	35.237	0,68%
Super Agressivo	273	20.570	0,40%
<b>Total</b>	<b>10.580</b>	<b>900.615</b>	

(\*) Considera os participantes ativos, autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Obrigações Pendentes com Participantes (OPP) - participantes desligados do Plano/Patrocinadora, aguardando concessão de benefício/extrato de desligamento, aguardando opção pelos Institutos ou suspensos. No perfil conservador, foi incluída a quantidade de aposentados com opção por renda mensal por período determinado, renda mensal em percentual do MFI e pensionistas com saldo de MFI. A quantidade informada está acrescida em 14 participantes e a diferença reside no fato de que esses participantes têm recursos em mais de um perfil, devido a vínculos anteriores.

## e. Composição da carteira de investimentos do Plano de Gestão Administrativa

Composição dos Investimentos												
Plano de Gestão Administrativa	Posição Compra		Categoria		Vencimento				Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2015	2015	2015	2014
<b>Títulos Públicos Federais</b>			-	<b>5.886</b>	-	<b>5.886</b>	-	-	<b>5.886</b>	<b>5.886</b>	<b>5.886</b>	<b>5.197</b>
<b>Letras Financeiras do Tesouro</b>			-	<b>5.886</b>	-	<b>5.886</b>	-	-	<b>5.886</b>	<b>5.886</b>	<b>5.886</b>	<b>5.197</b>
Letras Financeiras do Tesouro	795	7.404,396752	-	5.886	-	5.886	-	-	5.886	5.886	5.886	5.197
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>			-	<b>1.403</b>	-	-	<b>1.403</b>	-	<b>1.403</b>	<b>1.403</b>	<b>1.403</b>	<b>2.310</b>
<b>Letras Financeiras Privadas</b>			-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>1.091</b>
Certificados de Depósitos Bancários			-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.091
<b>Patrocinador (Banco do Brasil)</b>			-	<b>1.403</b>	-	-	<b>1.403</b>	-	<b>1.403</b>	<b>1.403</b>	<b>1.403</b>	<b>1.219</b>
Letras Financeiras	1	1.402.734,83	-	1.403	-	-	1.403	-	1.403	1.403	1.403	1.219
<b>Fundos de Investimento</b>			<b>46.615</b>	-	<b>46.615</b>	-	-	-	<b>46.615</b>	<b>46.615</b>	<b>46.615</b>	<b>38.014</b>
<b>Renda Fixa</b>			<b>46.615</b>	-	<b>46.615</b>	-	-	-	<b>46.615</b>	<b>46.615</b>	<b>46.615</b>	<b>38.014</b>
Fundo de Renda Fixa			46.615	-	46.615	-	-	-	46.615	46.615	46.615	38.014
<b>Outros Realizáveis</b>			<b>496</b>	-	<b>496</b>	-	-	-	<b>496</b>	<b>496</b>	<b>496</b>	<b>703</b>
Participação na Corretora de Seguros			496	-	496	-	-	-	496	496	496	703
<b>Total</b>			<b>47.111</b>	<b>7.289</b>	<b>47.111</b>	<b>5.886</b>	<b>1.403</b>	-	<b>54.400</b>	<b>54.400</b>	<b>54.400</b>	<b>46.224</b>

## 6. Permanente

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

Descrição	2014	Adições	Baixas	Depreciações e amortizações	2015
<b>Imobilizado</b>	<b>1.141</b>	<b>922</b>	<b>(183)</b>	<b>(316)</b>	<b>1.564</b>
Móveis e Utensílios	168	71	(24)	(12)	203
Máquinas e Equipamentos	892	851	(159)	(283)	1.301
Veículos	81	-	-	(21)	60
<b>Intangível</b>	<b>477</b>	<b>253</b>	<b>(2)</b>	<b>(198)</b>	<b>530</b>
Software	477	220	(2)	(198)	497
Desenvolvimento de Software	-	33	-	-	33
<b>Total do Permanente</b>	<b>1.618</b>	<b>1.175</b>	<b>(185)</b>	<b>(514)</b>	<b>2.094</b>

## 7. Gestão Assistencial

A partir do exercício de 2010, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que operam plano de assistência à saúde aos seus participantes e assistidos, passaram a utilizar as regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para os registros contábeis. Portanto, as Demonstrações Contábeis dos planos assistenciais administrados pelo Economus, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela ANS, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pela Superintendência de Previdência Complementar (Previc).

As receitas e despesas assistenciais constantes na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) – Consolidada, item 5. Gestão Assistencial representam o Resultado Líquido do Assistencial no valor total de R\$ 17.974 (prejuízo de R\$ 12.015, em 2014).

As Demonstrações Contábeis e as notas explicativas da gestão assistencial são apresentadas de forma segregada às demonstrações dos planos previdenciais e plano de gestão administrativa, mas como parte integrante das Demonstrações Contábeis, conforme apresentado nas informações suplementares (Nota Explicativa 17.c).

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPC e Previc, são apresentados apenas os saldos totais do ativo, passivo e movimentos patrimoniais ocorridos no plano assistencial. Os valores de forma analítica são apresentados nos demonstrativos assistenciais elaborados em conformidade com as normas da ANS.

## 8. Exigível Operacional

Esse grupo registra os compromissos a pagar do Economus, segregados em gestão previdencial, administrativa e de investimentos.

A composição do exigível operacional está demonstrada como segue:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>191</b>	<b>3</b>	<b>292</b>	<b>1</b>	<b>5.667</b>	<b>4.923</b>	<b>584</b>	<b>700</b>	-	-	<b>6.734</b>	<b>5.627</b>
Benefícios a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Retenções a Recolher	1	2	1	1	5.526	4.790	528	699	-	-	6.056	5.492
Outras Exigibilidades <sup>(a)</sup>	190	1	291	-	141	133	56	-	-	-	678	134
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.962</b>	<b>7.496</b>	<b>7.962</b>	<b>7.496</b>
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	2.380	2.100	2.380	2.100
Fornecedores a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	4.691	4.555	4.691	4.555
Retenções a Recolher	-	-	-	-	-	-	-	-	891	27	891	27
Tributos a Recolher	-	-	-	-	-	-	-	-	-	814	-	814
<b>Investimento</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>726</b>	<b>591</b>	<b>276</b>	<b>211</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>1.008</b>	<b>806</b>
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	2	1
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	55	52	126	96	-	-	181	148
Relacionados com o Disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Exigibilidades <sup>(b)</sup>	3	2	2	2	669	538	150	115	1	-	825	657
<b>Total do exigível operacional</b>	<b>194</b>	<b>5</b>	<b>294</b>	<b>3</b>	<b>6.393</b>	<b>5.514</b>	<b>860</b>	<b>911</b>	<b>7.963</b>	<b>7.496</b>	<b>15.704</b>	<b>13.929</b>

(a) Outras exigibilidades referem-se à taxa de administração e contribuições a repassar entre os planos de benefícios, quitadas em janeiro de 2016.

(b) Refere-se ao valor a pagar de consultoria técnica dos investimentos imobiliários do Plano Regulamento Geral.

## 9. Exigível Contingencial

O Economus tem ações judiciais e processos administrativos perante vários Tribunais e Órgãos Governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros ramos do Direito.

A composição do exigível contingencial das ações classificadas como prováveis está demonstrada como segue:

Descrição	Provisões			Depósito Judicial		
	Saldo em 31/12/2014	Constituição/ (Reversão)	Atualização	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2015
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>91.840</b>	<b>34.132</b>	<b>4.736</b>	<b>130.708</b>	<b>65.840</b>	<b>90.827</b>
<b>Trabalhistas <sup>(a)</sup></b>	<b>91.316</b>	<b>32.378</b>	<b>4.736</b>	<b>128.430</b>	<b>65.840</b>	<b>90.827</b>
Regulamento Complementar nº 1	11.485	(1.223)	467	10.729	11.485	10.729
Regulamento Complementar nº 2	4.372	76	337	4.785	4.372	4.784
Regulamento Geral	75.459	33.525	3.932	112.916	49.983	75.314
<b>Cíveis <sup>(b)</sup></b>	<b>524</b>	<b>1.754</b>	<b>-</b>	<b>2.278</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Regulamento Geral	524	1.662	-	2.186	-	-
PrevMais	-	92	-	92	-	-
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>13.078</b>	<b>728</b>	<b>295</b>	<b>14.101</b>	<b>11.004</b>	<b>11.615</b>
<b>Trabalhistas <sup>(c)</sup></b>	<b>409</b>	<b>129</b>	<b>20</b>	<b>558</b>	<b>342</b>	<b>390</b>
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	409	129	20	558	342	390
<b>Cíveis <sup>(d)</sup></b>	<b>30</b>	<b>23</b>	<b>-</b>	<b>53</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	30	23	-	53	-	-
<b>Outras <sup>(e)</sup></b>	<b>1.183</b>	<b>(1.173)</b>	<b>11</b>	<b>21</b>	<b>1.186</b>	<b>21</b>
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	1.183	(1.173)	11	21	1.186	21
<b>Provisão para riscos fiscais</b>	<b>11.456</b>	<b>1.749</b>	<b>264</b>	<b>13.469</b>	<b>9.476</b>	<b>11.204</b>
<b>Plano de Gestão Administrativo (PGA)</b>	<b>11.456</b>	<b>1.749</b>	<b>264</b>	<b>13.469</b>	<b>9.476</b>	<b>11.204</b>
ISS <sup>(f)</sup>	1.841	-	264	2.105	-	-
PIS e Cofins - 2006 <sup>(g)</sup>	9.615	1.749	-	11.364	9.476	11.204
<b>Investimentos</b>	<b>5.798</b>	<b>11</b>	<b>224</b>	<b>6.033</b>	<b>5.501</b>	<b>5.676</b>
<b>Cíveis <sup>(h)</sup></b>	<b>306</b>	<b>60</b>	<b>-</b>	<b>366</b>	<b>9</b>	<b>9</b>
Regulamento Geral	306	60	-	366	9	9
<b>Provisão para riscos fiscais</b>	<b>5.492</b>	<b>(49)</b>	<b>224</b>	<b>5.667</b>	<b>5.492</b>	<b>5.667</b>
<b>Regulamento Geral</b>	<b>5.492</b>	<b>(49)</b>	<b>224</b>	<b>5.667</b>	<b>5.492</b>	<b>5.667</b>
IPTU <sup>(i)</sup>	5.443	-	224	5.667	5.443	5.667
Outras <sup>(j)</sup>	49	(49)	-	-	49	-
<b>Total do exigível contingencial</b>	<b>110.716</b>	<b>34.871</b>	<b>5.255</b>	<b>150.842</b>	<b>82.345</b>	<b>108.118</b>

### 9.1. Gestão Previdencial

**(a) Processos trabalhistas:** são compostos por ações interpostas por participantes, ex-participantes e seus dependentes em face dos Planos de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, inclusive com valores depositados judicialmente. A Administração avalia que a provisão constituída estimada é suficiente para a cobertura das eventuais perdas, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, bem como está de acordo com a metodologia e os critérios estabelecidos para identificação das ações que se enquadrem nas classificações de provável, possível ou remota, em relação a decisões desfavoráveis ao Economus.

Atualmente, o Economus reconhece em seu ativo (Demais Realizáveis, Nota Explicativa 5.1.d) o reembolso, por parte do Patrocinador Banco do Brasil S.A., dos valores referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos Planos de Benefícios Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2, compreendendo o período de novembro de 2009 a dezembro de 2015, em sua fase de recebimento.

O acréscimo do passivo trabalhista previdencial no exercício de 2015 reflete a movimentação de fase processual das reclamações trabalhistas, de instrução para recurso, ocasião em que o processo é classificado como provável. Contabilmente, está provisionado, em 2015, o valor de R\$ 128.430 (R\$ 91.316, em 2014), e depositado judicialmente, em 2015, o valor de R\$ 90.827 (R\$ 65.840, em 2014).

**(b) Processos Cíveis:** são compostos por ações em andamento na Justiça Comum, com provisionamento, em 2015, de R\$ 2.278 (R\$ 524, em 2014) e sem depósitos judiciais.

### 9.2. Gestão Administrativa

**(c) Processos trabalhistas:** são compostos por ações interpostas por ex-funcionários do Economus. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, inclusive com valores depositados judicialmente. A Administração avalia que a provisão constituída e estimada é suficiente para a cobertura das eventuais perdas, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, bem como está de acordo com a metodologia e os critérios estabelecidos para identificação das ações que se enquadrem nas classificações de provável, possível ou remota, em relação a decisões desfavoráveis ao

Economus. Contabilmente, está provisionado, em 2015, o valor de R\$ 558 (R\$ 409, em 2014), e depositado judicialmente, em 2015, o valor de R\$ 390 (R\$ 342, em 2014).

**(d) Processos cíveis:** são compostos por ações em andamento na Justiça Comum, com provisionamento, em 2015, de R\$ 53 (R\$ 30, em 2014) e sem depósitos judiciais.

**(e) Outros:** são compostos por ações de seguro de vida. Contabilmente, está provisionado, em 2015, o valor de R\$ 21 (R\$ 1.183, em 2014), e depositado judicialmente, em 2015, o valor de R\$ 21 (R\$ 1.186, em 2014).

**(f) ISS:** autuação da Prefeitura de São Paulo referente à cessão de mão de obra de 1991 a 1996. Em 2007, o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei 14.129, de 11 de janeiro de 2006, que está em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo. Contabilmente está provisionado em 2015 o valor de R\$ 2.105 (R\$ 1.841, em 2014) e sem depósitos judiciais.

**(g) PIS e Cofins – 2006:** a partir de 2006, seguindo orientação dos assessores jurídicos, o Economus impetrou Mandado de Segurança questionando o PIS e a Cofins, com liminar concedida autorizando o depósito judicial dos valores apurados. A perspectiva de perda desse processo é possível. Contabilmente, estão provisionados, em 2015, R\$ 11.364 (R\$ 9.615, em 2014) e depositados judicialmente, em 2015, R\$ 11.204 (R\$ 9.476, em 2014).

### 9.3. Investimentos

**(h) Processos Cíveis:** são compostos por ações em andamento na Justiça Comum (processos imobiliários), com provisionamento, em 2015, de R\$ 366 (R\$ 306, em 2014) e depositados judicialmente, em 2015, o valor de R\$ 9 (R\$ 9, em 2014).

**(i) IPTU:** o Economus provisionou e depositou judicialmente valores devidos a título de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), dos bens constantes do Imobilizado do Plano de Benefícios do Regulamento Geral. Contabilmente, está provisionado, em 2015, o valor de R\$ 5.667 (R\$ 5.443, em 2014), e depositado judicialmente, em 2015, o valor de R\$ 5.667 (R\$ 5.443, em 2014).

Em 2007, o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei 14.129, de 11 de janeiro de 2006, em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo. O PPI é um programa cuja finalidade é oferecer oportunidade

para que as pessoas físicas ou jurídicas possam quitar seus débitos tributários e não tributários e, assim, regularizar a situação perante o Município de São Paulo, com redução de até 75% da multa e 100% dos juros de mora.

**(j) Outras (fiscais):** são compostas por ações de outros ramos do Direito, ocorrendo a baixa contábil em 2015.

O Economus possui ações de natureza trabalhista, cível, administrativa e investimentos que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificados pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível, estando assim representadas:

Natureza	Descrição do objeto	Expectativa de perda Possível	
		2015	2014
<b>Gestão Previdencial</b>		<b>38.208</b>	<b>29.641</b>
<b>Trabalhista</b>		<b>7.242</b>	<b>9.155</b>
Ações do Regulamento Geral	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	7.242	9.155
<b>Cível</b>		<b>30.966</b>	<b>20.486</b>
Ações Cíveis Regulamento Geral	Concessão ou revisão de benefícios previdenciários	30.966	20.486
<b>Gestão Administrativa</b>		<b>18.870</b>	<b>17.113</b>
<b>Trabalhista</b>		<b>33</b>	<b>101</b>
Ex-empregados do Economus	Verbas trabalhistas / reintegração ao emprego	33	52
Ex-empregados do Economus	Restabelecimento do plano de saúde / revisão do índice de reajuste	-	49
<b>Cível</b>		<b>1.660</b>	<b>1.808</b>
Seguro de Vida	Ações Cíveis Seguro de Vida em Grupo indenização Seguro de Vida e Acidentes/Manutenção Apólice	1.660	1.808
<b>Tributária</b>		<b>17.177</b>	<b>15.204</b>
Receita Federal do Brasil	Pedido de compensação de tributos	17.177	15.204
<b>Investimentos</b>		<b>2.230</b>	<b>1.201</b>
<b>Cível</b>		<b>2.230</b>	<b>1.201</b>
Imóveis – Regulamento Geral	Imóveis	2.230	1.201
<b>Total das ações com risco de perda possível</b>		<b>59.308</b>	<b>47.955</b>

**10. Provisões Matemáticas**

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está resumida como segue:

Descrição	1º/Janeiro/2015	Constituição no exercício	31/Dezembro/2015
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>4.079.511</b>	<b>672.974</b>	<b>4.752.485</b>
Contribuição Definida	51.488	38.241	89.729
Benefício Definido	4.028.023	634.733	4.662.756
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>1.361.920</b>	<b>147.300</b>	<b>1.509.220</b>
Contribuição Definida	682.009	117.443	799.452
Benefício Definido	679.911	29.857	709.768
<b>(-) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>(367.667)</b>	<b>(28.768)</b>	<b>(396.435)</b>
(-) Patrocinador (es)	(183.834)	(14.384)	(198.218)
(-) Participantes	(27.161)	3.025	(24.136)
(-) Assistidos	(156.672)	(17.409)	(174.081)
<b>Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>5.073.764</b>	<b>791.506</b>	<b>5.865.270</b>

**10.1. Provisões Matemáticas a Constituir**

As provisões matemáticas a constituir totalizaram R\$ 396.435 (R\$ 367.667, em 2014), referentes ao valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes (saldados, não saldados e autopatrocinados) e aposentados. Está descontada a contribuição extraordinária (déficit equacionado de 2005), sendo recolhida ao plano de benefícios do Regulamento Geral de forma paritária.

**Déficit Equacionado de 2005**

<b>Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)</b>		
<b>Déficit Equacionado 2005</b>		
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Valor contratado	247.989	247.989
Saldo devedor atual	396.435	367.667
Prazo de amortização pactuado <sup>(1)</sup>	311 meses	311 meses
Prazo de amortização restante <sup>(2)</sup>	202 meses	220 meses
Valor das contribuições <sup>(3)</sup>	2.766	2.525
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada <sup>(4)</sup>	INPC + 6%	INPC + 6%

(1) Na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2010, foi alterado o método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao Déficit Equacionado – 2005, que passou para o Método Price. O prazo médio referencial estimado para amortização extraordinária do déficit técnico foi fixado em 311 meses, contados a partir de abril de 2011.

(2) Manutenção das alíquotas atualmente praticadas, tendo sido reavaliado o prazo remanescente máximo segundo o observado quando da realização do equacionamento em vigor.

(3) Valor das contribuições de equacionamento do déficit arrecadadas no mês de dezembro, sem a 13ª contribuição.

(4) Índice do Plano e taxa de juros utilizada na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2010, quando foi alterado o método de financiamento para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao Déficit Equacionado – 2005. Para a Avaliação Atuarial de 2015, foi autorizado pela Previc a utilização da taxa real de juros em 6,00% a.a. conforme ofício nº 256/2016/CGMI/CGMA/DIACE/PREVIC.

## 10.2. Demonstrativo da Composição das Provisões Matemáticas por Planos

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>9.221</b>	<b>9.035</b>	<b>1.458</b>	<b>1.490</b>	<b>4.457.922</b>	<b>3.855.262</b>	<b>283.884</b>	<b>213.724</b>	<b>4.752.485</b>	<b>4.079.511</b>
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	89.729	51.488	89.729	51.488
Benefício Definido	9.221	9.035	1.458	1.490	4.457.922	3.855.262	194.155	162.236	4.662.756	4.028.023
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>46.547</b>	<b>6.055</b>	<b>45.127</b>	<b>5.500</b>	<b>618.094</b>	<b>668.355</b>	<b>799.452</b>	<b>682.010</b>	<b>1.509.220</b>	<b>1.361.920</b>
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	799.452	682.010	799.452	682.010
Benefício Definido	46.547	6.055	45.127	5.500	618.094	668.355	-	-	709.768	679.910
<b>(-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(396.435)</b>	<b>(367.667)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(396.435)</b>	<b>(367.667)</b>
(-) Patrocinador (es)	-	-	-	-	(198.218)	(183.834)	-	-	(198.218)	(183.834)
(-) Participantes	-	-	-	-	(24.136)	(27.161)	-	-	(24.136)	(27.161)
(-) Assistidos	-	-	-	-	(174.081)	(156.672)	-	-	(174.081)	(156.672)
<b>Exigível atuarial</b>	<b>55.768</b>	<b>15.090</b>	<b>46.585</b>	<b>6.990</b>	<b>4.679.581</b>	<b>4.155.950</b>	<b>1.083.336</b>	<b>895.734</b>	<b>5.865.270</b>	<b>5.073.764</b>

O Economus, junto com a empresa Gama Consultores Associados, responsável técnico-atuarial pelos planos de benefícios administrados, realizou testes estatísticos retrospectivos, com dados históricos de todas as premissas demográficas e biométricas, bem como as premissas econômico-financeiras por método prospectivo, utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios.

O acréscimo nas Provisões Matemáticas dos Benefícios a Conceder deve-se:

**Regulamento Complementar nº 1** – à alteração do regime financeiro dos benefícios de risco, especificamente o pecúlio por morte. Por outro lado, as alterações das premissas de taxa anual de juros 5,38% (4,30%, em 2014) e fator de capacidade 0,978 (0,97, em 2014) contribuíram para atenuar o aumento observado.

**Regulamento Complementar nº 2** – à alteração do regime financeiro dos benefícios de risco, especificamente o pecúlio por morte. Por outro lado, as alterações das premissas de taxa anual de juros 5,52% (4,30%, em 2014) e fator de capacidade 0,978 (0,97, em 2014) contribuíram para atenuar o aumento observado.

#### a. Regulamento Complementar nº 1

Premissas e Hipóteses	Hipóteses 2015	Hipóteses 2014
Taxa Real Anual de Juros	5,38%	4,30%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9780	0,9782
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F (A50)	AT 2000 M&F (A60)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	WINKLEVOSS	WINKLEVOSS
Tábua de Morbidez	EX – ECONOMUS II	EX – ECONOMUS II

**PrevMais** – ao ingresso de novas contribuições ao plano e à receita com o retorno dos investimentos aos saldos de contas.

A redução nas Provisões Matemáticas dos Benefícios a Conceder do plano Regulamento Geral ocorreu devido à diminuição do número de participantes e à alteração da premissa de taxa real anual de juros para 6,00% (5,75%, em 2014), autorizada pela Previc por meio do Ofício nº 256/2016/CGMI/CGMA/DIACE/PREVIC, conforme exigido pela Instrução Previc nº 01, de 12 de abril de 2013, e alterações posteriores.

#### 10.3. Premissas e Hipóteses Atuariais

Com relação à premissa biométrica “Mortalidade Geral”, o Economus utiliza, para os planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral, a Tábua de Mortalidade AT 2000 M&F, agravada em 50%, e para o plano PrevMais, a Tábua de Mortalidade AT 2000 F, que, conforme testes aplicados pela Gama, mostraram-se aderentes às características da população analisada.

A seguir, os quadros das Premissas e Hipóteses Atuariais adotadas para os planos de benefícios administrados pelo Economus, em 2015 e 2014:

**b. Regulamento Complementar nº 2**

Premissas e Hipóteses	Hipóteses 2015	Hipóteses 2014
Taxa Real Anual de Juros	5,52%	4,30%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,9780	0,9782
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F (A50)	AT 2000 M&F (A60)

**c. Regulamento Geral**

Premissas e Hipóteses	Hipóteses 2015	Hipóteses 2014
Taxa Real Anual de Juros	6,00%	5,75%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9776	0,9783
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F (A50)	AT 2000 M&F (A60)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disable Female	WINKLEVOSS
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média	Zimmer (D26)
Tábua de Entrada em Aposentadoria	EX GAMA-ECONOMUS	EX GAMA-ECONOMUS
Tábua de Rotatividade	EX- ECONOMUS Ajuste Gráfico	EX- ECONOMUS Ajuste Gráfico
Tábua de Morbidez	EX-ECONOMUS II	EX-ECONOMUS II
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real
Crescimento Real de Salários	0,00%	0,00%

A Entidade deu continuidade aos estudos, já apresentado ao órgão fiscalizador, visando à alteração dos regimes financeiros (regime de repartição simples e repartição de capitais de cobertura), atualmente adotados na avaliação dos benefícios de risco assegurados pelo plano do Regulamento Geral, para o regime de capitalização, tendo em vista as características do plano e as recomendações do atuário responsável. Com base nesses estudos, foi iniciada a estruturação de plano de ação com vistas à futura alteração de regimes financeiros.

#### d. PrevMais

Premissas e Hipóteses	Hipóteses 2015	Hipóteses 2014
Taxa Real Anual de Juros	5%	5%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de determinação Valor Real - Benefícios	0,9778	0,9782
Crescimento Real de Salário	1,36%	1,80%
Tábua de Mortalidade	AT 2000 F	AT 2000 F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI – 85 Female	MI – 85 Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller	Muller
Tábua de Rotatividade	GAMA/ROT Exp. Economus 2011 (taxa média de 0,77% ao ano até a idade de aposentadoria, e nula após esta idade)	GAMA/ROT Exp. Economus 2011 (taxa média de 0,90% ao ano até a idade de aposentadoria, e nula após esta idade)
Tábua de Morbidez	EX – ECONOMUS 2005-2014	EX – ECONOMUS II (D20%)

**11. Superávit/Déficit Técnico**

A composição do superávit/déficit técnico por plano de benefícios, findo em 31 de dezembro de 2015, é resumida como segue:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Resultados Realizados</b>	<b>(20.347)</b>	<b>984</b>	<b>(22.992)</b>	<b>8.130</b>	<b>(892.360)</b>	<b>(554.263)</b>	<b>8.049</b>	<b>(3.474)</b>	<b>(927.650)</b>	<b>(548.623)</b>
<b>Superávit Técnico</b>	<b>-</b>	<b>984</b>	<b>-</b>	<b>8.130</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.049</b>	<b>-</b>	<b>8.049</b>	<b>9.114</b>
Reserva de Contingência	-	984	-	1.747	-	-	8.049	-	8.049	2.731
Reserva para Revisão de Plano	-	-	-	6.383	-	-	-	-	-	6.383
<b>(-) Déficit Técnico</b>	<b>(20.347)</b>	<b>-</b>	<b>(22.992)</b>	<b>-</b>	<b>(892.360)</b>	<b>(554.263)</b>	<b>-</b>	<b>(3.474)</b>	<b>(935.699)</b>	<b>(557.737)</b>
<b>Resultados a Realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>380.579</b>	<b>416.051</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>380.579</b>	<b>416.051</b>
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>(20.347)</b>	<b>984</b>	<b>(22.992)</b>	<b>8.130</b>	<b>(511.781)</b>	<b>(138.212)</b>	<b>8.049</b>	<b>(3.474)</b>	<b>(547.071)</b>	<b>(132.572)</b>

O Regulamento Complementar nº 1 passou de uma situação superavitária de R\$ 984, em 2014, para uma situação deficitária de R\$ 20.347, em 2015, devido à mudança no regime financeiro dos benefícios de risco, que resultou no aumento em 269,58% das Provisões Matemáticas totais, além de não conseguir alcançar a meta atuarial. Haverá necessidade de elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016 (Nota Explicativa 11.2).

O Regulamento Complementar nº 2 passou de uma situação superavitária de R\$ 8.130, em 2014, para uma situação deficitária de R\$ 22.992, em 2015, devido à mudança no regime financeiro dos benefícios de risco, que resultou no aumento em 566,44% das Provisões Matemáticas totais. Haverá necessidade de elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016 (Nota Explicativa 11.2).

O Plano Regulamento Geral passou de uma situação deficitária de R\$ 138.212, em 2014, para R\$ 511.781, em 2015. O acréscimo do déficit no exercício foi devido, principalmente, à alteração das premissas atuariais do plano, ocasionando elevação das Provisões Matemáticas e não superação da meta atuarial do plano. Haverá necessidade de elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016 (Nota Explicativa 11.2).

O Plano PrevMais passou de uma situação deficitária de R\$ 3.474, em 2014, para superavitária de R\$ 8.049, em 2015. Esse acréscimo no resultado acumulado foi devido à alteração da tábua de auxílio-doença EX – ECONOMUS 2005-2014 (EX – ECONOMUS II (D20%), em 2014) e ao crescimento salarial de 1,36% (1,80%, em 2014). No período, houve perda da meta atuarial de 2,65%, porém a alteração das premissas que reduziu o crescimento do Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco obteve um ganho atuarial que superou o efeito dessa perda.

### 11.1. Formação do Superávit/Déficit Técnico

A formação do superávit/déficit técnico por plano de benefícios, findo em 31 de dezembro de 2015, pode ser resumida como segue:

Superávit/ (Déficit) Técnico	Regulamento Complementar 1	Regulamento Complementar 2	Regulamento Geral	PrevMais	Consolidado
<b>Resultado realizado em 01/01/2015</b>	<b>984</b>	<b>8.130</b>	<b>(554.263)</b>	<b>(3.474)</b>	<b>(548.623)</b>
Result. Líquido Previdencial	1.821	(1.202)	(342.326)	61.428	(280.279)
Result. Líquido Investimentos	3.248	2.978	527.860	141.266	675.352
Atual. Provisão Matemática	(40.678)	(39.595)	(523.631)	(187.602)	(791.506)
Fundos Previdenciais	14.278	6.697	-	(3.569)	17.406
<b>Resultado Realizado em 31/12/2015</b>	<b>(20.347)</b>	<b>(22.992)</b>	<b>(892.360)</b>	<b>8.049</b>	<b>(927.650)</b>
Resultados a Realizar	-	-	380.579	-	380.579
<b>Equilíbrio Técnico em 31/12/2015</b>	<b>(20.347)</b>	<b>(22.992)</b>	<b>(511.781)</b>	<b>8.049</b>	<b>(547.071)</b>

## 11.2. Ajuste de Precificação

Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, foi criado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria mantidos até o vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

A Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, tratou dos critérios para definição e divulgação da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Tal ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços, que atendam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;
- tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;
- o valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;

- o valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;
- a duração do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste for inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e
- esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado no Demonstrativo do Ativo Líquido (DAL) por plano de benefício, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

## a) Regulamento Complementar nº 1

O ajuste de precificação foi R\$ 211, conforme quadro abaixo:

Ajustes de Precificação Consolidado								
Títulos Públicos	Quantidade	Taxa da aquisição % a.a.	Vencimento	PU taxa de aquisição em 31/12/2015	PU recalculado em 31/12/2015	Valor Contábil em 31/12/2015	Valor Ajustado em 31/12/2015	Valor do Ajuste
NTN-B	1.800	4,414	15/08/2030	3.298,35	3.007,77	5.937	5.414	(523)
NTN-B	298	5,249	15/08/2030	3.045,07	3.007,07	907	896	(11)
NTN-B	316	5,299	15/08/2030	3.030,76	3.007,07	958	950	(8)
NTN-B	329	5,530	15/08/2030	2.965,82	3.007,07	976	990	14
NTN-B	331	5,610	15/08/2030	2.943,78	3.007,07	974	996	22
NTN-B	88	6,480	15/08/2050	2.661,95	3.105,28	234	273	39
NTN-B	151	6,970	15/08/2050	2.497,74	3.105,28	377	469	92
NTN-B	197	6,965	15/08/2050	2.499,33	3.105,28	492	611	119
NTN-B	600	7,370	15/08/2024	2.605,48	2.951,88	1.563	1.771	208
NTN-B	400	7,360	15/08/2024	2.607,08	2.951,88	1.043	1.181	138
NTN-B	390	7,395	15/05/2023	2.587,36	2.897,98	1.009	1.130	121
<b>TOTAL</b>						<b>14.470</b>	<b>14.681</b>	<b>211</b>

Conforme determina a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, e observados os critérios previstos na Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 20.136, conforme quadro abaixo:

<b>Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>2015</b>
a) Equilíbrio Técnico	(20.347)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	211
<b>(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)</b>	<b>(20.136)</b>

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 03 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício anterior de 165 meses, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2015 é de R\$ 5.437 (9,75% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação ao limite de R\$ 14.699, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que excede ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016.

#### **b) Regulamento Complementar nº 2**

O ajuste de precificação foi R\$ 128, conforme quadro abaixo:

<b>Ajustes de Precificação Consolidado</b>								
<b>Títulos Públicos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Taxa da aquisição % a.a.</b>	<b>Vencimento</b>	<b>PU taxa de aquisição em 31/12/2015</b>	<b>PU recalculado em 31/12/2015</b>	<b>Valor Contábil em 31/12/2015</b>	<b>Valor Ajustado em 31/12/2015</b>	<b>Valor do Ajuste</b>
NTN-B	400	7,370	15/08/2024	2.605,48	2.925,58	1.043	1.171	128
<b>TOTAL</b>						<b>1.043</b>	<b>1.171</b>	<b>128</b>

Conforme determina a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, e observados os critérios previstos na Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 22.864, conforme quadro a seguir:

<b>Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>2015</b>
a) Equilíbrio Técnico	(22.992)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	128
<b>(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)</b>	<b>(22.864)</b>

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 03 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício anterior de 88 meses, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2015 é de R\$ 1.551 (3,33% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação ao limite de R\$ 21.313, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que excede ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016.

### c) Regulamento Geral

O ajuste de precificação foi R\$ 35.772, conforme quadro abaixo:

Ajustes de Precificação Consolidado								
Títulos Públicos	Quantidade	Taxa da aquisição % a.a.	Vencimento	PU taxa de aquisição em 31/12/2015	PU recalculado em 31/12/2015	Valor Contábil em 31/12/2015	Valor Ajustado em 31/12/2015	Valor do Ajuste
NTN-B	5.000	7,065	15/08/2020	2.724,39	2.835,50	13.622	14.178	556
NTN-B	5.000	7,060	15/08/2020	2.724,90	2.835,50	13.624	14.178	554
NTN-B	10.000	7,031	15/08/2024	2.660,52	2.837,73	26.605	28.377	1.772
NTN-B	5.000	6,486	15/08/2030	2.716,60	2.839,50	13.583	14.197	614
NTN-B	10.000	7,390	15/08/2030	2.507,10	2.839,50	25.071	28.395	3.324
NTN-B	7.000	7,400	15/05/2035	2.412,62	2.799,75	16.888	19.598	2.710
NTN-B	9.000	7,330	15/05/2035	2.430,05	2.799,75	21.870	25.197	3.327
NTN-B	3.000	7,330	15/05/2035	2.430,05	2.799,75	7.290	8.399	1.109
NTN-B	5.000	7,400	15/05/2035	2.412,62	2.799,75	12.063	13.999	1.936
NTN-B	10.000	7,980	15/05/2045	2.193,20	2.800,74	21.933	28.007	6.074
NTN-B	16.670	7,450	15/05/2045	2.333,00	2.800,74	38.891	46.688	7.797
NTN-B	10.000	7,950	15/05/2045	2.200,82	2.800,74	22.008	28.007	5.999
<b>TOTAL</b>						<b>233.448</b>	<b>269.220</b>	<b>35.772</b>

Conforme determina a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, e observados os critérios previstos na Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 476.009, conforme quadro abaixo:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2015
a) Equilíbrio Técnico	(511.781)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	35.772
<b>(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)</b>	<b>(476.009)</b>

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 03 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício anterior de 125 meses, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2015 é de R\$ 300.429 (6,42% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação ao limite de R\$ 175.580, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que excede ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016.

#### d) PrevMais

O ajuste de precificação foi R\$ 25.361, conforme quadro abaixo:

Ajustes de Precificação Consolidado								
Títulos Públicos	Quantidade	Taxa da aquisição % a.a.	Vencimento	PU taxa de aquisição em 31/12/2015	PU recalculado em 31/12/2015	Valor Contábil em 31/12/2015	Valor Ajustado em 31/12/2015	Valor do Ajuste
NTN-B	2.500	6,486	15/08/2030	2.716,60	3.117,75	6.791	7.794	1.003
NTN-B	10.000	5,429	15/08/2050	3.082,99	3.287,33	30.830	32.873	2.043
NTN-B	10.000	5,630	15/08/2050	2.994,25	3.287,33	29.942	32.873	2.931
NTN-B	4.185	5,779	15/08/2050	2.931,15	3.287,33	12.267	13.758	1.491
NTN-B	4.156	6,480	15/08/2050	2.661,95	3.287,33	11.063	13.662	2.599
NTN-B	1.615	6,970	15/08/2050	2.497,74	3.287,33	4.034	5.309	1.275
NTN-B	2.099	6,965	15/08/2050	2.499,33	3.287,33	5.246	6.900	1.654
NTN-B	5.140	6,700	15/08/2050	2.585,99	3.287,33	13.292	16.897	3.605
NTN-B	5.140	6,800	15/08/2050	2.552,68	3.287,33	13.121	16.897	3.776
NTN-B	10.000	7,260	15/05/2023	2.606,77	2.961,91	26.068	29.619	3.551
NTN-B	1.500	7,400	15/05/2035	2.412,62	3.133,50	3.619	4.700	1.081
NTN-B	500	7,330	15/05/2035	2.430,05	3.133,50	1.215	1.567	352
<b>TOTAL</b>						<b>157.488</b>	<b>182.849</b>	<b>25.361</b>

Conforme determina a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observados os critérios previstos na Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 8.049. De acordo com a legislação vigente, se superavitário, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

### 11.3. Títulos dos Resultados a Realizar

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autorizou, em 9 de junho de 2006, por meio do ofício nº 2206/SPC/GAB, o registro contábil como Resultados a Realizar, condicionando tal registro à manutenção desses títulos até seu respectivo vencimento, ao saldamento do Plano de Benefícios do Regulamento Geral e à implantação do Plano de Contribuição Variável (PrevMais).

Durante os exercícios de 2002 e 2003, o Economus adquiriu títulos públicos, Notas do Tesouro Nacional (NTN-C), cujo cupom médio de aquisição foi de 10,22% ao ano, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, alocados ao Plano de Benefícios do Regulamento Geral e compostos da seguinte forma:

Descrição	Quantidade	Vencimento	Resultados a realizar	
			2015	2014
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	70.948	01/07/2017	8.990	14.532
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	16.537	01/07/2017	2.112	3.411
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	4.550	01/07/2017	591	953
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	53.050	01/04/2021	19.326	22.592
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	88.800	01/04/2021	32.993	38.493
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	124.850	01/04/2021	47.087	54.857
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	6.631	01/04/2021	2.500	2.913
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	91.670	01/04/2021	34.399	40.094
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	53.093	01/04/2021	20.377	23.700
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	10.000	01/04/2021	3.824	4.450
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	15.000	01/04/2021	5.821	6.763
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	1.500	01/04/2021	560	653
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	126.000	01/01/2031	201.999	202.640
<b>Resultados a Realizar</b>			<b>380.579</b>	<b>416.051</b>

O rendimento a ser gerado por esses papéis, classificados na rubrica Resultados a Realizar, utilizando os preceitos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, representa o montante de R\$ 380.579 (em 2014, R\$ 416.051) de receita futura, já reconhecida contabilmente.

## 12. Fundos

A composição e evolução dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

Descrição	2014	Constituições	Reversões	2015
<b>Fundos Previdenciais</b>	<b>134.220</b>	<b>3.569</b>	<b>(20.975)</b>	<b>116.814</b>
<b>Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar</b>	<b>6.456</b>	<b>1.929</b>	<b>-</b>	<b>8.385</b>
PrevMais	6.456	1.929	-	8.385
<b>Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial</b>	<b>127.764</b>	<b>1.640</b>	<b>(20.975)</b>	<b>108.429</b>
Regulamento Complementar nº 1	14.278	-	(14.278)	-
Regulamento Complementar nº 2	6.697	-	(6.697)	-
PrevMais	106.789	1.640	-	108.429
<b>Fundos Administrativos</b>	<b>45.217</b>	<b>7.995</b>	<b>-</b>	<b>53.212</b>
Plano de Gestão Administrativa	45.217	7.995	-	53.212
<b>Fundos dos Investimentos</b>	<b>3.295</b>	<b>922</b>	<b>-</b>	<b>4.217</b>
Fundo de Contingências de Empréstimos	3.295	922	-	4.217
<b>Total dos Fundos</b>	<b>182.732</b>	<b>12.486</b>	<b>(20.975)</b>	<b>174.243</b>

### 12.1. Fundos Previdenciais

Os valores dos Fundos Previdenciais são compostos por:

- **Fundo de Reversão – PrevMais:** constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes que optaram pelo Instituto do Resgate e destinadas à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou à outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta no regulamento do PrevMais.
- **Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial - Regulamento Complementar nº 1:** refere-se ao Fundo de Oscilação de Risco, constituído atuarialmente e destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas do Plano e ao Fundo de Cobertura de Alteração de Regimes Financeiros, constituído para suportar, mesmo que parcialmente, eventual alteração dos regimes financeiros dos benefícios de risco do plano para o regime de capitalização. Em face da capitalização dos benefícios de risco, ocorrida em 2015, o fundo previdencial foi revertido ao patrimônio do plano.

• **Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial - Regulamento Complementar nº2:** refere-se ao Fundo de Oscilação de Risco, constituído atuarialmente e destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas do plano. Em face da capitalização dos benefícios de risco, ocorrida em 2015, o fundo previdencial foi revertido ao patrimônio do plano e,

• **Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial – PrevMais:** fundo constituído em decorrência da capitalização dos benefícios de risco, que teve como origem primária de recursos o Fundo de Oscilação de Risco, mantido pelo plano até a capitalização dos benefícios de risco, ocorrida em 31 de dezembro de 2011.

### 12.2. Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas relativas à manutenção da estrutura administrativa do Economus. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na equação entre receitas, despesas e rendimentos auferidos nos investimentos da Gestão Administrativa.

Participação no Fundo Administrativo	2015	2014
Fundo administrativo do Regulamento Complementar nº 1	1.669	1.518
Fundo administrativo do Regulamento Complementar nº 2	2.510	2.381
Fundo administrativo do Regulamento Geral	32.947	27.588
Fundo administrativo PrevMais	16.086	13.730
<b>Total do Fundo Administrativo</b>	<b>53.212</b>	<b>45.217</b>

### 12.3. Fundos dos Investimentos

Descrição	2015	2014
Fundo dos investimentos do Regulamento Geral	3.558	2.864
Fundo dos investimentos PrevMais	659	431
<b>Total dos Fundo de investimentos</b>	<b>4.217</b>	<b>3.295</b>

O Fundo dos Investimentos destina-se à garantia de cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes ativos e assistidos.

**13. Resultado Administrativo****13.1. Receitas Administrativas**

A composição das receitas administrativas é a seguinte:

Descrição	2015	2014
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>27.731</b>	<b>24.181</b>
Contribuições do Patrocinador (es)	13.036	12.176
Contribuições dos Participantes	14.639	11.876
Contribuições dos Autopatrocinados	55	128
Remuneração de Contribuições em Atraso	1	1
<b>Gestão Assistencial</b>	<b>17.608</b>	<b>20.818</b>
Reembolso do Plano Assistencial	17.608	20.818
<b>Investimentos</b>	<b>5.923</b>	<b>5.050</b>
Custeio Administrativo	5.923	5.050
<b>Outros</b>	<b>407</b>	<b>1.899</b>
Reembolso de Custas Judiciais	407	1.888
Receita /Vendas do Ativo Permanente	-	11
<b>Total das Receitas Administrativas</b>	<b>51.669</b>	<b>51.948</b>

**13.2. Despesas Administrativas**

As despesas administrativas correspondem aos gastos realizados pelo Economus para administração dos planos de benefícios, e das carteiras de investimentos, reguladas pela Resolução CGPC nº 29, de 31 de novembro de 2014, como segue:

Descrição	2015	2014
<b>Administração Previdencial e dos Investimentos</b>	<b>29.655</b>	<b>22.588</b>
Pessoal e Encargos	20.098	15.345
Treinamentos, Congressos e Seminários	234	155
Viagens e Estadias	241	216
Serviços de Terceiros	5.418	3.948
Despesas Gerais	2.618	2.037
Depreciação e Amortização	702	583
Tributos	344	304
<b>Administração Assistencial</b>	<b>17.608</b>	<b>20.818</b>
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>47.263</b>	<b>43.406</b>

De acordo com as normas emanadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA, atribuídas à Gestão Assistencial, são inteiramente reembolsadas pelos planos de assistência à saúde.

**13.3. Constituição do Fundo Administrativo**

O fundo administrativo está representado pelas receitas, deduzido das despesas e contingências e somado com o resultado dos investimentos, conforme abaixo:

Descrição	2015	2014
(+) Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	27.731	24.181
(+) Custeio Administrativo dos Investimentos	5.923	5.050
(+) Reembolso da Gestão Assistencial	17.608	20.818
(+) Outras Receitas Administrativas	407	1.899
(-) Despesas da Administração Previdencial	(23.477)	(16.963)
(-) Despesas da Administração dos Investimentos	(6.178)	(5.625)
(-) Despesas da Administração Assistencial	(17.608)	(20.818)
<b>(=) Sobras do Custeio Administrativo</b>	<b>4.406</b>	<b>8.542</b>
(+/-) Contingências Administrativas	(2.254)	(1.097)
(+/-) Resultado dos Investimentos Administrativos	5.843	3.423
<b>(=) Constituição do Fundo Administrativo</b>	<b>7.995</b>	<b>10.868</b>

**14. Resultado dos Investimentos**

Demonstramos a seguir o resultado dos investimentos:

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**14.1. Resultado Bruto por Tipo de Emissor**

O resultado bruto dos investimentos está representado pelas variações positivas, deduzidas das variações negativas do período, conforme abaixo:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Por Tipo de Emissor</b>	<b>3.275</b>	<b>1.689</b>	<b>3.001</b>	<b>2.008</b>	<b>533.126</b>	<b>358.257</b>	<b>142.855</b>	<b>96.331</b>	<b>5.843</b>	<b>3.423</b>	<b>688.100</b>	<b>461.708</b>
Notas do Tesouro Nacional	1.623	1.036	1.875	1.221	487.457	302.730	28.851	17.502	-	-	519.806	322.489
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	689	144	689	144
Créditos Privados e Depósitos	331	222	306	205	17.420	18.444	24.274	13.676	215	251	42.546	32.798
Ações	-	-	-	-	3.001	(2.055)	-	-	-	-	3.001	(2.055)
Fundos de Invest. (Renda Fixa)	1.255	407	754	562	16.516	15.067	80.779	57.581	5.160	3.229	104.464	76.846
Fundos de Invest. (Ações)	-	(23)	-	(27)	(51.239)	(25.367)	(6.293)	(2.632)	-	-	(57.532)	(28.049)
Fundos de Invest. (Multimercado)	-	-	-	-	4.857	3.555	-	-	-	-	4.857	3.555
Fundos de Invest. (Índice de Mercado)	-	-	-	-	-	-	713	(166)	-	-	713	(166)
Fundos de Invest. (Direito Creditório)	69	49	69	49	1.016	1.146	5.718	4.132	-	-	6.872	5.376
Fundos de Invest. (Participações)	-	-	-	-	20.481	10.000	201	45	-	-	20.682	10.045
Fundos de Invest. (Imobiliário)	-	-	-	-	6.081	6.941	-	-	-	-	6.081	6.941
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	16.079	18.566	-	-	-	-	16.079	18.566
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	11.695	9.399	8.726	6.287	-	-	20.421	15.686
Relacionados com o Disponível	(3)	(2)	(3)	(2)	(435)	(332)	(101)	(93)	(13)	(12)	(555)	(441)
Outros Investimentos	-	-	-	-	197	163	(13)	(1)	(208)	(189)	(24)	(27)
<b>Dos Planos</b>	<b>(27)</b>	<b>(16)</b>	<b>(23)</b>	<b>(19)</b>	<b>(5.266)</b>	<b>(4.842)</b>	<b>(1.589)</b>	<b>(1.191)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.905)</b>	<b>(6.068)</b>
Contingências de Investimentos	-	-	-	-	(60)	(214)	-	-	-	-	(60)	(214)
Despesas Adm. de Investimentos	(27)	(16)	(23)	(19)	(4.512)	(3.983)	(1.361)	(1.032)	-	-	(5.923)	(5.050)
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	(694)	(645)	(228)	(159)	-	-	(922)	(804)
<b>Resultado Positivo dos Investimentos</b>	<b>3.248</b>	<b>1.673</b>	<b>2.978</b>	<b>1.989</b>	<b>527.860</b>	<b>353.415</b>	<b>141.266</b>	<b>95.140</b>	<b>5.843</b>	<b>3.423</b>	<b>681.195</b>	<b>455.640</b>

**14.2. Resultado do Fluxo dos Investimentos**

O resultado positivo obtido na apuração do fluxo dos investimentos em 2015 está demonstrado a seguir.

Descrição	2015	2014
<b>Resultado da Gestão Previdencial</b>	<b>675.352</b>	<b>452.217</b>
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar nº 1	3.248	1.673
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar nº 2	2.978	1.989
Fluxo dos Investimentos do Regulamento Geral	527.860	353.415
Fundo dos Investimentos PrevMais	141.266	95.140
<b>Resultado da Gestão Administrativa</b>	<b>5.843</b>	<b>3.423</b>
Fluxo dos Investimentos do PGA	5.843	3.423

**15. Partes Relacionadas**

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: as patrocinadoras e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as transações com o Patrocinador Banco do Brasil S.A. são as seguintes:

Descrição	2015	2014
<b>Ativo</b>	<b>94.775</b>	<b>98.002</b>
Disponível	3	5
Depósitos Judiciais e Recursais do Regulamento Complementar nº 1 e nº 2	6.926	16.686
Ações à Vista	-	4.968
Letras Financeiras	87.693	76.208
Investimentos Imobiliários	153	135

## 16. Ativo Contingente

O Economus é beneficiário de crédito na ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) - substituta processual de diversas entidades de previdência complementar, entre elas o Economus, em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs) e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, propondo a adoção do IPC em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Em que pese o trânsito em julgado da decisão de mérito, o processo ainda está em fase de execução, tendo sido apresentados embargos à execução pela União Federal, sucessora do FND. Também foi interposta Ação Rescisória pela União Federal contra o acórdão que já havia transitado em julgado, a qual está sendo contestada pela Abrapp. À luz da Resolução nº 1.180/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por não existirem evidências quanto à data e ao valor de liquidação, a Entidade não contabilizou os referidos rendimentos, uma vez que se caracteriza apenas como “provável”, e não “praticamente certa”, a entrada de benefícios econômicos futuros.

## 17. Outras Informações

### a. Investimento em controlada – Desmobilização

A Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda., em liquidação extrajudicial, foi constituída em 23 de fevereiro de 1987, tendo como cotista majoritário o Economus - Instituto de Seguridade Social.

Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005.

### b. Apólice nº 745 - Seguro de vida em grupo funcionários

A Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco Nossa Caixa S.A. (Afaceesp), impetrou Mandado de Segurança para a manutenção dos autores

na apólice de Seguro de Vida em Grupo nº 745. Liminar foi concedida em 18 de junho de 2005 e os valores descontados em holerite dos aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral, inclusive funcionários ativos do Banco do Brasil S.A. e do extinto Banco Nossa Caixa S.A., são repassados mensalmente para a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp).

O Economus – Instituto de Seguridade Social é o estipulante da apólice, por onde transitam os valores recebidos e repassados para a Cosesp.

### c. Informações Suplementares – Gestão Assistencial

Apresentamos a seguir as informações suplementares da gestão assistencial, as quais compreendem:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Social;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial.

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL****Balanco Patrimonial - Informações Suplementares da Gestão Assistencial**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

ATIVO	Nota	2015	2014	PASSIVO	Nota	2015	2014
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>66.688</b>	<b>33.297</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>28.368</b>	<b>14.791</b>
Disponível	4	392	1.432	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	8.593	7.345
Realizável		66.296	31.865	Provisões de Contraprestação Não Ganha		3.213	3.628
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>5</b>	<b>60.356</b>	<b>23.634</b>	Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		158	250
Aplicações Vinculadas a Provisão Técnica		5.316	2.353	Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais		536	1.155
Aplicações Não Vinculadas		55.040	21.281	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		4.686	2.312
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>6</b>	<b>3.232</b>	<b>5.557</b>	<b>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>10</b>	<b>1.408</b>	<b>808</b>
Contraprestação Pecuniária a Receber	6.1	1.652	1.832	<b>Tributos e Encargos Sociais a recolher</b>	<b>11</b>	<b>946</b>	<b>1.399</b>
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	6.2	406	407	<b>Débitos Diversos</b>	<b>12</b>	<b>17.421</b>	<b>5.239</b>
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6.3	1.174	3.318	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>144.275</b>	<b>145.891</b>
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>	<b>7</b>	<b>1.641</b>	<b>1.619</b>	Provisão para Ações Judiciais	13	144.275	145.891
<b>Bens e Títulos a Receber</b>	<b>8</b>	<b>1.067</b>	<b>1.055</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>311.399</b>	<b>293.425</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>417.354</b>	<b>420.810</b>	<b>Reservas</b>		<b>311.399</b>	<b>293.425</b>
Realizável a Longo Prazo		417.354	420.810	Reservas de Lucros / Sobras / Retenções de Superávits		311.399	293.425
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>5</b>	<b>267.981</b>	<b>280.487</b>				
Aplicações Vinculadas a Provisão Técnica		1.783	1.609				
Aplicações Não Vinculadas		266.198	278.878				
<b>Depósitos Judiciais e Fiscais</b>	<b>13</b>	<b>149.373</b>	<b>140.323</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>484.042</b>	<b>454.107</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>484.042</b>	<b>454.107</b>

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL****Demonstração do Resultado - Informações Suplementares da Gestão Assistencial****Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014****R\$ mil**

	Nota	2015	2014
<b>Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde</b>		<b>232.395</b>	<b>218.720</b>
<b>Receitas com Operações de Assistência à Saúde</b>		<b>234.357</b>	<b>220.130</b>
Contraprestações Líquidas	<b>15</b>	234.357	220.130
<b>(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora</b>		<b>(1.962)</b>	<b>(1.410)</b>
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>		<b>(240.914)</b>	<b>(238.361)</b>
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	<b>16</b>	(240.914)	(238.361)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>(8.519)</b>	<b>(19.641)</b>
<b>Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>11.104</b>	<b>17.290</b>
Outras Receitas Operacionais		11.104	17.290
<b>Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde</b>		<b>(9.566)</b>	<b>(14.639)</b>
Outras Despesas Operacionais de Operações com Plano de Assistência à Saúde		(8.046)	(12.437)
Provisão para Perdas Sobre Crédito		(1.520)	(2.202)
<b>Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas Com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>(2.123)</b>	<b>(7.592)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>(9.104)</b>	<b>(24.582)</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>17</b>	<b>(18.402)</b>	<b>(21.195)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>45.480</b>	<b>33.762</b>
Receitas Financeiras		46.953	35.241
Despesas Financeiras		(1.473)	(1.479)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>17.974</b>	<b>(12.015)</b>

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL****Demonstração do Resultado Abrangente - Informações Suplementares da Gestão Assistencial****Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014****R\$ mil**

	2015	2014
<b>Resultado Líquido</b>	<b>17.974</b>	<b>(12.015)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>17.974</b>	<b>(12.015)</b>

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL****Demonstração das Mutações do Patrimônio Social - Informações Suplementares da Gestão Assistencial****Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014****R\$ mil**

	RESERVAS DE LUCROS/ SOBRAS/ RETENÇÕES DE SUPERÁVIT	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>330.791</b>	<b>330.791</b>
(Prejuízo) do Exercício	(25.351)	(25.351)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>305.440</b>	<b>305.440</b>
(Prejuízo) do Exercício	(12.015)	(12.015)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>293.425</b>	<b>293.425</b>
Lucro/Superávit do Exercício	17.974	17.974
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>311.399</b>	<b>311.399</b>

**ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL****Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto) - Informações Suplementares da Gestão Assistencial****Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014****R\$ mil**

<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
(+) Recebimentos de Plano Saúde	236.125	223.722
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	246.130	272.052
(+) Outros Recebimentos Operacionais	10.257	2.341
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(239.565)	(237.390)
(-) Pagamentos de Pessoal	(9.361)	(17.886)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(106)	(282)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(4.007)	(7.744)
(-) Pagamentos de Tributos	(9.492)	(12.911)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.056)	(899)
(-) Aplicações Financeiras	(229.923)	(220.296)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>(998)</b>	<b>707</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	(168)	(177)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(168)</b>	<b>(177)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>(1.166)</b>	<b>530</b>
Caixa - Saldo Inicial	1.353	823
Caixa - Saldo Final	187	1.353
Ativos Livres no Início do Período	301.591	327.224
Ativos Livres no Final do Período	321.630	301.591
<b>AUMENTO/ (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES</b>	<b>20.039</b>	<b>(25.633)</b>

## 1. Informações Gerais

**O Economus - Instituto de Seguridade Social**, CNPJ nº. 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, n.º 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, registrada na ANS sob o nº 34.2611, para operar planos de assistência à saúde, conforme Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

A Gestão Assistencial do Economus tem por finalidade oferecer assistência à saúde suplementar, na modalidade de autogestão, aos beneficiários titulares vinculados ao extinto Banco Nossa Caixa S.A., atualmente vinculados ao Banco do Brasil S.A., aos empregados do Economus e aos participantes do Feas (PAMC e Básico), Novo Feas vinculados aos Regulamentos Geral e Complementar nº 1, e aos respectivos dependentes.

Em 25 de julho de 2014, após aprovação da ANS em 10 de fevereiro de 2014, o Plano Economus Família, com registro na ANS nº 470.596/14-3, vinculado aos agregados dos participantes ativos e assistidos do Economus, iniciou suas operações e houve a transferência da carteira dos beneficiários Autossustentáveis dos planos de saúde Plus, Plus II e EcoSaúde II.

Na Gestão Assistencial, são observadas as disposições descritas na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e alterações posteriores, nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como no Estatuto Social do Economus, Regimentos

Internos, Regulamento de cada plano de saúde e nas decisões proferidas pela Administração do Economus.

Em conformidade com o artigo 14º do Código Tributário Nacional, o Economus: (a) não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro; (b) não aplica seus recursos diretamente no exterior; e (c) mantém escrituração centralizada em sua sede, revestida das formalidades legais, sendo registradas suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

O Economus possui 46.181 vidas assistidas (47.379 vidas, em 2014) e administra os seguintes planos assistenciais:

Plano	Custeio	População 2015	População 2014	Principais Características
Básico ANS nº 400.593/98-7	Banco do Brasil	100	119	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e seus dependentes, residentes na capital - São Paulo; Acomodação em enfermaria.
PAMC ANS nº 400.594/98-5	Banco do Brasil	519	581	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e seus dependentes, residentes no interior do Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Plus ANS nº 400.597/98-0	Banco do Brasil Autossustentável	15.253 18	17.186 17	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos até 31/12/00), aposentados dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e seus dependentes; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Plus II ANS nº 435.934/01-8	Banco do Brasil Autossustentável	13.139 1	12.814 2	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos a partir de 01/01/01), aposentados do plano Regulamento Geral e seus dependentes; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Básico Feas ANS nº 400.595/98-3	Feas	444	444	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Geral; Cobertura em todo o Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
PAMC Feas ANS nº 400.596/98-1	Feas	3.164	3.221	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Geral; Cobertura em todo o Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Novo Feas ANS nº 469.503/13-8	Feas	7.106	6.196	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas assistidos pelo Economus; Ex-empregados que se desligaram do Básico Feas e PAMC Feas, entre 31/12/09 até a data de aprovação do regulamento; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
EcoSaúde II ANS nº 469.920/13-3	Economus	429	406	Contratação; Coletivo Empresarial; Empregados Ativos, aposentados e pensionistas do Economus; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
	Autossustentável	1	3	Contratação; Coletivo Empresarial; Dependentes não preferenciais inscritos pelo titular até 31/07/05; Acomodação em apartamento.
Economus Família ANS nº 470.596/14-3	Autossustentável	6.007	6.390	Contratação: Coletivo por Adesão; Dependentes indiretos (não preferenciais) que estavam no Autossustentável dos planos Plus, Plus II e EcoSaúde II; Dependentes indiretos de Titulares de quaisquer outros planos (Plus, Plus II, EcoSaúde II, Feas PAMC, Feas Básico, Novo Feas, PAMC BNC, Básico BNC); Parentes consanguíneos até 3º (terceiro) grau e afins até 2º (segundo) grau; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.

## 2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As informações suplementares da Gestão Assistencial foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As Demonstrações Contábeis são apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 322, de 23 de março de 2013, sendo as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

Em cumprimento à Instrução Normativa nº 19, de 03 de abril de 2009, as operadoras de planos de assistência à saúde, vinculadas às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), deverão adotar integralmente o plano de contas contábil padrão da ANS, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Conforme permitido pela Resolução Normativa RN nº 322, o Economus optou por apresentar as Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) pelo método direto.

Nas Demonstrações Contábeis das informações suplementares da Gestão Assistencial, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus opera. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

### 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Contábeis.

**a. Apuração do Resultado:** o resultado das transações é apurado em observância ao princípio de competência dos exercícios, em que se destacam:

- As receitas relativas às contraprestações efetivas de operações com planos médico-hospitalares são reconhecidas no efetivo período de cobertura de risco.

- As despesas relativas aos eventos indenizáveis são reconhecidas por ocasião da apresentação das guias de serviço médico-hospitalares pelos prestadores de serviço de saúde.

- As provisões técnicas são constituídas de forma a refletir as obrigações futuras, avisadas e não avisadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde (Nota Explicativa nº 9).

- Outras receitas e despesas são reconhecidas quando da prestação de serviço e/ou de seu faturamento.

### b. Estimativas Contábeis

As Demonstrações Contábeis incluem estimativas e premissas. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas, em função do valor justo de determinados ativos e passivos, inclusive passivos contingentes.

### c. Ativos Circulantes

Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, atualizados, quando aplicável, pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.

### d. Disponível - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários disponíveis em conta-corrente e investimentos financeiros com vencimentos de curto prazo, de alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, estando sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

### e. Aplicações Financeiras

Os ativos financeiros da Gestão Assistencial foram classificados segundo a intenção do Economus nas seguintes categorias: “valor justo por meio do resultado” e “mantido até o vencimento”.

**Valor Justo por Meio de Resultado:** os ativos classificados nessa categoria foram adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, observando as condições de mercado e a estratégia adotada para essa carteira. Na precificação desses ativos, foi considerado o preço justo de negociação do dia da apuração ou, quando não disponível, o preço justo de negociação no dia útil anterior.

**Mantidos até o Vencimento:** os ativos classificados nessa categoria foram adquiridos com o propósito de não aliená-los, tendo em vista a perspectiva de maior correlação mantida com o passivo. Esses ativos foram avaliados e precificados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, bem como decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### f. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os créditos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados pelas provisões estimadas para eventuais perdas.

#### g. Demais Ativos

Os demais elementos patrimoniais do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante são mensurados pelo valor de custo, acrescidos, quando aplicáveis, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas.

#### h. Passivos Circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo as provisões constituídas, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios e normativos estabelecidos pela ANS.

#### i. Passivos Não Circulantes

As provisões e obrigações a pagar após o término do exercício subsequente à data do balanço são classificadas como Não Circulante e estão atualizadas, quando aplicável, pelos encargos previstos.

As provisões de contingências são constituídas para os casos de probabilidade de perda provável, cujo desembolso possa ser mensurável.

#### j. Provisões para Ações Judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões de ações judiciais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

#### Ativos Contingentes:

- **Praticamente Certo:** não é reconhecido contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Nesse caso, a Entidade reconhece o ativo e não o classifica como ativo contingente. No Economus, existe a ocorrência dessa situação, conforme descrito na Nota Explicativa 13.e.
- **Provável:** nesse caso, quando não é reconhecida como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos futuros, a Entidade apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente. No presente exercício, não ocorreram ativos nessa categoria.

**Passivos Contingentes:** são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com outros processos, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

Todos os depósitos judiciais e recursais são atualizados mensalmente seguindo critérios de acordo com o indexador adotado por cada tribunal onde tramita o processo judicial (TR ou taxa de poupança) e, em caso de demandas tributárias na esfera da Justiça Federal, seguem como indexador a taxa Selic.

### k. Provisões Técnicas de Operações Assistenciais à Saúde

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (Peona) é constituída com base na Resolução Normativa nº 274, de 20 de outubro de 2011, da ANS, e alterações posteriores.

A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços comunicando a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebido até 31 de dezembro de 2015.

### l. Provisões para Perdas Sobre Crédito (PPSC)

É constituída para fazer face às potenciais perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento, oriundos dos Planos Básico, PAMC, Plus, Plus II, Básico Feas, PAMC Feas, Novo Feas, EcoSaúde II e Economus Família. A referida provisão é constituída em conformidade com o Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 322, de 27 de março de 2013, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual estabelece que, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada (Nota Explicativa nº. 6.1).

### m. Imposto de Renda, Contribuição Social e Contribuições

O Economus, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e, de acordo com sua forma de tributação, é Isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme determina o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, alterado pelo art. 10 da Lei 9.718/1998, e Isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 5º da Lei 10.426/2002, combinados com a

Instrução Normativa nº 1.315/2013. Em relação ao PIS e à Cofins, a apuração é efetuada com base na Lei 9.718/1998; porém, o Economus questiona judicialmente a legalidade de tais contribuições sobre suas atividades, estando o recolhimento dos tributos com exigibilidade suspensa, condicionado à eficácia da liminar ao regular depósito judicial.

### n. Demais Passivos

Os demais elementos patrimoniais do Passivo Circulante e do Passivo não Circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

### o. Demonstração do Resultado Abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, no entanto, sem movimento comparado ao exercício anterior.

### 4. Disponível - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos disponíveis abrangem saldos financeiros com realização em até três meses ou menos, a partir da data da contratação ou aquisição. Tais saldos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão da operadora nas obrigações de curto prazo.

Abaixo, apresentamos a composição do caixa e equivalentes de caixa representados por numerários mantidos em conta-corrente para pagamento de serviços de assistência à saúde e valores para pagamento de despesas provisionadas em dezembro de 2015 e liquidadas em janeiro de 2016:

Descrição	2015	2014
<b>Disponível</b>	<b>392</b>	<b>1.432</b>
Numerários em trânsito	205	79
Contas-correntes	187	1.353
<b>Total do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>392</b>	<b>1.432</b>

## 5. Aplicações Financeiras

Os ativos financeiros são aplicados no mercado financeiro em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento, tendo a seguinte composição:

Descrição	Nível hierárquico	2015		2014	
		Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
<b>Valor justo por meio de resultado</b>		<b>64.278</b>	<b>64.278</b>	<b>58.784</b>	<b>58.784</b>
Fundos de Renda Fixa	2	38.902	38.902	18.060	18.060
Títulos Públicos - LFT	2	5.316	5.316	2.353	2.353
Títulos Públicos Federais - NTN	2	8.108	8.108	-	-
Fundos de Renda Variável	2	11.952	11.952	38.371	38.371
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>		<b>264.059</b>	<b>244.637</b>	<b>245.337</b>	<b>240.596</b>
Fundos de Renda Fixa	2	15.399	15.399	18.059	18.059
Fundos de Renda Variável	2	4.186	4.186	9.277	9.277
Títulos Públicos Federais - NTN	2	155.671	136.249	124.812	120.071
Títulos Privados - CDB/RDB/LF	2	63.709	63.709	71.840	71.840
Fundos de Investimentos Estruturados	2	25.094	25.094	21.349	21.349
<b>Total dos Ativos Financeiros</b>		<b>328.337</b>	<b>308.915</b>	<b>304.121</b>	<b>299.380</b>

Abaixo, de acordo com o CPC 40, estão apresentadas as definições da hierarquia do valor justo dos ativos financeiros:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos e idênticos;

- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A carteira de investimentos é composta pelos seguintes papéis:

Descrição	Composição dos Investimentos			
	2015			2014
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro	31 de dezembro
<b>Títulos Públicos</b>	<b>5.316</b>	<b>1.783</b>	<b>7.099</b>	<b>3.962</b>
<b>Notas do Tesouro Nacional</b>	-	<b>1.783</b>	<b>1.783</b>	<b>1.609</b>
Notas do Tesouro Nacional B	-	1.783	1.783	1.609
<b>Letras Financeiras do Tesouro</b>	<b>5.316</b>	-	<b>5.316</b>	<b>2.353</b>
Letras Financeiras do Tesouro	5.316	-	5.316	2.353
<b>Vinculados a Provisões Técnicas</b>	<b>5.316</b>	<b>1.783</b>	<b>7.099</b>	<b>3.962</b>
<b>Títulos Públicos</b>	-	<b>161.996</b>	<b>161.996</b>	<b>123.203</b>
<b>Notas do Tesouro Nacional</b>	-	<b>161.996</b>	<b>161.996</b>	<b>123.203</b>
Notas do Tesouro Nacional B	-	161.996	161.996	123.203
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	-	<b>63.709</b>	<b>63.709</b>	<b>71.840</b>
<b>Certificado de Depósito Bancário</b>	-	-	-	<b>20.662</b>
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	20.662
<b>Letras Financeiras Privadas</b>	-	<b>63.709</b>	<b>63.709</b>	<b>51.178</b>
Letras Financeiras Privadas	-	63.709	63.709	51.178
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>55.040</b>	<b>40.493</b>	<b>95.533</b>	<b>105.116</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>38.902</b>	<b>10.390</b>	<b>49.292</b>	<b>29.293</b>
Fundo de Renda Fixa	38.902	10.390	49.292	29.293
<b>Ações</b>	<b>16.138</b>	-	<b>16.138</b>	<b>47.648</b>
Fundos de Ações	16.138	-	16.138	47.648
<b>Direitos Creditórios</b>	-	<b>5.009</b>	<b>5.009</b>	<b>6.826</b>
Fundos de Direitos Creditórios	-	5.009	5.009	6.826
<b>Fundos de Investimento Estruturado</b>	-	<b>25.094</b>	<b>25.094</b>	<b>21.349</b>
Fundos de Participações	-	25.094	25.094	21.349
<b>Não Vinculados a Provisões Técnicas</b>	<b>55.040</b>	<b>266.198</b>	<b>321.238</b>	<b>300.159</b>
<b>Total da Carteira de Investimentos</b>	<b>60.356</b>	<b>267.981</b>	<b>328.337</b>	<b>304.121</b>

## 6. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

### 6.1 Contraprestação Pecuniária a Receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos beneficiários dos planos de assistência à saúde administrados pelo Economus, conforme segue:

Descrição	2015	2014
<b>Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido</b>	<b>20</b>	<b>258</b>
Contraprestações a Receber Bruto	2.537	1.758
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(2.517)	(1.500)
<b>Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido</b>	<b>1.632</b>	<b>1.574</b>
Contraprestações a Receber Bruto	4.870	4.674
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(3.238)	(3.100)
<b>Total de Contraprestação Pecuniária a Receber</b>	<b>1.652</b>	<b>1.832</b>

As contraprestações pecuniárias referem-se às contribuições a receber dos beneficiários.

### 6.2 Créditos de Operações de Administração de Benefícios

Nesse grupo, são registrados os valores a receber da taxa de administração com a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Taxa de Administração do Mantenedor (Banco do Brasil S.A.)	302	302
Taxa de Administração sobre os investimentos do Feas	104	105
<b>Total dos Créditos de Operações de Administração de Benefícios</b>	<b>406</b>	<b>407</b>

### 6.3 Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Conforme descrito na RN nº 344, de 20 de dezembro de 2013, que altera o Anexo da RN nº 290, de 2012, passa a vigorar acrescido do Capítulo III – Modelo de Publicação da ANS, “Balanço Patrimonial - Ativo”. Nesse grupo, são registradas participações dos beneficiários em eventos indenizáveis de coparticipação a receber e outros valores a receber. Sua composição é representada da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis</b>	<b>8</b>	<b>106</b>
Coparticipação a Receber	793	527
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(785)	(421)
<b>Outros Créditos de Operações com Planos</b>	<b>1.166</b>	<b>3.212</b>
Outros Créditos a Receber	1.166	3.212
<b>Total de Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>1.174</b>	<b>3.318</b>

### 7. Créditos Tributários e Previdenciários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os títulos e contribuições a recolher apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
<b>Créditos Tributários</b>	<b>230</b>	<b>237</b>
Imposto de renda a compensar / restituir	10	17
INSS a recuperar	217	217
ISS a recuperar	3	3
<b>Outros Créditos a Receber</b>	<b>1.411</b>	<b>1.382</b>
PIS/Cofins/CSLL a compensar / restituir	40	166
PIS/Cofins a recuperar – retido sob taxa de Administração. <sup>(a)</sup>	1.371	1.216
<b>Total dos Créditos Tributários e Previdenciários</b>	<b>1.641</b>	<b>1.619</b>

(a) PIS/Cofins a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 17 de julho de 2015, foi solicitado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

## 8. Bens e Títulos a Receber

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
<b>Outros Bens e Títulos a Receber</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
Adiantamentos Diversos	6	6
<b>Outros Créditos a Receber</b>	<b>1.061</b>	<b>1.049</b>
IR/CSLL a Recuperar – retido sob taxa de Administração <sup>(a)</sup>	828	807
Valores a Receber entre os Planos de Saúde da Operadora	233	242
<b>Total dos bens e títulos a receber</b>	<b>1.067</b>	<b>1.055</b>

(a) IR/CSLL a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 02 de julho de 2015, foi solicitado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

## 9. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
<b>Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG)</b>	<b>3.213</b>	<b>3.628</b>
Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG) <sup>(a)</sup>	3.213	3.628
<b>Provisão de Eventos a Liquidar para SUS</b>	<b>158</b>	<b>250</b>
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS <sup>(b)</sup>	158	250
<b>Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais</b>	<b>536</b>	<b>1.155</b>
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais <sup>(c)</sup>	536	1.155
<b>Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona)</b>	<b>4.686</b>	<b>2.312</b>
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona) <sup>(d)</sup>	4.686	2.312
<b>Total de Provisão Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>8.593</b>	<b>7.345</b>

Constituídas com o objetivo de refletir obrigações futuras esperadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde.

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

São registradas em obediência ao princípio da competência, lastreadas, obrigatoriamente, por ativos garantidores vinculados em favor da ANS, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), quando conhecidas e superiores a 60 dias, conforme determinam as Resoluções Normativas da ANS nº 159/2007 e 227/2010 e alterações posteriores.

**a. Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG):** provisão de receitas não ganhas, isto é, do montante provisionado do contrato cujo período de cobertura do risco não tenha transcorrido.

**b. Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) - para o Sistema Único de Saúde (SUS):** provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais de beneficiários atendidos pelo SUS. Esses valores estão registrados na contabilidade por meio dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) e pela média dos atendimentos demonstrados no site da ANS relacionados ao Economus.

**c. Provisão de Eventos a Liquidar (PEL) - para Outros Prestadores de Serviço Assistencial:** provisão regulamentada pelas resoluções Normativas da ANS nº 209/2009 e 227/2010 e alterações, que deve ser constituída para fazer frente aos valores a pagar, por eventos avisados.

**d. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona):** provisão regulamentada pelas Resoluções Normativas da ANS nº 209/2009 art. 16-B (introduzida pela RN ANS nº 274/2011), cujo objetivo é efetuar estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e não registrados contabilmente.

Adicionalmente, os Planos de Saúde do Economus atendem às seguintes exigências estabelecidas pelas RNANS nº 159/07, nº 209/2009 e nº 227/2010 e alterações posteriores:

**i. Patrimônio Mínimo Ajustado**

De acordo com o art. 3º, da RN 209, o Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA), representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social da Operadora de Planos de Saúde, ajustado por efeitos econômicos na forma da regulamentação do disposto no inciso I, do artigo 22, calculado a partir da multiplicação do fator ‘K’ (38,39% no caso do Economus), obtido em tabela anexa à norma, em que são definidos coeficientes, de acordo com a região de atuação da operadora, pelo capital base de R\$ 7.266 (R\$ 6.673 em 2014). Em 31 de dezembro de 2015, foi observado o limite mínimo de patrimônio, multiplicado pelo fator K. A seguir, estão demonstrados os cálculos do Patrimônio Mínimo Ajustado.

Descrição	2015	2014
Capital-Base do Patrimônio Mínimo Ajustado	7.266	6.673
(x) Fator K	38,39%	38,39%
(=) Patrimônio Mínimo Ajustado	2.789	2.562
<b>Capital Requerido</b>	<b>2.789</b>	<b>2.562</b>

O capital para a gestão assistencial do Economus está em conformidade com o limite mínimo estabelecido pelo PMA, pois, ao final do exercício 2015, seu capital totalizou R\$ 311.399 (em 2014, R\$ 293.425).

**ii. Margem de Solvência**

A partir de janeiro de 2014, as operadoras ficam submetidas à Margem de Solvência, a fim de verificar a capacidade do patrimônio necessário para operar no mercado de saúde.

Regulamentada pelo art. 6º da RN nº 209/2009, alterada pela RN nº 313/2012, a Margem de Solvência representa a manutenção do patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior.

Descrição	2015	2014
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>311.399</b>	<b>293.425</b>
Patrimônio Líquido	311.399	293.425
<b>Margem de Solvência (maior entre 'A' ou 'B' )</b>	<b>50.094</b>	<b>43.562</b>
<b>A - Contraprestações Líquidas (12 meses)</b>	<b>28.657</b>	<b>22.370</b>
A <sup>1</sup> - 50% das Contraprestações Líquidas Planos Pós-estabelecidos	91.074	87.263
A <sup>2</sup> - 100% das Contraprestações Líquidas Planos Prestabelecidos	52.209	24.587
(=) Total das Contraprestações Líquidas (A1 + A2)	143.283	111.850
<b>20% sobre as Contraprestações Líquidas</b>	<b>28.657</b>	<b>22.370</b>
<b>B - Eventos Indenizáveis Líquidos (36 meses)</b>	<b>50.094</b>	<b>43.562</b>
B <sup>1</sup> - Média anual 50% do total de Eventos Indenizáveis Pós-estabelecidos	104.943	108.655
B <sup>2</sup> - Média anual de 100% do total de Eventos Indenizáveis Prestabelecidos	46.856	23.351
(=) Total das Contraprestações Líquidas (B1 + B2)	151.799	132.006
<b>33% sobre a média anual dos Eventos Indenizáveis</b>	<b>50.094</b>	<b>43.562</b>
<b>Solvência Apurada</b>	<b>261.305</b>	<b>249.863</b>

Em 31 de dezembro de 2015, possui um Patrimônio Social Ajustado que atende a Margem de Solvência total requerida pela ANS.

**iii. Ativos Garantidores**

A Resolução Normativa nº 159/2007, expedida pela Diope/ANS, exige que a operadora de saúde vincule em Ativo Garantidor ao total de suas Provisões Técnicas quando vencidas e superiores a 60 dias, com exceção da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados. Abaixo está demonstrada a suficiência de garantias financeiras do Economus.

Descrição	2015	2014
<b>Ativos Garantidores</b>	<b>7.099</b>	<b>3.962</b>
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas	7.099	3.962
<b>Provisões Técnicas</b>	<b>5.106</b>	<b>2.894</b>
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	158	250
Provisão de Eventos a Liquidar	262	332
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados	4.686	2.312
<b>Sobra de Garantias Financeiras</b>	<b>1.993</b>	<b>1.068</b>

**10. Débitos de Operações de Assistência à Saúde**

Está apresentada, a seguir, a composição analítica dos valores registrados na rubrica contábil “Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde”, em dezembro de 2015 e 2014:

Descrição	2015	2014
Obrigações dos Prestadores de Assistência Médica	263	263
Créditos Rejeitados	133	133
Taxa de Administração sobre Investimentos	105	105
Devoluções de Contribuições	907	307
<b>Total de Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b>1.408</b>	<b>808</b>

**11. Tributos e Encargos Sociais a recolher**

Descrição	2015	2014
<b>Tributos e Contribuições</b>	<b>114</b>	<b>476</b>
Contribuições Previdenciárias	114	476
<b>Retenções de Impostos e Contribuições</b>	<b>832</b>	<b>923</b>
Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	97	96
Imposto Sobre Serviços Retidos na Fonte	419	493
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	50	116
Outros – PIS/Cofins/CSLL sobre Prestação de Serviço Médico	266	218
<b>Total de Tributos e Encargos Sociais a recolher</b>	<b>946</b>	<b>1.399</b>

São registrados, nesse grupo de contas, todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, tais como Imposto de Renda, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, INSS sobre honorários e ISS a recolher.

**12. Débitos Diversos**

Contemplam obrigações que não estão relacionadas à prestação de serviços de saúde. A composição dos débitos é a seguinte:

Descrição	2015	2014
<b>Fornecedores de serviço</b>	<b>26</b>	<b>20</b>
Contas a Pagar	26	20
<b>Depósitos de beneficiários e de terceiros</b>	<b>24</b>	<b>18</b>
Valores a Regularizar	24	18
<b>Outros débitos a pagar</b>	<b>17.371</b>	<b>5.201</b>
Valores Recebidos a Maior	105	105
Taxa de Custódia a Pagar dos Investimentos	2	2
Valores a Reembolsar à Gestão Previdencial <sup>(a)</sup>	2.366	1.969
Valores a Reembolsar do INSS sobre os 15% das Cooperativas Médicas <sup>(b)</sup>	11.862	-
Outros	3.036	3.125
<b>Total de Débitos Diversos</b>	<b>17.421</b>	<b>5.239</b>

(a) Referem-se ao repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de dezembro de 2015.

(b) O Economus teve decisão favorável da ação do INSS sobre os 15% das cooperativas médicas, processo nº 0032701-53.2008.4.01.3400. Em dezembro de 2015, obteve alvará de levantamento dos depósitos judiciais no montante de R\$ 15.891 (atualizado monetariamente pela Selic, descontando os honorários dos assessores jurídicos especializados), demonstrado a seguir o reembolso aos custeadores:

## Posição do INSS 15% das cooperativas (Custeadores)

Descrição	Banco do Brasil	Feas	Novo Feas	Autossustentável	EcoSaúde II	Total
Depósito Judicial	9.018	1.934	387	722	20	12.081
Atualização Monetária	2.844	610	122	228	6	3.810
<b>Total</b>	<b>11.862</b>	<b>2.544</b>	<b>509</b>	<b>950</b>	<b>26</b>	<b>15.891</b>

O Economus aguarda instruções dos assessores jurídicos com relação à recuperação dos valores recolhidos nos últimos cinco anos anteriores ao ingresso da ação judicial.

Mensalmente, o Economus registra o valor de custeio administrativo a ser reembolsado para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Gestão Previdencial, conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e alterações posteriores. Parte das despesas administrativas alocadas na Gestão Assistencial é reembolsada ao PGA pelos planos de assistência à saúde administrados pelo Economus, conforme descrito no regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Ata nº 384, de 06 de dezembro de 2011.

## 13. Provisão para Ações Judiciais - Contingências

Nos subgrupos ativo e passivo não circulantes, são considerados, respectivamente, os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais.

Correspondem às incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação financeira da Entidade. A movimentação está demonstrada a seguir:

Descrição	Provisões				Depósito Judicial	
	Saldo em 2014	Constituição/ (Reversão)	Atualização	Saldo em 2015	Saldo em 2014	Saldo em 2015
<b>Provisão para Ações Trabalhistas <sup>(a)</sup></b>	<b>3.910</b>	<b>851</b>	<b>204</b>	<b>4.965</b>	<b>3.012</b>	<b>3.527</b>
<b>Provisão para Ações Cíveis <sup>(b)</sup></b>	<b>753</b>	<b>298</b>	<b>5</b>	<b>1.056</b>	<b>77</b>	<b>355</b>
<b>Provisão para Ações Tributárias</b>	<b>141.211</b>	<b>(9.923)</b>	<b>6.966</b>	<b>138.254</b>	<b>137.217</b>	<b>145.491</b>
PIS e Cofins de 2006 <sup>(c)</sup>	13.926	1.731	-	15.657	13.840	15.148
PIS e Cofins de 1996 a 2000 <sup>(d)</sup>	114.193	-	6.386	120.579	114.193	120.579
Inss <sup>(e)</sup>	13.092	(11.654)	580	2.018	9.184	9.764
<b>Provisão para Ações Outras <sup>(f)</sup></b>	<b>17</b>	<b>(17)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>-</b>
<b>Total do Exigível Contingencial</b>	<b>145.891</b>	<b>(8.791)</b>	<b>7.175</b>	<b>144.275</b>	<b>140.323</b>	<b>149.373</b>

**a. Trabalhistas:** processos relativos a reclamações trabalhistas, cobertura médica, reparação por danos morais e manutenção de beneficiários no plano Feas e EcoSaúde II, cujo valor totalizou R\$ 4.965, em 2015 (R\$ 3.910, em 2014), classificados como perda provável pelos assessores jurídicos especializados e depositado judicialmente o valor de R\$ 3.527 (R\$ 3.012, em 2014).

**b. Cíveis:** referem-se a ações judiciais cíveis, cobertura médica e reparação por danos morais, provisionadas com base na opinião dos assessores jurídicos especializados, classificadas como perdas prováveis. O saldo provisionado em 2015 é de R\$ 1.056 (R\$ 753, em 2014) e depositado judicialmente o valor de R\$ 355 (R\$ 77, em 2014).

**c. PIS e Cofins de 2006:** a partir de 2006, seguindo orientação dos assessores jurídicos, o Economus impetrou Mandado de Segurança questionando o PIS e a Cofins, obtendo liminar para depositar judicialmente os valores apurados. A perspectiva de perda desse processo é “Possível”. Contabilmente, está provisionado o valor de R\$ 15.657 (R\$ 13.926, em 2014) e depositado judicialmente o valor de R\$ 15.148 (R\$ 13.840, em 2014).

**d. PIS e Cofins de 1996 a 2000:** autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), questionando incidência e bases de recolhimento referentes aos exercícios de 1996 a 2000. Após o trâmite da discussão na instância administrativa, o Economus ajuizou, em 2002, por meio de sua assessoria jurídica, ação anulatória com pedido de antecipação de tutela. A ação foi julgada procedente em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009. O recurso de apelação da União foi julgado procedente, sendo que o Economus interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente. O processo teve sua tramitação suspensa até que o STF julgue, em ação de repercussão geral, se EFPC é equiparada à instituição financeira. Contabilmente, está provisionado, em 2015, o valor R\$ 120.579 (R\$ 114.193, em 2014) e depositado judicialmente o valor de R\$ 120.579 (R\$ 114.193, em 2014).

**e. INSS:** autos de infração lavrados em 2004 e 2007, relacionados às contribuições previdenciárias de caráter normal, serviços remunerados às cooperativas e divergência entre valores recolhidos e informados na GFIP (NFLD - 35.650.233-3, NFLD - 35.650.232-5, NFLD - 35.650.235-0, NFLD - 37.012.400-6 e NFLD - 37.012.399-9). Assessoria jurídica especializada foi contratada para impugnação dos autos.

Em 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que os contratantes de serviços prestados por cooperativas de trabalho não estão obrigados ao recolhimento do percentual de 15%, a título de contribuição previdenciária sobre o valor bruto da nota fiscal emitida por tais cooperativas. Assim, as empresas que estão, ou estiveram por algum período, obrigadas ao recolhimento desse tributo, podem, por meio de ação judicial, buscar as quantias pagas indevidamente.

NFLD - 35.650.233-3, em 09 de outubro de 2015, processo nº 025287-32.2007.4.03.6100, o Economus obteve decisão favorável referente às diferenças entre os valores totais pagos às cooperativas médicas relativos ao período de maio de 2003 a março de 2004. Contabilmente, em dezembro de 2015, foi estornada a obrigação no montante de R\$ 7.746 (R\$ 3.726 valor depositado judicialmente, R\$ 4.020 atualização monetária), permanecendo contabilmente apenas o Direito a Receber (depósito judicial).

NFLD - 35.650.232-5, processo nº 005826-11.2006.4.03.6100, refere-se a acréscimos legais (juros e multa), decorrentes de pagamento em atraso dos 15% das contribuições previdenciárias relativas a serviços de cooperativas médicas do período de janeiro de 2001 a março de 2014 (NFLD - 35.650.233-3). Aguardando decisão favorável por se tratar de matéria já decidida pelo STF. Contabilmente, está provisionado, em 2015, o montante de R\$ 2.018 (R\$ 1.898, em 2014) e depositado judicialmente, em 2015, o montante de R\$ 2.018 (R\$ 1.898, em 2014).

NFLD - 35.650.235-0, em 2009, o Economus ajuizou a ação ordinária nº 2009.61.00.022234-7, com pedido de liminar, buscando a conversão do depósito recursal administrativo em depósito judicial, para fins de suspensão da exigibilidade. A Administração, em conjunto com os assessores jurídicos especializados, julga a ação como perda remota.

NFLD - 37.012.400-6, o processo administrativo está aguardando julgamento de recurso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). A Administração, em conjunto com os assessores jurídicos especializados, julga o processo como perda remota.

NFLD - 37.012.399-9, refere-se à multa aplicada ao Economus por deixar de lançar mensalmente os títulos próprios em sua contabilidade de forma discriminada em relação aos 15% das cooperativas médicas. A referida NFLD foi baixada.

Em dezembro de 2015, a Administração estornou possíveis perdas às quais o Economus estava exposto, referentes aos autos de infração do INSS, no montante de R\$ 3.908.

Contabilmente, está provisionado, em 2015, o montante de R\$ 2.018 (R\$ 13.092, em 2014) e depositado judicialmente, em 2015, o montante de R\$ 9.764 (R\$ 9.184, em 2014).

**f. Outras:** são compostas por ações diversas. Contabilmente, ocorreu a baixa em 2015.

O Economus possui ações de natureza cível e trabalhista, cujo objeto trata de assistência à saúde, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível, no montante de R\$ 250.768 (R\$ 211.224, em 2014) e R\$ 565 (R\$ 509, em 2014), respectivamente. Esses processos, classificados com probabilidade de perda possível, referem-se à

recomposição do patrimônio, inclusão de dependentes e agregados aos planos médicos, cobertura dos procedimentos médicos, materiais, custos de internação e indenizações por danos morais.

#### 14. Patrimônio Social

O Patrimônio Social é composto pela incorporação dos superávits e déficits apurados em cada exercício social. O Economus não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado.

#### 15. Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde

##### Composição Consolidada das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	2015	2014
Contribuições Líquidas <sup>(a)</sup>	218.573	199.113
Receitas com Administração dos Planos <sup>(b)</sup>	15.784	21.017
<b>Total das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência</b>	<b>234.357</b>	<b>220.130</b>

(a) Contribuições Líquidas: receita do patrocinador e do participante a título de contraprestação emitida pelos planos de Assistência à Saúde.

(b) Receitas com Administração dos Planos: são registrados os valores das receitas correspondentes à administração dos planos.

**16. Eventos Conhecidos ou Avisados****a. Eventos Indenizáveis Líquidos Consolidados (Despesas Assistenciais)**

Descrição	2015	2014
<b>Eventos Indenizáveis <sup>(a)</sup></b>	<b>260.954</b>	<b>254.874</b>
Consultas	17.433	16.130
Exames	49.833	44.985
Terapias	5.747	4.214
Internações	124.824	131.405
Outros Atendimentos Ambulatoriais	60.314	55.034
Demais Despesas Assistenciais	38	343
Sistema Único de Saúde (SUS)	392	451
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (Peona)	2.373	2.312
<b>(-) Recuperação de Eventos Indenizáveis <sup>(b)</sup></b>	<b>(20.040)</b>	<b>(16.513)</b>
<b>Total dos Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>240.914</b>	<b>238.361</b>

(a) Eventos Indenizáveis: registram os valores dos eventos conhecidos e indenizações de todos os gastos com procedimentos médico-hospitalares prestados a beneficiários dos planos do Mantenedor (Banco do Brasil S.A.), Autossustentável, Feas, Novo Feas, EcoSaúde II e Economus Família.

(b) Recuperação de Eventos Indenizáveis: são registrados os valores de eventos de assistência médico-hospitalar, recuperados por glosas e coparticipação.

**b. Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido – Planos Coletivos por Adesão Pós-Lei**

Conforme descrito na RN n° 344, de 20 de dezembro de 2013, que altera o Anexo da

RN n° 290, de 27 de fevereiro de 2012, passa a vigorar acrescido do Capítulo III – Modelo de Publicação da ANS. Abaixo, está demonstrado o plano coletivo por adesão do Economus Família, firmado posteriormente à Lei n° 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido.

	2015							2014
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total	Total
Rede Contratada	2.182	5.685	694	26.711	11.523	0	46.796	21.036
Reembolso	3	32	1	-	24	-	60	3
<b>TOTAL</b>	<b>2.185</b>	<b>5.717</b>	<b>695</b>	<b>26.711</b>	<b>11.547</b>	<b>0</b>	<b>46.856</b>	<b>21.039</b>

**17. Despesas Administrativas**

A partir de 1° de janeiro de 2010, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) passaram a adotar as normas contábeis previstas na Resolução CNPC n° 08, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores. As EFPCs que administram planos de assistência à saúde passaram a adotar, adicionalmente, os normativos da ANS dispostos na RN ANS n° 207 e IN ANS n° 36, ambas de 22 de dezembro 2009, e alterações posteriores.

No âmbito da gestão administrativa, a alteração mais relevante está na obrigatoriedade das EFPCs contabilizarem seus gastos administrativos de forma segregada, dentro de

um modelo denominado Plano de Gestão Administrativa (PGA). O PGA está suportado por regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

De acordo com as normas publicadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA, atribuídas aos planos assistenciais, são inteiramente reembolsadas pelos planos de assistência à saúde.

Abaixo, a composição das despesas administrativas:

Descrição	2015	2014
Despesas com Pessoal Próprio <sup>(a)</sup>	12.314	13.840
Despesas com Serviços de Terceiros <sup>(b)</sup>	3.270	4.172
Despesas com Localização e Funcionamento <sup>(c)</sup>	2.156	2.572
Despesas com Tributos <sup>(d)</sup>	160	166
Despesas Administrativas Diversas <sup>(e)</sup>	502	445
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>18.402</b>	<b>21.195</b>

**a. Despesas com Pessoal Próprio:** as despesas com pessoal próprio são originalmente registradas na Gestão Administrativa Previdencial, sendo transferidas à Gestão Assistencial de acordo com os critérios de segregação preestabelecidos. O saldo é composto conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2015	2014
Salários	8.032	7.940
Encargos	2.279	2.572
Bonificações / Benefícios	2.003	3.328
<b>Total das despesas com Pessoal Próprio</b>	<b>12.314</b>	<b>13.840</b>

**b. Despesas com Serviços de Terceiros:** são representadas pelos serviços contratados de terceiros, tais como: consultoria técnica, serviços de conectividade, temporários e terceirizados, honorários advocatícios, entre outros.

**c. Despesas com Localização e Funcionamento:** correspondem às despesas básicas para manutenção das atividades da empresa. Nesse subgrupo, são registradas despesas com água, aluguel, luz e telefone.

**d. Despesas com Tributos:** referem-se às despesas com impostos, taxas e similares, como IPTU, taxa de saúde suplementar e outras contribuições fiscais.

**e. Despesas Administrativas Diversas:** despesas não classificáveis nas demais contas de despesas administrativas, tais como: despesas judiciais, jornais e revistas, multas, entre outras.

## 18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas do Economus podem ser assim consideradas: dos beneficiários

e dos mantenedores (Banco do Brasil S.A. e Economus), cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos planos assistenciais para seus empregados.

## Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos. Os valores com os benefícios de curto prazo no exercício de 2015 somaram R\$ 946 (R\$ 1.664, em 2014).

## 19. Instrumentos Financeiros Ativos

Os instrumentos financeiros estão restritos às aplicações financeiras e no resultado, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme a seguir:

• **Aplicações financeiras:** estão demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos em linha com as melhores práticas de precificação adotadas pelo mercado financeiro. Os ativos financeiros foram adquiridos levando-se em consideração as condições e premissas estabelecidas pela Política de Investimentos vigente à época, aprovada pelo Conselho Deliberativo

## 20. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante os exercícios de 2015 e de 2014, o Economus não realizou diretamente operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 21. Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

Na busca de seus objetivos estratégicos, o Economus tem atuado de forma a consolidar as melhores práticas de gerenciamento de riscos em seus processos e proporcionar conforto e segurança para seus beneficiários.

Há o entendimento de que é imprescindível o conhecimento dos riscos da atividade e o fortalecimento do sistema de controles internos, em especial os relacionados à gestão de investimentos e de passivos, para o alcance da eficiência operacional.

Nesse sentido, são desenvolvidas ações de gestão que vão desde a instituição e revitalização de Políticas, Normas e Procedimentos à criação de modelos e metodologias de mensuração, avaliação e tratamento dos diversos tipos de riscos inerentes à Entidade.

### a. Risco de Crédito

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes do descumprimento pela contraparte de uma operação contratada.

O Economus faz distinção entre diferentes níveis de risco, a fim de determinar limites de investimentos específicos para cada um deles.

Para investimento em Títulos e Valores Mobiliários de Instituições Financeiras, não Financeiras e Fundos de Investimento em Diretos Creditórios (FIDCs), são observados as notas de classificação de risco de crédito atribuídas pelas principais agências de

classificação de risco de mercado e os relatórios de análise de investimento, que contemplam avaliações técnicas acerca da emissão, dos fatores de risco, entre outras características inerentes ao investimento.

Para ativos adquiridos pela Gestão Direta e Fundos de Investimento Exclusivos, o Economus ainda observa um Limite Técnico adicional para Instituições Financeiras, cuja metodologia tem por objetivo definir a forma de cálculo do limite de investimento, monitoramento da exposição e controle de concentração dos recursos investidos. Essa modelagem observa o *rating* atribuído pela agência classificadora de risco contratada e é aprovada pelo Comitê de Investimentos da Entidade.

### b. Risco de Mercado

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos e passivos.

O Economus, em aderência à legislação e melhores práticas de mercado, realiza a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado por meio do *Value at Risk (VaR)*, ou Valor em Risco, e do *Benchmark – Value at Risk (B-VaR)*, ou seja, Valor em Risco em relação ao parâmetro de referência.

O VaR estima a maior perda possível em determinado horizonte de tempo, enquanto o B-VaR estima a maior perda possível em determinado horizonte de tempo em relação a um parâmetro de referência. Ambos se utilizam de cenários econômicos base e de estresse para avaliar o comportamento dos ativos em diversas conjunturas econômicas.

### c. Risco de Liquidez

É a probabilidade de a Entidade não ter recursos disponíveis para honrar os compromissos em determinado momento.

Para gerenciamento do risco de liquidez, são monitorados os horizontes de alocação de curto, médio e longo prazos, de forma a se buscar a alocação adequada às necessidades de recursos e de *performance* do Economus.

O Monitoramento de Liquidez de Curto Prazo visa observar e ajustar o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, para fazer frente aos compromissos de curto prazo (2016), enquanto os Monitoramentos de Liquidez de Médio e Longo Prazo observam o comportamento dos ativos líquidos (caixa), considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos de médio prazo (2017 a 2020) e de longo prazo (posterior a 2020).

#### **d. Risco Legal**

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, assistencial, trabalhista, regulamento dos programas, processos judiciais, ações legais, entre outros.

Para assegurar a conformidade em seus processos, a Entidade atua de forma diligente na observância contínua do ambiente regulatório que orienta seus negócios, a partir do monitoramento do cumprimento das obrigações legais emitidas pelos órgãos reguladores, em especial, de Assistência à Saúde. Para tanto, é utilizada ferramenta de monitoramento de Obrigações Legais, contratada de empresa de consultoria especializada em gerenciamento de riscos.

No que tange à gestão de Investimentos, o Economus utiliza *software* contratado especificamente para verificação, mensuração e quantificação da aderência de todas as carteiras de investimentos à luz da legislação aplicável às Operadoras e das Políticas Institucionais da Entidade.

#### **e. Risco Sistêmico**

Refere-se ao risco de colapso de todo sistema financeiro ou mercado, com impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral.

Para o Economus, os critérios de diversificação são fator determinante para a mitigação do risco sistêmico. Dessa forma, busca-se na alocação dos recursos da Entidade considerar a diversificação de setores, emissores e gestores externos, bem como observar os diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos dos Planos de Assistência à Saúde.

Esforça-se, ainda, para obter diversificação entre os vários setores de atividade

econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, bem como entre os diversos segmentos do setor não financeiro.

#### **f. Risco do Passivo**

É a probabilidade de perdas decorrentes da inadequação dos níveis de contribuições necessárias à disponibilidade de recursos ao longo do tempo.

A avaliação anual dos programas compreende a avaliação de encargos e receitas e, também, adequação do Plano de Custeio em vigor.

#### **g. Risco Operacional**

Refere-se às eventuais perdas oriundas de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas.

No Economus, os riscos intrínsecos à operacionalização dos processos são avaliados anualmente pela Gerência de Controle a partir da Autoavaliação e da Matriz de Riscos e Controles Internos, que observam aspectos qualitativos e quantitativos dos riscos inerentes aos processos institucionais.

A cada ciclo de Autoavaliação de Riscos e Controles Internos, os processos são atualizados e os níveis de risco e oportunidades de melhoria identificados, convertidos em ações que são reportadas à Diretoria e aos Conselhos. Essas ações visam à implantação de controles nas rotinas operacionais das unidades, que, posteriormente, são certificadas pela área de riscos.

Por ocasião do monitoramento do risco operacional, as perdas de valores monetários ocorridas são identificadas, registradas e avaliadas, de modo a se promover melhorias nos processos e demonstrar a fidedignidade na gestão dos recursos da Entidade.

Ainda na gestão do risco operacional, o Economus identifica anualmente, a partir da construção de BIA (*Business Analysis Impact*), os processos e as atividades críticas para os negócios, que são objetos de elaboração de Planos de Continuidade de Negócios (PCN), desenvolvidos com as respectivas unidades gestoras. Os PCN visam institucionalizar um caminho de contingência para cenários de interrupção das atividades, de forma a promover a perenidade de seus negócios.

## 22. Aprovação das Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial

As Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial foram aprovadas pela Diretoria Executiva, em 23 de fevereiro de 2016, e submetidas para aprovação do Conselho Deliberativo, em 29 de março de 2016, após avaliação do Conselho Fiscal.

De acordo com as demonstrações e notas explicativas detalhadas acima referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Lucia Helena Cruz Moya Cuevas  
Diretora Superintendente  
CPF 084.353.268-88

João Vagnes de Moura Silva  
Diretor Financeiro  
CPF 584.043.411-68

Mauricio Messias  
Diretor de Seguridade  
CPF 097.549.218-73

Tadeu Pigion Horta Fernandes  
Contador  
CRC 1 SP 241642/O-1  
CPF 222.044.038-90

A background image showing a business meeting. Several people in business attire are seated around a table. One person in the foreground is holding a pen over a document with charts. Another person is using a pen on a document in the background. There are papers with bar and pie charts, a smartphone, and a coffee cup on the table.

## **CAPÍTULO 7** PARECERES

## PARECERES

AVALIAÇÃO ATUARIAL  
PLANO REGULAMENTO GERAL  
CNPB 1978.0001-38  
PARECER ATUARIAL 083/16

### 1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006 e suas alterações, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Geral, administrado e executado pelo ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio ECONOMUS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano de Benefícios do Regulamento Geral é um plano complementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados das Patrocinadoras do Plano, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1978.0001-38, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2015 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26

de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007. Cumpre ressaltar que o Plano passou por processo de saldamento facultativo no ano de 2006, sendo que se encontra em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015 na Data Base de 31 de dezembro de 2015, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2015, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do Regulamento Geral, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 028/16, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Geral, posicionada em 31 de dezembro de 2015.

Adicionalmente, e em face de o ECONOMUS não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 – CT 284/15 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

## 2. Resultados Atuariais

### 2.1 Em relação ao Grupo de Custeio: Geral

#### 2.1.1 Evolução dos Custos

Todos os benefícios do Plano do Regulamento Geral estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados (Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço e por Idade) estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método de Crédito Unitário Projetado. Dentre os benefícios de risco, as Complementações de Aposentadoria por Invalidez, de Pensão por Morte e de Auxílio-Reclusão estão estruturadas sob o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, enquanto que os demais benefícios (Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte, Pecúlio por Invalidez e Auxílio-Adicional) estão estruturados em Repartição Simples, sendo o Auxílio-Doença avaliado pelo método Atuarial e os demais avaliados pelo método de Teoria Coletiva do Risco, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à Avaliação, com margem de segurança estatística de 91%.

Comparativamente ao exercício anterior, o custo do Plano, apurado, para fins meramente referenciais, sobre a base de folha de Salário Real de Participação – SRP, elevou-se de 1.314,84% para 1.860,92%. Essa elevação deveu-se, sobretudo, à revisão dos custos dos benefícios avaliados pela Teoria Coletiva do Risco, que considera o histórico de 36 meses de eventos ocorridos, o que pode acarretar variações nas alíquotas de custo.

#### 2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do Plano do Regulamento Geral, existentes em 31 de dezembro de 2015, e disponibilizadas pelo ECONOMUS, foram determinadas atuarialmente e montam R\$4.457.922.463,16, na data de 31 de dezembro de 2015, sendo R\$3.992.627.629,10 referentes aos benefícios

programados, e R\$465.294.834,06 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes do Plano, observada a metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial do Plano, e montam R\$618.093.598,71, na data de 31 de dezembro de 2015, integralmente referentes aos benefícios programados do Plano.

As Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC foram avaliadas em R\$396.435.334,07, em 31 de dezembro de 2015, e referem-se, integralmente, a equacionamento do Déficit, sendo sua totalidade referente a Déficit equacionado em 2005.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2014, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi de 12,60%, tendo sido registrado o montante de R\$4.679.580.727,80, em 31 de dezembro de 2015, e R\$4.155.950.335,86, em 31 de dezembro de 2014. A variação das Provisões Matemáticas deveu-se, em especial, ao reajuste de benefícios e à alteração das premissas de tábua de mortalidade geral e mortalidade de inválidos, o qual superou o impacto da alteração da taxa real anual de juros. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 028/16.

#### 2.1.3 Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano de Benefícios do Regulamento Geral, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2015 do Plano do Regulamento Geral, foram aprovadas pelo ECONOMUS, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 133/15, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

#### **2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura**

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$ 35.772.189,93, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 476.009.059,98.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício anterior de 125 meses, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2015 seria de R\$ 300.429.082,72 (6,42% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$ 175.579.977,26, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que exceda ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016.

### **2.2 Em relação aos Planos de Benefícios**

#### **2.2.1 Qualidade da Base Cadastral**

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

#### **2.2.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais**

Não há fundos previdenciais na data da Avaliação Atuarial, em 31 de dezembro de 2015.

#### **2.2.3 Variação do Resultado**

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 4.679.580.727,80, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$4.167.799.477,89, verifica-se que o Plano do Regulamento Geral apresentou Déficit Técnico, de R\$511.781.249,91, em 31 de dezembro de 2015.

O Resultado do Plano passou de um Déficit de R\$138.212.042,31, em 31 de dezembro de 2014, para R\$511.781.249,91, em 31 de dezembro de 2015. O aumento do déficit no exercício deveu-se, sobretudo, à variação das Provisões Matemáticas, motivada principalmente pela alteração das premissas do plano, e agravada pela perda motivada pela não superação da meta atuarial do Plano de 17,68%, composta pela taxa de juros de 5,75% ao ano acrescida do INPC acumulado no ano de 2015, de 11,28%, enquanto que a rentabilidade do período foi de 15,35%, gerando uma perda atuarial de 1,98% no período.

#### **2.2.4 Natureza do Resultado**

O resultado deficitário acumulado, apresenta características estruturais, sendo oriundo, dentre outras causas, dos regimes financeiros adotados para os benefícios de risco do Plano. Contribui para este resultado, também, a ocorrência de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano, o que é inerente a processos estocásticos baseados em inferências.

#### **2.2.5 Soluções para Equacionamento do Déficit**

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$ 35.772.189,93, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 476.009.059,98.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício anterior de 125 meses, o limite de déficit para

Avaliação Atuarial de 2015 seria de R\$ 300.429.082,72 (6,42% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação superior ao acesso de equacionamento obrigatório da parcela que exceda ao limite em R\$ 175.579.977,26, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que exceda ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016.

### 2.2.6 Adequação dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios programados assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método de Crédito Unitário Projetado. Quanto aos benefícios de risco, adota-se o regime de Repartição de Capitais de Cobertura para os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Auxílio-Reclusão e o regime de Repartição Simples para os benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio Adicional, Pecúlio por Morte e Pecúlio por Invalidez, estando todos avaliados pelo método de Teoria do Risco Coletivo, exceto o Auxílio-Doença avaliado pelo método Atuarial.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

### 2.2.7 Outros Fatos Relevantes

1) O Plano do Regulamento Geral encontra-se em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões, considerando a data de desativação de 31 de julho de 2006, e passou por processo de saldamento facultativo em 2006, contendo, portanto, além de Participantes e Assistidos, Participantes com direito a Benefício Proporcional Saldado;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Entidade apresentou Parecer específico GAMA 151 – PA 044/16 acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002, e suas

alterações posteriores;

3) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizado;

4) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2015 para este Plano, sendo este de 0,90% sobre o Salário Real de Participação, Benefício Saldado ou Benefício Proporcional Diferido, para os Participantes, conforme sua situação; 0,90% sobre o valor do benefício, para os Aposentados e Pensionistas; e contribuições patronais paritárias às dos Participantes e Assistidos, exceto Autopatrocinados;

5) As Provisões Matemáticas a Constituir do Plano, no valor total de R\$396.435.334,07, em 31 de dezembro de 2015, refere-se a equacionamento do Déficit apurado na Avaliação Atuarial do exercício de 2005. A amortização dessas provisões se dá por meio de contribuições extraordinárias mensais, conforme definido no respectivo Plano de Custeio, sendo as alíquotas de contribuição aplicáveis a Participantes, Patrocinadoras e Assistidos, com exceção para os pensionistas, os quais não contribuem para o equacionamento de déficit de 2005, e revistas anualmente, conforme plano de pagamento estipulado à época de cada equacionamento;

6) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$36.504.651,84, sendo R\$32.946.860,55 referentes a Fundo Administrativo e R\$3.557.791,29 referentes à Fundos dos Investimentos. Os valores desses fundos foram informados pela Entidade, através do balancete contábil do Plano. O Plano não apresenta, em 31 de dezembro de 2015, valores registrados em Fundos Previdenciais;

7) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2015, comparativamente às adotadas para o exercício de 2014, destacam-se às alterações do Fator de Capacidade dos Benefícios, em que se utilizou 0,9776 em substituição a 0,9783; da Tábua de Mortalidade de Inválidos, em que se utilizou a RP 2000-Disable Female em substituição à Winklevoss; e à alteração da Tábua de Mortalidade Geral em que se utilizou a AT-2000 M&F (Agravada em 50%) em substituição à AT-2000 M&F (Agravada em 60%);

8) Ainda sobre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2015, destaca-se que a alteração da Taxa Real Anual de Juros para 6,00% ao ano em substituição à 5,75% do exercício passado, foi objeto de aprovação pela PREVIC por meio do Ofício nº 256/2016/CGMI/CGMA/DIACE/PREVIC, conforme exigido pela Instrução PREVIC nº 01, de 12 de abril de 2013 (e alterações).

9) Cumpre ressaltar que, conforme recomendado nos Pareceres Atuariais anteriores, a Entidade iniciou estudos visando, dentre outros aspectos relacionados à manutenção da solvência e equilíbrio do Plano, à alteração dos regimes financeiros atualmente adotados nos benefícios de risco assegurados pelo Plano para o regime de Capitalização, tendo em vista suas características,

principalmente, no que tange ao Plano se encontrar em extinção, havendo possibilidade de comprometimento da formação de reservas técnicas para o custeio desses benefícios. Registra-se, entretanto, que os regimes atualmente adotados estão aderentes à legislação vigente, conforme Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

### 3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2016, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação pela Entidade, antes de sua entrada em vigor:

#### PLANO DE CUSTEIO PARA 2016

##### Participantes

##### Contribuição Normal

	Faixa Salarial	Alíquota (% SRP)	Dedução (% Teto INSS)
Participantes <sup>(4)</sup>	$SRP \leq \frac{1}{2} \times \text{Teto INSS}$	1%	-
	$\frac{1}{2} \times \text{Teto INSS} < SRP \leq 1 \text{ Teto INSS}$	1,75%	0,375%
	$1 \text{ Teto INSS} < SRP \leq 6 \text{ Teto INSS}$	25,55%	24,17%
Participantes em BPD que não optaram pela cobertura dos benefícios de risco		0,00%	
Participantes em BPD que optaram pela cobertura dos benefícios de risco		4,90% do BPD	
Participantes que optaram pelo saldamento		0,00%	
Participantes saldados em autopatrocínio que optaram pela cobertura de benefícios de risco		4,90% do valor do Benefício Saldado	
Participantes Autopatrocinados <sup>(4)</sup>		Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	

<b>Contribuição Extraordinária - Déficit Equacionado 2005</b>		
	<b>Prazo Remanescente <sup>(2)</sup></b>	<b>Alíquota (% SRP, % BPD ou % BS)</b>
Participantes (ativos, em BPD e que optaram pelo saldamento)	222 meses	3,84% <sup>(3)</sup>
Participantes Autopatrocinados <sup>(4)</sup>	222 meses	Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora <sup>(3)</sup>
Metodologia de Financiamento	Tabela <i>Price</i> , com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente.	
Objetivo	Equacionamento da Provisão a Constituir por Déficit verificada e equacionada na Avaliação Atuarial de 2005.	
<b>Patrocinadoras</b>		
<b>Contribuição Normal</b>		
<b>Patrocinadoras</b>	<b>Paritárias às Contribuições Normais dos Participantes e dos Assistidos</b>	
<b>Contribuição Extraordinária - Déficit Equacionado 2005</b>		
	<b>Prazo Remanescente <sup>(2)</sup></b>	<b>Alíquota (% SRP, % BS ou % Benefício)</b>
Patrocinadoras	222 meses	Paritárias às Contribuições dos Participantes e Assistidos para esse fim <sup>(3)</sup>
Metodologia de Financiamento	Tabela <i>Price</i> , com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente	
Objetivo	Equacionamento da Provisão a Constituir por Déficit verificada e equacionada na Avaliação Atuarial de 2005	
<b>Assistidos</b>		
<b>Contribuição Normal</b>		
<b>Aposentados</b>	<b>4,1% sobre o valor do benefício</b>	
<b>Pensionistas</b>	<b>0,00%</b>	
<b>Contribuição Extraordinária - Déficit Equacionado 2005</b>		
	<b>Prazo Remanescente <sup>(2)</sup></b>	<b>Alíquota (% Benefício)</b>
Aposentados	222 meses	3,84% <sup>(3)</sup>
Pensionistas	-	-
Metodologia de Financiamento	Tabela <i>Price</i> , com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente.	
Objetivo	Equacionamento da Provisão a Constituir por Déficit verificada e equacionada na Avaliação Atuarial de 2005.	
Pensionistas	-	0,00% <sup>(3)</sup>

## Plano de Custeio Administrativo

Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Geral é definido conforme a seguir:

a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o Salário Real de Participação	0,90%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o BPD	0,90%
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o Benefício Proporcional Saldado	0,90%
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Aposentado	0,90%
e) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Pensionista	0,90%
f) Taxa de Carregamento paga pelas Patrocinadoras	0,90%
g) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%
h) Participantes Autopatrocinados <sup>(4)</sup>	Taxa de carregamento devida pelo Participante adicionada a parcela que seria devida pelas Patrocinadoras.

<sup>(1)</sup> Só contribuem os Participantes com tempo de Plano inferior a 30 anos.

<sup>(2)</sup> Na Data da Avaliação.

<sup>(3)</sup> Manutenção das alíquotas atualmente praticadas, conforme decisão da Entidade, para tanto tendo sido realizada a reavaliação do prazo remanescente, observando-se para tanto o prazo remanescente máximo segundo o observado quando da realização do equacionamento em vigor.

<sup>(4)</sup> No caso dos Participantes autopatrocinados, o custo é definido pela soma do custo do Participante e da Patrocinadora.

O Plano de Custeio Administrativo será objeto de deliberação pela Entidade, ficando tal definição consignada em documento próprio para tal finalidade.

A Entidade manterá a mesma alíquota de financiamento observado no período anterior, sendo o prazo de 222 meses na data desta Avaliação. Esta manutenção

é possível desde que seja observado o prazo remanescente da dívida original em 31/12/2015. Ou seja, o prazo atual não pode ser superior ao prazo remanescente, levando em consideração o prazo original do equacionamento, isto é, em abril de 2011 o limite era de 311 meses, e o prazo máximo remanescente desta dívida na data desta avaliação é de 255 meses.

## 4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Geral, em 31 de dezembro de 2015, é deficitária em R\$ 511.781.249,91, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Ainda, após o ajuste de precificação, apurou-se um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 476.009.059,98, que, por ser superior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 300.429.082,72 ou 6,42% das Provisões Matemáticas, haverá, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de equacionamento de Déficit do que excede o limite, no montante de R\$ 175.579.977,26 na data desta Avaliação Atuarial.

Este é o parecer.

Brasília, 19 de fevereiro de 2016.



FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA  
Atuário MIBA 2.017 MTb/RJ  
SUPERVISOR ATUARIAL



JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO  
Atuário MIBA 2.038 MTb/RJ  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

## 1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006 e suas alterações, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico- Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, administrado e executado pelo ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano do Regulamento Complementar nº 1 é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da Patrocinadora do Plano admitidos originariamente pelo regime de CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/1951 e nº 4.819/1958, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1978.0002-19, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2015 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015 na Data Base de 31 de dezembro de 2015, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2015, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do Regulamento Complementar nº 1, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 014/16, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano do Regulamento Complementar nº 1 posicionada em 31 de dezembro de 2015.

Cabe ressaltar que aos Participantes do Plano do Regulamento Complementar nº 1, admitidos originariamente pelo regime CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, para aqueles admitidos até 22/01/1974 nos termos do Decreto nº 33.754, de 09/09/91, ou Banco do Brasil, para aqueles admitidos após 22/01/1974 e até 13/05/1974:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

A atual massa de Participantes do Plano é aquela que está em atividade na Patrocinadora ou recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil, bem como os Aposentados e Pensionistas que recebem benefício pelo Plano. Assim, na forma da regulamentação geral e do Regulamento específico do Plano de Benefícios em comento, são assegurados, mediante custeio dos Participantes, Assistidos e

Patrocinadora, os seguintes benefícios:

- Auxílio-Reclusão;
- Auxílio-Doença;
- Pecúlio por Morte; e
- Pecúlio por Invalidez.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em tela, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo ECONOMUS, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade. Em relação ao Auxílio-Doença, segundo informações da Entidade, não são devidos aos Participantes tendo em visto que todos encontram-se em aposentadoria pelo regime de Previdência Oficial, portanto, não são elegíveis ao referido benefício.

Adicionalmente, e em face do ECONOMUS não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 284/15 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

## 2. Resultados Atuariais

### 2.1 Em relação ao Grupo de Custeio: Geral

#### 2.1.1 Evolução dos Custos

Na Avaliação Atuarial a que se refere este Parecer Atuarial todos os benefícios assegurados pelo Plano do Regulamento Complementar nº 1 passaram a ser

avaliados pelo Regime de Capitalização e Método Atuarial Crédito Unitário Projetado. Sendo assim, considerando as características da massa de Participantes e Assistidos, de acordo com bases técnicas e atuariais, não há custo normal calculado para os benefícios do Plano, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 014/16.

#### 2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do Plano foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e montam R\$9.220.530,55, na data de 31 de dezembro de 2015, sendo R\$7.352.559,66 referentes aos benefícios programados e R\$1.867.970,89 referentes aos benefícios não-programados, estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas em R\$46.547.682,71, na data de 31 de dezembro de 2015, referentes ao valor atual dos benefícios futuros não programados.

O Plano não possuía Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31 de dezembro de 2015, em R\$ 55.768.213,26.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2014, a variação nominal das Provisões Matemáticas foi de 269,58%, tendo sido registrado o montante de R\$ 15.089.812,68 em 31 de dezembro de 2014. O crescimento deve-se, em especial, à mudança no regime financeiro dos benefícios de risco, especialmente o pecúlio por morte, resultou no aumento das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 014/16.

#### 2.1.3 Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano do Regulamento Complementar nº 1, caracterizam-se, basicamente, como

Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2015 do Plano do Regulamento Complementar nº 1, foram definidas pelo ECONOMUS, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 133/15, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

#### **2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura**

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$ 210.571,06, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 20.136.140,40.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício anterior de 165 meses, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2015 seria de R\$ 5.437.400,79 (9,75% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$ 14.698.739,61, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que excede ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016.

### **2.2 Em Relação ao Plano de Benefícios**

#### **2.2.1 Qualidade da Base Cadastral**

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência

e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

#### **2.2.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais**

Cumprido ressaltar que, em face da capitalização dos benefícios de risco, ocorrida nesta Avaliação, os Fundos Previdenciais de Oscilação de Risco e o Fundo para Cobertura de Alteração de Regime Financeiro foram revertidos ao Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2015.

A partir do Plano de Custeio da Avaliação Atuarial a que se refere este Parecer Atuarial, haverá a constituição do Fundo Previdencial de Cobertura Especial cuja fonte de custeio serão as contribuições extraordinárias de Participantes, Assistidos e Patrocinadora, devendo haver controle em separado para cada parte.

O Fundo Previdencial de Cobertura Especial destina-se à cobertura de futuras contribuições para equacionamento de déficit, conforme venha a ser definido em plano de equacionamento que deverá ser elaborado e aprovado no decorrer do exercício subsequente à esta Avaliação Atuarial.

#### **2.2.3 Variação do Resultado**

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 55.768.213,26, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$35.421.501,80, verifica-se que o Plano do Regulamento Complementar nº 1 apresentou déficit técnico-atuarial, de R\$20.346.711,46, em 31 de dezembro de 2015.

O resultado do Plano diminuiu de R\$ 984.134,31 de superávit, em 31 de dezembro de 2014, para déficit de R\$ 20.346.711,46 em 31 de dezembro de 2015, tendo sido motivado, especialmente, pela mudança no regime financeiro dos benefícios de risco, que resultou no aumento em 269,58% das Provisões Matemáticas, além da perda atuarial resultado do não alcance da meta atuarial pela rentabilidade do Plano.

A rentabilidade do Plano auferida nos 12 meses que antecederam a Data da Avaliação

foi de 15,73%, conforme informado pela Entidade, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 16,07%, o que resultou em uma perda técnica atuarial no exercício de 0,29%.

#### **2.2.4 Natureza do Resultado**

Na Avaliação Atuarial de 2015, observa-se, resultado deficitário, o qual foi resultante de causas estruturais, relacionadas ao aumento das Provisões Matemáticas gerado pela alteração do Regime Financeiro dos Benefícios de Risco.

Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$ 14.698.739,61, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que excede ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016.

#### **2.2.5 Soluções para Equacionamento do Déficit**

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$210.571,06, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 20.136.140,40.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício anterior de 165 meses, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2015 seria de R\$ 5.437.400,79 (9,75% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$ 14.698.739,61, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que excede ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016.

#### **2.2.6 Adequação dos Métodos de Financiamento**

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método de Crédito Unitário Projetado. Cumpre ressaltar que nesta Avaliação Atuarial procedeu-se, conforme aprovado pela

Entidade, a alteração dos regimes financeiros dos benefícios de Pecúlio por Morte, Pecúlio por Invalidez e Auxílio-Doença. Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

#### **2.2.7 Outros Fatos Relevantes**

1) O Plano abriga Participantes que foram admitidos pelo então Banco Nossa Caixa S.A. até 13/05/1974, originariamente pelo regime de CLT, na forma de seu Regulamento. A estes Participantes, ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para aqueles admitidos até 22/01/1974 ou pelo Banco do Brasil, para aqueles admitidos após 22/01/1974 e até 13/05/1974, benefícios de Aposentadoria e Pensão. Mediante custeio, serão assegurados pelo Plano os benefícios de Auxílio- Reclusão; Auxílio-Doença; Pecúlio por Morte; e Pecúlio por Invalidez;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que, a Entidade apresentou Parecer específico GAMA 151 – PA042/16 acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores.

3) De acordo com o referido Balancete, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizada;

4) Conforme decisão da Entidade, será mantido o custeio administrativo total praticado no exercício de 2015 para este Plano, sendo distribuído no exercício de 2016 em 0,683% sobre o Salário Real de Participação - SRP, para os Participantes; 0,683% sobre a folha de SRP, para a Patrocinadora; e 0,683% da folha dos benefícios para os Assistidos custeados pelo ECONOMUS;

5) O Fundo do Plano em 31 de dezembro de 2015 montavam a quantia de R\$1.668.756,91, referente ao Fundo Administrativo, valor esse informado pela Entidade.

6) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2015,

comparativamente às adotadas para o exercício de 2014, destaca-se a alteração do Regime Financeiro dos Benefícios de Risco, em que se utilizou Capitalização Financeiro conjuntado com o Método Atuarial Crédito Unitário Projetado em substituição aos Regimes de Repartição Simples e Capitais de Cobertura; do Fator de Capacidade dos Benefícios, em que se utilizou 0,9780, em substituição a 0,9782; da Taxa de Juros que se utilizou 5,38% em substituição a 4,30%; e da Tábua de Mortalidade Geral, onde utilizou-se a tábua AT-2000 Male & Female (A50) em substituição a tábua AT 2000 Male & Female (A60);

7) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes que não tem dependentes cadastrados na data base da Avaliação Atuarial, este registro tem como base decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os Participantes teriam direito a 50% das suas contribuições pessoais em caso de desligamento da Patrocinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral vigente até dezembro de 2005;

### 3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2016, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter seguinte configuração.

<b>PLANO DE CUSTEIO PARA 2016</b>	
<b>Participantes</b>	
<b>Contribuição Extraordinária para Constituição de Fundo Previdencial**</b>	
Participantes “Ativos”	0,880% do Salário Real de Participação
Participantes em percepção de benefícios custeados pela secretaria da fazenda do estado de São Paulo ou Banco do Brasil S.A	0,880% do Salário Real de Participação*
<b>Patrocinadora</b>	
<b>Contribuição Extraordinária para Constituição de Fundo Previdencial**</b>	
Patrocinadora	0,430% da Folha de Salário Real de Participação
<b>Assistidos</b>	
<b>Contribuição Extraordinária para Constituição de Fundo Previdencial**</b>	
Aposentados em recebimento de benefício custeado pelo Economus	4,880% sobre o valor da Complementação
Pensionistas em recebimento de benefício custeado pelo Economus	Não há

## Plano de Custeio Administrativo

Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1 é definido conforme a seguir:

### Plano de Custeio para 2016

a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação dos Participantes Ativos e em percepção de Benefício custeado pela SEFAZ e Banco do Brasil	0,683%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da Complementação recebida pelos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) cujos benefícios são custeados pelo ECONOMUS	0,683%
c) Taxa de Carregamento, paga pela Patrocinadora, aplicável sobre a folha de salário real de participação	0,683%
d) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,683%

\* O Salário Real de Participação corresponde à soma da renda mensal real paga pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil S.A., bem como dos salários dos funcionários que se encontram em atividade.

\*\* Destinado ao Fundo Previdencial de Cobertura Especial, conforme Nota Técnica Atuarial do Plano.

## 4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano Regulamento Complementar nº 1 é deficitária em R\$ 20.346.711,46, em 31 de dezembro de 2015, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Ainda, após o ajuste de precificação, apurou-se um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 20.136.140,40, que, por ser superior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 5.437.400,79 ou 9,75% das Provisões Matemáticas, apurado com base na Duração do Passivo de 13,75 anos em 31/12/2014, haverá, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de equacionamento de Déficit do que excede o limite, no montante de R\$ 14.698.739,61 na data desta Avaliação Atuarial.

Este é o parecer.

Brasília, 18 de fevereiro de 2016.



FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA  
Atuário MIBA 2.017 MTb/RJ  
SUPERVISOR ATUARIAL



JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO  
Atuário MIBA 2.038 MTb/RJ  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

## 1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006 e suas alterações, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2, administrado e executado pelo ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano do Regulamento Complementar nº 2 é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da Patrocinadora do Plano optantes pelo regime celetista, na forma prevista pela Lei Estadual (SP) nº 10.430/1971 e Decreto nº 7.711/1976, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1978.0003-83, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2015 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007. Cumpre ressaltar que o Plano encontra-se em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015 na Data Base de 31 de dezembro de 2015, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2015, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do Regulamento Complementar nº 2, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 015/16, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano do Regulamento Complementar nº 2 posicionada em 31 de dezembro de 2015.

Cabe ressaltar que aos Participantes do Plano do Regulamento Complementar nº 2, optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 34.351, de 09/09/91 e da Lei Estadual nº 8.236, de 19/01/93, conforme Regulamento do Plano:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

Além daqueles acima listados, o Plano oferece os benefícios de Auxílio- Doença, Auxílio-Reclusão, Pecúlio por Invalidez e Pecúlio por Morte, sendo estes custeados pelos Participantes.

A atual massa de Participantes do Plano é aquela que está recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como os Pensionistas que recebem benefício pelo Plano em comento. Assim, considerando

os demais benefícios assegurados pelo Plano, o único em que a massa remanescente se enquadra é o de Pecúlio por Morte.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em tela, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo ECONOMUS, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade.

Adicionalmente, e em face do ECONOMUS não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 284/15 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

## **2. Resultados Atuariais**

### **2.1 Em relação ao Grupo de Custeio: Geral**

#### **2.1.1 Evolução dos Custos**

Na Avaliação Atuarial a que se refere este Parecer Atuarial todos os benefícios assegurados pelo Plano do Regulamento Complementar nº 2 passaram a ser avaliados pelo Regime de Capitalização e Método Atuarial Crédito Unitário. Sendo assim, considerando as características da massa de Participantes e Assistidos, de acordo com bases técnicas e atuariais, não há custo normal calculado para os benefícios do Plano, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 015/16.

### **2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas**

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (neste caso apenas Pensionistas) do Plano do Regulamento Complementar nº 2 disponibilizadas pelo ECONOMUS, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e montam R\$1.458.168,45, na data de 31 de dezembro de 2015, sendo referentes ao benefício não programado, estruturado na modalidade de Benefício Definido.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas em R\$ 45.126.784,74, na data de 31 de dezembro de 2015, referentes ao valor atual dos benefícios futuros não programados.

O Plano não possuía Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31 de dezembro de 2015, em R\$ 46.584.953,19.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2014, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi de 566,44%, tendo sido registrado o montante de R\$6.990.138,07 em 31 de dezembro de 2014. Este aumento é resultado da mudança no regime financeiro dos Benefícios de Risco, especialmente pecúlio por morte, que resultou no aumento da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 015/16.

#### **2.1.3 Principais Riscos Atuariais**

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano do Regulamento Complementar nº 2, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2015 do Plano do Regulamento Complementar nº 2, foram definidas pelo ECONOMUS, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 133/15, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

### **2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura**

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$ 128.040,72, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 22.864.022,60 deficitário.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício anterior de 88 meses, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2015 seria de R\$ 1.551.278,94 (3,33% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$ 21.312.743,66, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que excede ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016.

## **2.2 Em Relação ao Plano de Benefícios**

### **2.2.1 Qualidade da Base Cadastral**

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

### **2.2.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais**

Cumpramos ressaltar que, em face da capitalização dos benefícios de risco, ocorrida

nesta Avaliação, o Fundo Previdencial de Oscilação de Risco foi revertido ao Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2015.

A partir do Plano de Custeio da Avaliação Atuarial a que se refere este Parecer Atuarial, haverá a constituição do Fundo Previdencial de Cobertura Especial cuja fonte de custeio serão as contribuições extraordinárias de Participantes contribuintes que possuem benefício custeado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

O Fundo Previdencial de Cobertura Especial destina-se à cobertura de futuras contribuições para equacionamento de déficit, conforme venha a ser definido em plano de equacionamento que deverá ser elaborado e aprovado no decorrer do exercício subsequente à esta Avaliação Atuarial.

### **2.2.3 Variação do Resultado**

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 46.584.953,19, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 23.592.889,87, verifica-se que o Plano do Regulamento Complementar nº 2 apresentou Déficit técnico-atuarial, de R\$22.992.063,32, em 31 de dezembro de 2015.

O resultado do Plano diminuiu de R\$ 8.130.268,30 de superávit, em 31 de dezembro de 2014, para déficit de R\$ 22.992.063,32, em 31 de dezembro de 2015, tendo sido motivado, especialmente, pela mudança no regime financeiro dos benefícios de risco, que resultou no aumento em 566,44% das Provisões Matemáticas.

O déficit também foi influenciado pela perda atuarial do Plano no exercício, que registrou rentabilidade de 16,06% ao ano, contra uma meta atuarial de 16,07% (composta pela taxa de juros de 4,30% ao ano, acrescida do INPC no período de 11,28%), gerando uma perda técnica atuarial de 0,01%.

### **2.2.4 Natureza do Resultado**

Na Avaliação Atuarial de 2015, observa-se, resultado deficitário, o qual foi resultante de causas estruturais, relacionadas ao aumento das Provisões Matemáticas gerado pela alteração do Regime Financeiro dos Benefícios de Risco.

Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$ 21.312.743,66, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que excede ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016.

### 2.2.5 Soluções para Equacionamento do Déficit

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$ 128.040,72, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 22.864.022,60 deficitário.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício anterior de 88 meses, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2015 seria de R\$ 1.551.278,94 (3,33% das Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$ 21.312.743,66, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que excede ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016.

### 2.2.6 Adequação dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método de Crédito Unitário. Cumpre ressaltar que nesta Avaliação Atuarial procedeu-se, conforme aprovado pela Entidade, a alteração do regime financeiro do benefício de Pecúlio por Morte. O método utilizado está aderente à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

### 2.2.7 Outros Fatos Relevantes

1) O Plano abriga Participantes que foram admitidos pelo então Banco Nossa Caixa S.A., optantes pelo regime de CLT, na forma de seu Regulamento. A estes Participantes, ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, benefícios de Aposentadoria

e Pensão. Considerando os demais benefícios assegurados pelo Plano, bem como sua atual massa de Participantes, na qual não há qualquer Participante em atividade na Patrocinadora, o único benefício que esta massa remanescente se enquadra é o de Pecúlio por Morte;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que, a Entidade apresentou Parecer específico GAMA 151 – PA 043/16 acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores.

3) De acordo com o Balancete Contábil de dezembro de 2015, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizada;

4) Conforme decisão da Entidade, será mantido o custeio administrativo total praticado no exercício de 2015 para este Plano, sendo distribuído no exercício de 2016 em 1,349% sobre o Salário Real de Participação - SRP, para os Participantes; 1,349% sobre a folha de SRP, para a Patrocinadora; e 1,349% da folha dos benefícios para os Assistidos custeados pelo ECONOMUS;

5) Os Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2015 montavam a quantia de R\$2.510.495,94, referente ao Fundo Administrativo, valor esse informado pela Entidade.

6) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2015, comparativamente às adotadas para o exercício de 2014, destaca-se a alteração do Regime Financeiro dos Benefícios de Risco, em que se utilizou Capitalização Financeira conjuntamente com o Método Atuarial Crédito Unitário em substituição aos Regimes de Repartição Simples e Capitais de Cobertura; do Fator de Capacidade dos Benefícios, em que se utilizou 0,9780, em substituição a 0,9782; e da substituição da Taxa de Juros, que se utilizou 5,52%, em substituição a 4,30%; e da alteração da Tábua de Mortalidade Geral, onde utilizou-se a tábua AT-2000 Male & Female (Agravada em 50%), em substituição a tábua AT-2000 Male & Female (Agravada em 60%);

7) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes que não tem dependentes cadastrados na data da Avaliação Atuarial, este registro tem como base

decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os Participantes teriam direito a 50% das suas contribuições pessoais em caso de desligamento da Patrocinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral vigente até dezembro de 2005.

### 3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2016, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, sendo atribuíveis contribuições normais exclusivamente aos Participantes do Plano, conforme definição da Entidade:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2016	
<b>Participantes</b>	
<b>Contribuição Extraordinária para Constituição de Fundo Previdencial**</b>	
Participantes em percepção de benefícios custeados pela secretaria da fazenda do estado de São Paulo	1,570% do Salário Real de Participação*
<b>Plano de Custeio Administrativo</b>	
Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 é definido conforme a seguir:	
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação	1,349%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da Complementação recebida pelos Assistidos cujos benefícios são custeados pelo ECONOMUS	1,349%
c) Taxa de Carregamento, paga pela Patrocinadora, aplicável sobre a folha de salário real de participação	1,349%
d) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%

\* Corresponde à renda mensal real de responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ.

\*\* destinada ao Fundo de Cobertura Especial, conforme Nota Técnica Atuarial.

### 4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Complementar nº 2, em 31 de dezembro de 2015, é deficitária em R\$ 22.992.063,32, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Ainda, após o ajuste de precificação, apurou-se um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 22.864.022,60, que, por ser superior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 1.551.278,94 ou 3,33% das Provisões Matemáticas, apurado com base na Duração do Passivo de 7,33 anos em 31/12/2014, haverá, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de equacionamento de Déficit do que excede o limite, no montante de R\$ 21.312.743,66 na data desta Avaliação Atuarial.

Este é o parecer.

Brasília, 18 de fevereiro de 2016.



FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA  
Atuário MIBA 2.017 MTb/RJ  
SUPERVISOR ATUARIAL



JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO  
Atuário MIBA 2.038 MTb/RJ  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

## 1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano PrevMais, administrado e executado pelo ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio ECONOMUS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano PrevMais está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma disposta na Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, posto que os benefícios programados assegurados pelo Plano observam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) ou Contribuição Definida (CD), na fase de percepção, conforme opção a ser exercida pelo Participante, estando sujeitos a riscos atuariais aqueles que optam pela percepção do benefício na modalidade de Benefício Definido (renda vitalícia).

No que se refere aos benefícios de risco, todos estão estruturados sob a modalidade de Benefício Definido, conforme Regulamento do Plano, sendo assegurados os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral.

O Plano está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 2006.0034-29, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2015 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada pela Portaria MPS/SPC nº 1.577, de 18 de setembro de 2007.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015 na Data Base de 31

de dezembro de 2015, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2015, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano PrevMais, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 029/16, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano PrevMais posicionada em 31 de dezembro de 2015.

Adicionalmente, e em face do ECONOMUS não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 284/15 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

## 2. Resultados Atuariais

### 2.1 Em relação ao Grupo de Custeio: Geral

#### 2.1.1 Evolução dos Custos

Os benefícios de risco assegurados pelo Plano PrevMais são os de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral. Todos esses benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo avaliados sob o Regime de Capitalização e pelo Método de Financiamento de Crédito Unitário Projetado, e registrados no Fundo Previdencial para Cobertura de Benefícios de Riscos em conformidade com o Regulamento e Nota Técnica Atuarial do Plano.

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 029/16, os benefícios avaliados atuarialmente na fase de acumulação (benefícios de risco) apresentaram

aumento em suas alíquotas. No total dos benefícios de risco, o custo aumentou de 1,463% na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31 de dezembro de 2014 (Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 058/15), para 1,530% na Avaliação posicionada em 31 de dezembro de 2015, sendo as alíquotas incidentes sobre a folha de Salário de Benefício. Esse aumento deveu-se ao reajuste médio dos salários acima do esperado, assim como no ano passado, foi utilizado o carregamento de segurança estatística no cálculo, objetivando, sem provocar qualquer alteração no Plano de Custeio, elevar o nível de segurança atuarial do PrevMais.

Quanto ao benefício programado de Aposentadoria, o custo calculado com base na contribuição média dos Participantes e Patrocinadoras foi de 12,497% em 31 de dezembro de 2014, reduzindo para 12,310% na Avaliação do exercício de 2015. Essa variação deveu-se à redução das contribuições médias dos Participantes e, conseqüentemente, à contrapartida das Patrocinadoras. Embora este benefício esteja sujeito a risco atuarial, em razão da possibilidade de requerimento da Aposentadoria em forma de renda vitalícia, estruturada em Benefício Definido, não há custo atuarialmente calculado atribuído a este benefício.

### **2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas**

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano PrevMais, foram avaliadas em R\$ 283.883.994,88, na data de 31 de dezembro de 2015, sendo R\$ 89.729.164,02 referentes aos benefícios programados estruturados na modalidade de Contribuição Definida, e R\$ 194.154.830,86 referentes aos benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido, onde R\$ 15.289.886,81 são referentes aos benefícios programados e R\$ 178.864.944,05 referentes aos benefícios não-programados.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas em R\$ 799.451.827,76, na data de 31 de dezembro de 2015, com base nas informações individuais dos Participantes, referentes aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados, na fase de captação, na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Plano PrevMais não possui Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC, na data

base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31 de dezembro de 2015, em R\$1.083.335.822,64.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2014, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano PrevMais foi de 20,94%, tendo sido registrado o montante de R\$ 895.733.869,64 em 31 de dezembro de 2014. O crescimento deveu-se, majoritariamente, à elevação dos saldos de contas de Participantes e Assistidos, motivada pelo fato do ingresso de novas contribuições somado ao retorno dos investimentos ter superado o total de pagamentos de benefícios e institutos.

### **2.1.3 Principais Riscos Atuariais**

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano PrevMais, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2015 do Plano PrevMais, foram aprovadas pelo ECONOMUS, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 133/15 observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

### **2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura**

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$ 25.361.385,75, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 8.049.045,39 superavitário. Cumpre esclarecer que para fins de apuração do

Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2015, este item não é aplicável ao presente Parecer.

## **2.2 Em Relação ao Plano de Benefícios**

### **2.2.1 Qualidade da Base Cadastral**

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

### **2.2.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais**

Os Fundos Previdenciais subdividem-se em Fundo de Reversão, por exigência regulamentar, cujo valor de R\$ 8.384.927,33, em 31 de dezembro de 2015, foi informado pela Entidade, o qual é constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes que optaram pelo Instituto do Resgate e destina-se à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou a outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta do Regulamento do Plano; e pelo Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco, previsto em Nota Técnica Atuarial, que montava, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 108.428.675,84, e teve como origem primária de recursos o Fundo de Oscilação de Risco, mantido pelo Plano até a capitalização dos benefícios de risco, ocorrida em 31 de dezembro de 2011, sendo este fundo dimensionado atuarialmente e destinado a custear os benefícios de risco do Plano.

### **2.2.3 Variação do Resultado**

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 1.083.335.822,64, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 1.091.384.868,03, verifica-se que o Plano PrevMais apresentou Superávit técnico-atuarial, de R\$ 8.049.045,39, em 31 de dezembro de 2015.

O Plano passou de uma situação deficitária em R\$ 3.474.288,41 em 31 de dezembro de 2014 para superavitária de R\$ 8.049.045,39 em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de R\$ 11.523.333,80. Este aumento deveu-se, em especial, à alteração das premissas que reduziram o crescimento do Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco, resultado em um ganho atuarial que mais que superou a perda com a não superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano.

### **2.2.4 Natureza do Resultado**

O resultado superavitário do Plano apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, de variações estatísticas em torno das premissas atuariais adotadas.

### **2.2.5 Soluções para Equacionamento do Déficit**

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava R\$ 25.361.385,75, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 8.049.045,39 superavitário. Cumpre esclarecer que para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2015, este item não é aplicável ao presente Parecer.

### **2.2.6 Adequação dos Métodos de Financiamento**

Adota-se, para o financiamento dos benefícios do Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o Método de Capitalização Financeira para o benefício programado, estruturado em Contribuição Variável, e o método de Crédito Unitário Projetado para os benefícios de risco, estruturados em Benefício Definido. Portanto, os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

## 2.2.7 Outros Fatos Relevantes

1) O Plano PrevMais foi implantado quando da realização do processo de saldamento do Plano do Regulamento Geral, também administrado pelo ECONOMUS, como opção de ingresso para aqueles que optaram pelo Saldamento de seus benefícios naquele Plano, encontrando-se, atualmente, aberto a novas adesões;

2) Para fins desta Avaliação Atuarial, foram considerados os valores de patrimônio, ativos de investimentos, exigível operacional e exigível contingencial do Plano informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2015;

3) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado;

4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Entidade apresentou Parecer específico GAMA 151 – PA 045/16 acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002, e suas alterações posteriores;

5) Na Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2015, não obstante ter sido possível uma redução no custeio dos benefícios de risco do Plano, tendo em vista a manutenção do custo normal desses benefícios em nível inferior ao projetado pelo custeio vigente, optou-se por manter o custeio ora praticado, por meio da inserção de carregamento de segurança estatística para a apuração do custo dos benefícios de risco, posto que estes são dimensionados por meio de Fundo Previdencial;

6) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2015 para este Plano, sendo esta variável conforme o Salário de Benefício do Participante, de 0,15% a 0,94% sobre o Salário de Benefício; e de 0,90% sobre o valor da Complementação recebida e do Benefício Proporcional Diferido, para os Assistidos e Participantes em BPD, respectivamente;

7) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$ 133.559.031,61, sendo R\$ 116.813.603,17 referentes a Fundos Previdenciais; R\$ 16.085.906,25 referentes a

Fundo Administrativo; e R\$ 659.522,19 referentes a Fundo dos Investimentos. Os valores dos Fundos Administrativo e dos Investimentos foram informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano posicionado em 31/12/2015;

8) No que diz respeito às hipóteses atuariais, procederam-se às seguintes alterações na Avaliação Atuarial de 2015, quando comparadas com aquelas adotadas em 2014: i) Fator de Capacidade de 0,9782 para 0,9778; ii) Crescimento Real de Salários de 1,80% ao ano para 1,36% ao ano; iii) Tábua de Morbidez de Ex- Economus II D(20%) para Ex-Economus 2005 – 2014; e iv) Composição Familiar nesta hipótese é considerada a família real no caso dos Assistidos e para Ativos é utilizado a diferença de idade entre os gêneros (homens 3 anos mais velhos e mulheres 2 anos mais novos) e a proporção de casados segregada por sexo, sendo que, no ano de 2014 foi observado que 66,58% dos Homens eram casados e 60,03% das mulheres eram casadas, enquanto que no ano de 2015 a proporção era de 67,43% e 59,57%, respectivamente.

9) Cumpre ressaltar que, para o exercício de 2015, o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25, de novembro de 2015 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do PREVMAIS, posicionada em 31 de dezembro de 2014, de valor 13,00 anos. Portanto, o limite, em 31/12/2015, é de 23,00% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$ 44.655.611,10, que implica na alocação do valor total do superávit apurado na Reserva de Contingência.

## 3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2016, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação pela Entidade e Patrocinadoras, antes de sua entrada em vigor:

## PLANO DE CUSTEIO PARA 2016

### Participantes

#### Contribuição Normal

Participantes	Para o custeio dos benefícios programados	Variável de 2% a 8% sobre o salário de benefício, conforme opção do Participante.		
		limite Inferior SB* em R\$	Limite Superior SB* em R\$	% SB*
Participantes	Para o custeio dos benefícios de risco	0	2.500	0,06%
		2.500,01	3.000	0,20%
		3.000,01	3.500	0,34%
		3.500,01	4.000	0,46%
		4.000,01	5.000	0,55%
		5.000,01	6.000	0,65%
		6.000,01	7.000	0,73%
		7.000,01	8.000	0,77%
		8.000,01	10.000	0,83%
		10.000,01	12.000	0,88%
	12.000,01	6 PPE **	0,93%	
Participantes Autopatrocínados	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora			
Participantes em BPD	0,00%			

### Patrocinadoras

Contribuição Normal

Paritárias às Contribuições Normais dos Participantes.

### Assistidos

Contribuição Normal

Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Contribuição Normal de Assistido no Plano.

\*\* Salário de Benefício.

\*\* Padrão Previdenciário ECONOMUS, correspondente a R\$3.964,12 na Data da Avaliação.

O Plano de Custeio Administrativo será objeto de deliberação pela Entidade, ficando tal definição consignada em documento próprio para tal finalidade.

## 4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuária do Plano PrevMais, em 31 de dezembro de 2015, é superavitária em R\$ 8.049.045,39, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Após o Ajuste de Precificação de R\$ 25.361.385,75 resulta em um Superávit Técnico Ajustado de R\$ 8.049.045,39, integralmente alocado em Reserva de Contingência.

Sendo assim, a situação econômico-atuária do Plano é Superavitária, não havendo, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de distribuição de Superávit, tendo em vista a não ocorrência de Reserva Especial durante três exercícios consecutivos.

Este é o parecer.

Brasília, 19 de fevereiro de 2016.

FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA  
Atuário MIBA 2.017 MTb/RJ  
SUPERVISOR ATUARIAL

JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO  
Atuário MIBA 2.038 MTb/RJ  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores do Economus – Instituto de Seguridade Social São Paulo - SP**

Examinamos as demonstrações contábeis do Economus – Instituto de Seguridade Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, aqui denominado de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas por plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada

com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Economus – Instituto de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

## Ênfase

Conforme a Nota Explicativa nº 10.3 às demonstrações contábeis, no exercício, a Entidade apresentou ao órgão fiscalizador estudos e iniciou discussões sobre o plano de ação visando à alteração dos regimes financeiros atualmente adotados para os cálculos das reservas técnicas referentes ao custeio dos benefícios de risco assegurados pelo plano do Regulamento Geral, os quais encontram-se calculados pelo regime de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, passando para o regime de capitalização, tendo em vista as características do plano. Caso sejam implementadas as alterações, as reservas técnicas do plano serão sensibilizadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Conforme a Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, o déficit técnico acumulado dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral está superior ao limite disposto na Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, dessa forma haverá necessidade de equacionamento obrigatório do montante que exceda o limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2016. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

## Outros assuntos

Conforme mencionado na nota explicativa nº3 às demonstrações contábeis, a Superintendencia Nacional de Previdencia Complementar – PREVIC, publicou a Instrução nº 25, de 17 de dezembro de 2015 que alterou a forma de apresentação das demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativo, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido e da mutação do ativo líquido por plano.

Examinamos, também, informações suplementares sobre o Plano de Assistência e Saúde, compreendendo o balanço patrimonial, e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa, da mutação do patrimônio líquido, assim como as correspondentes principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas informações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente, e em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

São Paulo, 29 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Silbert Christo Sasdelli Júnior Contador  
CRC 1SP230685/O-0

## RELATÓRIO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2015

### Parecer do Conselho Fiscal

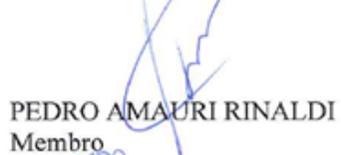
O Conselho Fiscal do Economus Instituto de Seguridade Social, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do Artigo 45 de seu Estatuto Social, examinou as Demonstrações Contábeis de 2015 (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios) e respectivas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas e as Informações Contábeis da Gestão Assistencial (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Resultados Abrangentes, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social) e respectivas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

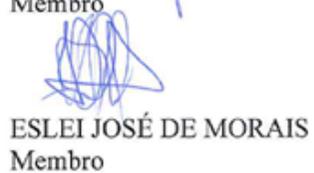
Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos do Economus e, considerando ainda o parecer dos Auditores Independentes e o parecer Atuarial da Consultoria Externa contratada, o Conselho Fiscal recomenda o Conselho Deliberativo à aprovação das referidas Demonstrações Contábeis.

São Paulo, 29 de março de 2016.

  
JOSÉ ZAMAI  
Presidente

  
CÉSAR AUGUSTO JACINTO TEIXEIRA  
Membro

  
PEDRO AMAURI RINALDI  
Membro

  
ESLEI JOSÉ DE MORAIS  
Membro

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

### Quanto às Demonstrações Contábeis do Exercício 2015

Em reunião de 29 de março de 2016, o Conselho Deliberativo do Economus Instituto de Seguridade Social, no uso das competências de que trata o inciso XIII do Artigo 21 do Estatuto Social da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

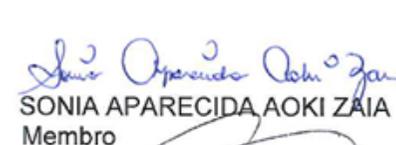
Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer da KPMG - Auditores Independentes, no Parecer Atuarial emitido pela Gama Consultores Associados, no Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.

São Paulo, 29 de março de 2016.

  
GILMAR FERREIRA  
Presidente

  
FRANCISCO VIANNA DE O. JUNIOR  
Membro

  
VITOR PAULO CAMARGO GONÇALVES  
Membro

  
SONIA APARECIDA AOKI ZAIA  
Membro

  
FÁBIO CRISTIANO DANIN EUZÉBIO  
Membro

  
ITAMAR DE SOUZA MENEZES  
Membro